

ESCOLA SUPERIOR GALLAECIA

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura e Urbanismo

Evolução e Transformação da Estrutura Urbana da Vila de Caminha e sua Morfologia



Hélder F. Oliveira Rodrigues

Março 2011

Escola Superior Gallaecia

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura e Urbanismo

Urbanismo

**Evolução e Transformação da Estrutura Urbana da
Vila de Caminha e sua Morfologia**

Hélder F. Oliveira Rodrigues

Março 2011

Orientador:

Prof. Doutor Arq. David Viana

Co-orientador:

Mestre Arq. Paulo J. Guerreiro

CAMINHA - Ponte de madeira sobre o Coura



CAMINHA - S. RA. D'AGONIA



Paços do concelho e administração



As investigações da morfologia urbana, associando o olhar do arquitecto a trabalhos sobre os arquivos escritos e planos antigos, tornam possíveis análises muito precisas.

(Lacaze, 1995)

Notas prévias

Tendo como objectivo a obtenção do grau de Mestre, no Mestrado Integrado em Arquitectura e Urbanismo na Escola Superior Gallaecia (ESG) procedeu-se à elaboração da Dissertação que agora se apresenta, desenvolvida pelo aluno Hélder Rodrigues (nº 334/03), com a orientação do Prof. Doutor Arq. David Viana e co-orientação do Mestre Arq. Paulo Guerreiro.

O título da dissertação reflecte a investigação desenvolvida no âmbito do Urbanismo, focando a Evolução e Transformação da Estrutura Urbana da Vila de Caminha e sua Morfologia.

Agradecimentos

Agradeço:

Aos orientadores deste trabalho, Arquitecto Doutor David Viana e Arquitecto Mestre Paulo Guerreiro, pelo apoio, compreensão e paciência que demonstraram ao longo da elaboração deste estudo;

À Prof. Doutora Arq. Mariana Correia, pela ajuda prestada numa primeira abordagem ao tema da Dissertação;

Ao Arquitecto e Urbanista Carlos Carvalho Dias, autor de estudos e planos de urbanização da Vila de Caminha, pela disponibilidade, compreensão e simpatia demonstrada, assim como os documentos que prontamente disponibilizou;

Ao Arqueólogo Sérgio Cadilha, pela informação que aportou a este trabalho e a disponibilidade que demonstrou;

Aos funcionários da Biblioteca e Arquivo Municipal de Caminha, pela prestabilidade e ajuda na procura e tratamento de informação necessária sobre a Vila de Caminha;

À Sra. Filomena Pedrosa, pelo fornecimento de material necessário à execução do trabalho de investigação, pela sua prontidão na resposta a inúmeros pedidos de ajuda;

À Sra. Paula Ester Silva, pela celeridade com que forneceu dados essenciais na compilação de informação da Vila de Caminha;

José Lima, pescador e habitante da “Rua dos Pescadores”, pelos relatos de vivências na Vila e a sua actividade;

Ao Tiago Gavinho pela ajuda na tradução de textos;

Aos meus pais, por serem o meu suporte num processo tão importante;

À Cristina Melro pelo seu apoio e compreensão ao longo de todo o processo de elaboração da Dissertação;

Ao André Terleira pela amizade e companheirismo que sempre demonstrou;

A todos os meus amigos pelo incentivo e apoio moral.

Muito Obrigado.

Resumo

O estudo apresentado centra-se na Vila de Caminha-Matriz, localizada no litoral Norte de Portugal Continental, mais concretamente, na região do Minho. Elabora-se uma análise sobre a evolução e transformação urbana da Vila e sua morfologia. A investigação teve como principal elemento motivador o entendimento da relação entre o passado e o presente, assim como os aspectos que influenciaram a evolução de Caminha ao longo do tempo.

A metodologia seguida, para a elaboração da Dissertação, baseou-se na recolha de informação disponível (registos escritos, fotográficos, cartografia e entrevistas), análise, reinterpretação, cruzamento de dados e produção de elementos gráficos. Segue-se uma linha de análise contínua, desde a escala da Vila à escala da habitação, abordando de forma global todas as questões que influenciaram as transformações morfológicas aí operadas. A investigação caracterizou-se em termos gerais, pelo reconhecimento da marca da Vila e pela descrição, co-relação e tratamento da informação recolhida.

A Vila revela transformações urbanas que alteraram o desenho da sua morfologia. A componente Social, Cultural e política influenciaram também a configuração do território. Cabe analisar as diferentes circunstâncias em que se sucederam tais transformações urbanísticas, assim como o conhecer e entender as mutações que contribuíram para a imagem actual da Vila de Caminha-Matriz, de forma a constituir uma base de conhecimento e entendimento futuro, o mais perceptível e consciente possível.

Abstract

The present study focuses on the Village of Caminha-Matriz, located on the northern coast of Portugal, more specifically, in the Minho region. It elaborates an analysis on the Evolution and Transformation of the Urban Village and its morphology. The research had as main motivator the understanding of the relationship between Past and Present, and the works that influenced the whole transformation process.

The methodology for the preparation of the dissertation was based on the collection of information (written records, photographs, maps and interviews), analysis, reinterpretation, data crossing and production of graphic elements for a better understanding. Following is a continuous line of analysis, ranging from the Village scale to the housing scale by approaching global issues that affect all the morphological transformations operated in urban areas. The inquiry was characterized, in general terms, by the historical character that marks the town, descriptive and of correlation to treat all information collected.VIII

The village, of medieval foundation and with a rich historical legacy, has been exposed to urban transformations over the years that were responsible the change of its morphologies. The social, cultural and political components influence the process of morphological transformation of the territory in many ways. The deferent circumstances that followed such urban transformations, as well as knowing and understanding the mutations detected, characterized the image of the Village of Caminha-Matriz.

The building reality, the morphology of the Village and the works identifying the evolutionary pathway of their identity, are recognized to form a base of knowledge and future understanding, as noticeable and conscious as possible.

Índice

Notas Prévias

Agradecimentos

Resumo

Abstract

Índice

Introdução pág. 15

Capítulo I

ENQUADRAMENTO

1. – Enquadramento temático e metodológico	pág. 19
1.1 – Conceitos e Definições	pág. 23
1.1.1 – O Espaço Urbano e os seus Elementos Morfológicos	pág. 28
1.2 – Espaço Urbano	pág. 40
1.2.1 – O Papel da Morfologia Urbana no Reconhecimento do Processo de Transformação das Cidades	pág. 43

Capítulo II

A VILA DE CAMINHA

2. – Caminha: Apresentação e Caracterização Geral	
2.1 – A Região	pág. 57
2.2 – O Lugar	pág. 58
2.3 – O Relevô	pág. 60
2.3.1 – O Rio Minho e Coura	pág. 67
2.4 – A Vegetação	pág. 70
2.5 – O Clima	pág. 73
2.6 – A Demografia	pág. 75
2.6.1 – O Turismo	pág. 79
2.7 – Base Sócio-Económica	pág. 80
2.8 – Valores Patrimoniais Singulares	pág. 91

Capítulo III

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

3. – A Vila de Caminha: Génese, Formação e Matriz de Crescimento	pág. 93
3.1 – Condicionantes do Assentamento	pág. 93
3.2 – Principais Aspectos de Fundação	pág. 95
3.4 – Primeiros Desenvolvimentos	pág. 103

Capítulo IV

ABORDAGEM PREVIA À SÍNTESE DE DISPOSITIVOS TIPOLÓGICOS CONFORMADORES DA FORMA URBANA

4. – Forma Urbana e Tipologias	pág. 106
4.1 – A Estrutura do Espaço Urbano e sua Evolução a partir do Cadastro	pág. 106
4.2 – A “Casa Urbana” de Caminha	pág. 110
4.2 – A Tipologia da “Casa Urbana” de Caminha	pág. 113
4.3 – Aspectos Relativos a outras Tipologias	pág. 116
4.3.1 – A “Casa Fidalga”	pág. 116
4.3.2 – A “Casa Burguesa”	pág. 118
4.3.2.1 – Na Rua do Meio	pág. 118
4.3.2.2 – Na Rua do Vau	pág. 122
4.3.3 – A “Casa Plebeia”	pág. 126
4.3.3.1 – A “Meia Casa” na Rua dos Pescadores	pág. 127
4.3.3.2 – A “Meia Casa” na Rua da Corredoura	pág. 130
4.3.4 – Habitação Disseminada	pág. 134
4.4 – Considerações Síntese sobre a Articulação entre Morfologia, Cadastro e Tipologia	pág. 135

Capítulo V

A FORMA URBANA DE CAMINHA ENTRE OS SÉCULOS XIV E XIX

5.1 – Transformação Morfológica de Caminha no Século XIV	pág. 139
5.1.1 – Perspectiva Geral	pág. 139
5.1.2 – Estrutura Defensiva: - O seu papel na afirmação do povoado e respectiva importância para a consolidação no território nacional	pág. 142
5.1.3 – Elementos Morfológicos Dominantes	pág. 148

5.2 – Transformação Morfológica de Caminha entre os Séculos XV e XVI	pág. 150
5.2.1 – Perspectiva Geral	pág. 150
5.2.2 – Transformação e Expansão da Estrutura Medieval	pág. 156
5.2.3 – Elementos Morfológicos Estruturantes	pág. 165
5.3 – Transformação Morfológica de Caminha entre os Séculos XVII e XIX	pág. 172
5.3.1 – Perspectiva Geral	pág. 172
5.3.1 – Crescimento Assumido	pág. 175
5.3.1.1 – Nova Estrutura Defensiva	pág. 176
5.3.1 – A Nova Realidade Urbana da Vila (séc. XIX)	pág. 180
5.3.2 – Elementos Morfológicos Estruturantes	pág. 184

Capítulo VI

A FORMA URBANA DE CAMINHA NO SÉCULO XX

6. – Enquadramento Sumário Espaço-Temporal da Década de 1950/60	pág. 195
6.1 – O Plano e a Normativa	pág. 199
6.1.1 – O Antepiano	pág. 201
6.2 – A importância da Década de 1950/60 no Contexto Urbano em Regeneração	pág. 203
6.2.1 – Cartografia da Vila de Caminha (1950)	pág. 205
6.2.2 – Estudos e Planos da Vila de Caminha	pág. 209
6.2.2.1 – O Antepiano de José Porto (1958)	pág. 210
6.2.2.2 – O Antepiano de Carlos Dias e Lúcio Miranda (1965)	pág. 222
6.2.3 – Elementos Morfológicos Estruturantes	pág. 230
6.1.3.1 – Estrutura Viária	pág. 232
6.1.3.2 – Emparcelamento urbano	pág. 241
6.1.3.3 – Pontos e Nós de Convergência	pág. 243
6.1.3.4 – Matriz de Crescimento Urbano	pág. 250
6.2.4 – Notas Síntese	pág. 252
6.3 – O Enquadramento da Década de 1970/80 na Nova Realidade Urbana	pág. 254
6.3.1 – Cartografia da Vila de Caminha (1976)	pág. 258
6.3.2 – Legislação	pág. 259
6.3.3 – A Estruturação do Espaço Urbano	pág. 261
6.3.3.1 – A Edificação Social	pág. 264

6.3.4 - Plano Geral de Urbanização de Caminha (1982)	pág. 266
6.3.4.1 – Objectivos do Plano	pág. 268
6.3.5 – Elementos Morfológicos Estruturantes	pág. 270
6.3.5.1 – Estrutura Viária	pág. 271
6.3.5.2 – Pontos e Nós de Convergência	pág. 274
6.3.5.3 – Equipamentos de Serviço Público	pág. 276
6.3.5.4 – Matriz de Crescimento Urbano	pág. 285
6.3.6 – Notas Síntese	pág. 288
6.4 – Perspectiva Geral da década de 1990	pág. 290
6.4.1 – A Importância da Década de 1990 na Regulação do Espaço Urbano	pág. 293
6.4.2 – Legislação	pág. 295
6.4.2 – Cartografia de 1995	pág. 298
6.4.3 – Plano Director Municipal (1993)	pág. 300
6.4.4 – Elementos Morfológicos Estruturantes	pág. 303
6.4.4.1 – Estrutura Viária	pág. 303
6.4.4.2 – Pontos e Nós de Convergência	pág. 307
6.4.4.3 – Equipamentos e Novas Construções	pág. 309
6.4.4.4 – Matriz de Crescimento Urbano	pág. 314
6.4.5 – Notas Síntese	pág. 316
6.5 – Perspectiva Geral da Década de 2000	pág. 317
6.5.1 – A Importância da Década de 2000 na Consolidação da Vila de Caminha	pág. 318
6.5.2 – Legislação	pág. 319
6.5.3 – Cartografia de 2005	pág. 323
6.5.4 – Plano de Urbanização de Caminha (P.U.)	pág. 325
6.5.4.1 – Plano de Pormenor da Marginal	pág. 330
6.5.5 – Obras de Renovação da Vila	pág. 332
6.5.6 – Elementos Morfológicos Estruturantes	pág. 336
6.5.6.1 – Estrutura Viária	pág. 337
6.5.6.2 – Pontos e Nós de Convergência	pág. 339
6.5.6.3 – Equipamentos e o Edificado	pág. 343
6.5.6.4 – Matriz de Crescimento Urbano	pág. 354

6.5.7 – Notas Síntese	pág. 357
7. – CONCLUSÕES	pág. 359
8. - BIBLIOGRAFIA GERAL	pág. 367
9. - BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA	pág. 369
10. -ÍNDICE DE FIGURAS	pág. 374
11. – ANEXOS	pág. 386
11.1 – Mapa de Levantamento de Edifícios da Vila	pág. 387
11.2 – Tabelas de Levantamento de Informação do Edificado	pág. 388

Introdução

A dissertação apresentada pretende colocar questões oportunas ao estudo do espaço urbano que conhecemos da Vila de Caminha-Matriz. O desenho urbano e a evolução da sua morfologia, assim como a influência da arquitectura nos processos de produção da Vila, são preocupações que motivam este estudo. Procura-se o executar de um balanço, entre as matérias apreendidas durante o curso de Arquitectura e Urbanismo da E.S.G. e da vontade de conhecer um território próximo e suas características.

Desde os primeiros contactos com a arquitectura, uma questão sempre presente prendia-se com as relações estabelecidas entre a obra e a sua envolvente, denominando questões centrais do projecto. A arquitectura tradicional e os núcleos urbanos actuais transformam-se. A imagem de habitação rural tradicional e dos dispersos núcleos construtivos, que se implantavam pela paisagem, sofreram uma alteração junto do contexto urbano e o tipo de vida que há séculos se mantinham modificaram-se, transformando consigo a realidade urbana. Este facto provoca uma vontade de conhecer as razões pelas quais se concretizam tais mudanças.

A dissertação apresentada surge como uma oportunidade para investigar, registar, analisar os factos e responder a questões não antes colocadas. Tentar compreender como as habitações se implantavam lado a lado e outras procurando o isolamento e privacidade, ou o porquê da fixação de massas de construção sem que ninguém provenha algum benefício urbano e social.

Estas questões relacionam-se com a estrutura urbana que habitamos, os seus problemas e benefícios. A importância do local, que no Minho se destaca pela proximidade da habitação e o terreno com o habitante, remete-nos para motivações religiosas e a actividade laboral, apresentando um papel preponderante nesta aproximação das pessoas ao lugar.

A importância das relações humanas com o território vincula-se à preocupação de entender os factores que motivaram as transformações da estrutura urbana e sua morfologia ao longo dos anos. Recorrer a registos escritos, que ajudam a compreender as transformações referidas, foi uma prioridade ao longo da Dissertação, embora os relatos de acontecimentos por parte dos moradores se torna-se uma mais-valia para a execução desta investigação.

Relatos na primeira pessoa, que fornecem uma nova perspectivam dos acontecimentos, directamente relacionados com as transformações urbanas da Vila de Caminha. Dados sensoriais que permitem um cruzamento de conhecimentos, colmatando as lacunas de dados que os registos escritos não contemplam.

A Dissertação enquadra-se no campo do urbanismo, entendido como a vontade de orientar a acção operada sobre o meio urbano, “fazer cidade”, melhorar a cidade existente, propor desenhos, novas formas e estabelecer um diálogo positivo entre os espaços construídos e os vazios e, entre estes entender os comportamentos e motivações sociais (Ascher, 2010).

A delimitação da Dissertação abrange o estudo do território, do edifício, da sociedade e o tempo. O **objectivo** é a produção de informação que permita uma análise baseada no cruzamento de informação recolhida, sobre as transformações e evolução do território em estudo. Estrutura e identificar o meio urbano é uma actividade vital ao ser humano, recorrendo a tipos de orientação como: a sensação visual da cor, da forma, do movimento ou polarização da luz (Lynch, 2009).

O estudo da evolução do desenho urbano vincula dois aspectos fundamentais: os processos de formação da estrutura urbana, de carácter histórico e cultural; e o conhecimento e reflexão sobre a forma urbana e sua formação. Pretende-se aportar ao estudo da Vila de Caminha o conhecimento da evolução do desenho, a identificação da morfologia actual e suas características, intrínsecas ao seu próprio desenvolvimento histórico como sociedade em foco.

O primeiro passo no conhecimento de uma estrutura urbana é a avaliação das suas formas (o primeiro contacto visual), o desenho e implantação no território e as relações que se estabeleceram ao longo do seu crescimento. As várias fases de desenvolvimento estão patentes na qualidade da arquitectura operada ao longo dos processos de formação da Vila de Caminha.

A investigação tem como **objecto de estudo** a Vila de Caminha e como **objectivo** primordial conhecer as transformações que se deram desde a sua formação. Os objectivos, inerentes à proposta de dissertação elaborada, abordam questões directamente relacionadas com as transformações do território. Identificar no espaço e no tempo as alterações da morfologia e estrutura urbana. Estas questões estão directamente relacionadas com a actividade humana e o uso do território ao longo do tempo.

Na região, que a Vila em estudo se localiza, o Minho, os inúmeros vestígios de assentamentos com um forte carácter histórico surgem abundantemente como marcas de um passado que faz parte da identidade nacional. A Vila de Caminha insere-se num grupo de vilas (na época medieval implantadas ao longo das margens do rio Minho para defesa do território nacional), que surgiram num contexto político, socioeconómico e cultural específico, com uma importância extrema na consolidação do território nacional.

A Dissertação aborda as origens e as várias fases em que se operam transformações na Vila, embora nos concentremos no período do desenvolvimento morfológico e estrutura urbana da década de 1950 a 2010. A comparação e cruzamento da diversa informação recolhida e a análise de cartografia (1949, 1976, 1995, 2005), assim como a elaboração de mapas actuais, procuram colmatar as carências de informação.



Fig.1 – Vista aérea da Vila de Caminha, 2010.

Capítulo I

ENQUADRAMENTO

1. - Enquadramento temático e metodológico

A preocupação pela realidade do espaço habitável, pela organização do terreno e pelo estabelecer de “regras” está vinculada ao ser humano desde o seu nascimento. Desde as cavernas ao castelo ou mesmo do campo de cultivo ao jardim da moradia, do espaço público ao espaço privado, as preocupações de ordenamento do território estão inerentes ao acto de habitar.

O espaço onde habitamos faz parte do indivíduo e está intimamente ligada ao território. Ao longo dos tempos, o homem com mais ou menos eficácia, procurou entender a forma do terreno e respectiva fisionomia, para escolher o seu assentamento. Procurou uma relação muito próxima com o espaço urbano, com o seu desenho, para que melhor o servissem.

É necessário assumir uma metodologia que aborde vários campos do conhecimento da própria Vila, reconhecendo factos, recolhendo informações e registos históricos, contrapondo-os e analisando-os em profundidade, de forma a constituir, nesta Dissertação, um instrumento e uma contribuição mais para a informação e discussão sobre as transformações que se sucederam na Vila de Caminha. A sua análise morfológica implicou a recolha de informação, assim como uma constatação da realidade urbana actual, de forma a compreender a evolução do desenho urbano, que em contraponto com a actividade social fornece dados importantes para uma investigação.

A visão histórica evidencia-se como fundamental para o entender das transformações que metamorfosearam a Vila de Caminha. Pode-se considerar a investigação morfológica da Vila de Caminha, de forma objectiva, através da análise da arquitectura (tipologias), até às formas geradas pelo desenho urbano e pelas próprias dinâmicas de assentamento no solo – o urbanismo. Compete entender as transformações que se deram ao longo dos tempos na Vila de Caminha, tendo sempre presente duas variáveis de aproximação: a análise da cartografia e informação cadastral do local; e a análise das formas urbanas. Torna-se indispensável considerar uma investigação com carácter histórico, descritivo e principalmente de co-relação, de cruzamento de informação, entre os elementos de análise recolhidos.



Fig.2 – Ortofotomapa da Vila de Caminha, 1995.

Fig.3 – Vista da Vila de Caminha desde o Monte de S. Tecla, Espanha, 2010.

Foi estabelecido como objectivo primordial desta investigação, o estudo acerca das formas urbanas e processos de transformação da Vila de Caminha, partindo da análise da informação recolhida, abordando o meio físico e humano, procurando conhecer a evolução e os processos que se manifestaram até aos dias de hoje. É importante o estudo da arquitectura de cada época, assim como o desenho das vias de circulação delimitando a co-relação entre o espaço público e privado, assim como a implantação e desenho urbano em geral.

Na análise do espaço público e privado, o cadastro assume um papel fundamental no entendimento da morfologia urbana da Vila de Caminha. A importância da forma, por sua vez, inerente ao processo de desenho urbano que caracteriza a Vila, leva-nos ao identificar das tipologias variáveis, como marcas da evolução morfológica persistente, na sua evolução e ocupação no território.

Registos escritos da formação da Vila, sugerem que “em Caminha, as ruas precedem as casas” (Barroca, 2002). As ruas, as construções, os terrenos e analisando o seu traçado urbano permitem entender os processos de transformação e criação da morfologia da Vila de Caminha.

O estudo da “cidade” não pode no entanto, focalizar apenas o “objecto” construído, as massas ou estilos do desenho composto, mas “não pode ser pensada sem se fazer referência à articulação constante destes ritmos temporais diferentes. E o seu futuro não pode ser organizado eficazmente a não ser que a acção de urbanismo saiba compor esses ritmos através de métodos adequados, bem articulados com as evoluções económicas, sociais e culturais profundas que determinam o seu destino” (Lacaze, 1995; p.8).

O espaço urbanizado é aqui entendido como “objecto de múltiplas leituras, consoante os instrumentos ou esquemas de análise utilizados. No essencial, os instrumentos de análise vão fazer ressaltar os fenómenos implicados na produção do espaço. As inúmeras significações que se encontram no meio urbano e na arquitectura correspondem aos inúmeros fenómenos que se originaram.” (Lamas, 2010; p.37).

Lynch (2009) procurou resultados através da análise de três cidades, Boston, Los Angeles e Jersey. À primeira vista em pouco ou mesmo nada terá a ver, em termos de dimensão, com a Vila de Caminha, no entanto é possível uma relação de abordagem e conhecimento dos mesmos processos de transformação do espaço urbano como o caso da Vila de Caminha. As técnicas e nível de abordagem às estruturas constituintes que formam a “cidade” vincula o conhecimento da mesma e a avaliação inerente aos processos que o presente estudo pretende tomar como um dos exemplos a seguir.

É evidente a procura da “imagem” ou morfologia que advém deste contacto directo e preceptivo com a cidade. As “imagens” avaliadas foram rotuladas em cinco principais elementos considerados estruturantes e fundamentais na representação da própria cidade: as vias que asseguram a conexão entre um ponto e outro; os limites que representam a fronteira entre áreas da cidade que têm uma existência diferente; os pontos marcantes, edifícios, estátuas, praças que constituem os locais identificáveis e que geralmente comunicam o sistema de orientação das pessoas; os cruzamentos, pontos de cruzamento, de passagem de uma actividade para outra e os bairros essencialmente demarcados pelo reconhecimento de um carácter homogéneo.

1.1– Conceitos e definições

Nesta Dissertação é importante o clarificar de alguns conceitos ou termos utilizados, ao longo da mesma. O seu desenvolvimento relaciona os aspectos inerentes ao espaço urbano e o seu processo da sua construção, através dos elementos morfológicos que o caracterizam.

O urbanismo pode ser entendido como a disciplina que relacionada o planeamento, o controlo e regulação das estruturas que formam cidade. O sentido, porém, deste termo apresenta variações de acordo com a aproximação do território, a época em que o estudo se centra

A disciplina encontra-se associada à arquitectura, arquitectura da paisagem, Design ou política, a nível de escala da cidade, da região à pequena habitação ou lote. O urbanismo revela-se multidisciplinar, ciência inteiramente humana, que deve ser inserida num contexto muito próprio de intervenção, ligado inteiramente a uma dada sociedade, aos seus problemas, articulando os condicionalismos políticos, sociais e económicos, e responder a problemas das mais variadas tipologias, civilização e urbanidade.

O urbanismo compreende o sentido prático na acção político-administrativa, uma vez que interage de modo directo com necessidades justificadas de carácter sociais e económicas. O espaço urbano e a resolução de problemas públicos e privados, de utilização do mesmo, são foco do estudo do urbanismo. Também, a resolução de problemas a todos os níveis de convivência social num território pré-escolhido para o efeito, onde o urbanismo exerce forças de mediador e de instrumento que contribui para uma melhoria da vida cívica da sociedade.

A análise do espaço urbano implica uma multidisciplinaridade, na qual o urbanismo “assumirá na concepção da forma do meio urbano todos os contributos das diferentes disciplinas e ciências que lhe estão ligadas” (Lamas; 2010; p.44).



Figura 4 – Imagem aérea da Vila de Caminha, 1952.

A morfologia urbana deriva do grego “morphe+lógus”, tendo como significado mais lato, o estudo das formas exteriores, ou seja, o término morfologia utiliza-se para denominar o estudo da configuração e da estrutura externa de um objecto, podendo considerar-se a ciência que estuda as formas, seguidamente dos factos que lhe deram origem, como o tempo, a época e os processos de transformação. A necessidade de entender os elementos morfológicos conhecidos, as formas exteriores e as relações inerentes ao acto da informação apreendida, estabelecendo uma relação muito importante entre o objecto estudado e o observador.

A morfologia urbana converge na recolha e utilização de informações provenientes de “disciplinas distintas, como a economia, sociologia, história, geografia, arquitectura, etc. – A fim de explicar um facto concreto: a cidade como fenómeno físico e construído. Explicação essa que visa a compreensão total da forma urbana e do seu processo de formação. Com imprecisão de linguagem, no calão arquitectónico, muitas vezes as palavras morfologia e forma são usadas indistintamente e sem diferenciação de significado (Lamas; 2010; p.37).

Pode-se entender que a morfologia urbana, como disciplina, estuda o objecto – a forma urbana – nas suas características exteriores, físicas, e respectiva evolução no tempo. É, por isso, que a morfologia urbana se inscreve nas áreas do urbanismo, da arquitectura e do desenho urbano. Nesse sentido, pode-se definir pelo estudo dos factos construídos considerados do ponto de vista da sua produção e na relação das partes entre si e com o conjunto urbano que o definem.” (Lamas; 2010; p.38). Na análise morfológica prevê-se uma determinação no conhecimento das origens, da evolução e da “imagem” do meio urbano.

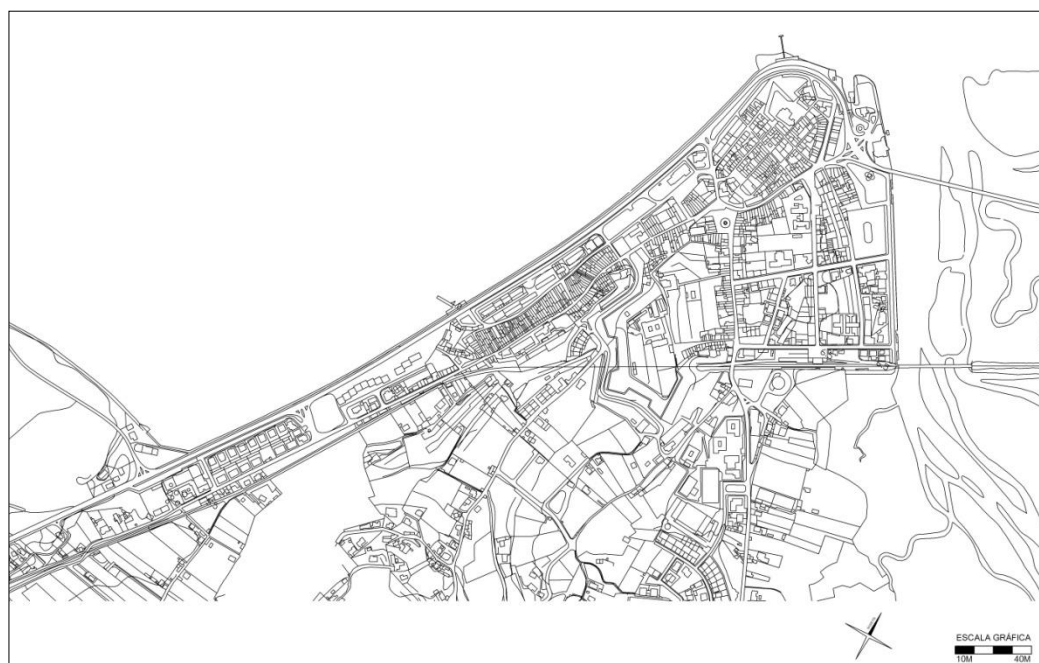


Figura 5 – **Plano da Vila de Caminha** (1995). Variações no assentamento e o parcelamento do registo Cadastral da Vila.

A forma urbana pode ser considerada “ aspecto da realidade, ou modo como se organizam os elementos morfológicos que constituem e definem o espaço urbano, relativamente à materialização dos aspectos de organização funcional e quantitativa e dos aspectos qualitativos e figurativos. A forma, sendo o objectivo final de toda a concepção, está em conexão com o «desenho», quer dizer, com as linhas, espaços, volumes, geometrias, planos e cores, a fim de definir um modo de utilização e de comunicação figurativa que constitui a «arquitectura da cidade».” (Lamas; 2010; p.44).

As formas urbanas são constituídas por elementos morfológicos que as desenham e organizam no espaço urbano, conferindo-lhe qualidades intrínsecas à sua origem e desenvolvimento, coabitando e interagindo entre si numa linguagem própria, estabelecendo relações espaciais, onde a arquitectura tem um papel de interpretação global da cidade e estrutura espacial.

A relação entre as formas e as funções são, no contexto da análise do espaço urbano, importantes para o entender da existência das mesmas. A época de construção das formas constitui uma abordagem relevante para o conhecimento da “cidade”. A forma arquitectónica, como parte integrante da morfologia urbana, é o modo como as partes do objecto se relacionam entre si, assim como o explicar a sua existência e disposição. Não existe um objecto sem a forma que o caracteriza, a qual transmite um poder estético e de comunicação, permitindo conhecê-lo visualmente. A função do “objecto urbano” é que nos permite, mesmo num estado degradado, reconhecer e enquadrá-lo. No meio urbano os objectos, com a sua forma, apresentam particularidades que os distinguem. Nelas podemos delimitar temporal e funcionalmente em grupos que possuem as mesmas características gerais, munindo o processo de contextualização de informação importante para o conhecimento do objecto no seu todo.

A evolução do objecto arquitectónico e a imagem que o caracteriza tende a enquadrar-se num conjunto tipológico de forma repetitiva. A repetição constante de um edifício define uma tipologia construtiva, no interior de uma morfologia urbana prevista ou existente. A relação entre as duas estruturas pauta-se por uma existência de unicidade no seu âmago: uma contém o lugar, a rua, o largo, o quarteirão, a Vila/Cidade e o seu aspecto morfológico; a outra insere-se na primeira, é todo o universo do edifício e o seu significado. (Guerreiro, 2002)

A definição de tipo associa-se a: “1 – Molde que dá origem a outros moldes. 2 – Modelo original trabalhado a partir de um arquétipo e determinando a forma de uma série de objectos dele derivados. Emprega-se quase sempre em sentido figurado. Diversos objectos podem derivar do mesmo tipo, representando este a ligação genética entre eles. A tipificação representa uma das intenções da produção de objectos belos...” (Rodrigues; Sousa, Bonifácio, 2005), e Tipologia como análise, descrição e classificação de formas típicas.

O tipo apresenta um carácter ligado ao estudo urbano e todos os factores sociais inerentes ao processo evolutivo. Deste modo Rossi (2001) desenvolveu o termo de “Casa urbana”: enquanto “elemento na construção da cidade que se define no seu duplo aspecto de objecto de uso e de obra conformada adentro dos caracteres institucionais da arquitectura.” (Rossi, 2001; p.14). Entende a obra arquitectónica com um duplo carácter de existência social quer na sua introspectiva individualidade e qualidades intrínsecas, como imagem enquadrada no sistema funcional urbano. Da significação de **tipologia** “desenvolveu-se o aspecto classificativo, de conhecimento da arquitectura, e o conceito de forma tipológica.” (Ibid., 2001; p.15).

No desenvolvimento do estudo morfológico, os termos de morfologia e tipologia coexistem num mesmo sentido prático. Contudo, pode-se acrescentar que a tipologia associa-se a uma espécie de repetição, de certas características comuns e sua implantação e desenho do espaço urbano, enquanto a morfologia alia-se às características comuns formando o tipo e respectivo uso, corrente e extensível a um determinado número de obras arquitectónicas que se compatibilizam a uma época ou estilo arquitectónico.

O termo tipo-morfologia refere o estudo das formas existentes nas tipologias, contidas nos objectos do espaço urbano. A morfologia da cidade revela a preocupação com a lógica da forma, a arquitectura e o sentido estético-formal mas também o urbanismo e o planeamento capaz de mobilizar todo o plano de recursos à escala de intervenção pretendida. Na Vila de Caminha, pode-se reconhecer, através dos seus elementos morfológicos, as diversas tipologias, as formas e os processos de transformação do desenho urbano.

1.1.1 – O espaço urbano e os seus elementos morfológicos

A leitura dos elementos morfológicos, presentes em Caminha-Matriz, estrutura-se em vários níveis de compreensão e análise. Relaciona-se directamente com a escala de intervenção, como a escala da Rua, a escala do Bairro e escala da “cidade”. No estudo das formas do meio urbano, o modo a conhecer a imagem da Vila obriga a uma identificação dos elementos que a constituem.

O solo torna-se o elemento que define e desenha a “cidade”, partindo do território existente. Apesar das inúmeras e consecutivas mudanças, o solo evidencia-se como um actor principal nas actividades de análise morfológica, importante para a estruturação do cadastro da Vila. Define o primeiro momento de aproximação para a construção e assentamento dos elementos constituintes do meio urbano.



Figura 6 – **Vista a Nascente da Vila de Caminha** (2010). Desvenda-se a diferenciação de cotas e implantações das construções no território da Vila.



Figura 7 / 8 – **Áreas de vegetação na Vila de Caminha.** Respectivamente, Avenida entre pontes (1910); e Avenida de Camões (2011).



Figura 9 – Áreas de vegetação na Vila de Caminha, Jardim Dr. Luciano Pereira, 1936.

A vegetação é um factor preponderante na imagem da Vila. Do “canteiro à árvore, ao jardim de bairro ou ao grande parque urbano, as estruturas verdes constituem também elementos identificáveis na estrutura urbana. Caracterizam a imagem da cidade; tem individualidade própria; desempenham funções precisas: são elementos de composição e do desenho urbano; servem para organizar, definir e conter espaços. Certamente que a estrutura verde não tem a mesma «dureza» ou permanência que as partes edificadas da cidade. Mas situa-se ao mesmo nível da hierarquia morfológica e visual. Uma rua sem árvores mudaria completamente de forma e de imagem; um jardim ou um parque sem a sua vegetação transformar-se-ia apenas num terreiro. As simples árvores e vegetação existentes em logradouros privados são de grande importância na forma urbana, no controlo do clima e qualificação da cidade, e como tal deveriam ser entendidas no urbanismo e gestão urbana.” (Lamas, 2010; p.106).

O elemento da vegetação pode ser entendido como delimitador de espaços. No caso do desenho urbano, a vegetação deveria ter mais protagonismo, uma vez que o que se evidencia nos últimos anos é o fenómeno oposto, o desaparecimento do elemento verde e da crescente presença do edificado, suas massas e volumetrias.



Figura 10 – Plano da Vila de Caminha (2010). Observa-se o traçado evidenciando a sua fisionomia e o parcelamento urbano na Vila.

O traçado define-se como “um dos elementos mais claramente identificáveis tanto na forma de uma cidade como no gesto de a projectar. Assenta num suporte geográfico preexistente, regula a disposição dos edifícios e quarteirões, liga os vários espaços e partes da cidade.” (Lamas, 2010; p.100). A rua transformou-se desde o aparecimento das primeiras edificações. O assentamento e fixação de núcleos urbanos tinham a necessidade de estabelecer traçados que servissem a comunicação e a mobilidade, “o traçado, a rua, existem como elementos morfológicos nos vários níveis ou escalas da forma urbana. Desde a rua de peões à travessa, à avenida, ou à via rápida, encontra-se uma correspondência entre a hierarquia dos traçados e a hierarquia das escalas da forma urbana.” (Lamas, 2010; p.86). Caracteriza-se o espaço das vias como espaços de circulação, os espaços vazios que se estabelecem como elementos reguladores da estruturação urbana.



Figura 11 – **Exemplos de mobiliário da Vila de Caminha ao longo da sua história.** Respectivamente, Praça Conselheiro Silva Torres (Terreiro), 1919; Largo Senhora da Agonia, 2010; e Rua 16 de Setembro, 2010.

O mobiliário urbano assume uma importância como elemento morfológico na análise do espaço urbanizado e um papel fundamental para o desenho da cidade, na concretização da imagem da cidade e também do conforto conseguido. Na escala da rua, a análise do mobiliário deve-nos guiar para uma avaliação de características inerentes à “cidade” e ao espaço construído.

Este elemento morfológico tem uma preponderância no campo visual do cidadão ou usufruidor do espaço, onde se iniciaram movimentos inovadores, que vieram alterar de facto a imagem da cidade e de cada um dos seus elementos morfológicos. Álvaro Domingues (2009) refere que a imagem é recriada e transfigurada, identificando uma metamorfose na estética da cidade aliada a uma vertente comercial, política e industrial. Associado a esta caracterização está a utilização do mobiliário urbano ligado à mobilidade, do conforto e da circulação da população, factores imprescindíveis na análise morfológica.



Figura 12 – **Monumento da Vila de Caminha** que ao longo da sua história teve um papel preponderante na vida da população da Vila. Igreja Matriz, 1905.

O monumento é entendido como uma marca histórica, por vezes individualizada e particularizada, outros com valor de conjunto, definida consensualmente como a obra de arquitectura ou de escultura destinada a transmitir ou imortalizar a memória de uma personalidade ou acontecimento na sociedade em que se insere. No contexto urbano alia-se esta definição ao monumento histórico, edifício projectado e construído, de valor incontestável, submetido a um regime jurídico especial, com uma classificação administrativa, como património público protegido.

Em sentido mais lato, pode-se neste estudo classificar os monumentos como elementos morfológicos de enorme valor patrimonial e social, com um carácter estruturante e evidenciando um papel regulador do espaço público e constituinte da imagem da cidade. Na Vila de Caminha, desde o ano de 2005 assistiu-se a uma proliferação, de implantação de esculturas, coroando rotundas, cruzamentos e praças e

largos, ao longo de todo o concelho. O recurso ao monumento é marcado pelo “embelezamento” da vila, mas também enquadra a procura de consciencialização da arte e Cultura da identidade social.

Como parte da identidade construída “o monumento desempenha um papel essencial no desenho urbano, caracteriza a área ou bairro e torna-se pólo estruturante da cidade. Nas «urbanizações operacionais», a ausência de monumentos representa, de certo modo, o vazio de significado destas estruturas e o vazio cultural das gestões urbanísticas contemporâneas. A ampliação do conceito de monumento desenvolvida nas últimas décadas partiu do elemento singular arquitectónico ou escultórico para abranger conjuntos urbanos, centros históricos ou as próprias cidades.” (Lamas, 2010; p.104).



Figura 13 – **Exemplos de monumentos na Vila de Caminha.** Respectivamente, a Torre do Relógio, 2010; área ajardinada circundante à Igreja Matriz, 2010.



Figura 14 – **Praças e Largos na Vila de Caminha, 2010.** Respectivamente, Praça Conselheiro Silva Torres (Terreiro), 2010; Largo da Senhora da Agonia, 2010.

A praça tem um papel estruturante no desenho da cidade. Assume-se como centros de convergência. São elementos morfológicos importantes para o desenho e traçado urbano, directamente relacionado com valores e dinâmicas sociais pré-estabelecidas. É o lugar de permanência, de práticas sociais e funções estruturantes na vida urbana. A praça identifica-se morfológicamente como marca da imagem da “cidade” mas também na essência da vida urbana e valores incutidos na identidade social. A praça ou o largo são entendidos de forma similar, ainda que o largo apresenta pequenas dimensões e menor importância na identidade da Vila.

A importância do estudo do espaço não construído formaliza a importância na regulação dos elementos que constituem a “cidade” e “a definição de praça na cidade tradicional implica, como na rua, a estreita relação do vazio (espaço de permanência) com os edifícios, os seus planos marginais e as fachadas. A praça reúne a ênfase do desenho urbano como espaço colectivo de significação importante. Este é um dos seus atributos principais e que a distingue dos outros vazios da estrutura das cidades. Na urbanística moderna, a praça permanece, embora suscitando as dificuldades de delimitação e definição provocadas pela menor incidência dos edifícios e fachadas na sua definição. No «novo urbanismo» actualmente, o recurso ao desenho de praças tem sido por vezes um logro, na medida em que o desenho do espaço não é acompanhado pela qualificação e significação funcional.” (Lamas, 2010; p.102).



Figura 15/ 16 – Mapa de cheios e vazios no centro da Vila de Caminha, 1995. Vista do “Terreiro”, 2010.

O quarteirão pode ser descrito como o “conjunto de casas próximas umas das outras”, enquanto aglomerado de construções unidas formando um bloco entre si. São vários os autores que retratam a importância do quarteirão e sua formação, para a relação morfológica da cidade, uma vez que, tal como Lamas (2010) indica, no seu estudo, morfologia urbana e desenho urbano, refere a associação do quarteirão com o lote e o edifício, o traçado e a rua, e as relações entre espaços públicos e privados. O quarteirão pode ser delimitado por vias estruturantes e a sua manifestação consolida-se como elemento caracterizador do espaço urbano e condensador de elementos morfológicos, já desde os primórdios da construção da cidade.

Na produção do espaço urbano, “o quarteirão agrega e organiza também os outros elementos da estrutura urbana: o lote e o edifício, o traçado urbano e a rua, e as relações que estabelecem com os espaços públicos, semi-públicos e privados. O quarteirão foi (e é) um instrumento de trabalho urbanístico na produção da cidade tradicional, permitindo a localização e definição da arquitectura e relacionando-a com a estrutura urbana. Foi um elemento morfológico sempre presente nas cidades até ao período moderno, constituindo elemento da estética urbana” (Lamas, 2010; p:94).

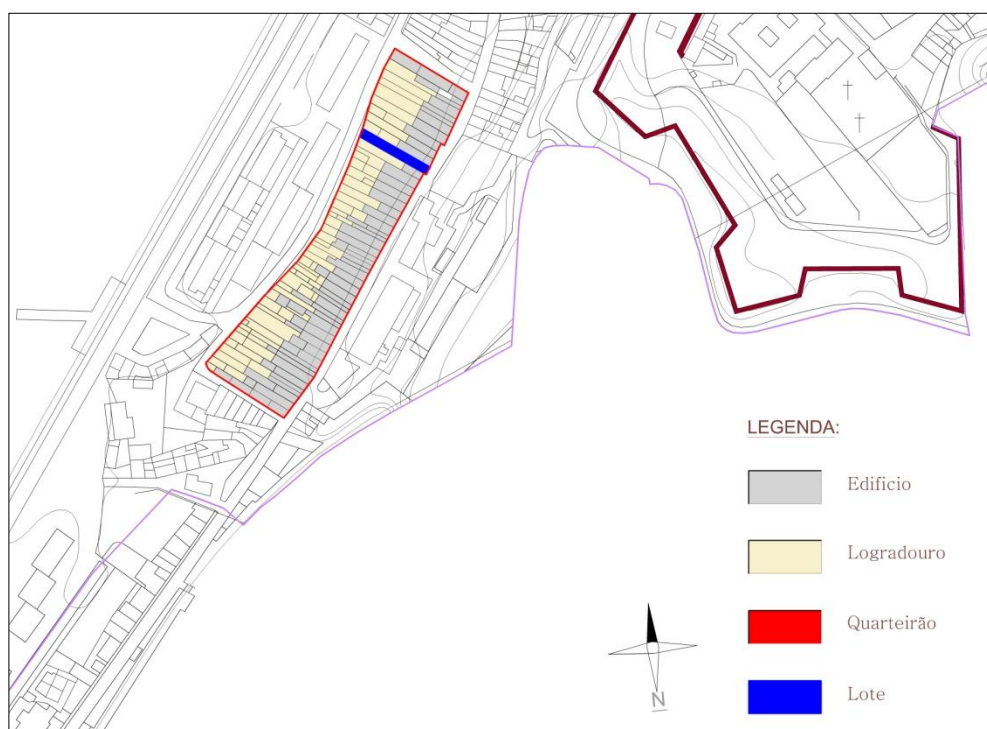


Figura 17 – **Parcela do Plano que denota a parcelamento na Vila de Caminha, 2005.** A indicação da estruturação e ocupação espacial, de uma área habitacional da Vila (Rua dos Pescadores).

O lote, ou terreno, está inteiramente e indissociavelmente ligado ao edifício e à sua implantação no terreno. A morfologia da cidade está interligada à fisionomia e análise das suas partes. O lote é um agente caracterizador da forma urbana. A forma que define o lote “é condicionante da forma do edifício e, consequentemente, da forma da cidade. Até aos anos vinte-trinta, o lote foi o lugar do edifício e um meio e instrumento de planificação e separação entre o espaço público e o privado. A colectivização do espaço urbano veio conferir ao lote o estrito papel de assento das edificações, retirando-lhe uma das suas principais características.” (Lamas, 2010; p.86). O lote não é apenas uma parte de terreno, uma fracção da parcela cadastral mas também o centro e o fundamento da construção do edificado.

O logradouro caracteriza-se pelo espaço não edificado, pertencente ao lote, geralmente nas traseiras da construção. Um espaço que contribui para o desenho da malha urbana como delimitador da parcela, da área construída e de relação com as outras edificações. É através do desenho do “logradouro que se faz parcialmente a evolução das formas urbanas do «quarteirão» até ao «bloco» construído.” (Lamas, 2010; p.98). O relacionamento que se estabelece entre o edifício e o espaço não construído protagoniza uma relação de objectiva dependência na produção da malha urbana, no seu todo.



Figura 18/19 – Vistas das traseiras de construções na Vila de Caminha (Rua da Trincheira), 2010. Pode-se verificar a organização espacial das construções, denotando-se os edifícios, em cotas superiores do lote e o logradouro, a poente, servindo de área de trabalho ou arrumos.

Os edifícios, como elementos construídos, são essencialmente para usufruto e actividades humanas. Possuem uma forma particularizada, onde a individualidade se assume de forma atenuada na morfologia da cidade. Lamas (2010) assim como Rossi (2001), enquanto estabelece uma forte relação entre a morfologia urbana e a tipologia edificada. Enquanto objecto construído, tem uma presença significativa no contexto urbano, assim como é constituído por elementos morfológicos que o classificam e o contextualizam relativamente à sua origem. Ligado à tipologia, o edifício, prevalece na estrutura urbana como componente caracterizador da imagem da Vila.

A fachada é um dos elementos de análise, gerador da imagem da cidade, mais importantes. É o contacto mais directo com o observador, onde o desenho dos seus elementos constituintes, caracterizando os edifícios como pertencente a uma tipologia, a uma época e directamente ligado a uma linguagem arquitectónica. Os elementos constituintes da fachada incorrem na importância que a mesma, ao longo dos tempos, apresentou nas variáveis dos seus elementos e onde “a importância da fachada decorre da posição hierarquizada que o lote ocupa no quarteirão. E a situação descrita é a situação corrente das tipologias habitacionais, com excepções evidentes quando o edifício se situa no meio de um quarteirão ou do lote mais vasto ocupa.” (Lamas, 2010; p.94).



Figura 20/21 – **Fachadas de construções na Vila de Caminha, 2010.** Identifica-se edificações e seus elementos constituintes, marca da sua individualidade. Respectivamente, o edifício da “Alfândega”; e a Biblioteca e Museu Municipal de Caminha.

1.2 – Espaço Urbano

Este capítulo, destina-se a dar exemplos ou a alegar o que poderão ser considerados contributos importantes ao desenvolvimento da Dissertação, ligado directamente à observação do meio urbano e estudo da sua morfologia, ao desenho e os processos de transformação de forma a entender a evolução da Vila de Caminha.

Considerando a morfologia urbana como sendo o estudo do espaço urbano, formas e transformações da cidade. Uma cidade é muitas vezes considerada como um ser vivo, que se transforma e que possui funções variadas, criadas por inúmeros indivíduos e com uma velocidade acelerada.

A imagem urbana pode ser composta por seis elementos: edifícios, vias, limites, bairros, cruzamentos e ícones (ou monumentos). Todos os componentes morfológicos da “cidade” de Caminha, bem como os seus planos e respectivas estratégias de formação do território urbano actual, constituem a base da investigação desenvolvida para a Dissertação.

Para entender a forma urbana deve-se considerar as variáveis históricas, políticas e sociais. As transformações e crescimento a nível da indústria ou do comércio marcam a modelação do terreno, a dispersão/concentração da população. O espaço urbano sofre alterações e vai moldando-se ao uso que de si é exigido. Torna-se importante estabelecer paralelismos, de forma contextualizada, onde a critica, na procura de um entender da morfologia urbana e os processos de abordagem ao estudo do meio urbano.

O espaço urbano entende-se como uma abstracção do espaço habitado. Referir o espaço urbano e o estudo do mesmo, como forma de o conhecer, é considerar que as construções têm um papel fundamental na evolução da Vila. Os limites físicos da cidade não são os limites do espaço urbano, mas o espaço urbano extrapola-se para o meio rural, em algumas das suas parcelas. Entender o solo urbanizado ao longo dos tempos e a origem do mesmo, é entender a forma de habitar e mesmo a forma de viver e apreender o papel na sociedade e sua fixação no espaço da Vila de Caminha.

Desde os anos de 1960 que a teoria do espaço urbano se tornou interdisciplinar, com preocupações nas variadas vertentes do estudo comportamental, linguístico, preocupação com correntes filosóficas, científicas e fenomenológicas. A realidade social, em constante mutação e toda a realidade urbana, em transformações constantes, conduz a uma necessária contextualização de cada teoria e respectiva validade.

De entre os autores preocupados com a questão urbana, o estudo das formas e as transformações do meio urbano, pode-se referenciar Kevin Lynch (2010), com a sua obra “Imagem da Cidade” e respectiva forma empírica de entender a cidade e o espaço urbano, ou a “Arquitectura da Cidade” de Aldo Rossi (2001), que eleva o conceito de “utopia” a espaço do reconhecimento. A própria construção da palavra reconhecer, indica um conhecimento através da memória. Rememorar-se, no entanto, não é somente a reincidência de experiências pessoais isoladas; para Rossi (2001), a memória do lugar é o resultado de sobreposições das experiências individuais e colectivas, onde se acomodam signos do arbítrio e da tradição.

No entendimento da morfologia urbana e sua análise deve-se “ter presente que o desenho urbano exige um domínio profundo de duas áreas do conhecimento: o processo de formação da cidade, que é histórico e cultural e que se interliga às formas utilizadas no passado mais ou menos longínquo, e que hoje estão disponíveis como materiais de trabalho do arquitecto urbanista; e a reflexão sobre a forma urbana enquanto objectivo do urbanismo, ou melhor, enquanto corpo ou materialização da cidade capaz de determinar a vida humana em comunidade. Sem o profundo conhecimento da morfologia urbana e da história da forma urbana, arriscam-se os arquitectos a desenhar a cidade segundo práticas superficiais, usando «feitos» sem conteúdo disciplinar.” (Lamas, 2010; p.22).

Os estudos e teorias conhecidas ajudam a compreender alguns casos ou realidades em que se centram, ou até mesmo a ter várias perspectivas do mesmo caso, do método ou da resposta. Mas cada caso é singular, com as suas particularidades, história, experiências e relações estabelecidas, necessárias conhecer e para entender e perspectivar um futuro. A dimensão global da problemática da forma e da tipologia tem tido no urbanismo um papel fundamental ao longo dos tempos. O interesse no estudo do espaço e sua ocupação esteve sempre presente no caminho do arquitecto e urbanista e no acto de projectar. Apresenta-se comum a uma parte significativa das teorias analisadas a tentativa

de unir a vida interior e exterior do homem e a íntima relação com o espaço habitado. A cidade tornou-se no objecto de estudo por excelência, como campo de relações intrínsecas à actividade humana, e o papel que lhe é atribuído, sendo capaz de tomar parte activa nos processos criativos e organizativos no espaço. São tratadas as dimensões da vida que a cidade tem vindo a materializar.

É cada vez mais importante o estudo da cidade e sua discussão construtiva, considerando o próprio meio urbano como palco de vida social e das relações interpessoais e sensoriais. A Vila de Caminha insere-se no grupo de pequenas “vilas – cidade”, que pela sua localização, tiveram um papel fundamental ao longo da história.

A análise proposta da Vila procura equacionar a sua situação urbana, assim como o repensar do respectivo espaço urbano de forma a entender os processos de construção e transformações ali presentes. No que se refere aos estudos executados, focalizados na Vila de Caminha, centralizam-se em estudos locais onde se pode citar as revistas de cultura histórica, literária, artística etnográfica e numismática, Caminiana (1979, 1980, 1984, 1987), de A. Guerreiro Cepa, Serra de Carvalho (1991), Alves Lourenço (1985), João Azevedo, Maria Cruz (1988), ou Sérgio Cadilha (2008)¹, entre outros, que executaram os seus estudos e contribuíram para um conhecimento sobre Caminha e o seu território.

O valioso contributo dos estudos locais, que abordando questões sociopolíticas, construtivas e evolutivas, registos e abordagens a uma dada época, transmitiram conhecimentos para a elaboração da Dissertação. O conhecimento da Vila de Caminha, assim como o continuar destes estudos, visa uma conjugação entre o passado e o presente da Vila.

¹ Arqueólogo da Câmara Municipal de Caminha. Executa estudos arqueológicos, e procura através dos seus documentos editados, um estudo sobre o crescimento e origens da Vila de Caminha e a Torre do relógio e monumentos na Vila, (2008). (Entrevista com o arqueólogo, 2010.)

1.2.1 - O papel da forma urbana no reconhecimento do processo de transformação das cidades

A forma urbana marca a imagem da “cidade” sendo importante entender o percurso e o traçado de crescimento e transformação ao longo dos tempos. A história demarca uma evolução bem patente nas cidades actuais, ainda mais as que tem como estrutura de fundação um legado histórico reconhecido. O espaço e sua forma e a estreita relação com os sistemas vinculativos à actividade humana que diferencia a organização da mesma demarcam a evolução e o crescimento das “cidades”.

A consciência social e territorial de uma realidade de conflitos exige uma preocupação factual, construtiva e motivacional. O meio urbano vem sendo uma preocupação desde os primeiros núcleos urbanos, ultrapassando correntes e linhas de pensamento, do Clássico ao Renascimento ou Neoclassicismo, até ao Modernismo e o papel fundamental do urbanismo na construção da cidade. A coerência da abordagem ao espaço urbanizado obriga ao estudo de núcleos urbanos, procurando uma base conceptual para a Dissertação.

Desde a segunda grande guerra (1939 – 1945), manifestou-se a necessidade de procurar soluções e repensar a validade dos sistemas organizacionais então dominantes. O repensar do espaço público, sua organização e construção, preocupou desde sempre os principais autores do pensamento urbanístico. Desde os CIAM (Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna), que geraram um inconformismo, que foram rebatidas ideias na defesa da continuidade dos modelos existentes em detrimento dos novos conceitos apresentados. Foi discutida a Carta de Atenas, designada por muitos como polémica e por outros como sensata, mas era tida como uma grande inovação.

No IX congresso dos CIAM, 1953 um grupo liderado por Alison e Peter Smithson e Aldo Van Eyck contestou as quatro categorias funcionalistas da carta: habitação, trabalho, lazer e circulação. Este grupo procurava soluções e inovações relacionadas com os princípios estruturais do crescimento urbano e a melhoria das relações de interacção do Homem com o meio.

Em 1958 os CIAM foram extintos, apesar de ficarem reminiscências vocacionais com a vontade por parte de grupos que se formaram posteriormente de inovar e perceber um futuro melhor. A problemática do planeamento urbano emerge com um sentido mais prático e mais próximo da realidade de cada assentamento urbano.

O conceito de urbanismo planeado foi confundido com a arquitectura de pequena escala ou apenas a um “objecto” construído isolado. A necessidade de repensar a escala de planeamento emergiu uma vez que as estratégias estatutárias não apresentavam soluções práticas e válidas face aos problemas reminiscentes nas cidades em crescimento.

O planeamento urbano deixou de se situar ao nível da organização espacial e formal do território e procurou-se a quantificação das funções básicas na melhoria das decisões sobre estratégias sociais, inteiramente relacionadas com a natureza política e económica. A evolução aparente, a vários níveis, nas construções e técnicas, levou a uma independência dos sistemas que se separavam pouco a pouco do que devia ser uma estratégia comum.

A fragmentação da cidade levou a uma certa descaracterização da identidade unificadora por consequência. Todavia, este facto gera-se segundo vários autores, pela falta de um planeamento “centrado”, não tendo em conta todos os parâmetros e com valores que se subjugassem a necessidade geral do cidadão ou da própria cidade. O planeamento urbano chegou tarde a muitos aglomerados urbanos no nosso país, levando á construção de conflitos, por vezes ainda presentes hoje em dia.

As formas de construir, assim como as ideias que surgem para o ordenamento do território, são demarcadas pela prontidão das respostas possíveis, enquadradas num meio urbano com os ideais adoptados. Através da análise do aglomerado urbano, pode-se decodificar, partindo de dados e registos, a época e contexto das obras que formam a “imagem” da Vila actual.

Lynch (2009) parte do pressuposto que as pessoas e suas actividades são tão importantes quanto as suas partes estritamente físicas. A cidade é vista como resultado de modificações executadas por construtores que alteram a estrutura objectivamente dada. Ou seja, não se pode observá-la apenas como um objecto entendido unilateralmente por pessoas de distintas classes, sentimentos e valores intrínsecos mas como um objecto que apesar de poder se apresentar estável por algum tempo, está sempre e continuamente em modificação.

Na origem da formação e no seu conceito mais básico de Cidade pode-se chegar facilmente à conclusão que é um acto contínuo, em constante desenvolvimento, onde desde a formação á implantação e vivência dos habitantes se trata de uma constante obtenção de imagens, sentimentos, movimento, som etc., inerente ao próprio acto de habitar a cidade. Servindo o ideal democrático, segundo Lynch, existe um ponto de influência entre o acto de habitar, de querer estabelecer laços, uma aprendizagem de forma comunicativa com a cidade e o lugar formando-se assim uma espécie de protocolo urbano – O Homem cresce e desenvolve-se com a cidade e como a cidade.

A habitação é o foco e o centro da actividade humana assim como por sua vez a cidade em que se insere. A qualidade de habitar o espaço, as formas que se criam e destroem mas que oferecem um reconhecimento geral da “cidade” e respectiva identidade. Tendo como estrutura complexa aliada aos sentimentos de clareza e identificação da cidade como espaço próprio de cada habitante. Se através da junção de todos os elementos constituintes, a habitação, a rua ou a praça, entre outros, se conseguir passar a imagem que contemple uma estabilidade emocional, racional e transversal, o objectivo do planeamento urbano chegou a um ponto de sucesso.

Na Vila de Caminha está bem patente a problemática enunciada por Lynch (2007 – 2009), embora num contexto relativamente diferente, os processos de evolução e transformação que aconteceram em Caminha de forma gradual, onde o planeamento é importante e os processos de construção e avaliação dos recursos disponíveis uma realidade, são de enorme importância para conhecer de forma profunda a Vila.

Considera-se de enorme relevância a correlação entre os valores humanos e a morfologia do meio. A normativa que deve existir e deve também orientar ou assegurar a coexistência positiva entre os dois campos, o humano e o físico. Um desenvolvimento teórico deve servir como um contributo para a realização física no campo de acção da cidade. A materialização através da utilização de modelos conceptuais de desenvolvimento e a consequente teoria do planeamento urbano, capaz de reflectir e repensar a forma urbana e os valores da sociedade, formando um todo – “A Cidade”.

Os paradigmas da condição urbana e da vida em comum coexistem numa pluralidade de sentidos e reacções a ter em conta. O estudo abarca a forma da cidade que transcende o mito da simples avaliação directa das formas e das dinâmicas geradoras de indicadores funcionais, procura o campo do invisível, dos sentidos e sensações, do ser emocional onde o interesse social está num patamar de importância alto para a contemplação de todo o crescimento da própria cidade.

Com a avaliação de correlação intrínseca ao fenómeno do habitar do lugar poderá chegar-se a um equilíbrio ou proporcionar um planeamento capaz de oferecer o bem-estar ao cidadão que ao fim de tudo será o objectivo primordial. Lynch acreditou profundamente na teorização com instrumento base de iniciação para a criação de ordem e gestão do planeamento urbano com toda a sua complexidade.

Na Vila de Caminha o entendimento das transformações e a própria constituição das suas partes devem constar no método de avaliação e apreensão das formas que se apresentam nos dias de hoje, assim como o processo de transformações de base fundiária como assumindo o papel da história no contexto social da Vila. Deste modo “pode-se dizer que a história da arquitectura constitui o material da arquitectura.” (Rossi, 2001;p.15).

A importância do lugar em função do todo. O interesse da estrutura urbana que se desenvolve em plenitude com a lógica de organização e do funcionamento da própria cidade. Aldo Rossi procura ao longo da sua pesquisa com o objectivo de estabelecer princípios sobre a arquitectura e a cidade, fundamentação na geografia social de Jean Tricart² ou na teoria de Marcel Poète³, referindo Kevin Lynch (2007 - 2009), entre outros

² Nascido em 1920 em Montmorency, na França, destacou-se nos estudos superiores na Universidade de Paris I - Sorbonne que culminam com o título de *Docteur d'Etat en Géographie*, publicado em 1947, sobre a parte

pós-modernistas. De Poète, Rossi vincula a importância das permanências onde as persistências têm o papel fundamental na organização da cidade, expostas através dos monumentos ou construções originárias do passado. (Rossi, 2001)

Pretende-se interpretar a diversidade da forma urbana, o modo como se apresenta e se interliga, descrevendo o processo detalhadamente. Procurou implementar a sua técnica de investigação consistindo-se nos levantamentos topográficos, cadastrais e na cartografia. O estudo processa-se através duma análise material directamente observável, analisando as relações entre as partes à escala urbana. Desenvolveu-se uma metodologia de trabalho partindo para a descrição do que se assistia no desenho ou no plano, mas também o que observava na realidade da vida da cidade. Todo o estudo da cidade equaciona vários factores para chegar às conclusões mais rigorosas, desde a morfologia urbana, dos cheios e vazios, da circulação e seus espaços e áreas de permanência e a estrutura fundiária.

A análise dos elementos morfológicos “tem o seu mais válido suporte nos estudos topográfico-cadastrais. Assim o quarteirão e o bairro precisam-se pela sua permanência como partes de uma estrutura urbana pré-construída em que os factos topográficos, sociológicos, linguísticos, etc., concorrem, quer para uma individualização nítida de tais elementos, quer para a sua caracterização no plano tipológico, pondo em evidência o facto local, regional, nacional, etc., até se tomarem os próprios elementos de uma normativa.” (Rossi, 2001; p.16)

O desenho é um instrumento primordial na análise de tipologias edificadas e na morfologia urbana. O contraste entre a informação relativa que permite executar uma investigação a nível temporal de tipologias e formar ou destacar paralelismos existentes entre as várias épocas. Entre a relação da forma urbana e a tipologia do edificado encontram-se características que nos levam à evolução e processos de inovação construtiva e por sua vez a relações intrínsecas ao conceito de habitar e de espaço. No caso abordado, da Vila de Caminha, o papel do desenho é fundamental para entender a morfologia da Vila como também as transformações da mesma que se operaram e

Oriental da bacia de Paris. Tricart destacou-se nos campos da reflexão pedagógica e da pesquisa geomorfológica, cobrindo um leque impressionante por sua diversidade e genialidade.

⁵ Marcel Poète: pioneiro no estudo do Urbanismo e estudioso da história das vilas – *Une vie de cité* (1924-1931).

continuam a constatar, contextualizada pela situação envolvente em cada uma das fases de análise.

No ensaio de Aldo Rossi existe uma forte ligação com o passado, o reconhecimento e o lugar. O conceito de “utopia” para Rossi é o espaço do reconhecimento sonhado. E como a própria construção da palavra – reconhecer – indica um conhecimento através da memória. Rememorar-se, no entanto, não é somente a reincidência de experiencias pessoais isoladas. A memória do lugar é resultado de sobreposições das experiencias individuais e colectivas e onde se colocam signos e sinais do arbítrio e da tradição.

A estrutura da cidade não é a criação que pode ser elevada a apenas uma ideia simples. Todavia, os seus processos de estruturação são diferenciados que ao longo dos tempos variam as condicionantes de todo o tipo, onde a adaptação e progresso são a chave do desenvolvimento de um planejar consciente. É essencial conhecer o passado, as bases ou as “fundações” da cidade, onde a única extracção de um princípio lógico na cidade, para continua-la e a mesma puder constituir-se como isso mesmo – Cidade. (Rossi, 2001)

O estudo de Rossi (2001) verificou-se essencial para o entender da morfologia actual da Vila de Caminha, onde a relação com o Passado está extremamente visível até aos dias de hoje, marcando sem dúvida a vida social e a sua estrutura urbana. Reforça-se a ideia e a relação entre “cidade” e o “campo” relativamente à formação da Vila de Caminha e seu desenvolvimento, essa relação foi sempre muito próxima.

A diferenciação deve-se claramente a uma sempre marcada divisão no espaço construído, facto que também se constata na Vila de Caminha, entre a *Vila* e a *Rua*. As muralhas fechavam a cidade e embora o meio rural fizesse parte de um sistema complementar económico, juntamente com a “cidade”, ambas não se misturavam. Havia limites e obstáculos sociais que assim o impediam. Com o passar dos tempos, a “cidade” ficou pequena para os cintos amuralhados existentes e dá-se um crescimento para além destas.

O crescimento e as transformações constatadas na Vila de Caminha tendo em conta a área de abordagem do seu território, que não se manifestaram de forma tão declarada comparativamente aos estudos que Rossi (2001), ou mesmo de uma cidade de média dimensão, mas sim de uma vila costeira com as suas dinâmicas próprias. O desenho e o plano são reconhecidos como instrumentos essenciais no repensar da “cidade” e mesmo enquanto atitude multidisciplinar no entender da própria estrutura urbana e suas transformações.

O arquitecto, matemático, teórico e urbanista austríaco, Christopher Alexander (1965), na Revista Architectural Forum, expõe as carências das cidades da época e das cidades planificadas. Analisando as leis organizativas da cidade, partindo de bases modulares, baseadas numa funcionalidade dos processos, referem que estas influenciam directamente a morfologia urbana e a arquitectura, assim como o ambiente sociocultural vivido nas cidades.

Segundo Alexander (1965), os princípios ordenadores abstractos, seriam aqueles que governavam as cidades do passado. Entender que a cidade é constituída por sistemas, onde os intervenientes se inter-relacionam, sejam eles pessoas, automóveis, ruas, edifícios, praças, jardins. Apenas a boa relação entre estes elementos teria como fim uma boa relação com a própria cidade, com o objectivo de que a cidade funciona-se a todos os níveis.

O autor reconhece a importância da relação entre a forma física do meio envolvente e a base comportamental da população. Afirma que devem existir articulações habituais em distintas culturas ou mesmo épocas diferentes, conservando-se inalteráveis ao longo dos anos. O espaço é o vínculo entre as pessoas e o meio ambiente e está organizado em vertentes culturalmente bem definidas e que por sua vez liga-se a cada actividade local ou mesmo aos comportamentos humanos inerentes. A referência aos padrões de uso e de organização são definidos por Alexander (1965), por acontecimentos inerentes aos vários lugares, propondo em consequência um conjunto de regras formalizando padrões de espaço elaborados de forma hierárquica indissociavelmente ligados a acontecimentos ou padrões de uso.

O desenho possui um papel fundamental na arquitectura e no urbanismo. Em ambos os casos exerce uma função quase como reguladora ou organizativa no seu sentido mais amplo. Sejam elas actividades do foro sociológico, económico, físico ou psicológico entre outras. O objectivo primordial será evitar conflitos entre as várias actividades e por sua vez evitar a convivência conflituosa entre os vários padrões de actividade.

A forma aliada a uma dada construção ou geometria utilizada na cidade são perspectivadas de algum modo pelo espaço em que se inserem ou padrões espaciais. Elabora-se então um conjunto de regras para que cada padrão tenha a possibilidade de coabitar com os outros, ainda que diferentes, formando assim na estrutura urbana multifacetada.

O papel da legislação, assim como o planeamento, tem de ter em atenção os processos, que influenciam a morfologia urbana. Este facto marca os meios urbanos actuais, respectivas estruturas e sistemas. Na Vila de Caminha, esta circunstância está bem patente. O seu crescimento e transformação materializa-se fruto das estruturas fundiárias, partindo da evolução do plano, da legislação e um panorama político bastante activo ao nível da implantação do urbanismo de gestão. Identifica-se claramente na vila, tal como Cristopher refere no seu estudo, os diferenciados padrões de uso do espaço, mesmo status social e comportamentos humanos inerentes, marcando a ocupação do território e a morfologia urbana.

Procurar no passado para entender o presente. Os espaços urbanos actuais são as marcas vivas da sociedade, culturas passadas que cresceram e se transformam dia a dia. O urbanismo surge como ferramenta de orientação dessa capacidade de mutação da cidade e grande influência que essas transformações têm na componente social, política ou memo económica da cidade.

Jean-Paul Lacaze (1995) considera o papel da cidade e seus significados nas tensões urbanas actuais, ainda que com uma visão positivista da cidade e respectivas potencialidades, visto que apesar da cidade e o meio urbano em geral encontra-se numa situação de incerteza criativa e organizativa, continua a possuir uma capacidade de se superar a si mesma com uma aptidão para estimular e dinamizar a vida económica e social no seu âmbito.

O estudo do meio urbano aborda uma componente histórica, de formação, origens e desenvolvimentos conceptuais que já Rossi (2001) referenciava, reforçando a importância da identidade. As críticas de Lacaze (1995) assentam em factos históricos, reais e as suas contribuições e objectivos tendo em conta um futuro próximo. Segundo o autor referido, a vontade política é um ponto essencial no estudo que propõe que “o urbanismo, em toda a parte do mundo, é uma questão eminentemente municipal.” (Lacaze, 1995; p.16)

A descentralização de poderes que se julgava prontamente essencial para um urbanismo mais próximo dos habitantes e mais humano gerou uma conflituosa relação entre poderes locais e participações do Estado central, onde problemas de índole económica, política e mesmo social, não faltam.

A formação, como o assentamento no território, marca a apropriação do espaço e respectivo processo de construção da identidade urbana. Desta forma, “o agenciamento das ruas e das praças, os monumentos, as soluções arquitectónicas que valorizam esses importantes locais, o desenho das construções correntes constituem outros tantos vocabulários e gramáticas de formas que obedecem a um corpo de regras. Quando se aprende a lê-los, eles fornecem-nos informação muito rica sobre a história das cidades, as suas vocações económicas, a sua organização, sobre as maneiras de viver que aí eram familiares em diferentes épocas.” (Lacaze, 1995; p.17)

Na vila de Caminha a demografia mas também o comércio, os transportes e comunicações tem um papel fundamental na evolução e transformações que se sucederam ao longo dos séculos de existência da Vila. Lacaze inúmera uma série de patamares de análise de importante valor para a abordagem à “cidade”, que ajudam o estudo de forma directa, mantendo o discernimento necessário para o avaliar das estruturas em que hoje se vive.

No contexto nacional temos também vários estudos sobre o meio urbano, o conceito de habitar, a análise urbana, a sua morfologia e seus elementos constituintes como Carvalho (1998), Almeida (2002), Portas (2005, 2008), Domingues (2007), Lamas (2009). Álvaro Domingues (2007) considerou várias alterações ao modo de habitar o espaço urbano, a diversidade da “condição humana” e o papel do urbanismo teórico no campo de acção.

O autor enuncia cinco focos de extrema importância no campo da análise teórica. Deste modo, referimo-nos ao “trauma” da dupla perda, onde nos remete para a importância do historicismo e revivalismos e que a cada dia que passa observamos e sentimos como perda de enorme importância. A cidade histórica “perdeu-se ou está a perder-se por descaracterização, por abandono, por disfuncionalidade / obsolescência, por ruína, por excesso de cenarização ou pela conjugação destas e de outras constatações.” (Domingues, 2007).

A relação de “amor-ódio” entre o centro e periferia é o foco central da dessincronização, de défices identitários onde o centro histórico apresenta na maioria dos casos, a partir da década de 1990, uma desertificação compreensível dadas as condições actuais e as mesmas políticas, actualmente adoptadas. A segunda perda é resultado de toda esta situação de inconformismo/estagnado que leva ao discurso derrotista e pessimista que apenas prejudica ainda mais a situação.

A crise dos centros históricos relativiza-se um pouco em conformidade com a crise da cidade. O centro histórico apresenta na maioria das cidades de Portugal um papel de identidade, comunicação e publicidade do próprio lugar com a mesma cidade ou mesmo em relação ao país. No entanto a cidade apresenta problemas de outra índole relativos ao planeamento e a políticas ou mesmo relativas à identidade perdida fruto de toda a situação crescente.

A situação nacional foi ainda mais complexa porque nem houve Estado Providência nem planeamento urbanístico eficaz, (Ibid., 2007). Os Planos de Urbanização do Estado Novo ou eram demasiado curtos ou inexistentes e, em qualquer caso, inefficientes nas duas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto onde os “clandestinos” datam já dos anos sessenta. Os primeiros Planos Directores Municipais começaram-se a aprovar no início dos anos noventa, (Ibid., 2007), e mais concretamente em 1992 na Vila de Caminha.

O planeamento urbano viveu ao longo dos anos 1920 e 1930 com um funcionalismo vs romantismo, desenhando a urbe, assentando nas bases de suposta veracidade instalada onde o Estado legitimava toda a intervenção referindo sempre o proveito colectivo ou público. Hoje em dia, a demanda económica e interesses políticos

estão na ordem dos interesses mais condicionadores do meio urbano, realidade que não passa desapercibida Caminha. Não se pode deixar de referenciar o desajustamento de pareceres relativos ao processo de planeamento e de formação de estratégias de intervenção no território. No entanto, a herança do planeamento racionalista ainda chega aos nossos dias com efervescentes pontos característicos, adaptáveis à situação actual.

“A crise do espaço vivido” que segundo Domingues “podemos chamar-lhe de tipo semiótico, aquilo que tem a ver também com os mecanismos da percepção e dos espaços vividos. Estamos a léguas de autores com o Kevin Lynch, por exemplo, da “boa forma” da cidade, de tudo aquilo que identificava a cidade como coisa legível, identitária, clara nos seus traçados e mapas mentais, marcada por ícones claramente referenciados e partilhados por todos, caracterizada pela legibilidade da sua forma, dos seus limites, do seu centro” (Domingues, 2007; p.7).

A forma como se entendia o espaço e respectiva morfologia sofreu alterações que modificaram toda a estruturação que dele se conhecia. Emerge um contexto de mudança onde o existente é absorvido e inserido na estruturação da nova cidade que cresce e se desenvolve.

A referência à “metapolis de F. Ascher constitui uma aproximação desta realidade urbana territorialmente extensa, multiforme, organizada por uma lógica de relações (um espaço de fluxos), onde os atributos habituais da proximidade, da contiguidade, das pequenas distâncias, etc., dão lugar à velocidade, à relação, ao tempo, ou a acessibilidade, como novos princípios de estruturação e de vivência dos territórios urbanos.” (Ibid., 2007; p.7).

A fragmentação da cidade é cada vez mais evidente. Diferentes realidades pertencentes a uma mesma cidade sendo necessário ter em atenção todos os factores intervenientes para uma boa análise crítica e de carácter interventivo. O grande problema coloca-se no campo de acção e em todos os pressupostos pré-estabelecidos que não será fácil de obter. A realidade da cidade actual apresenta uma vertente de crescimento onde o factor de mutação é constante, onde oscilantes acontecimentos sucedem-se invariavelmente.

O “boom” construtivo a que se assistiu durante as últimas três décadas do século XX aposta num tipo de intervenção no espaço urbano não conseguindo traduzir toda a

plenitude da realidade. Trata-se de uma preocupação tão difícil como actual que emerge no contexto social e político cada vez com mais força. Este crescimento exacerbado fez-se sentir na Vila de Caminha, a partir dos anos setenta por inúmeras razões, com o fim da ditadura, por uma evolução no campo tecnológico ou a crescente emigração que se fazia sentir, o que fez mudar a “imagem” de Caminha.

A situação política apresenta uma relevância a considerar no ordenamento do território. De acordo com os conflitos gerados na sociedade, no entanto, considerar também uma importância à análise e a lista dos danos “insustentáveis”, urge pensar e agir a partir dos constrangimentos que hoje se colocam a operacionalidade dos modos de governo, ou de “governança”, a insuperabilidade de muitos conflitos, a hierarquias diversas de objectivos e prioridades, a díspar possibilidade de arquitectar acordos duráveis e exequíveis, ao jogo assimétrico dos interesses, a fragilidade do sentir colectivo. (Ibid., 2007).

Os factos explicitados por Domingues (2007) marcam um panorama urbano de Portugal, na época em análise. A Vila de Caminha enquadra-se inevitavelmente nesta descrição, em alguns pontos. O vínculo com o passado, as marcas históricas, tem um papel fundamental na organização e crescimento da vila. A falta de planeamento capaz, perspectivado pelo campo político ou por uma tardia intervenção provocou conflitos organizacionais que hoje se tentam resolver.

Têm sido muitos os autores, que como Domingues (2007) ou Portas (2008), que têm reflectido sobre o desenvolvimento urbano e as transformações urbanísticas nas “nossas cidades”. Uma realidade que preocupa, visto que incide directamente na vida das pessoas, com os bens imateriais e materiais e com todos os sistemas organizativos da vida em sociedade. As diferentes metodologias de investigação apesar de terem sentidos similares e objectivos, apresentam caminhos e técnicas divergentes.

No intuito de proporcionar um suporte teórico válido, adaptável à realidade que nos apresenta o território em estudo, é essencial compreender a abordagem ao espaço como entender os fenómenos de crescimento e transformações, assim como a realidade social e a indissociável relação entre o plano e o território, o espaço e as formas. Estudar o espaço construído a uma grande escala vincula toda uma problemática que se tem apresentado desde o início da formação dos aglomerados urbanos modernos. O contra

posicionamento de ideias dos vários autores, acredita-se que é necessária para o conhecimento da sociedade actual e constituindo uma base de criação de opinião pessoal. A tradição, organização, forma, circulação ou mobilidade, emoções, cultura, mudança e crescimento são alguns dos temas centrais do estudo executado e preocupações gerais no estudo crítico da actividade urbana.

A identidade dos espaços urbanos, em alternativa à descaracterização das cidades actuais alia-se à cultura, história e psicologia da relação com espaço, exteriorizando relações densificadas importantes na próxima vida e desenvolvimento dos conjuntos urbanos. O significado mais lato de um edifício, a sua relação com o espaço que ocupa, com as pessoas que o habitam, deve conhecer-se e ter em conta para que deste modo se tenha consciência da respectiva componente invisível e intangível, antes de intervir.

A contextualização da obra e seu significado inserida numa estrutura organizativa positivista e numa cultura própria, consagra uma importância cognitiva e socialmente aceitável. O desenvolvimento no campo das ciências, da filosofia, da arte e conhecimento em geral, aportou ao estudo urbano ferramentas de enorme valor ao próprio processo de análise crítica e intervenção.

A importância da Forma e do Espaço e sua relação indissociável gerou uma modificação importante, oferecendo um grande interesse ao senso comum, aos sentidos e o pensamento procurando no arquitecto ou urbanista um novo modo de pensar o espaço, uma nova ideologia de sentidos para contribuir para uma mentalidade urbana mais sensitiva, atenta a questões básicas como a Cultura, valores ou consciência.

É necessário ter em atenção as lições e marcas do passado. Em Portugal, estas estão bem destacadas nas suas cidades, vilas e aldeias. Como tal, para evitar cometer erros, mas também como base para propostas para o futuro, para uma realidade específica, seja ela económica e político-social, adequadas ao local e as pessoas é necessário compreender a importância de debater o conceito de urbano, cidade ou planeamento, analisando as críticas dos diversos autores que construíram dita temática para a comunidade, expondo dúvidas, explanando casos diferenciados e propondo ideias diversificadas.

Capítulo II

A VILA DE CAMINHA

2. – Caminha: apresentação e caracterização geral

2.1 – A Região

Localizado a Norte de Portugal Continental, mais concretamente na Região do Minho, por sua vez delimitada a Norte pela fronteira com Espanha, Galiza, e a Oeste pelo Oceano Atlântico. A região do Minho possui uma população superior a 1,1 milhão de habitantes, possuindo como característica identificadora a sua paisagem natural, abundante nos seus recursos. A área geográfica que actualmente compõe o Minho totaliza os 4.700 km².

Relativamente à morfologia, que caracteriza o território do Minho, denota-se acidentada de avultada biodiversidade. Ao longo da sua área costeira podemos encontrar praias de interesse turístico, a Este, áreas montanhosas de paisagens naturais.

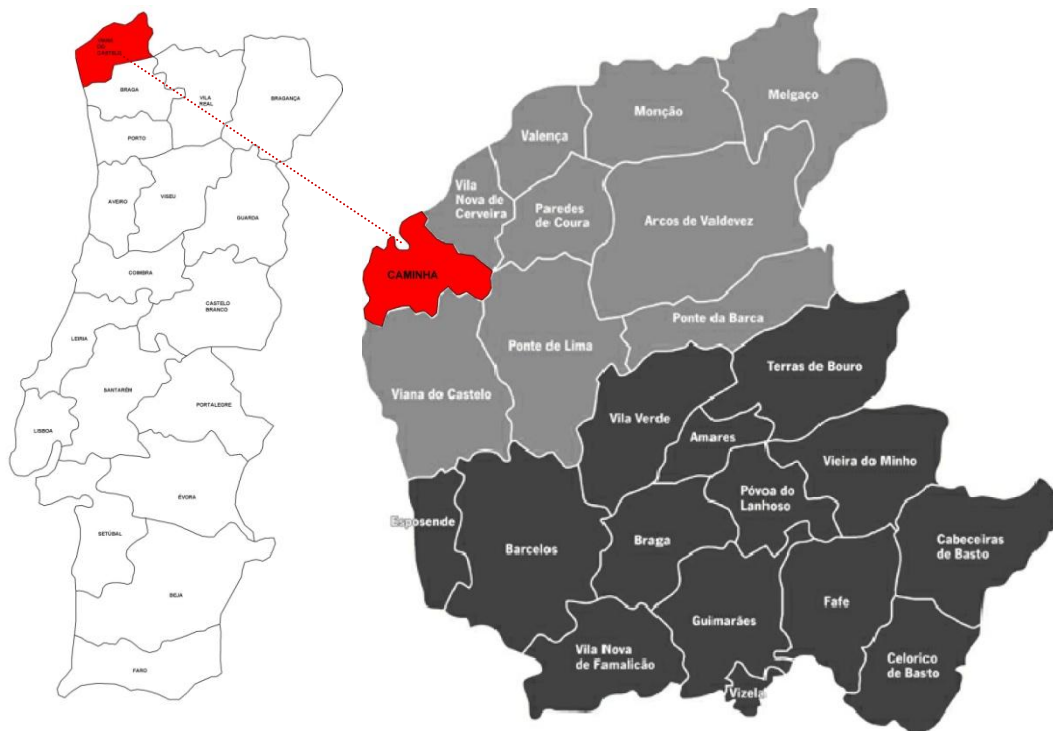


Figura 22 – Planta cadastral de Portugal, por Capitais de Distrito, 2010.

Figura 23 – Planta cadastral de Distritos do Minho, 2010.

2.2 – O Lugar

A Vila de Caminha situa-se no Norte de Portugal continental, na região do Minho, sub-região Minho-Lima, no Distrito de Viana do Castelo, concelho de Caminha. Concretamente, a Vila de Caminha cede do Município, com vinte freguesias e com 129,66km² de área de implantação.

O município é delimitado a Sudeste por Ponte de Lima, a Sul por Viana do Castelo, a Nordeste por Vila Nova de Cerveira, a Oeste pelo Oceano Atlântico e a Norte pelo país vizinho, Espanha, mais concretamente, a região de Vigo, concelho de A Guarda, freguesia de Camposancos que estabelece relações muito próximas desde a sua formação e fixação dos seus núcleos habitacionais castrejos a ambas margens do rio Minho. A Vila de Caminha em estudo apresenta uma extensão de 0,72km² e com uma densidade de 2 072,0 hab/km².

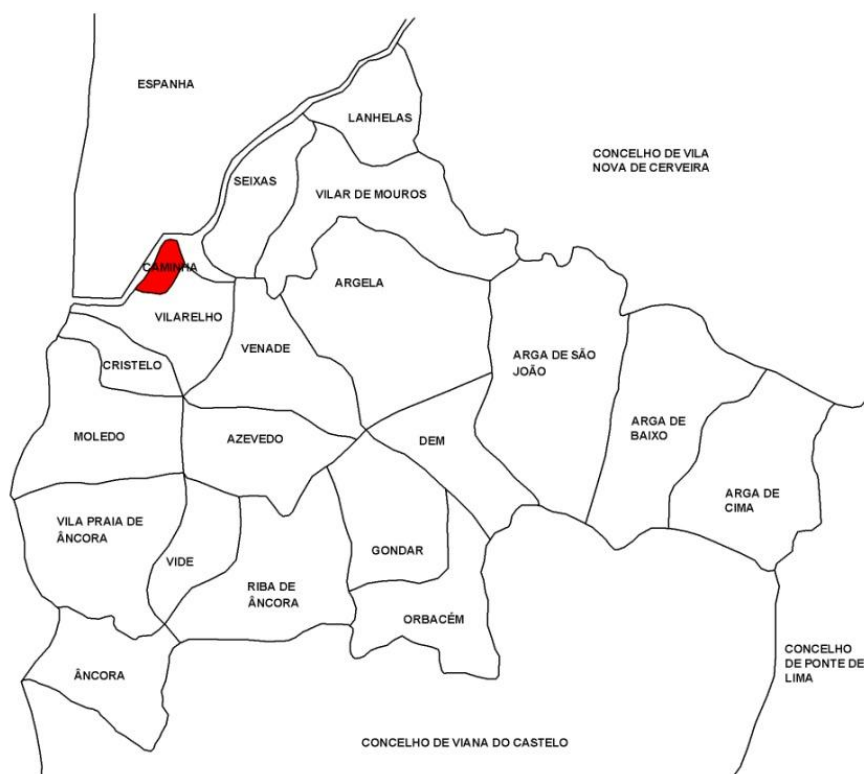


Figura 24 – Carta administrativa do Concelho de Caminha, 2010.



Figura 25 – Ortofotomapa da Vila de Caminha, com limite cadastral da própria Vila, assim como o consequente delimita da área que incide o trabalho realizado, 2002. Pode-se observar a densidade construtiva no território da Vila, focalizando-se as áreas ribeirinhas com maior densidade proporcionada pela própria topografia que caracteriza o território.

2.3 – O Relevo

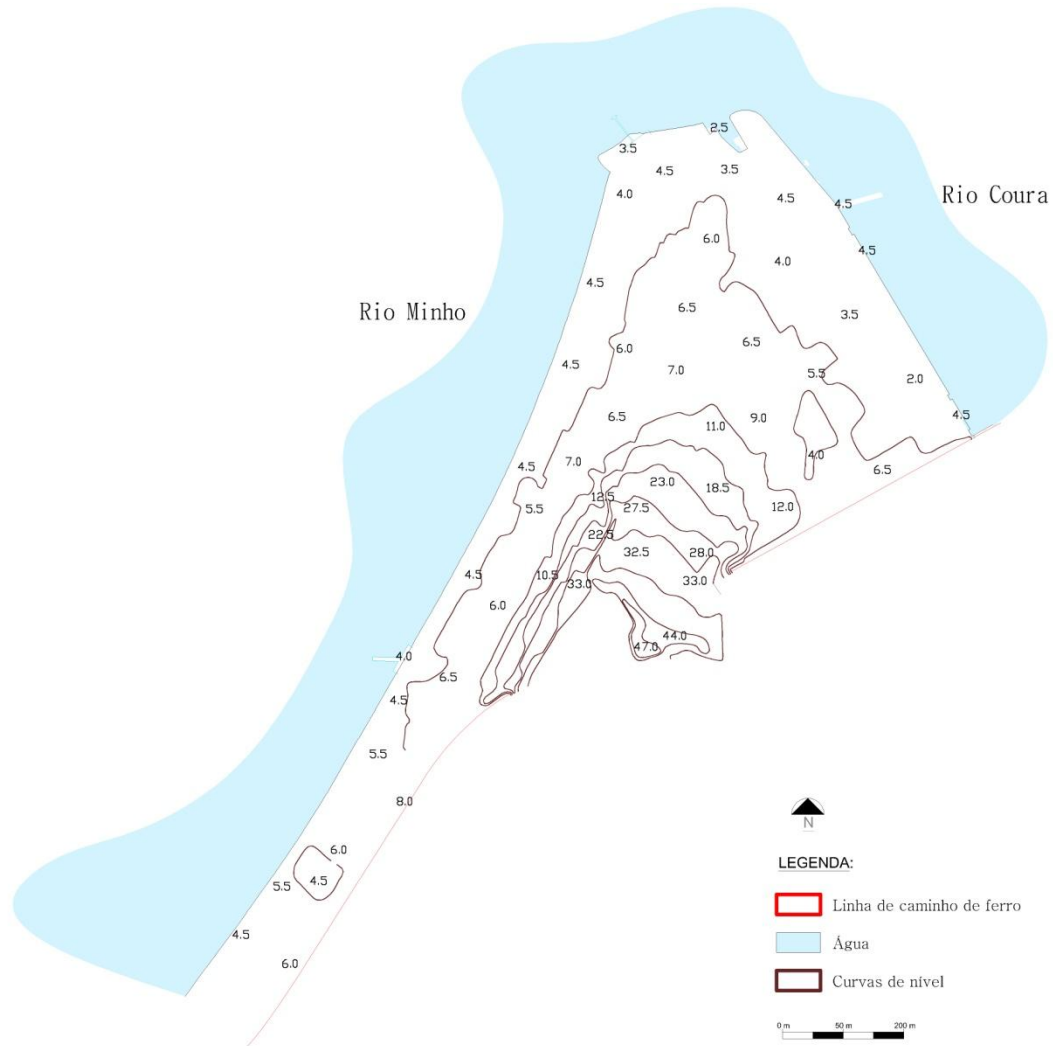


Figura 26 – **Planta topográfica da Vila de Caminha, 2010.** Consegue-se verificar a forma como se desenvolve a topografia que influência directamente a formação e crescimento da Vila de Caminha. Assim como a fixação dos seus núcleos construtivos.

A topografia da Vila de Caminha é demarcada pela implantação das suas vias de comunicação e as suas construções que se adaptam claramente à geografia. A Vila de Caminha tem as suas origens muito vincada à topografia, particularmente, pode-se observar a implantação no terreno das estruturas fundiárias bem demarcadas na faixa do terreno mais regular e em cotas de menor altitude. Observa-se nitidamente uma topografia mais acidentada no limite Este da vila no que concerne a comunicação com a aldeia de Vilarelho.

A altimetria que caracteriza a Vila de Caminha é marcada grandes manchas construtivas nas zonas de cotas menores, onde se situa os vales do Âncora e Coura, onde se encontra cotas inferiores a 100m. Também é de salientar o desenvolvimento ascendente de poente para nascente, caracterizando a sua topografia pelo Monte de S. Antão, em Vilarelho. Na sua máxima expressão encontra-se a extremidade nascente na Serra de Arga, chegando a atingir 800m de altitude.

No que se refere á configuração geomorfológica é bastante diversificada. Ao analisar num contexto mais geral “pode-se caracterizar o Minho Litoral como uma região que apresenta um certo enrugamento, solos com um pendor que não raras as vezes, é bastante pronunciado, que alternam com encostas mais suavizadas, socalcadas mesmo, como meio capaz de diminuir a erosão provocada por uma copiosa pluviosidade, sem esquecer as planícies que acompanham o curso dos principais rios e os vales transversais” (Almeida, 2002; p.27).

Na caracterização de Carlos A. Brochado de Almeida (2002), sobre o território, constata-se no território de Caminha isso mesmo. Pode-se distinguir “a faixa costeira, recortada pela foz dos seus rios, a faixa interior, de transição, composta por uma sucessão de vales, colinas e montes e da parte oriental, a zona de montanha” (Almeida, 2002), deste modo encontramos a foz do rio Minho onde a Vila de Caminha se encontra. Concluindo, pode-se referir que, do ponto de vista geológico, o território em análise apresenta uma relevante presença de áreas graníticas, complexos xistosos, terrenos sedimentares (arenitos, calhaus rolados e areias) e zonas de rochas variadas.

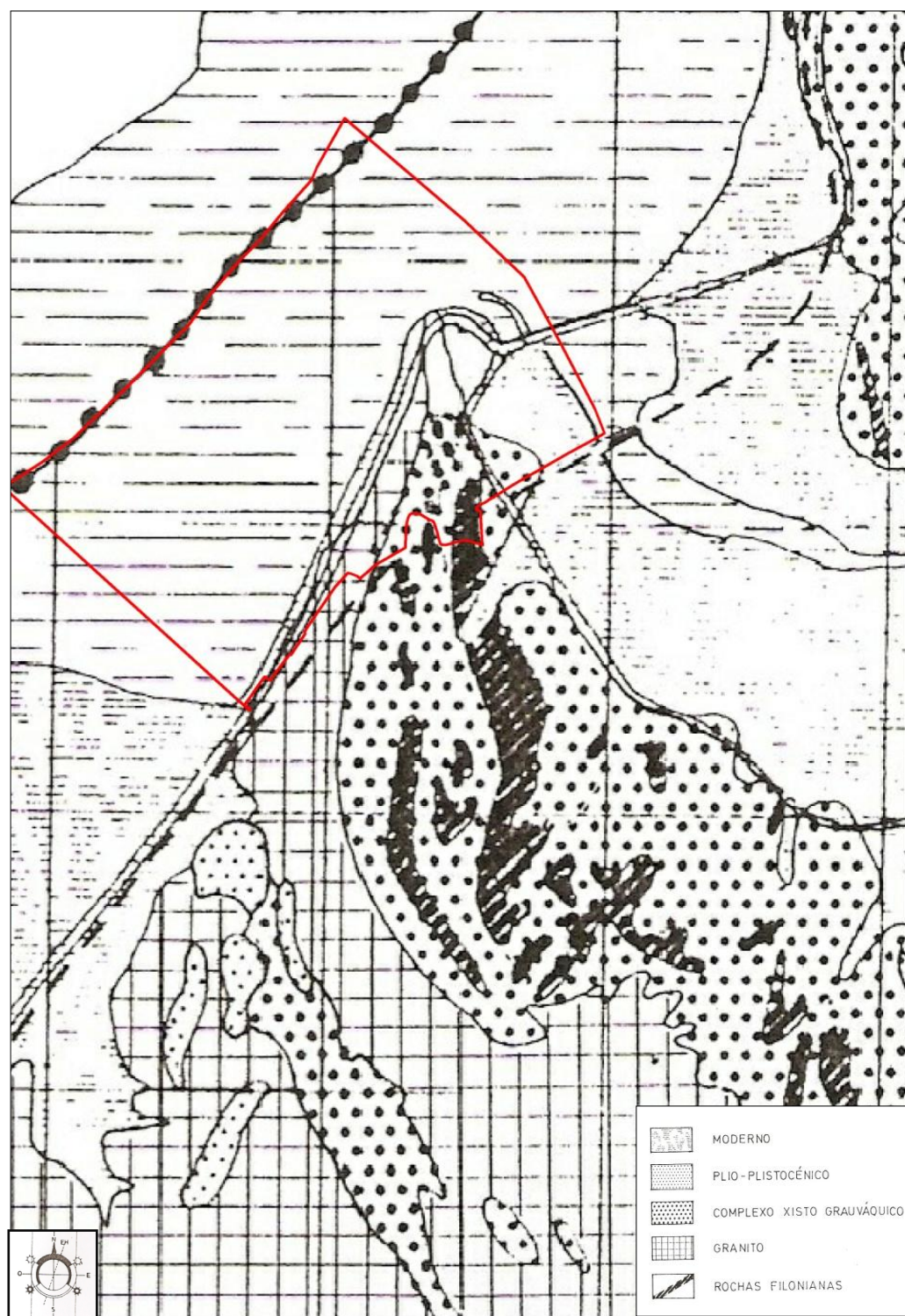


Figura 27 – Carta Geológica, Câmara Municipal de Caminha, 1993. Denota-se claramente na área delimitada, correspondente à Vila de Caminha, a predominância de complexo xisto grauváquico, como também rochas filonianas em menor área. Em cotas mais elevadas, assim como na zona ribeirinha, de cotas mais regularizadas e consequente terreno menos acidentado, a existência de granitos na sua mais expressiva extensão.

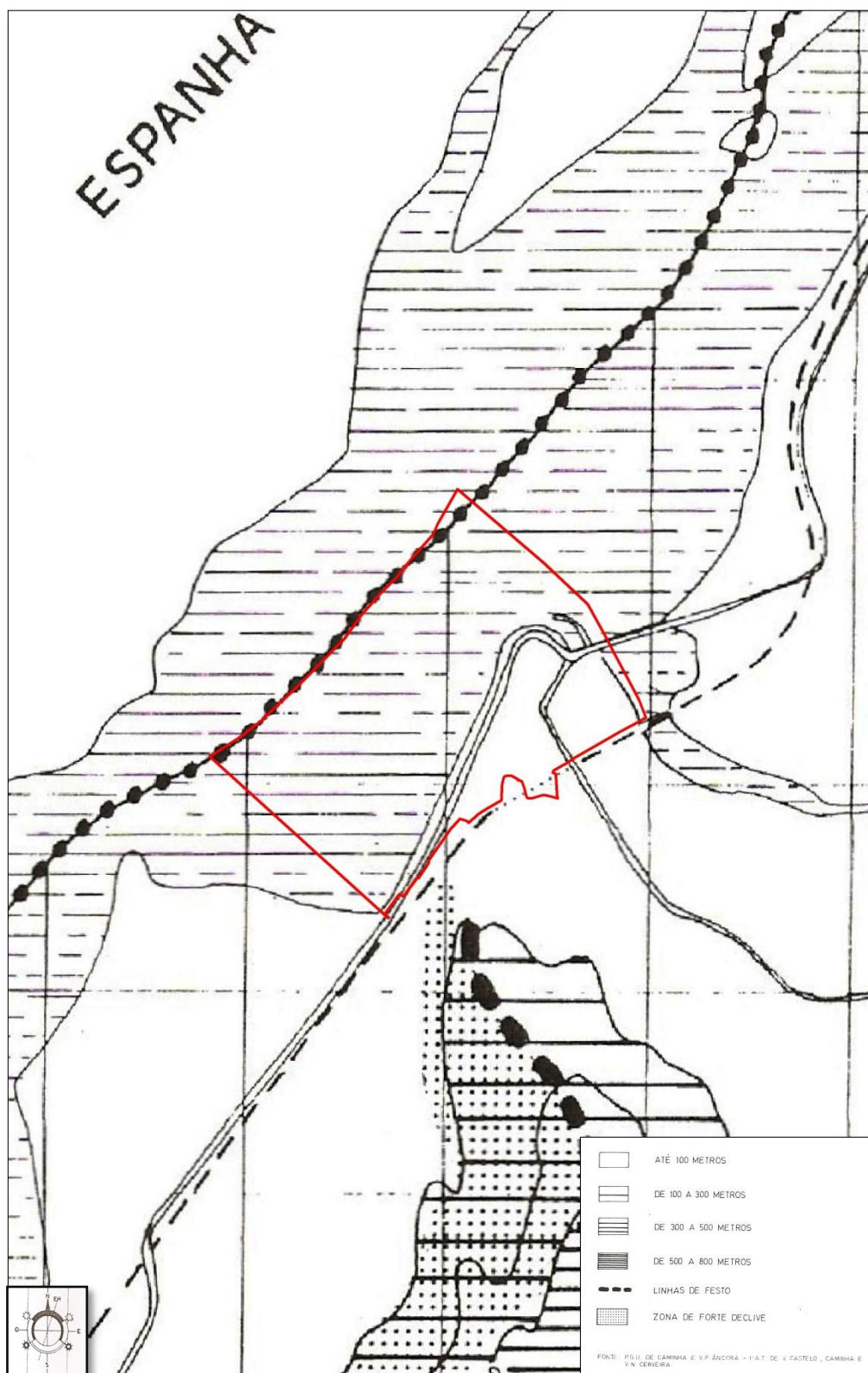


Figura 28 – Estudo da Altimetria, Câmara Municipal de Caminha, 1993.

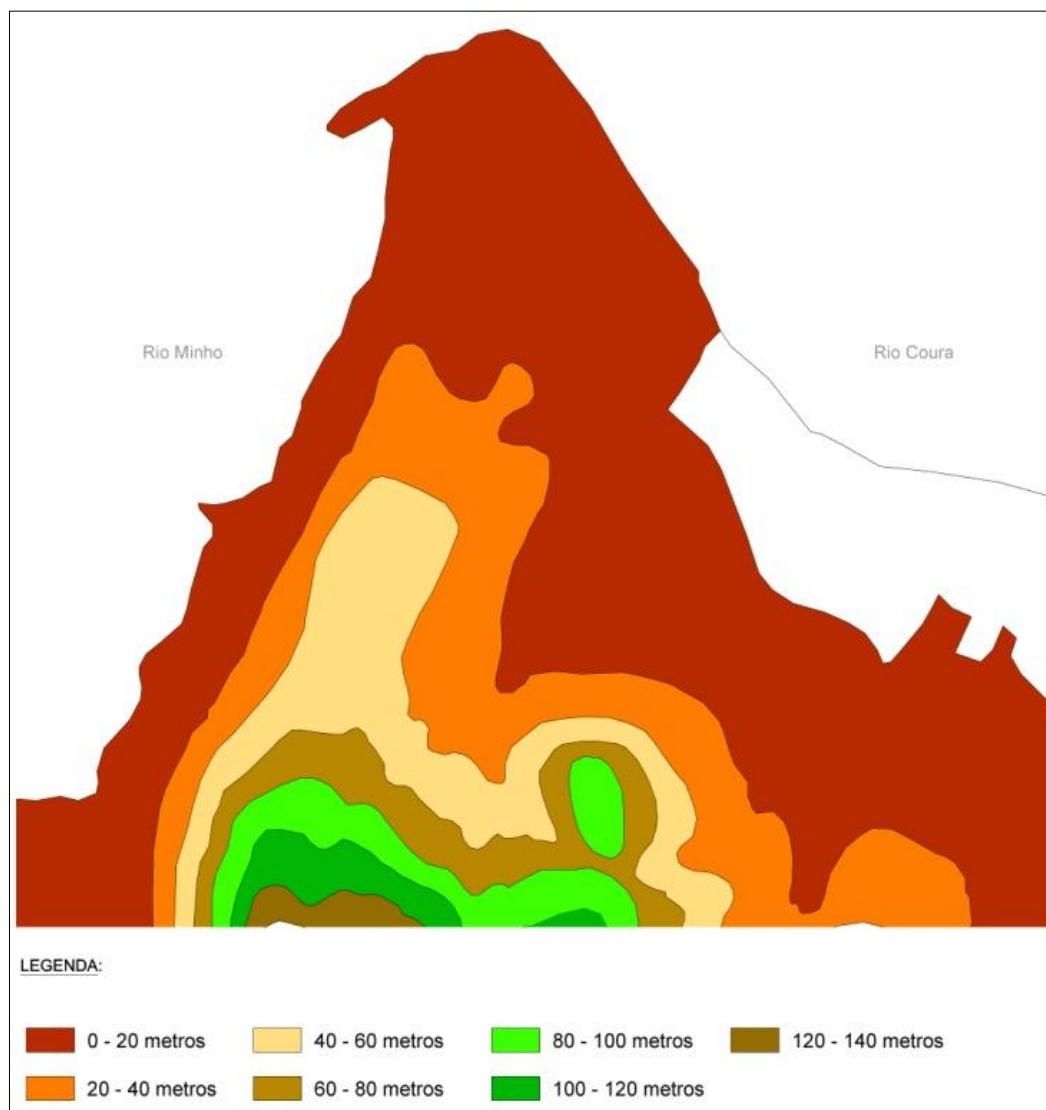


Figura 29 – Mapa Isométrico. Pode-se observar a altimetria e seu desenvolvimento no território da Vila de Caminha. Efectuado com base na cartografia existente, com curvas de nível de vinte em vinte metros, 2010.

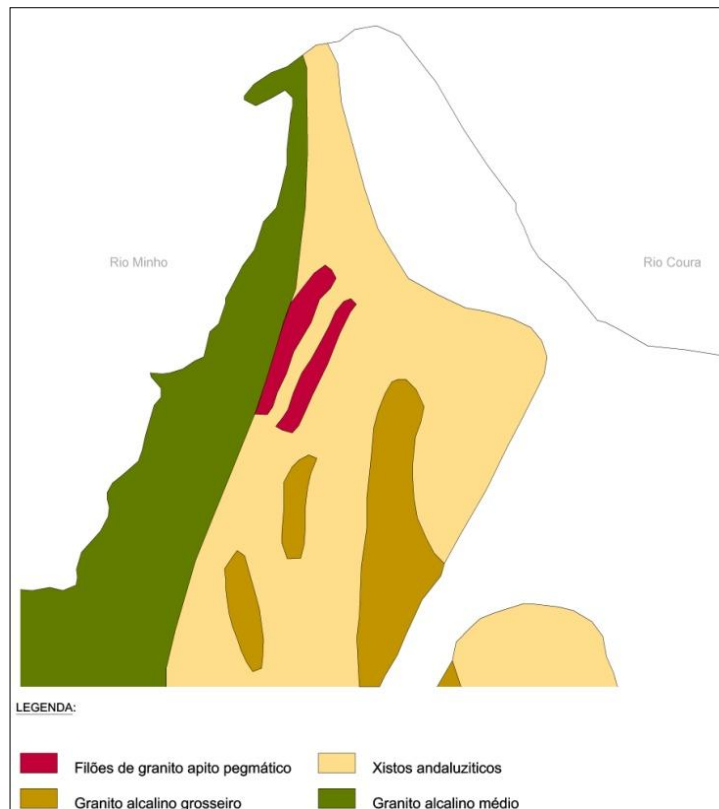


Figura 30 – Mapa geológico. Caracterização do solo, 2010.

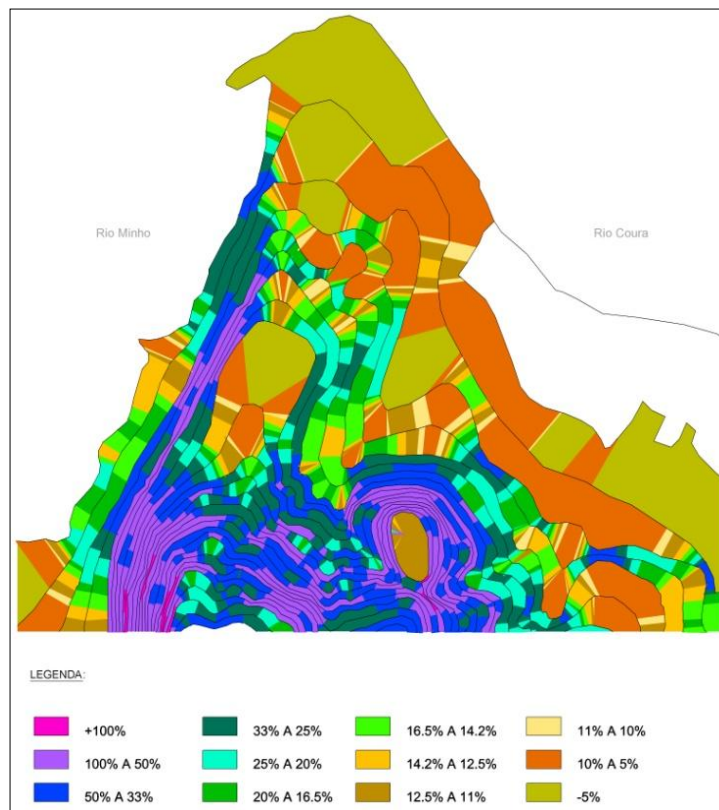


Figura 31 – Mapa de declives. Costa Oeste e Norte, apresentando mais percentagem de declives, no que concerne à Vila, 2010.

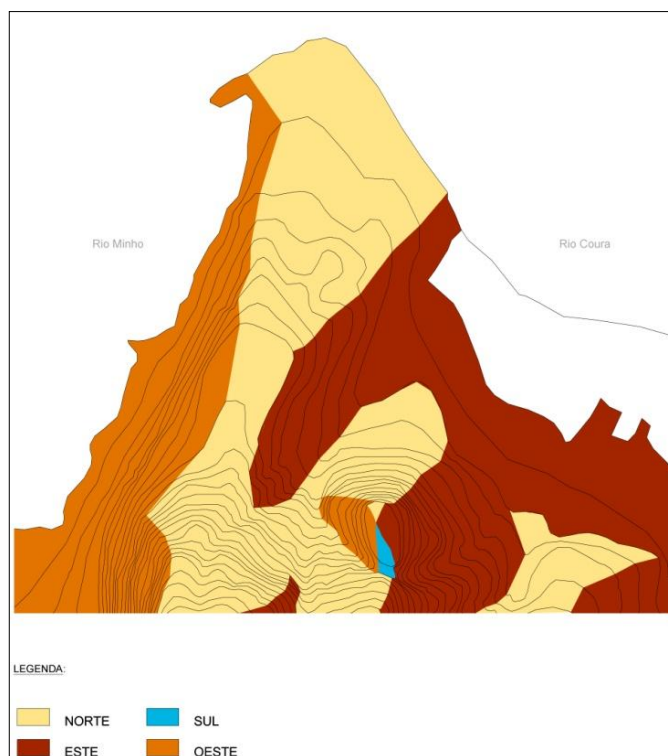


Figura 32 – **Mapa de exposição solar.** Pode-se analisar as áreas de exposição da Vila, concretamente a Oeste e Norte, 2010.

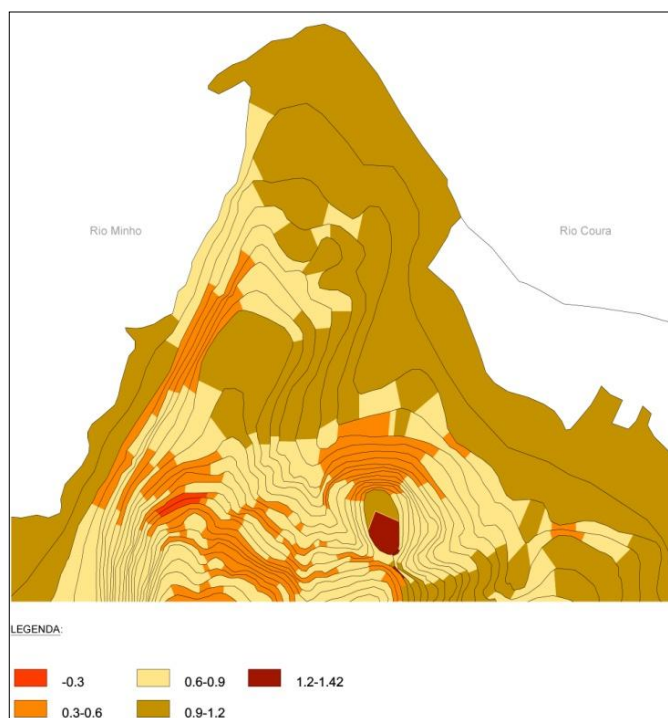


Figura 33 – **Mapa de insolação.** Ao analisar-se este mapa, medindo os parâmetros da radiação que consiste no processo de propagação de energia, através, de ondas electromagnéticas, onde se pode avaliar a quantidade de energia solar que o território recebe. Podemos apreciar os valores, respeitantes, visando a Vila de Caminha e as áreas correspondentes e a importância para o conhecimento do solo, 2010.

2.3.1 – O Rio Minho e Coura

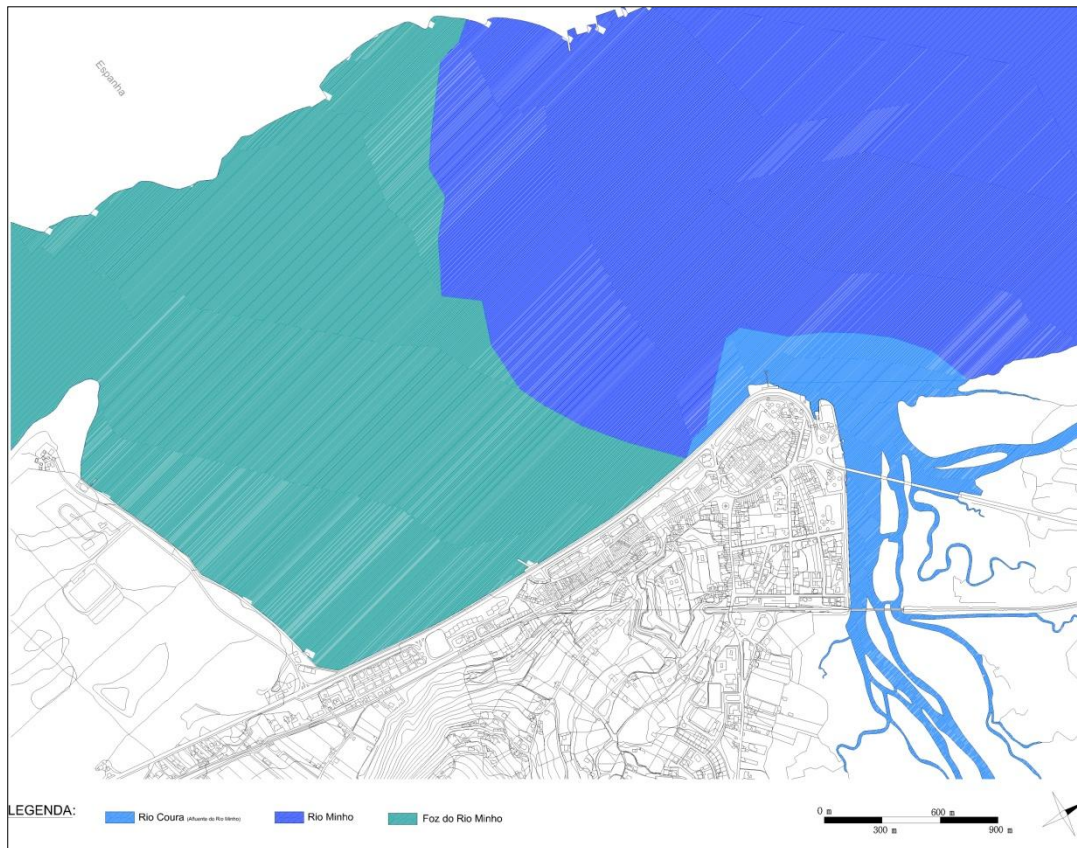


Figura 34 – **Planta da Foz do rio Minho, 2005.**

O rio Minho marca a fronteira entre o território nacional e Espanha (Galiza), ao longo de 300 km² de Melgaço até ao estuário do Minho com uma área de 3,4 km², na costa caminhense. A área da bacia hidrográfica do rio Minho é de 22 500 km² por sua vez, o estuário do rio Minho, concomitantemente com a confluência do rio Coura ocupando uma área de 3,4 km² demarcando a costa da Vila de Caminha e todo o seu território. Actualmente, a área focalizada, encontra-se contida na lista de locais portugueses na Rede Natura 2000 que prevê uma maior protecção destas áreas de extrema importância territorial e ecológica.

Os terrenos, não só da Vila de Caminha, mas de todo o Concelho, caracterizam-se pela permeabilidade reduzida e por sua vez os recursos hídricos no subsolo não são significativos. O Rio Minho não apresenta problemas de poluição de maior. Este rio apresenta sim problemas com a extracção de areias por parte dos espanhóis, (PDM, 1993).

Quanto aos recursos piscícolas o rio Minho é abundante em lampreia, meixão e tainha, caracterizando a actividade piscatória, demarcando por sua vez, a economia da Vila e a estrutura urbana da mesma. O rio Minho tornou-se um elemento regulador de maior importância para a Vila de Caminha, quer pela sua influência na estruturação e fixação da vila, quer no desenvolvimento económico da mesma, transformando-se numa fonte de rendimento para um grande número de pescadores no concelho.



Figura 35 – **Foz do rio Minho**, vista desde o monte de Santa Tecla, Espanha, 2010.



Figura 36 – **Rio Coura, vista desde o parque 25 de Abril**, Caminha, 2010.

O rio Coura emerge na costa Norte da Vila de Caminha desaguando no rio Minho, caracterizando-se pela riqueza a nível da sua fauna e flora. Como elemento regulador, desenhando a forma da Vila de Caminha, o rio Coura evidencia uma relação muito estreita entre a população, os espaços de lazer e o rio. Afluente do Rio Minho apresenta desde o ano de 1992 problemas com a poluição.

Os problemas detectados pelas descargas de resíduos essencialmente dos tanques de limpeza das minas de Covas, assim como a ETAR localizada na aldeia de Vilarelho, preocupando a população pela preservação do Coura e os seus recursos.

Como recurso piscícola, possui a truta como peixe mais abundante, mas também bogas, enguias, mujos e lampreia. Também um sapal que se destaca como elemento importante para a Vila e para a região de relevo ecológico e económico essencialmente na biocenose da ictiofauna marinha mas também dulceaquícola, (P.D.M., 1993).

As diversas condições naturais facultadas pelo sapal, areíños e margens inundadas, contornados por terrenos cultivados e vegetação ribeirinha determinam numa multiplicidade de habitats ainda são sempre promotor do interesse científico e paisagístico, importante para toda a região. Apresenta no seu percurso final, desaguando no rio Minho, uma presença visual grande no acesso à Vila de Caminha norte.

2.4 – A Vegetação

Na Vila de Caminha a presença de vegetação circunscreve-se na sua maior expressão no parque 25 de Abril e pontualmente em jardins e canteiros ao longo de toda a vila, assim como, ainda que fora dos limites do estudo executado, a mata do Camarido, tem uma influência inegável na paisagem da vila, como também tendo a Vila como cenário verdejante, a Serra de Arga a Este e Oeste o Monte de Santa Tecla.

Na generalidade da paisagem típica rural do Alto Minho, e mesmo da Galiza, sofreu uma evolução fruto da sua própria evolução, dos elementos constituintes da sua paisagem, assim como as alterações que a história fez moldar. A adaptabilidade ao meio é sem dúvida uma das características bem visíveis na paisagem de Caminha, assim como a dialéctica muito própria entre actividades, onde a agricultura e as actividades marítimas se manifestaram sempre de grande importância. (P.D.M., 1993).

A vegetação é demarcada pela forte presença do “verde” pinhal do Camarido, que se tornou num exemplo, da adaptabilidade referenciada. Implantado nos terrenos do Infantado, desde Moledo a Caminha, na sua faixa litoral, surgiu para salientar a necessidade de protecção da erosão dos terrenos, por parte do mar.

A Mata do Camarido também possui uma beleza natural particular e é constituída especialmente por pinheiros bravos, marítimos, que em maior número relativamente a outras espécies como os sobreiros, os pinheiros mansos, os ulmeiros, os plátanos, Tílias e os choupos, presentes estas espécies nos jardins do parque 25 de Abril.

Por sua vez, o parque 25 de Abril, anteriormente designado por Largo 28 de Maio, constitui o espaço público de lazer por excelência. Entre Caminhos sinuosos, desenhados no terreno, de forte presença para quem chega à Vila na sua margem Norte. O Parque Municipal tornou-se num elemento caracterizador da imagem da Vila e a sua vegetação demarca um espaço singular, no território de Caminha-Matriz.



Figura 37/38 – **Imagens da vila de Caminha, Parque 25 de Abril.** Exemplos das áreas verdes que se podem encontrar na vila que demarcam a faixa mais litoral, consequentemente, a sua morfologia. 2010.

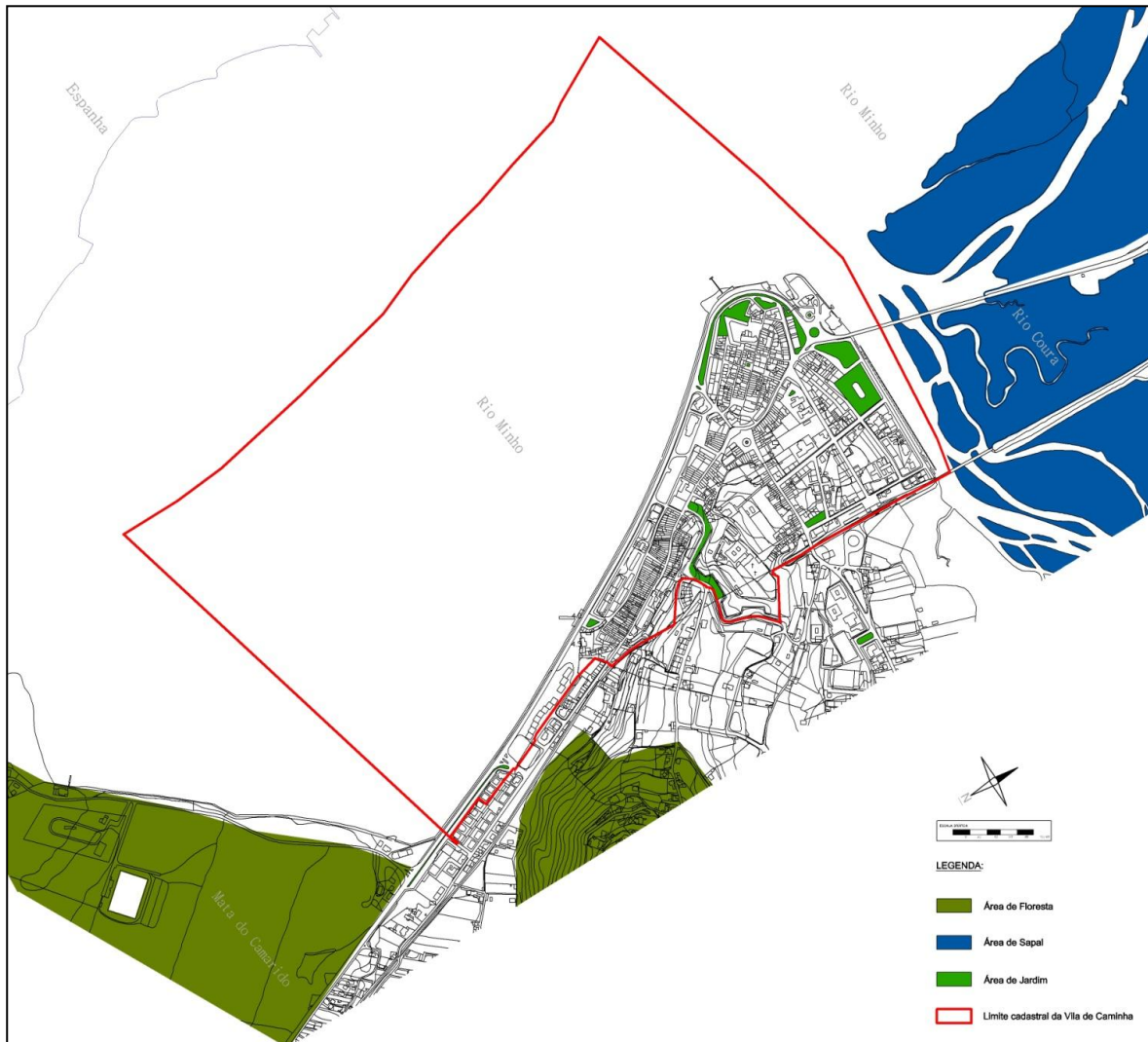


Figura 39 – **Planta cartográfica da Vila de Caminha, 2010.** Identificadas as áreas de vegetação e de sapal. Também são referenciadas áreas extrapolando a própria área de estudo, objectivamente, a mata do Camarido, o monte de Santo Antão e a zona de sapal do rio Coura, devido à sua importância, para a Vila como também para o entender da morfologia e da própria imagem de Caminha.

2.5 – O Clima

O território, onde a Vila de Caminha se encontra, destaca-se pelas suas condições climáticas e a sua situação geográfica, concretamente, a proximidade do Oceano Atlântico e a orientação do relevo.

Ao analisar o “regime térmico e pluvial constatamos que embora o território concelhio se encontre na zona mais húmida do País, a característica dos climas mediterrâneos ainda se faz sentir, pois ocorre precipitações inferiores a 30m/m no mês de Julho. Apenas um mês, em média, tem características de secura estival o que, embora de forma diluída, é típico dos climas mediterrâneos” (PDM, 1993).

O clima na Vila de Caminha é temperado, com influência dos ventos marítimos do Atlântico, sempre generoso para as culturas agrícolas pela humidade que contém, principalmente nos meses de Verão. No que se refere à amplitude térmica média anual, ronda os 15° e as temperaturas negativas invulgarmente se fazem sentir, as temperaturas são moderadas e isotérmica de 12,5 a 15,0°C. A radiação solar é similar à da demais área do Distrito apresentando valores regularmente menores de 140 Kcal /cm² de média anual.

A precipitação

Quanto á precipitação das chuvas pode-se dizer que se apresenta com mais intensidade entre os meses de Outubro e Março. Precipitação, caracteriza-se portanto, como sendo elevada obtendo os seus valores médios/ano superiores a 100 dias, por sua vez a precipitação aumenta significativamente de poente para nascente.

Os valores médios anuais oscilam desde 1.200 mm na área em estudo, constatando que Dezembro e Janeiro são os meses onde a precipitação é consideravelmente mais abundante, registando nestes meses valores entre 150 a 200 m/m, em Julho os valores baixam para os 25 mm em toda a faixa litoral.

O nevoeiro

Quanto ao nevoeiro, como apontamento, pode-se referir que o número médio anual de dias com este elemento varia de inferior de 20 a 40. No que se refere à insolação podemos mencionar que os valores de horas de sol variam entre 2.400 a 2.500. Em Abril é cerca de 220 horas, em Julho cerca de 300 horas, em Setembro varia de 200 a 220 horas, diminuindo no mês de Dezembro para perto de 120 horas. (PDM, 1993).

Os ventos

Quanto à intensidade dos ventos verifica-se a possibilidade de se registarem ventos fortes, dos quadrantes de Oeste e Norte. A Vila de Caminha, na sua orientação Norte - Poente, encontra o Monte de Santa Tecla, na Galiza, assim como o monte de Santo Antão no território português exercem protecção dos ventos, que com frequência se sentem oferecendo a Caminha uma posição estratégica.

O território em que a Vila de Caminha caracteriza-se como uma região húmida, registando períodos de chuvas abundantes ao longo de todo o ano, assim como períodos de vento forte ao longo de todo o ano. O clima da Vila apresenta características tipicamente inseridas nas mediterrânicas, onde não se observam temperaturas muito elevadas, com períodos de céu com nebulosidade média.

Actualmente as condições climatéricas têm tido variações invulgares, mas pontuais, verificando-se não apenas no território em estudo, como também em todo o mundo, com períodos muito quentes em períodos inusuais e precipitações em épocas em que regularmente não se verificavam, ainda que mantendo-se o padrão regular na sua maioria.

2.6 – A Demografia

O estudo da população da Vila de Caminha exige uma breve referência à evolução ao longo da própria formação da Vila, de modo a entendermos o contexto humano vivido no território. Torna-se importante conhecer os movimentos demográficos, as oscilações, na ocupação da Vila, assim como avaliar o crescimento potencial e suas causas.

As variações populacionais relacionam-se frequentemente com acontecimentos “agressivos” à permanência no território e no que se refere à Vila de Caminha, pode-se citar, de entre outros, a Guerra Colonial como principal motivador destas variantes (principalmente na segunda metade do século XX).

Relativamente ao “ritmo de crescimento demográfico deste povo não foi constante ao longo dos tempos. Durante a Idade Média, devido à sua situação de terra fronteiriça e porto de cabotagem os seus índices foram mais baixos. Até ao ano 1390, embora a passo lento, a população foi aumentado consideravelmente devido ao facto desta terra se ter tornado porto franco. Contudo, o número dos seus ocupantes ainda não era relativamente elevado. Entre os anos 1442 e 1527 estes números sofreram um grande salto, pois a vila ingressou num novo tipo de comércio – o comércio marítimo à distância.

Até inícios do século XIX o seu crescimento demográfico foi-se mantendo quase estável, no entanto, a meados desse mesmo século, estes números sofreram um grande salto, duplicaram-se... Entre meados do século XIX e inícios do século XX, Caminha vê diminuir o número dos seus habitantes em 335 pessoas, factor este que se deve a um forte declínio da pesca. A partir dos anos 60, devido ao aumento do consumo e à promoção da habitação os índices demográficos revelam um forte aumento.” (Junta de freguesia de Vilarelho, 2010).

População do concelho de Caminha (1801 – 2004)

1801	1849	1900	1930	1960	1981	1991	2001	2004
9251	12167	15288	15810	16668	15883	16207	17069	16926

Figura 40 – **Tabela de análise da evolução demográfica, do ano de 1801 até 2004**, no concelho de Caminha, de forma a enquadrar o quadro evolutivo da população no território em estudo; 2010. Aqui se denota claramente o crescimento até à década de 60 e um declínio posterior, fruto de emigrações e imigrações que findaram na sua grande maioria nos anos 70, daí se nota o crescimento já no ano de 1981, mantendo-se minimamente estável o seu crescimento até aos nossos dias.

População da vila de Caminha (1527 – 1940)

1527	1758	1852	1911	1940	Ano
280	335	2 520	2 485	2 067	Nº /Hab.

Figura 41 – **Quadro de estudo demográfico**. Denota-se o aumento gradual do número de população residente na Vila de Caminha, entre os anos de 1527 a 1940. Apresenta-se uma perspectiva geral da evolução populacional da Vila de Caminha, num período importante para o presente estudo, ao longo de cinco séculos, visando um período de formação e evolução essencial para o entender o crescimento e estruturação da própria Vila de Caminha, (Cruz, 1988).

Ao longo dos anos sessenta assistiu-se a uma diminuição significativa, ainda que no fim desta década o cenário se altere, onde o consumismo se manifesta e onde o comércio local vive um crescimento na Vila. Também a liberalização da emigração ofereceu à vila uma nova perspectiva de incremento e estabilização do comércio local.

Até aos anos setenta e com o aumento da emigração já permitida, assistiu-se a um decréscimo no número de população residente, ainda que por outro lado se tenha tornado positivo para a Vila, ou seja, os emigrantes investiam o seu dinheiro nas suas visitas sazonais, facto que contribuíra para a estabilização do comércio local e seu crescimento.

É importante referenciar que houve uma diminuição populacional muito acentuada nos anos de 1960 a 1970, devido à emigração para as colónias e para os centros urbanos como Lisboa e Porto, tal como em muitos outros concelhos, verificando-se também um aumento a partir de 1975, derivado ao regresso dos colonos.

Este facto teve um papel fundamental no crescimento e desenvolvimento do Concelho e no sector da construção. Podendo-se referir que a Vila ocupa uma área de 72 há, assim como uma área dos aglomerados existentes de 51,5 ha. Também e para concluir pode-se referir que a Vila de Caminha apresenta uma densidade existente (hab./ha) de 35,0.

A Vila actualmente engloba uma população de cerca de 17 mil habitantes, e o município de Caminha tem cerca de 5800 famílias fixadas, (Câmara Municipal de Caminha, 2010).



Figura 42 – Vista do “Terreiro” onde se realizaria o mercado semanal da Vila, 1905.

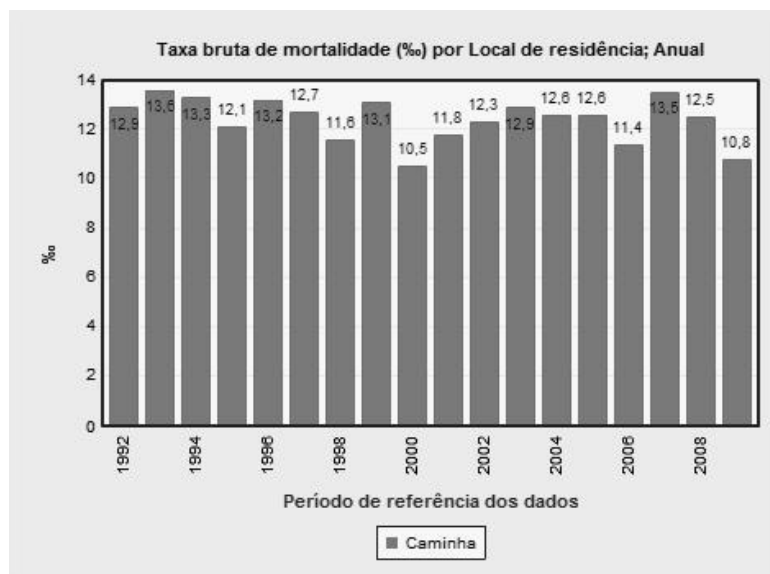


Figura 43 – Gráficos de estudo populacional, fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, 2008. Pode-se verificar uma certa “normalidade”, sem variações abruptas no índice de mortalidade na Vila de Caminha, de facto apresentando no ano de 2000 e 2009 o número mais reduzido.

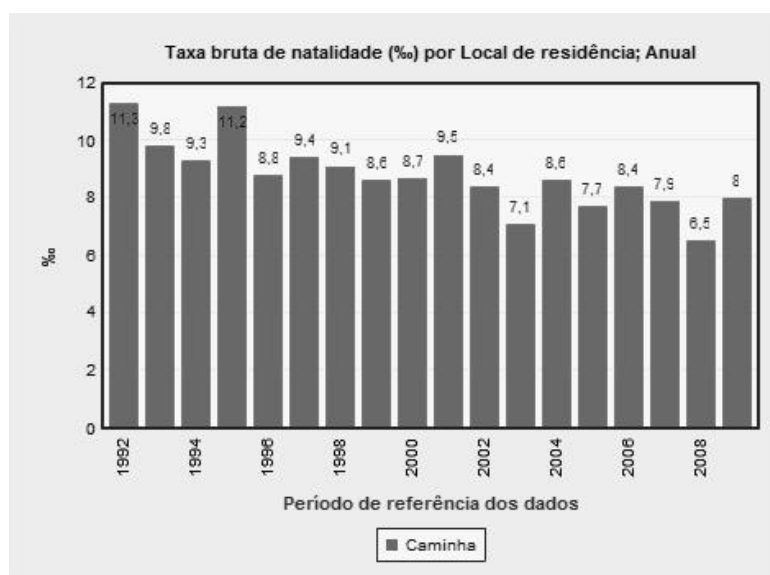


Figura 44 – Gráficos de estudo populacional, fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, 2008. A taxa de natalidade pode indirectamente indicar as condições de vida, o panorama político e económico-social. Ao analisar este quadro constata-se a descida gradual ao longo dos anos, apenas relatando uma leve subida no ano de 2009, de resto desde 1992 a descida desta taxa foi consecutiva decrescente. Este facto deve-se concretamente ao panorama nacional em que a Vila se insere, com o aumento das dificuldades económicas crescentes na última década, o tardio emancipar dos jovens a taxa de natalidade reduz-se e consequentemente a população residente na Vila de Caminha.

2.6.1 – O Turismo

O exponencial legado histórico, assim como as qualidades do seu património natural, patrimonial, cultural e histórica, que vincula a Vila de Caminha a toda a região em que se insere, potencializando o turismo como valor acrescido para a economia da Vila por um lado, mas marcando uma alteração de Caminha-Matriz ao nível da evolução, o seu desenho e do seu traçado, dentro do fenómeno demográfico sazonal que acontece na Vila nos meses de Junho, Julho, Agosto e Dezembro. Nestes meses, a população, não só da Vila como de todo o Concelho, aumenta consideravelmente.

Este facto constata-se no Concelho de Caminha e em geral nas terras do litoral do Concelho, desde os anos de 1960, aumentando a sua expressão até aos dias de hoje. Este sucesso veio dinamizar o território e suas dinâmicas de ocupação. O turismo trouxe um aumento da população, assim como associando-se a um crescimento da demanda imobiliária, exercida pelo grande número de “privados” com grande capacidade económica. Construiu-se a moradia como segunda habitação ou alugando habitações existentes pelo território do Concelho, aumentando o número de construções no Município, usadas nos meses de Verão ou em épocas festivas.

Este fenómeno vem até à actualidade, onde freguesias como Cristelo, Vilarelho, Seixas e Moledo (freguesias que delimitam a vila de Caminha), duplicam a sua população nos meses de férias e dias festivos o que influencia directamente a vida na Vila de Caminha como centro social, económico e Cultural no concelho.

Tornou-se necessária a construção de infra-estruturas capazes de suportar e albergar a população que chega a Caminha nestes períodos. Esta circunstância influencia a morfologia da Vila de Caminha, a imagem e crescimento da mesma e o seu carácter urbano. O fenómeno do turismo na vila tem um impacto importante na vida e no próprio crescimento e transformações na sua morfologia. Estes movimentos populacionais marcam ainda hoje uma importante característica do concelho de Caminha, relevante a todos os níveis da sociedade caminhense.

2.7 – Base sócio-económica

O estudo sobre a estrutura social, a base económica e produtiva de uma sociedade oferece um conhecimento e uma caracterização da própria população e sua fixação no terreno. Neste contexto, pode-se observar como sempre se destacaram os habitantes da *rua* e os da *vila* numa aparente divisão de classes, marcando a importância da principal actividade - a pesca - distinguindo a própria fixação no terreno. Os pescadores localizaram-se na *rua*, enquanto na *vila* o comércio seria a actividade principal. Este facto marcou o crescimento da Vila de Caminha, bem como a sua caracterização morfológica, fruto da sua estruturação urbana e social.



Figura 45 – Vista da Rua dos Pescadores, 1930.



Figura 46 – **Panorâmica da Rua dos Pescadores ao fundo, 2010.** Pode-se notar que se mantém o mesmo traçado desde os anos de 1930.

A actividade económica e produtiva da Vila esteve ao longo dos anos centrada na pesca e principalmente no comércio de bens, oriundos das terras do Concelho de Caminha. A importância da proximidade com o rio Minho, seu afluente o rio Coura e o Oceano Atlântico, proporcionaram o desenvolvimento desta actividade como foco motivador do crescimento a nível social, político e mesmo construtivo.

Actualmente, o sector preponderante é o terciário, com 59% da população activa, sucedendo-se o sector secundário com 34 % e simplesmente 7% da população insere-se no sector primário. Estes dados revelam a realidade de Caminha. Vila onde a indústria não apresenta uma presença volumosa e o sector do comércio é bastante destacado. A pesca é uma área de tradição marcando a cultura da própria vila, mas também a nível urbano, relativamente às infra-estruturas relacionadas com a actividade.

A evolução nos sectores de actividade económica na Vila de Caminha evidenciou a tendência para o abandono do sector primário. No quadro a seguir, pode-se constatar esses mesmos dados.

ENTIDADES ESPACIAIS	SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICA							
	ÍNDICES							
	PRIMÁRIO		SECUNDÁRIO		TERCIÁRIO		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
CAMINHA	66	9,31	129	18,19	514	72,50	709	100 .00

Figura 47 – **População residente activa civil a exercer uma profissão segundo o sector de actividade económica na vila de Caminha, 1981.** Pode-se verificar como a população residente na Vila se estabelece no sector terciário, constatando nos seus indicadores uma grande diferença percentual, em relação com os outros sectores.

Ao se analisar a evolução sócio-económica da Vila de Caminha, mas também do Concelho e todas as freguesias associadas, pode-se entender a forma como a estrutura económica teve uma papel fundamental na dinamização e crescimento da própria Vila de Caminha, transformando-se no centro social, económico e cultural do concelho.

A Vila de Caminha teve na pesca e no comércio, profissões liberais e, ainda que de forma “tímida”, nas instalações fabris e no turismo os motores do crescimento efectivo da própria estrutura física e humana daquele território.



Figura 48 – Cais “da Trincheira” (Cais da Rua), Caminha 1905. Pescador e duas crianças num carochó perto do Cais da trincheira, ou Cais da Rua, em Caminha, hoje ainda existente. Embarcações de carga, junto ao cais, onde parece existir um pequeno sistema de grua. Os restos de uma embarcação de grande porte jazem junto à extensa praia fluvial, onde ainda são visíveis alguns trechos de muralha, de que hoje resta apenas a trincheira. (Azevedo, 2003).

A indústria, na Vila e Concelho de Caminha, encontrou-se até ao século XIX na pesca e na área da construção naval, através dos estaleiros instalados na Vila, quando a fonte empregadora de mão-de-obra geral, proporcionando o crescimento da vila.

Embora a importância da existência destes estaleiros fosse incontestável, a conjuntura económica e social alterou-se na década de sessenta contribuindo para desaparecimento do estaleiro. Actualmente apenas existe uma pequena instituição para reparações de pequenas embarcações, as “Gamelas” ou “Carochos”¹ típicas na área de pesca no rio Minho.

Do porto de Viana do Castelo (capital de Distrito), ao longo dos anos de 1920, rejeitaram-se inúmeros carregamentos de bacalhau destinadas à sua secagem no Pinhal do Camarido. Estas actividades marcaram durante cerca de uma década um contributo importante para a economia da Vila e consequente crescimento da mesma. A Vila de Caminha teve uma presença industrial com pouca envergadura, ficando mesmo atrás dos concelhos vizinhos, como a Vila Nova de Cerveira e sem dúvida, o concelho de Viana do Castelo.

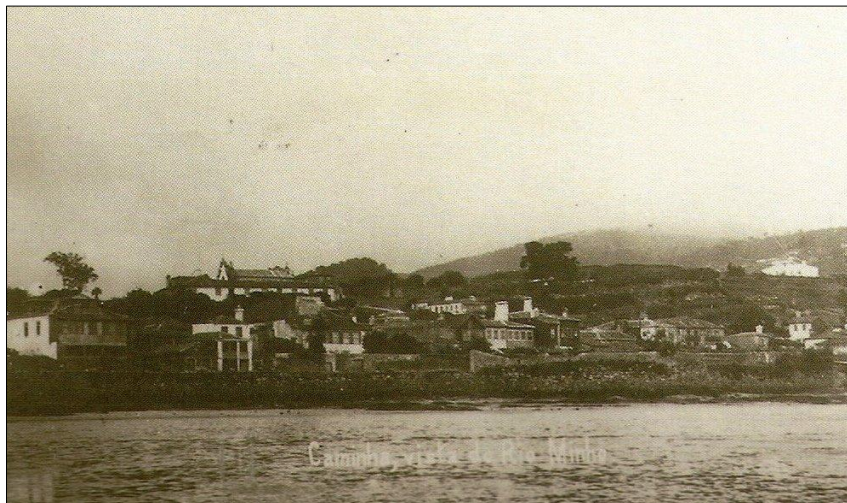


Figura 49 – Área de amarre das embarcações de pesca e cais da Rua, no Rio Minho, 1930. Ainda se pode observar a muralha medieval que circunda a Vila, antes de ser destruída.

¹ Embarcações características do Rio Minho. Em vias de extinção, esta embarcação servia a pesca e o transporte de pessoas. Pensa-se que terá as suas origens nas embarcações Vikinga e Normanda.

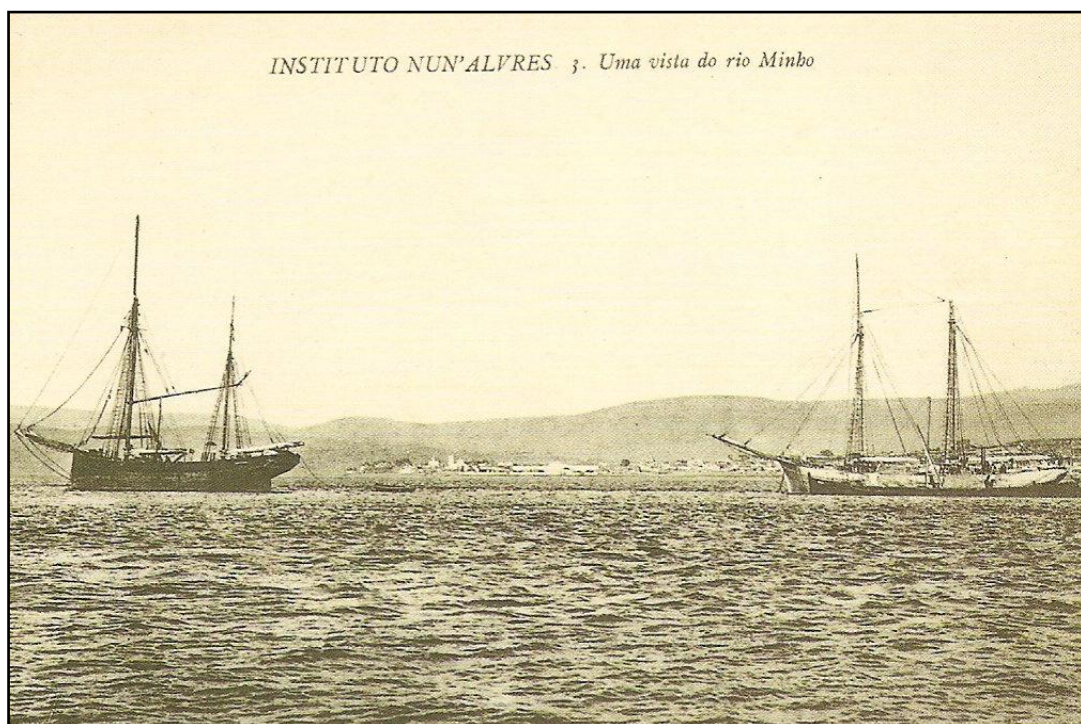


Figura 50 – **Embarcações de Grande porte no Rio Minho. Bacalhoeiros no Rio Minho, 1922.** “Foram os únicos bacalhoeiros de Caminha, correspondendo a um esforço de armadores da vila de lançar uma indústria de captura e seca de bacalhau. (Azevedo, 2003). A seca do bacalhau, vinda do cais de Viana do Castelo e Esposende, atracavam ao longo da costa de Caminha para descarregar a sua carga, directa para as zonas de secagem. Na imagem podemos ainda distinguir as embarcações da época, os Palhabotes e Escunas, utilizando ambas velas e remos para se deslocarem.

A pesca

A pesca teve um papel fundamental na estruturação e crescimento da Vila de Caminha. Um crescimento urbano, social e económico que fruto de motivação da actividade económica relacionada com a pesca. Numa localização estratégica, Caminha, apresenta características propícias ao desenvolvimento da actividade piscatória desde a formação da vila à actualidade.

A actividade resume-se a pescadores que na sua maioria habita no Concelho e a frota de barcos pesqueiros resume-se a pequenas embarcações, “Gamelas”, para a pesca de rio e muito poucas destinadas na pesca no mar. Não apresentando a dimensão dos séculos XVI ou XVII, a actividade na Vila continua a caracterizar a paisagem da Vila, através das embarcações atracadas nas suas margens. Pode-se classificar a pesca como marcante mas em decréscimo até á actualidade.



Figura 51 – **Caminha-Matriz, pescadores e embarcações de pesca, 1933.** “Pescadores preparam as redes de pesca, eventualmente para a captura de salmão, junto ao cais de Caminha. Ao lado da embarcação de pesca está a barca que fazia a carreira para Espanha,” (Azevedo, 2003).

Na Vila de Caminha a pesca e o comércio marítimo e todas as actividades associadas dependeram ao longo da história das condições físicas com as qualidades do seu porto e consequentemente a concorrência com outros portos do país, apesar de gradualmente e por condicionantes económicas e políticas a actividade veio sempre a diminuir o seu impacto na economia da Vila.

No entanto, a pesca transformou-se pela deterioração das condições naturais do porto da Vila e nos finais do século XVII-XVIII o comércio exterior nesta actividade viu-se prejudicada, que sempre tinha caracterizado a própria actividade, passando a instituir-se na sua grande escala, o comércio interno do peixe, fruto do trabalho nas águas portuguesas, dos pescadores caminhenses.

Este facto, veio condicionar em grande medida o que poderia ser hoje a economia e toda a estrutura social e física da vila de Caminha, caso esta actividade não se tivesse enfraquecido e as grandes famílias que até à data se localizavam na vila, a abandonassem, assim como o fecho dos seus investimentos.

Na actualidade, a pesca em Caminha transmite conotações muito próprias à análise da estrutura morfológica da Vila de Caminha. A pesca retém elementos preponderantes, seja a implantação de construções para albergar os pescadores da Vila, assim como a área de atraco, “poitas”, amarras para os truques e “gamelas” que se avistam em grande número na foz do rio Minho, caracterizando a “imagem” da Vila.

A pesca actualmente é um meio de subsistência para os pescadores de Caminha que compartilham o Rio Minho com os vizinhos espanhóis. Apesar de muitos problemas de ordem política e condicionalismos reais, a pesca continua a ser uma das actividades de maior reconhecimento caminhense.

O Comércio

O comércio teve, desde a formação da Vila, e tem cada vez mais, um papel fundamental no sector económico e social, dinamizador do contexto cultural da própria região: “As actas da Câmara de 1840 referem-se já aliás às primeiras – tabernas, estalagens e casas de pasto – em contraste o comércio feito em romarias, feiras e

mercados... o seu apogeu aliás viria a atingir-se com a renovação da frota pesqueira, que culminou com a introdução dos truques como suporte da pesca do alto mar”, (Cruz, 1988:53). Pode-se subdividir a actividade centrada no comércio regional, comercio trans-regional e comércio local.

O crescimento de Caminha esteve profundamente associado à evolução no campo dos transportes, novas vias de comunicação como a instalação da via de Caminho de ferro e a Estrada Nacional 13 ou a A28, assim como o desenvolvimento dos transportes públicos em geral. O comércio na vila é a actividade central no que diz respeito à actividade produtiva e económica implementada na Vila e mesmo no Concelho a que pertence.

Pode-se dividir a actividade de comércio em comércio tradicional, por vezes localizado e permanente e caracterizado pela comercialização de bens de primeira necessidade (bens alimentares e habitualmente produtos originários do concelho), transaccionando em comércios implementados no território urbano da Vila, até mesmo na “feira-mercado” (presente na vila desde o século XVIII, motivador da economia agrária, começando por ser realizadas anualmente no Terreiro), que tradicionalmente se realiza na Vila.



Figura 52 – **Casa comercial** típica de Caminha, situada no lado oeste do Terreiro, Caminha, 1920.

Pode-se concluir que a actividade económica da Vila centra-se no comércio e na pesca, através de pequenas superfícies comerciais. Constata-se o abandono das actividades ligadas à agricultura. Este facto tornou-se como fenómeno crescente ao longo dos tempos, fazendo com que actualmente os pequenos produtores agrícolas, de freguesias da Vila, transaccionam esses produtos apenas na feira semanal da Vila.

As actividades ligadas ao campo tornaram-se até à década de 2000 cada vez mais raras implicando a perda de empregos domésticos. As pessoas deixaram de cultivar os seus terrenos e proliferam os espaços ajardinados.

A vida na Vila de Caminha e o seu desenvolvimento sócio-económico levou consequentemente a sua população, que na sua origem vivia exclusivamente nos trabalhos no sector primário dos mercados e da forte ligação à pesca e ao seu porto, a passar gradualmente a ocupar um papel fundamental nos serviços característicos na conjuntura da Vila e da vida urbana de Caminha.

Um ponto de viragem na evolução da Vila de Caminha, no contexto comercial e mesmo social, reflectiu-se ao longo dos anos de 1950/1960 onde as três artérias bem definidas – rua da Corredoura, do Vau e de S. João – potencializaram o comércio, instalando-se ali lojas, ainda que de pequenas dimensões, que serviriam os visitantes da Vila, que foram crescendo em maior número.

Intensifica-se, até mesmo aos dias de hoje, a proliferação de lojas, vitrinas de venda de produtos de todo o género e procura. As lojas de “conveniência” surgem assim na Vila e hoje fazem parte integrante da sua imagem.



Figura 53 – **Avenida marginal de Caminha**, vista para a foz do rio Minho, com embarcações de pescadores ancoradas, 1950.



Figura 54 – **Vista sobre a foz do rio Minho**, 2010.

2.8 – Valores patrimoniais singulares

A análise da Vila de Caminha caracteriza-se pelas suas paisagens e pelo seu património histórico e o seu valor patrimonial, foco e identificador da própria identidade da vila. De realçar a área amuralhada de fundação romana e destacando a Torre de Relógio, edificada no século XV, a Igreja Matriz, construída entre 1488 e 1556 de raiz Gótica e de características Manuelinas e a Igreja da Misericórdia, as Capelas da Sra. Da Agonia e de São João, a casa dos Pitas, a casa de Leiras e os Paços do Concelho, ou o conhecido “Terreiro” (Praça Conselheiro Silva Torres) com o seu Chafariz ou ainda a rua Direita, ladeada pelas construções da época de fundação da Vila. Os vestígios históricos, oferecem á Vila de Caminha, um carácter revivalista onde a defesa de uma identidade, marcada desde a sua formação até aos nossos dias.

Valores Patrimoniais e aspectos turísticos: Zona histórica com Torre do Relógio e demais área amuralhada, Igrejas Matriz, da Misericórdia, de Sto. António e de Sta. Clara, capelas da Sra. da Agonia e de S. João do Nicho, de Sto. António dos Esquecidos, Chafariz do Terreiro, Casa dos Pitas, e Casa das Leiras.



Figura 55 – Brasão de Caminha Matriz, 2010.



Figura 56 – Brasão do concelho de Caminha, 2010.

Capítulo III

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

3. – A Vila de Caminha: Génese, Formação e Matriz de Crescimento

3.1 – Condicionantes do Assentamento

A perspectiva teórica da formação da Vila de Caminha remete-nos sob muitas fontes e achados pré-históricos, para a aldeia de Vilarelho onde se encontra os vestígios fundiários mais antigos. No entanto, pode-se constatar duas teorias acerca do desenvolvimento, ambas de carácter evolutivo e de formação da própria vila.

A primeira linha teórica remete-nos para o nascimento e desenvolvimento desde o século VIII a.C. no Monte do Côto da Pena, Vilarelho, com um assentamento Castrejo sendo a primeira manifestação e fixação populacional nesta área, a origem do crescimento e formação de Caminha-Matriz.

Abordando a sua “ocupação documentada desde o século VIII a.C. até ao século XII d.C. foi certamente um povoado com uma grande visibilidade e importância, controlando a foz do Minho e a desembocadura do rio Coura durante os seus cerca de vinte séculos de ocupação e desempenhando um papel relevante importância no contexto civilizacional da região” (Cadilha, 2008; p.22).

A segunda linha de pensamento, remete-nos para o facto de que Caminha nasce no casco histórico existente, que se desenvolve no período romano até período medieval de forma dissociada de características disseminadas e no seu assentamento em vários pequenos núcleos habitacionais, mas torna-se um núcleo urbano de reconhecida importância.

Relativamente às condições que levaram à fundação de Caminha, que “teria aproveitado um casco antigo na sua fixação. Mas a vila, que se impõe ao nosso estudo por uma paisagem e uma estrutura geográfica original, explica-se mediante uma linha evolutiva contínua a partir duma época precisa e duma orgânica que se lhe ajustava. Essa época é a Idade Média”, (Cruz, 1988; p.14).

Para o desenvolvimento da Dissertação, interessa entender a forma de crescimento e desenvolvimento da própria Vila de Caminha até à actualidade. A morfologia que a Vila apresenta vincula-se intrinsecamente à formação da respectiva malha urbana. Procura-se um entendimento da fundação da própria estrutura urbana e o seu desenvolvimento morfológico, assim como compreender o processo de assentamento no próprio território e seus elementos constituintes.

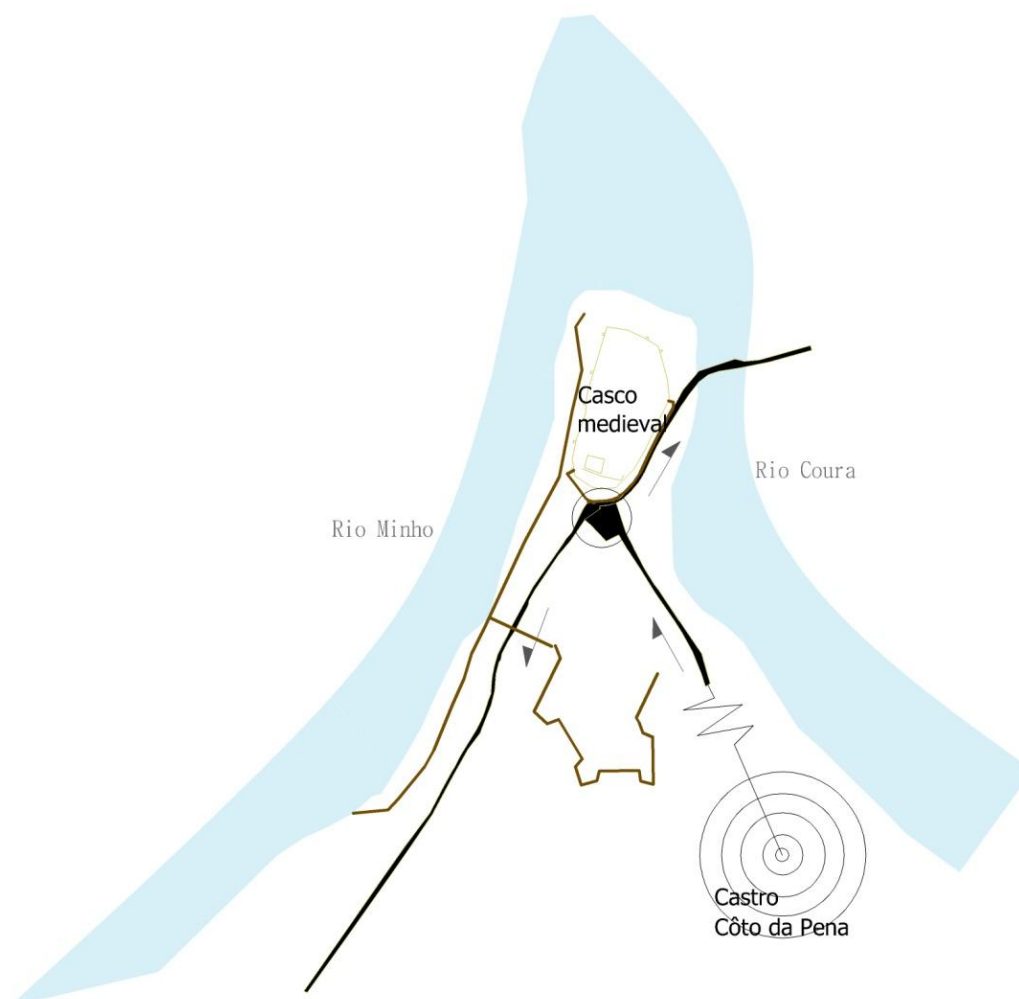


Figura 57 – Estudo gráfico do assentamento da Vila de Caminha e linhas de crescimento gerais, 2010. Estudo das dinâmicas de crescimento e assentamento da Vila de Caminha. Pode-se observar, tomando em conta o primeiro assentamento humano no Castro do Côto da Pena, e o posterior assentamento medieval, como primeira manifestação de urbanização organizada e estruturada, crescendo gradualmente para fora o casco medieval.

3.2 – Principais Aspectos de Fundação

A ocupação da Vila determinou-se pela valorização do território e suas características geográficas. De entre os vestígios podem-se destacar os materiais pré-históricos da arribá fossil de Santo Isídro, vestígios de Cultura Megalítica no Vale do Âncora, gravuras rupestres em Lanhelas e património Castrejo encontrado na cidade de Âncora e no Castro do Coto da Pena, estes últimos remontam à idade do Bronze final, onde se pressupõe este como a origem de toda a formação da Vila de Caminha.

No assentamento inicial, no território da “Vila da foz do Minho”, “Caminha deve ter tido o seu primeiro núcleo de população no Castro do Coto da Pena, a partir dos tempos proto-históricos. Este castro apresenta, pelas suas características e dimensão, uma identidade com o castro de Santa Tecla. Desde tempos muito antigos, povos vindos do mar, do norte ou do sul, não importa, rumavam rio acima em busca de metais, como o ferro, o estanho, o ouro e a prata... Hoje a «Estação arqueológica do alto do Coto da Pena» classificada como imóvel de interesse público conforme se lê em edital da Câmara Municipal de Caminha de 26 de Outubro de 1981, mantêm-se à espera de maiores pesquisas a efectuar pelos homens da ciência afim” (Junta de freguesia de Vilarelho, 2010).

A importância histórica das descobertas arqueológicas, fruto de escavações, no Coto da Pena é confirmada nas exposições, apresentadas no Museu Municipal de Caminha. A informação que se pode extrair desses achados, alia-se ao conhecimento da história de fundação da Vila, mas também aspectos importantes para o conhecer das condicionantes que emergiam neste período.



Figura 58 – Levantamento desenhado do Castro do Coto da Pena, Caminha, 1986.



Figura 59 – Estruturas do Castro do Coto da Pena, 1995.

Pode-se referenciar Vilarelho como o território de origem dos primeiros assentamentos humanos no território, mais concretamente o Castro do Coto da Pena, que posteriormente terá sido abrangida pela chegada dos romanos, por volta de 137 a. C., sob o comando de Decimus Junius Brutus, levando à primeira fase de desenvolvimento ou ocupação para cotas inferiores em direcção à actual localização da vila de Caminha. Sem provas incontestáveis, acredita-se porém que pelos finais do ano 27 a. C. (Cadilha, 2008).

Terá existido, no território, um vasto domínio militar comandado pelo General Públio Carísio. Após este período controverso marcado pela insegurança, a população ainda não se propõe a fixação para cotas inferiores às encontradas em Vilarelho, e regressa ao Castro por volta do século I a. C., procurando maior segurança, devido à localização do próprio Castro no Coto da Pena, que proporcionaria maior defesa à população. (*Idem*).

Foi durante o século V que a mudança de localização e consequente abandono do Castro ter-se-á efectuado definitivamente. Por se considerar um período de estabilidade a nível de conflitos, guerras e investidas de inimigos colonizadores. Também, forçadas por invasões germânicas, segundo suspeita o historiador português Armando Silva.

Procede-se à fixação da população na área, que é hoje conhecida por núcleo medieval de Caminha-Matriz. Pela sua estratégica posição, “entre os dois grandes centros civilizadores romanos, o Conventus Bracarense e o Conventus Lucenses, Caminha poder-se-á ter tornado num importante porto de navegação e um nó “rodoviário” entre as duas capitais” (Cadilha, 2008; p.26).

Caminha torna-se num ponto estratégico, de passagem prioritária, estrategicamente implantada, favorecendo o seu papel comercial no domínio Romano e posteriormente Suévico (no século VI).



Figura 60 – Plano esquemático do território e sua ocupação n Península Ibérica no ano de 790 a 1300 d.c. pertencendo a área onde se situa Caminha actual, estaria sob o Reino das Astúrias.¹

¹ Apontamento histórico: Com a rápida invasão árabe, a reconquista cristã foi mais lenta. Este processo gradual originou o aparecimento de diminutos reinos que iam sendo alargados à medida que a Reconquista era bem conseguida. Surgiu, no seu início, como primeiro, o Reino das Astúrias, que viria a dividir-se entre os descendentes de Afonso III das Astúrias quando faleceu. Emergiam os reinos de Leão e, mais tarde, de Navarra e Aragão e Castela. Mais tarde Afonso VI de Leão e Castela Imperador de toda a Espanha, entregou, por mérito, ao seu genro D. Henrique de Borgonha, o governo dos territórios meridionais, o Condado Portucalense, grosso modo entre-os-rios *Minho* e Douro e o Condado de Coimbra, entre-os-rios Douro e Mondego. Destes condados, que faziam ainda parte do reino de Leão, mas que dele tinha grande independência, nasceria o reino de Portugal, (Coelho; 2010).

Mais tardiamente, com as invasões dos Árabes na Península Ibérica, por volta de 997 nas margens do Rio Minho, ter-se-á conquistado toda a área do Vale do Minho e suas fortificações de defesa do próprio território rapidamente e de forma violenta. Seria eminente a fuga das populações, destas áreas conquistadas, para o abandonado Castro de Coto da Pena, assim como para o Monte de Sto Antão, em Vilarelho. Pressupõe-se a existência de dois castelos para defesa do território, um localizado na freguesia de Vilarelho, do tipo Atalaia, o outro situara-se no local onde se materializou como centro da Vila de Caminha e centro da área medieval.

Com a reconquista aos Muçulmanos por parte dos reis Cristãos, a área do vale do Minho revitalizou-se. A reconstrução das fortificações e posteriormente o seu reforço de modo a oferecer maior segurança à população contra invasões inimigas. Ao longo do século XII, o desenvolvimento urbano está prestes a emergir, reunidas todas as condições de segurança, com inovações no campo da agricultura e o incremento da mão-de-obra, assim como, “a reabertura do mediterrâneo à navegação europeia e consequente retomar das rotas comerciais entre as diversas regiões da Europa.” (Cadilha, 2008; p.28).

No século XIII, com os reinados de D. Afonso III e, posteriormente D. Dinis (o lavrador), marca-se uma viragem na transformação e desenvolvimento de Caminha, assim como o seu crescimento até aos dias de hoje. Nesta época deram-se profundas transformações a todos os níveis da sociedade. O desenvolvimento económico incrementa-se com a estabilidade oferecida pelo reforçar das estruturas defensivas, como também com a melhoria dos acessos e das comunicações, entre os vários povoados, que se iam instalando no território do Concelho.

A fundação de Caminha toma o seu rumo baseado em organizações de estruturas urbanas de características comuns á fundação das cidades medievais e onde “os mesmos conceitos teóricos e práticos de um urbanismo medieval português que nos releva já os princípios urbanísticos que geralmente se associam ao renascimento, como a regularidade se associam ao renascimento, no ordenamento regular do loteamento, a uniformidade do tecido construído e a regularidade das características arquitectónicas das fachadas, a adopção de princípios de centralidade e de simetria e a concepção da cidade como um todo. (Cadilha, 2008:29). Aliás, as características, que marcam a ideologia, como o “Plano, poder, regularidade, ortogonalidade e teoria são assim os conceitos ligados às fundações medievais de cidades.” (Teixeira; Valla, 1999; p.25-30).

Os princípios que regiam a fundação das cidades medievais, como a de Caminha, obedeciam a regras específicas que se defendiam e implantassem ao longo de todo o território nacional. Por toda a Europa as cidades medievais ergueram-se a partir dos séculos XI e XII e assim se vai surgindo uma sociedade burguesa, onde a agricultura, comércio e técnicas inovadoras em todas as áreas vão surgindo, despontando um fenómeno de crescimento urbano.

Na Vila de Caminha, que deve a sua fixação e assentamento ao “conjunto de fundações Afonsinas de reorganização do território e das povoações, agrupando-as e dotando-as de meios apropriados à defesa da nacionalidade, tendo nascido como couto de hominizados.” (Cadilha, 2008; p.30). O assentamento urbano de Caminha, no que se refere à sua origem e formação foi planeado segundo o modelo urbanístico francês das Bastides, com a sua muralha tão características, de forma ovalada. Partindo deste princípio, Caminha cresce e desenvolve-se de forma gradual.

O crescimento já não mais iria parar e posteriormente, nos séculos XV a XVIII, deu-se a mudança na sua evolução de maior ponderação, a nível económico, político e social que consequente teve grande influência no crescimento e organização do seu espaço urbano. Os novos modos de pensar a vida e o espaço urbano no Renascimento apontava para o sentido estético, em que a vida urbana em geral se torna numa das grandes preocupações.

A estrutura fortificada distingue-se na morfologia da Vila, assim como as novas construções marcando as tipologias que configuram a imagem da Vila e porém “a intervenção que mais vai alterar a imagem da Vila de Caminha e que lhe dará a configuração e estrutura que hoje lhe conhecemos foi, sem dúvida, a construção de uma nova linha de muralhas durante os reinados de D. João IV, D. Afonso VI e D. Pedro II. Numa época em que portugueses e espanhóis se defrontavam, sobretudo ao nível da raia e no controlo dos oceanos. O perigo das investidas da pirataria de costa era uma constante.

O crescimento demográfico e urbano veio colocar graves problemas de ordem defensiva e de segurança da vila, levando D. João IV a encomendar a construção de uma segunda linha de muralhas que rodeasse os novos bairros habitacionais.” (Cadilha, 2008; p.46).

É de salientar a primeira Carta Foral atribuída aos habitantes da Vila de Caminha, a 24 de Julho de 1284 onde se marca o reconhecimento social da existência e afirmação de Caminha no território nacional. Posteriormente, um novo foral é outorgado à Vila (1512), demonstrando a organização coesa que a Vila protagonizou ao longo da sua formação e evolução, motivado pela franca expansão e nova realidade urbana e social que a Vila assumiu. A necessidade de expandir o seu poder local e reforçar a organização funcional, entre os sistemas organizadores que regiam a Vila, foi através das Cartas que não só obrigariam o pagar de impostos, mas os direitos e deveres que os habitantes teriam que se submeter por ordem da coroa.

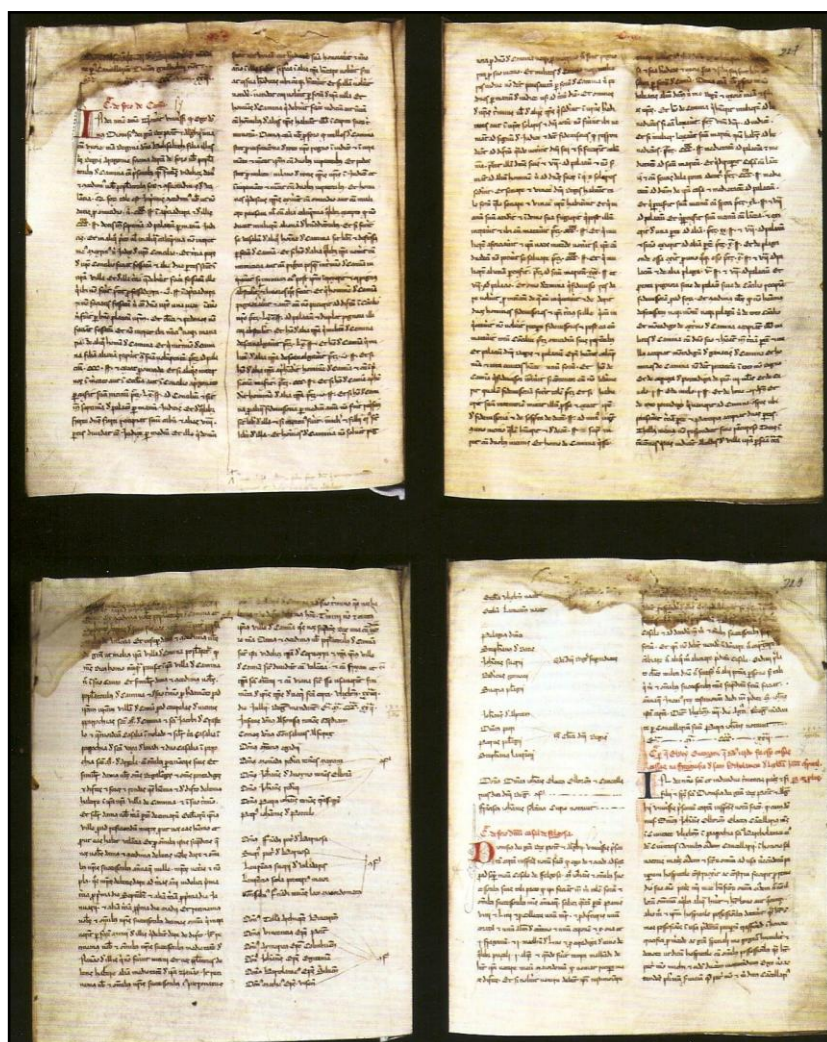


Figura 61 – Primeira Carta Foral, atribuída aos habitantes da Vila de Caminha a 24 de Julho de 1284.

Com o poder da Vila consolidado, manteve-se na posse da Coroa até que em 1 de Junho de 1371, quando D. Fernando formou o Condado de Caminha, fazendo seu primeiro conde D. Álvaro Pires de Castro. D. João I doou-a, em 1390, a Fernão Martins Coutinho, concedendo-lhe conjuntamente o privilégio de "povo franco", devido à sua localização estratégica, valorizando a economia e a implantação da Vila.

A decisão incrementou a actividade marítima e o comércio que se desenvolvia no território. A 20 de Julho de 1464, D. Afonso V fez senhor de Caminha a D. Henrique de Meneses, da Casa de Vila Real, mantendo este título até 14 de Maio de 1641. O crescimento da Vila assentou-se na estabilização das estruturas defensivas e políticas ao longo dos séculos XVII e XVIII, revelando-se este, um período de grandes transformações.

Com o crescimento exponencial da Vila, para além das muralhas, foi necessário repensar a organização espacial e estrutura social, entendendo-se a Vila na sua plenitude, criando-se e melhorando as vias de comunicação e estruturas urbanas em geral. O volume de trocas comerciais eram cada vez mais avultadas, assim como a agricultura seria o sustento para os povos circundantes à zona amuralhada da Vila de Caminha. A venda de produtos provenientes da agricultura e pesca tornou-se um meio de conseguir sobreviver, levando a um desenvolvimento económico e social do território.

Esta evolução gerou lucros ao poder dos governantes de Caminha, também proporcionando a possibilidade de executar obras e melhorias na Vila. Mais tardiamente, ao longo dos séculos XIX a XX, o crescimento atravessa uma segunda linha de muralhas, levando o crescimento urbano em todas as direcções, sem preocupações tão focadas na segurança contra invasões (como em tempos passados).

Caminha cresceu e afirmou-se no território nacional, assumindo-se como destino de férias de características reconhecidas. Entre a Revolução de Abril e os problemas de planeamento actual, Caminha foi-se desenvolvendo com uma preocupação com as origens e o legado histórico que representa a morfologia da Vila.

3.4 – Primeiros desenvolvimentos

A Vila de Caminha distingue-se pela sua presença e do seu legado histórico. Na Vila esta marca encontra-se bem presente na sua morfologia, nas suas tipologias e nas suas dinâmicas sociais e Culturais. O crescimento deu-se gradualmente desde a sua formação por meados do século XIII. Denota-se a sua herança medieval, nos seus traçados urbanos, nas suas construções e pelos monumentos que fazem parte da sua identidade.

Como elementos reguladores sempre presentes, ao longo da sua evolução, pode-se referenciar o rio Minho, o rio Coura e a sua geografia, manifestando-se o seu protagonismo na formação da Vila, assim como ao longo de todo o seu desenvolvimento.

A importância estratégica de fixação deve-se à proximidade com o rio Minho na procura de um posicionamento tático à protecção da Vila, assim como na maior regularidade de cotas no território. Também o rio Coura proporcionava os recursos valiosos para os cultivos, para rega ou alimentação dos animais, mostrando-se essencial na construção de uma cultura e de uma identidade na Vila de Caminha, proporcionando uma fase de crescimento da Vila a partir dos terrenos ganhos ao mesmo.

No assentamento urbano mostra-se uma relação directa com a geografia. O crescimento mais evidente a nível de ocupação, revelou-se ao longo da faixa costeira, a Sul e para Nascente. A Caminha-Matriz denuncia um crescimento de forma “estrangulada”, pela localização da linha de comboio, por sua vez exercendo uma fronteira para a Vila. O desenho urbano desenvolve-se, numa primeira fase, em duas direcções, pela Rua da Corredoura e pela direcção Norte - Sul, pelas Ruas de S. João, Rua Benemérito Joaquim Rosas e Rua de Pombal. Estas acompanham as transformações e o crescimento urbano da Vila, servindo de apoio às principais comunicações viárias.

Como “centro social” da Vila pode-se considerar o Terreiro, onde se encontra o chafariz desde o século XVI, só tenha sido apresentada entre os séculos XVIII. Actualmente o Chafariz, a Torre do Relógio, a Igreja Matriz e ainda a Igreja da Misericórdia são os monumentos mais reconhecidos na Vila de Caminha.

O legado histórico tem papel fundamental para o estudo evolutivo da morfologia da Vila e a estrutura urbana que a caracteriza. As dinâmicas que se desenvolvem em cada época fundamentam-se através de dados reconhecidos nos registos que chegam até á actualidade, e mesmo aqueles que se perderam, formalizando a “imagem” da Vila de Caminha. Entender as condições ou condicionantes que levaram ao assentamento e desenvolvimento torna-se fundamental para conhecer a transformação da estrutura urbana de Caminha e sua morfologia.

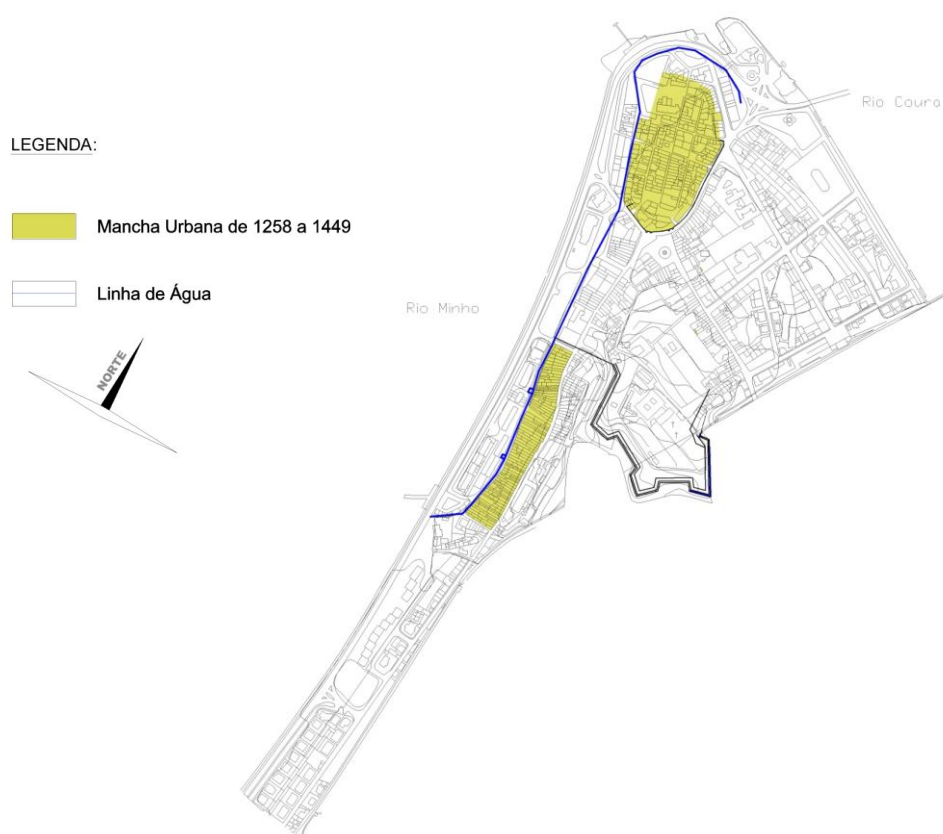


Figura 62 – Estudo esquemático da matriz histórica de crescimento urbano da Vila de Caminha, com base da cartografia da Vila de 1995. Denota-se o crescimento, intra-muralhas e as construções das primeiras habitações da conhecida *Rua* dos pescadores, e o casco medieval, núcleo central de crescimento urbano da Vila.

Capítulo IV

ABORDAGEM PREVIA À SÍNTESE DE DISPOSITIVOS TIPOLÓGICOS CONFORMADORES DA FORMA URBANA

4.1 – A Estrutura do Espaço Urbano e sua Evolução a partir do Cadastro

A Vila de Caminha possui características em comum com outros assentamentos urbanos da região do Minho, onde “devem ser considerados dois tipos de povoamento: disperso e aglomerado. O primeiro é frequente no Minho, enquanto o segundo se encontra mais para o interior, particularmente na província de Trás-os-Montes”, (Moutinho, 1979:41). O núcleo urbano de Caminha difere um pouco da situação referida por Moutinho (1979). A casa e a estrutura urbana caminhense enquadra-se na organização do aglomerado habitacional, incidindo as suas origens na estrutura fundiária.

Na evolução da estrutura urbana da Vila da Caminha está patente uma dicotomia, entre a Rua do Arrabalde e o casco histórico, ou vila medieval e o centro social de estruturação urbana inicial. O núcleo de elo de ligação acontece com a construção do “Terreiro” no século XVII, transformando-se num centro convergente da Vila e de toda a estrutura urbana.

Este centro vai ao reencontro de uma organização com a necessidade de se organizar em função desse mesmo centro regulador, das vias estruturantes, como a rua do Vau (actualmente rua de S. João), rua da Corredoura e rua Visconde Sousa Rego.

A Vila de Caminha e os seus limites assentam num crescimento orientado para o interior dos próprios limites, uma vez que a via-férrea vem demarcar o limite mais a Nascente. A Vila medieval contém instituições públicas de governação municipal, assim como um carácter social e cultural representando a identidade de Caminha.

A importância do assentamento medieval e sua relação com o crescimento urbano de Caminha-Matriz remete para a manutenção do centro social e Cultural, nesta área. Por sua vez, o núcleo urbano medieval, apresenta uma estruturação ortogonal, coesa e regular, salientando-se a extrema importância das suas vias reguladoras, de referir a Rua dos Meios (Rua Direita¹), Rua da Ribeira e a Rua do Poço.

¹ Rua Direita – Sendo este nome atribuído, na maioria das vilas medievais portuguesas, à via estruturante de maior importância que habitualmente se desenha com a regularidade de uma linha recta, indicando o caminho directo para a feira, cais ou mercado. Nesta vila, este nome vem indicar o possível local de reunião e feira do gado que se realizaria no largo da Igreja Matriz e posteriormente no Terreiro e no Largo da Retorta.

A estratificação social teve uma grande influência na localização das edificações, dependendo da tipologia de construção a implantar ao longo da Vila medieval, assim como a expansão para lá dos muros medievais. No entanto, o crescimento urbano desenvolve-se primariamente no interior das muralhas até ao século XV. A partir do século XV assiste-se a um crescimento do edificado e suas tipologias, concertando-se uma transformação morfológica da Vila. Com a atracção da nobreza por actividades marítimas, tão importante na vila de Caminha, o crescimento económico inerentes ao processo. Os nobres instalam-se na Vila, referindo-se o Marquês da Vila Real, Duque de Caminha, como exemplo deste estrato social. Caminha expande-se e descerra o crescimento e transformação, para o exterior das muralhas afonsinas, podendo referenciar a via estruturante da Corredoura, com construção de casa de grande importância até aos dias de hoje, como a casa dos Pitta.

O crescimento da Vila está caracterizado pela existência de várias tipologias de edificação, mas também pelo surgimento de novas dinâmicas construtivas e o aparecimento de novas vias de circulação. No século XVI, o rio Coura invadia terrenos pantanosos, recuperados porém para a formação de vias rurais, assim como a rua do Vau (rua de S. João), que marca a expansão da Vila no seu quadrante Nascente, focalizando um ponto alvo de transformações até à actualidade. A rua do Vau salienta o crescimento urbano, mas também construtivo. É junto a esta via que o crescimento se observa de grande relevância, com a construção de palácios barrocos, casa burguesas, em similitude com a construção da segunda linha de muralhas, terminadas no século XVIII.

A estruturação da malha urbana da Vila de Caminha confirma-se de forma crescente a partir do século XIX. Com o surgimento de uma nova via estruturante, a Avenida Dantas Carneiro e a ponte sobre o rio Coura, proporciona-se a conquista de terrenos alagadiços e pantanosos na faixa Nascente da vila, proporcionando-se um verdadeiro crescimento urbano. A implantação de habitações cresce ao longo das novas vias e constata-se um desenvolvimento importante para o conhecimento da estruturação da Vila.

A oposição na organização social da Vila de Caminha evidenciou-se com a “divisão sem barreiras” físicas entre a *Rua* e a *Vila*. A vila emerge num incremento construtivo, potencializado pela abertura de novas vias rurais e transformadas em avenidas de maior dimensão enquanto a *Rua* continua quase inalterada desde o arrabalde

no século XIII até ao século XIX. A divisão é constatável por quem atravessa a Vila, passando pela “Vila velha” e segue pela margem sul da Vila, pela *Rua*. A área designada como Rua, ao contrário do resto da Vila, não acompanha o desenvolvimento no campo das tipologias construtivas, dos traçados e morfologias urbana, ficando de certa forma “estagnada” ao longo do tempo.

Proliferam habitações modestas, designadas por «casas plebeias». Do excesso de construção no interior das muralhas, consequente e emergente desenvolvimento para o exterior destas visa uma estruturação do novo espaço urbano, ainda que socialmente haveria sempre uma barreira, que se sente – “Somos de Caminha, mas somos da Rua.”² (Lima, 2010).

No século XX, a Vila de Caminha integra-se num sistema viário nacional e internacional, com grande desenvolvimento do turismo. A expansão do comércio é fonte de estabilização da economia existente, assim como o crescimento de cafés de convívio, tabernas na rua do Meio, onde ainda hoje se referenciam os Pub’s e bares nocturnos no interior da Vila medieval, como o “comércio vitrina” (Domingues, 2009). A antiga estrutura medieval continua oferecendo um reviver das raízes, protegido por moradores e admirado pelos visitantes. A estruturação da Vila na primeira década do século XXI revela uma preocupação pela definição do desenho urbano, entre a protecção dos elementos morfológicos existentes e as marcas da sua estrutura fundiária.

² Citação recolhida da conversa informal com José Lima, de 52 anos, pescador e morador da *Rua*.

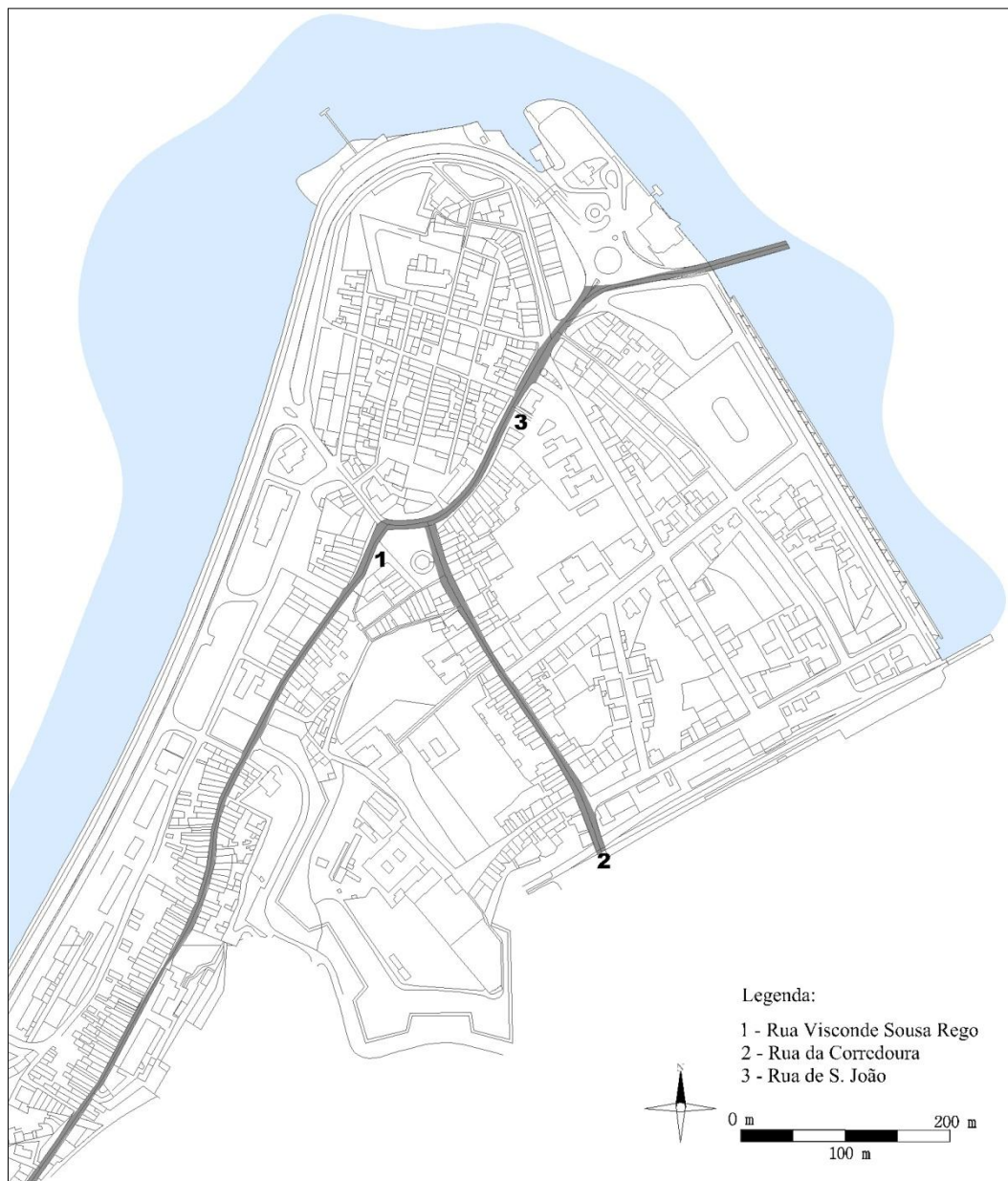


Figura 63 – **Estudo das vias emergentes da estrutura fundiária da Vila de Caminha. (Cartografia 2005).** De referir a importância que se evidenciou com a abertura destas vias, potencializando o crescimento da Vila e sua expansão no território, desde a sua formação à actualidade. O assentamento das edificações apresenta um carácter vinculativo ao próprio desenvolvimento destas vias que se formaram ao longo do tempo.

4.2 – A “Casa Urbana” de Caminha

Apenas a partir do século XVI se faz referência a algumas construções implantadas no exterior da muralha medieval, no entanto considerando-se estes casos pontuais que se desenvolviam de forma disseminada, nas áreas próximas ao núcleo medieval. Este facto leva-nos a constatar que a identidade urbana se incrementava apenas no interior da muralha, onde a casa da vila amuralhada se circunscrevia a essa área, ao longo da rua dos meios (rua Direita), como os mercadores e artesãos, a rua do Poço e da Ribeira, esta última onde moravam em pequenas “casinhas medievais” (ainda que restauradas, algumas, ainda se pode admirá-las na mesma localização). Posteriormente o crescimento dá-se para a segunda linha de muralhas, ainda que mantendo o mesmo carácter construtivo, tendo a função residencial como principal.

A habitação na Vila de Caminha apresenta um carácter ligado fortemente ao meio urbano. A função residencial, também como meio de subsistência ou trabalho, encontra-se nas aldeias rurais por todo o país, ainda que em Caminha não se apresenta com a mesma ênfase. No entanto constata-se que ao longo da “*Rua dos Pescadores*” pode-se encontrar na parte posterior das habitações, um pequeno terreno, onde se manufactura e preparam as redes de pesca para a faina.

As habitações estão bem definidas ao nível das suas tipologias. Pode-se identificar vários estilos arquitectónicos, estruturas e organizações espaciais, ainda que todas elas marcando a evolução construtiva da Vila. As construções, vinculam a função do habitar e a vida urbana da Vila em comunicação com o espaço exterior de forma directa, onde a fachada principal transmite a época em que foi construída, o poder económico e a classe social a que pertence.

A importância do comércio, da loja no rés-do-chão ou mesmo do armazém, tornou-se uma marca das construções da Vila. No centro social da Vila, na rua do Vau, na Corredoura e na convergência de ambas, o Terreiro, pode-se encontrar lojas ou armazéns, aliando a função residencial e comercial. A casa do Nobre, a casa do Burguês, a casa Plebeia, identificam a distinção de classes, sua fixação e organização «orgânica», suportado pelo surgimento das principais vias estruturantes na Vila. As construções vão acompanhando este desenvolvimento, transformando a casa urbana de Caminha.

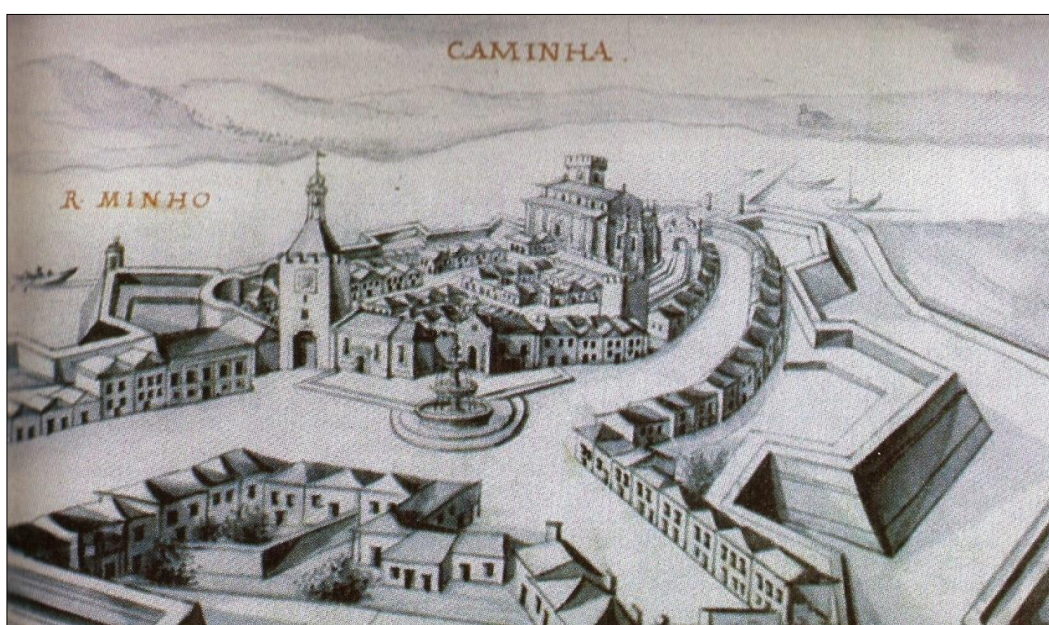


Figura 64 – **Vista do que seria o centro urbano da Vila de Caminha, final do séc. XVII.** Pode-se verificar a estruturação das vias importantes da Vila, no Terreiro, que teriam outra localização da representada, perceptível em plantas militares posteriores a esta data.

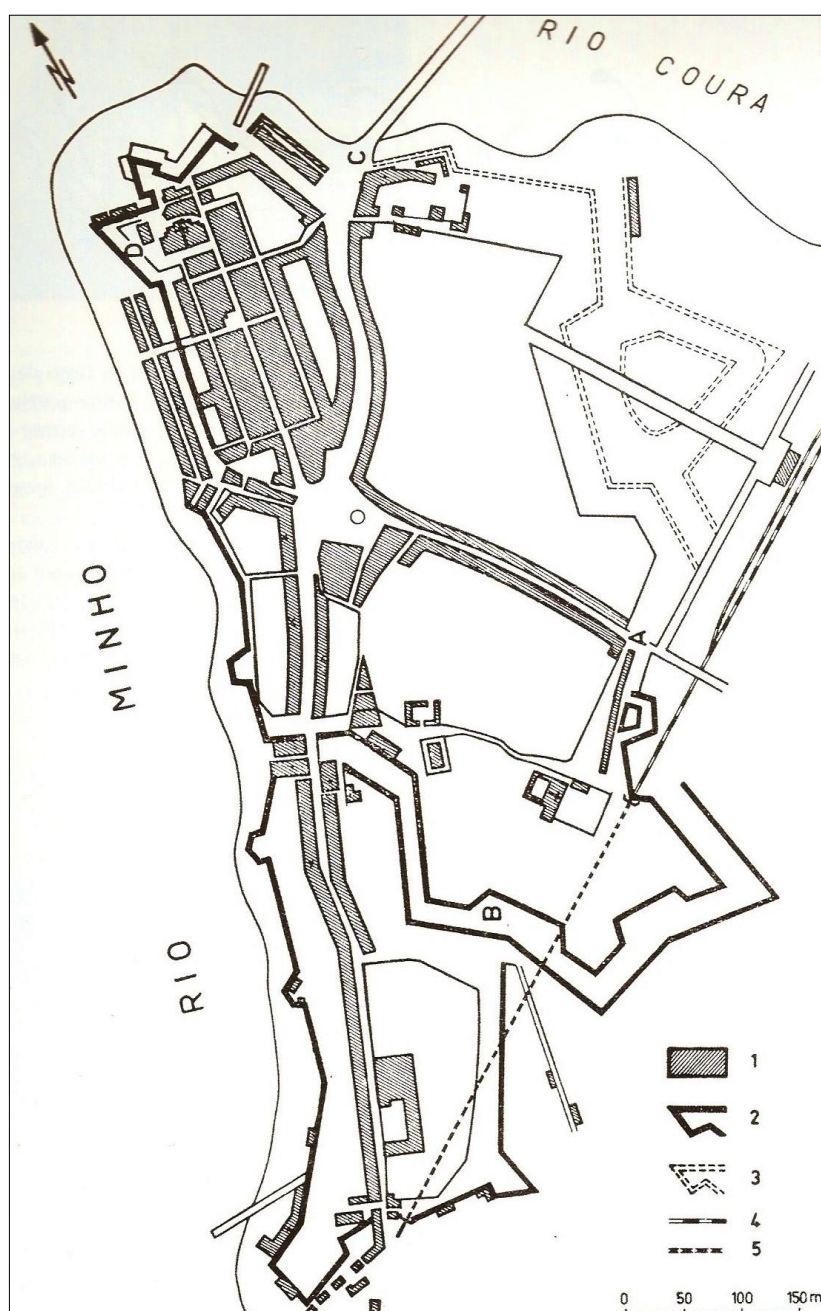


Figura 65 – Estudo das vias estruturantes. Planta extraída do estudo de Caminha, 1886.

1 – Edificado. 2 – Muralha existente. 3 – Muralha desaparecida. 4 – Caminho-de-ferro. 5 – Túnel do comboio. A – Portas da Corredoura. B – Portas de Santo António. C – Ponte sobre o rio Coura. D – Baluarte da Matriz.

4.2 – A tipologia da “casa urbana” de Caminha

Para um enquadramento geral da situação construtiva da Vila, é necessário entender-se que a estratificação social marcou a linguagem arquitectónica da Vila ao longo dos séculos. Assim como em qualquer aglomerado urbano com as suas particularidades, organizações e estrutura, Caminha-Matriz apresenta diferenciações no que diz respeito à implantação dos edifícios ligados a estratos sociais específicos em áreas determinadas pelo poder económico e actividade laboral, marcando o crescimento e expansão da própria estrutura e desenho urbano.

Quando a vida urbana de Caminha se circunscrevia ao interior da primeira linha de muralhas, pode-se encontrar as classes de maior importância de então, na rua dos Meios, da Ribeira e a rua do Poço, onde se encontravam as casas dos artesãos e mercadores. Perpendicularmente a estas, ruas mais humildes onde as classes mais baixas se fixavam. No exterior do núcleo amuralhado, os pescadores e agricultores construíam a sua humilde habitação junto aos muros da muralha.

Na Vila de Caminha está bem patente que posteriormente à expansão para fora das muralhas afonsinas, no século XVI-XVII, o exponencial crescimento urbano, ao longo da rua da Corredoura, a Nascente, da rua da Misericórdia, a Sul, e pelo Terreiro. Uma nobreza que se instala em Caminha, com a sua riqueza patente em terrenos, trocas comerciais e actividades marítimas, fazendo com que a Vila se instalasse um período de grande desenvolvimento urbano. A expansão na construção e o aparecimento de um novo tipo de construção, que se instalou primariamente ao longo da Rua dos Meios, na estrutura medieval – o Solar.

O Solar define-se como uma casa solarenga senhorial, de dois pisos, que surge fruto da incursão dos Nobres no território, trazendo características de outros lugares, que se ainda hoje distingue no interior das muralhas afonsinas, mas ao longo das principais artérias da Vila. O Terreiro e a Rua do Vau favoreceram a implantação destas casas nobres, ao longo dos séculos XVII e XVIII. Uma boa localização, com a proximidade com o novo centro nevrálgico da vila, que emergia (“Terreiro”), assim como a principal via de comunicação com a Vila, a Corredoura.

A casa Burguesa, de dois pisos, marca a “casa urbana da Vila” como identidade da classe alta de Caminha que se instalava com as suas fachadas decoradas mas variadas, fruto dos vários séculos de desenvolvimento das mesmas, influenciadas pela aristocracia que provinha da Cidade do Porto e que aqui se instalava como primeira ou segunda habitação.

O desenvolvimento da casa Burguesa desenvolve-se essencialmente ao longo da rua do Meio e na Rua do Vau. Apresentando, também, uma variável significativa, a nível de tamanho. A casa burguesa no interior do casco medieval teria menores dimensões ainda que com a mesma organização espacial na sua essência, ambas desenvolvendo-se em dois pisos, sendo o rés-do-chão uma loja, armazém ou arrumos e o primeiro piso de acesso à habitação.

Esta tipologia de casa surge na grande maioria da área da Vila, ainda que não directamente. O modelo inicial burguês apresentou algumas variantes, tendo em atenção o poder económico do habitante, assim mesmo uma classe mais modesta como os pescadores edificam uma tipologia de casa modesta, tendo por base a burguesa – a casa Plebeia.

A casa Plebeia define-se como edificação de pequenas dimensões, construída junto aos muros exteriores da muralha ou ao longo da *Rua*, que se caracterizava pela casa de piso térreo, com um pequeno quintal nas traseiras, para guardar o material de pesca, arranjar redes e manutenção do material de trabalho.

A tipologia de habitação da Vila encontra na casa Plebeia uma variável de significativa importância. Trata-se da tipologia que difere pelo seu carácter não totalmente urbano, uma vez que serve, não só, para habitação como também para espaço de trabalho. Por exemplo, no quintal instalado nas traseiras das habitações os pescadores a trabalhar nas redes de pesca, imagem característica da “Vila dos pescadores.” As construções foram marcadas na sua construção por influências essencialmente originárias de outros centros ou aglomerados urbanos, como o Porto ou Lisboa, partindo da casa Nobre e Burguesa, utilizando na sua maioria o granito típico da região, caiadas posteriormente ou decoradas com azulejos. No entanto, a estagnação construtiva até à década de 1970 fez-se sentir no desenvolvimento da Vila de Caminha, onde até à data a construção modelo seria particularmente baseada nos modelos existente até então.

A habitação para férias começa a instalar-se para os residentes de mais poder económico que chegam a Caminha, adquirindo os terrenos da Vila e construindo a sua segunda habitação. Estas implantam-se nas Avenidas pressupondo um carácter social mais elevado. Também o emigrante, originário da “terra” procura um espaço para voltar nas férias, mas uma vivenda para no fim da vida voltar às origens. Este facto proporcionou um novo entendimento urbano, um crescimento gradual da estrutura urbana, assim como tipologias construtivas emergentes (edifícios multifamiliares ou unifamiliares). A habitação isolada, geralmente de dois pisos e de planta e alçados variáveis marca uma nova linguagem arquitectónica.

Na década de setenta (século XX), e nas décadas precedentes, o crescimento assume-se e alastra-se para lá dos limites da Vila, dado que cada vez mais turistas vinham construir a sua habitação a Caminha-Matriz, vindos da burguesia da cidade do Porto, Lisboa e outros centros urbanos. A marginal de Caminha é munida de construções de mais variada tipologia. O crescimento em todas as frentes, excepto a Poente, acontece a Sul pela marginal, a Este pela margem do Coura e para a freguesia de Vilarelho pelo monte de Santo Antão.

O aparecimento do tijolo e betão marcam o desenvolvimento e construção da Vila. A tipologia construtiva que emerge é a dos edifícios em altura de grande volumetria. Ao longo da faixa Sul, pela marginal da Vila, surgem as habitações sociais, para os Pescadores, para a Guarda-Fiscal como famílias com dificuldades económicas.

As várias tipologias construtivas, que se identificam na Vila de Caminha, são marcas de várias gerações, situações económicas, sociais e políticas. Pode-se reconhecer as várias similitudes que regiam a implantação da construção, a época e tendências arquitectónicas, constituindo-se assim o património arquitectónico do próprio local. A morfologia da Vila é caracterizada pelo conjunto urbano, que por sua vez tem um papel fundamental nesta investigação, assim como o papel das tipologias habitacionais existentes.

4.3 – Aspectos relativos a outras tipologias

4.3.1 – A “casa fidalga”

A “casa fidalga”, tipicamente senhorial, fruto de grande poder económico e como exemplo deste tipo de construção pode-se referenciar a casa dos Pita, utilizando o granito como material de construção e com um estilo manuelino tardio (século XVII). Estas construções são a marca da grande expansão construtiva, que se projectou em definitivo para o exterior da primeira linha de muralhas.

Pode-se referir este tipo de construção como o solar dos Nobres, de certa forma, representando o seu poder económico, demarcando uma época de franco crescimento e expansão senhorial na Vila. Habitualmente de dois pisos, as suas fachadas destacavam pela simetria, pelo decorar trabalhado nos vãos, ombreiras ou cornijas.

A planta caracteriza-se pela divisão entre pisos a nível funcional onde a área residencial se adequava ao primeiro piso e o rés-do-chão como armazém, “loja” ou arrumos. No rés-do-chão situavam-se os quartos dos empregados que serviam os senhores. Estas construções habitualmente apresentavam na sua fachada o brasão da família a que pertencia, como aludindo ao poder económico e social.



Figura 66 – **Casa dos Pitta**, Rua da Corredoura, 2010.



Figura 67 – **Casa do Dr. Luciano Pereira da Silva** (séc. XIX), Largo do Terreiro, 2010.

4.3.2 – A “casa burguesa”

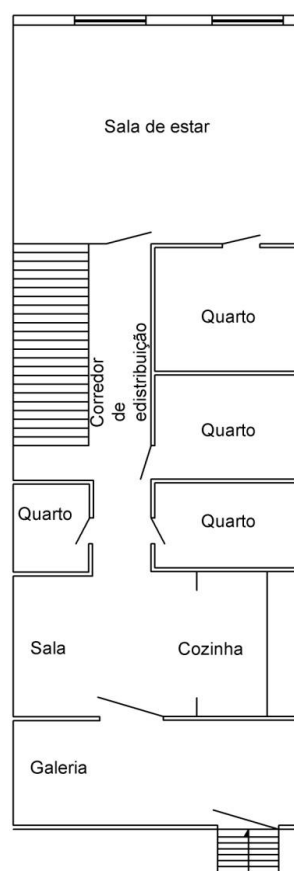
4.3.2.1 – Na Rua do Meio

Pode-se referenciar dois tipos de casas burguesas na Vila: a “casa burguesa” na Rua do Meio e a “casa burguesa” na Rua do Vau, enquadrando as diferentes épocas em que surgem (século XVII-XVIII). A casa burguesa da Rua do Meio associa-se à tipologia construtiva identificada como a casa burguesa, que se proporciona com a chegada dos nobres à Vila. Os nobres constroem as suas habitações proporcionando transformações na morfologia das edificações existentes. Trazem consigo influências a nível construtivo, oriundas de outros centros urbanos. Estas identificam-se na organização e circulações interiores, como também na variabilidade ornamental das fachadas e sua própria fisionomia. Pretende-se aliar à construção mais valor estético e melhores condições de habitabilidade.



Figura 68 – “Casa burguesa”, na rua do Meio, 2010.

A construção segue as características das habitações dos nobres de outras áreas da região. A construção organiza-se em dois pisos, onde a zona de rés-do-chão que serviria para “loja” (ou arrumos de utensílios de trabalho, como também das mercadorias que na altura se transaccionavam), com acesso directo à rua e ao quintal que se encontrava nas traseiras da habitação. No segundo piso encontra-se a área residencial com acesso mediante umas escadas em granito. Pode-se encontrar os dormitórios, uma sala para recepção de visitas e cozinha e sala de jantar (área de mais permanência).



Planta
Casa burguesa na Rua
do Meio(Rua Direita)



Figura 69 – Planta esquemática da “casa burguesa”, na rua Direita, 2010.

A “casa burguesa” albergava, geralmente, famílias com algum poder económico e uma posição social de relevo. Nesta perspectiva, fruto de um crescimento económico ao longo do século XVI, que posteriormente proporcionou a expansão construtiva para fora da linha de muralhas medievais e a melhoria das construções existentes no interior da área amuralhada.

A organização espacial desenvolvia-se através das paredes divisórias em tabique, procurando a máxima racionalização do espaço. Casas que se desenvolviam em comprimento, encostadas umas às outras, apresentando apenas duas fachadas, principal e posterior, ainda que em alguns casos podia variar. O acesso à “loja”, era executado geralmente por uma porta de grandes dimensões para a fachada principal, como também para a posterior, uma vez que seria necessário permitir o acesso aos carros de bois ou cavalos.

Para o piso superior, o acesso era através de uma escadaria, de pequenas dimensões, que se orientava para uma galeria ou pátio interior de recepção. Este, por sua vez, teria acesso à cozinha e à sala de jantar pela parte posterior, uma vez que pela parte principal o acesso direccionava-se para o lado oposto da casa, a uma sala de estar, caracterizando-se pela maior divisão da construção no primeiro piso. A cozinha apresentava uma importância redobrada, uma vez que era a zona mais quente com o fogão ou lareira e onde a actividade era constante.



Figura 70 – “Casa burguesa” na rua da Ribeira, 2010. Figura 71 – “Casa burguesa” na Rua do Meio, 2010.



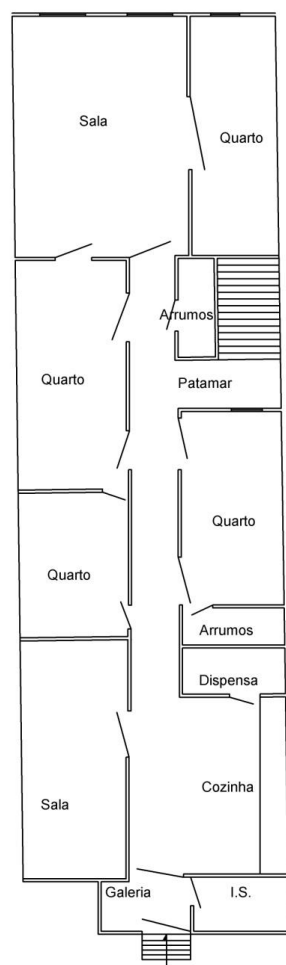
Figura 72 – Planta de localização da **Rua do Meio (Rua Direita)**, 2010.

4.3.2.2 – Na Rua do Vau

Tanto as “casas burguesas” da Rua do Meio como as da Rua do Vau apresentavam um corredor de distribuição dos espaços que geralmente teria acesso à “loja” e a todas as divisões da construção, atravessando-a transversalmente. As casas da Rua do Vau apresentam maiores dimensões do que as da Rua do Meio. Pelo poder económico e porque estas são próprias de uma época posterior, de expansão para fora de muros e em terrenos de maior expansão construtiva, não apresentando condicionalismos a nível de espaço como as do casco medieval.



Figura 73 – Planta de localização da **Rua do Vau**, 2010.



Planta
Casa burguesa na Rua
do Vau(Rua de S. João)

0 4 m

Figura 74 – Planta esquemática, “casa burguesa”, na Rua do Vau, 2010.

As “casas burguesas” caracterizam-se pela grande importância histórica, marcando uma época expansionista na Vila. O valor da terra e do comércio estavam bem patentes nesta tipologia de habitação. Se por um lado a “loja” evidenciava o gosto e importância do comércio, guardando aí os produtos, por outro lado o quintal, nas traseiras da construção, com acesso directo à cozinha, valorizava a terra e o trabalhar na mesma. A “casa burguesa” particulariza a base de desenvolvimento na grande maioria das construções da Vila, sofrendo variações a nível estrutural e organizacional, como por exemplo as “meias casas”. As organizações, marcadas pelo corredor de distribuição central, as divisões sucedem-se de forma articulada a cada lado do corredor.

Com três ou quatro dormitórios, uma sala de visitas, usada apenas para receber visitas, uma sala de jantar que serviria o dia-a-dia, ligada directamente à cozinha, com o apoio de uma dispensa e o acesso traseiro á construção, por meio de uma galeria. O acesso ao piso térreo ou á “loja” seria efectuado pela escada localizada no centro da construção e ao corredor de distribuição. Com duas fachadas (traseira e principal), com decorações a nível dos vãos e das cornijas, trabalhos em granito.



Figura 75 – “Casa burguesa” na Rua do Vau (Rua de S. João), 2010. Pode-se verificar na imagem a simetria dos vãos da edificação, assim como a localização da “loja”, hoje um pequeno comércio. Na Av. de S. João é comum encontrar esta tipologia de habitação, uma vez que foi ao longo da mesma que se efectuou a primeira expansão construtiva, no extravasar da muralha medieval. Pela sua localização, oferecendo uma estratégica implantação defensiva e as suas boas acessibilidades.



Figura 76 – “Casa burguesa” na Rua do Vau (Rua de S. João), 2010.



Figura 77 – Rua do Vau (Rua de S. João), 2010.

4.3.3 – A “casa plebeia”

A “casa plebeia”, onde a classe piscatória habitava mantém o carácter urbano da casa caminhense, mas aporta igualmente um pouco do ruralismo. Nas suas origens, a casa plebeia surge como habitação da classe de menos poder económico da Vila, como pescadores ou agricultores. Este facto assume-se na linguagem morfológica das construções, influenciando a própria organização interior e ocupação do lote. Uma das características singulares destas construções remete para o uso da área posterior do lote, onde os pescadores executam a manutenção e armazenamento dos seus utensílios de trabalho. Das construções mais antigas, após a primeira expansão da Vila para fora das muralhas afonsinas, a “casa plebeia”, que se pode encontrar nas duas vias de comunicação mais importantes da estrutura fundiária, a Rua da Corredoura e a Rua dos pescadores. É uma tipologia de construção que se caracteriza por ser uma casa térrea e denominada por «meia casa» por não conter, como a da Vila, divisões dos dois lados do corredor de distribuição. (Cruz, 1988). O acesso ao interior da construção é executado descendo dois a três degraus, e a sua fachada apresenta um aspecto sem motivos decorativos e a cobertura é em telha cerâmica, de quatro águas (como também já acontecia com a “casas burguesas.”).



Figura 78 – Vista da Rua da Ribeira (no casco medieval), 2010. Rua onde pode-se encontrar as **primeiras “casas plebeias”** ou “casinhas medievais”.

4.3.3.1 – A “meia casa” na Rua dos Pescadores

A casa de pequenas dimensões desenvolve-se longitudinalmente entre duas ruas, a conhecida pela rua dos Pescadores, constituída pelas ruas Visconde Sousa Rego e a Benemérito Joaquim Rosas. A “meia casa” na Rua dos Pescadores apresenta no seu alçado principal uma pequena porta de acesso e uma ou duas janelas. No quintal posterior, encontramos a área de trabalho, proxima ao rio Minho e destinada ao arrumo ou arranjo dos utensilios de pesca.

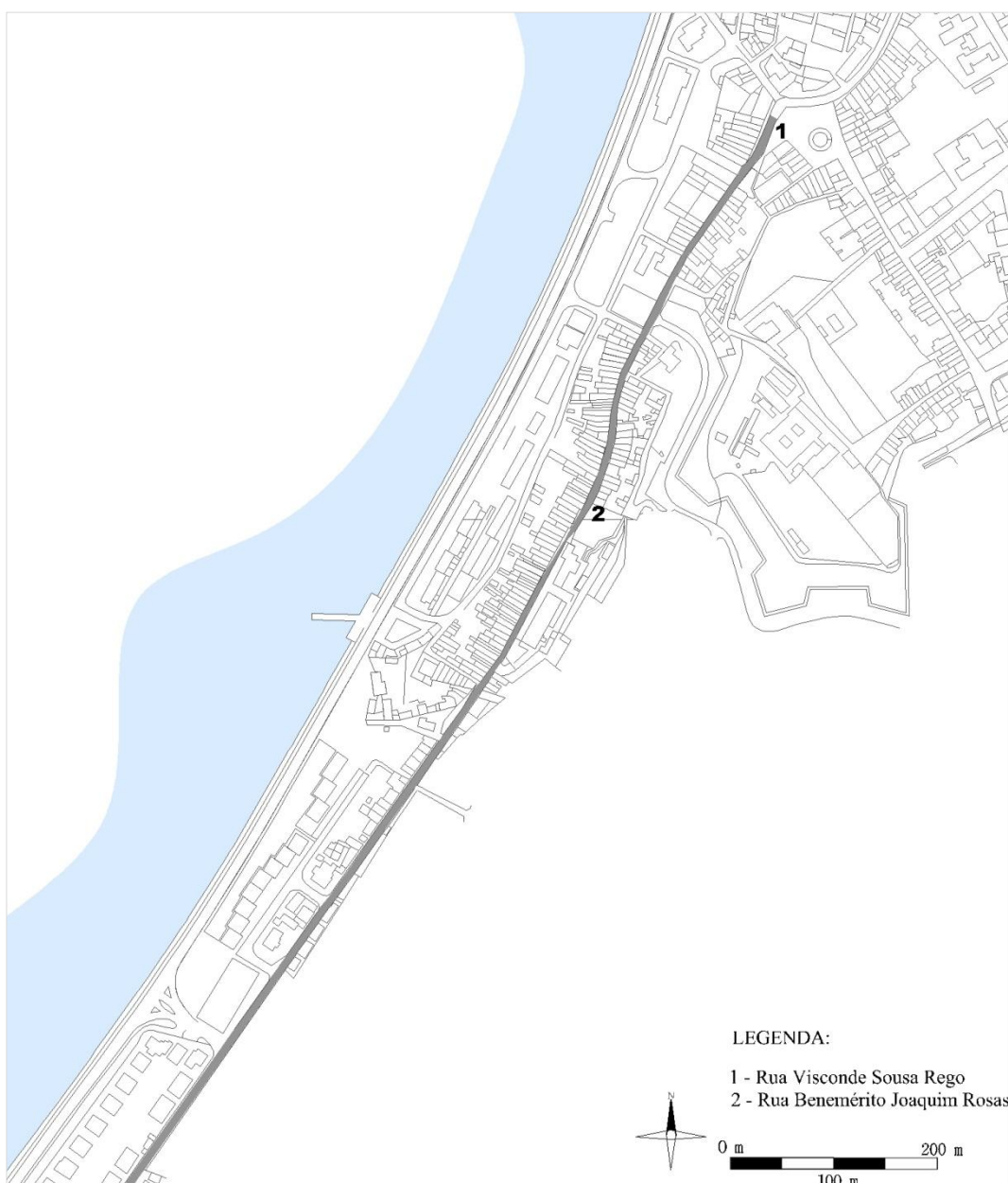
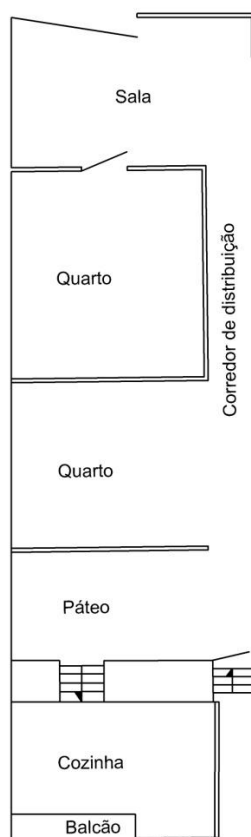


Figura 79 – Planta de localização da Rua dos Pescadores, 2010.

A distribuição interior é executada através de um corredor que atravessa longitudinalmente toda a construção, permitindo a comunicação com as restantes divisões da habitação, como à sala e aos dormitórios. As paredes laterais definem a divisão da casa vizinha. A cozinha desenvolve-se na proximidade de um pátio interior, com contacto visual para o quintal e por vezes acesso a uma “loja” de pequenas dimensões, imperceptível desde o exterior da construção, por ser semi-subterrânea. A “meia casa” na Rua dos Pescadores, apresenta um carácter laboral, onde a pesca assume um papel de influência fundamental na organização e estruturação da habitação. O quintal tornou-se um importante espaço regido pelo trabalho, onde se visualizar os pescadores a tratar das suas ferramentas de trabalho, tornando-se uma imagem da Vila de Caminha. As habitações organizavam-se longitudinalmente para possibilitar o acesso ao interior da mesma com os remos ou outros utensílios de trabalho.



Planta
"Meia casa" na Rua dos
pescadores



Figura 80 – Planta de piso da “meia casa” na Rua da Pescadores, 2010.

Actualmente, quem passa na rua dos Pescadores pode constatar as requalificações e reabilitações executadas num grande número de habitações tipo, ainda que alguma delas continuam devolutas, sem que exista uma protecção deste património arquitectónico da Vila.

A linha de água encontrava-se até ao século XIX acima do nível que se encontra na actualidade, tornando-se a casa da rua dos Pescadores, a primeira na confrontação com rio Minho, a Poente. Os trabalhadores da pesca podiam assim visualizar o rio e suas condições, desta localização preveligiada. As construções tinham a função primordial de albergar pescadores, agricultores ou habitantes de baixo poder económico.



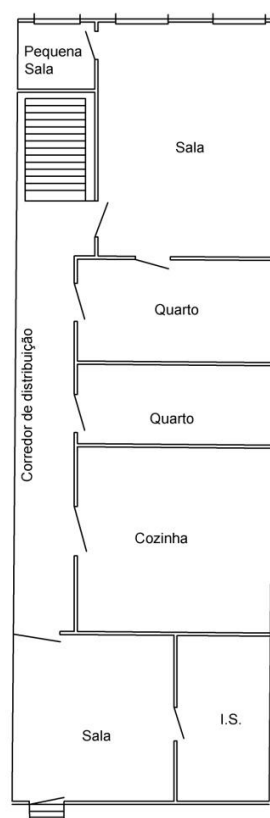
Figura 81 – “Casas plebeias” (Rua dos Pescadores), 2010.



Figura 82 – “Casas plebeias” (Rua dos Pescadores), 2010. Pode-se observar que algumas destas habitações, não possuem janelas para a *Rua*, todas elas encostadas, apenas apresentando a fachada principal e a posterior.

4.3.3.2 – A “meia casa” na Rua da Corredoura

Na Rua da Corredoura observa-se ainda muitas das construções que fizeram desta rua uma das principais vias na estruturação e crescimento da própria Vila. A “meia casa” na Corredoura coexiste, lado a lado, com “casas burguesas” ou mesmo “casas fidalgas” demonstrando a importância da rua, que de resto ainda se faz sentir, bem como a variedade construtiva.



Planta
"Meia casa" na Rua da
Corredoura



Figura 83 – Planta esquemática do segundo piso da “meia casa” na rua da Corredoura, 2010.

Na “meia casa” e sua organização espacial mantém-se uma estrutura similar à visível na “meia casa” da rua dos Pescadores, ainda que aumentando as áreas consideravelmente, apresentando, na maioria dos casos, dois pisos, e por vezes uma «torre» de onde se podia avistar o Coura, a partir da Rua da Corredoura, e o Rio Minho, a partir da casa na Rua dos Pescadores. A distribuição interior mostra, tal como a “meia casa” da Rua dos Pescadores, um corredor que serve o acesso a todas as divisões da casa.



Figura 84 – Vista da rua da Corredoura, 2010.

A cozinha de grandes dimensões, assim como a sala de estar para as visitas usada apenas no Natal ou Páscoa, de acesso directo ao exterior. No lado oposto da casa, uma sala de jantar que dá para o quintal na parte posterior da habitação, perto da cozinha e da casa de banho. No meio da casa situam-se os quartos de pequenas dimensões. A existência de um quarto de banho implica uma diferenciação com a “casa plebeia” da *Rua*. A “meia casa” da Rua da Corredoura apresenta uma fachada sóbria, regular procurando a simetria vigente. Mantém a mesma estrutura, com algumas variáveis, sendo a sua dimensão, relativamente à “meia casa” da Rua dos pescadores, maior.



Figura 85 – Planta de localização da Rua da Corredoura, 2010.

4.3.4 – Habitação disseminada

As inovações culturais, políticas e sociais e materiais, marcam o crescimento da estrutura urbana. O crescimento urbano da Vila de Caminha foi-se desenvolvendo e crescendo onde se identifica desde o final da década de 1970 uma proliferação de novas tipologias habitacionais, utilizando novos materiais de construção, como o tijolo ou o betão, para além do granito tão utilizado anteriormente, ou as fachadas caiadas ou revestidas com azulejo.

O incremento do turismo e a procura da segunda habitação gera um incremento das edificações no solo da Vila, implementando (1980) uma crescente especulação imobiliária. Os loteamentos manifestam a crescente procura do solo urbano de Caminha, proporcionando-se o crescimento de edifícios de grande volumetria, habitações multifamiliares, dispostas em altura (prédios de apartamentos) transformando profundamente a morfologia da Vila.

O desenvolvimento até aos anos setenta do século XX tinha sido quase nulo. A partir desta altura o crescimento da Vila de Caminha assume-se de forma visível. O surgimento da habitação unifamiliar e da construção em altura (apartamentos) marca a tipo-morfologia da estrutura e evolução da Vila. As novas vivendas, para famílias únicas, vinculava, por um lado, a sua existência como segunda habitação, para férias, ou como principal habitação de novas famílias que chegavam a Caminha, fruto da crescente emigração e o regresso dos retornados (das Ex-Colónias).



Figura 86/87 – Limite Sul da Vila de Caminha, 2010. Av. S. João de Deus, 2010. Áreas de crescimento urbano e implantação de novas tipologias habitacionais (edifício de apartamentos), desde a década de 1980.



Figura 88 – **Vista de habitações unifamiliares na Vila de Caminha**, ocupação da marginal a Sul, 2010.

A estrutura urbana desenvolve-se para além dos limites da Vila, para Vilarelho, pelo Monte de Santo Antão e pela margem do Rio Coura e ao longo da marginal (Poente) com a edificação de habitações multifamiliares, pois é nesses terrenos que se encontra área urbanizável disponível que ao longo das últimas três décadas se ocupou quase na totalidade.

. A inovação nas técnicas e materiais de construção origina a proliferação das construções com novos materiais. Este facto potencializou novas formas de construir onde a variedade de plantas e alçados são uma constante, vinculando a utilização desses novos materiais e tendo como modelos características não existentes na Vila, marcando o seu carácter urbano e a sua relação com as vivendas e novos loteamentos que surgem e se multiplicam desde a década de 1980.

4.4 – Considerações Síntese sobre a Articulação entre Morfologia, Cadastro e Tipologia

Ao analisarmos a evolução urbana da Vila de Caminha, em correlação com a tipo-morfologia da mesma, pode-se chegar a algumas conclusões. Identificar quatro momentos relevantes que identificam e contribuem para a construção da morfologia da Vila de Caminha.

A fixação no núcleo medieval ocorre como a primeira manifestação de estruturação urbana de Caminha desde o século XIII. A organização do espaço no interior da muralha afonsina remete à construção e estruturação do assentamento fundiário de Caminha. A sua organização respeita as necessidades da população da época, como as preocupações defensivas, circulações e salubridade dos solos.

O segundo momento demarca na reestruturação do espaço no interior das muralhas, com uma organização ortogonal, que iria supor a potencialização dos recursos e melhoria no aproveitamento do espaço urbano. Ao longo do século XIV a Vila amuralhada apresenta uma morfologia típica do período medieval, onde as vias de comunicação desenham o assentamento. Estas, ainda que de estreitas dimensões demonstram a vontade de racionalizar o espaço disponível. As edificações apresentavam um carácter vinculativo com o trabalho agrícola e a pesca.

O crescimento populacional e actividade comercial que no século XV e XVI vai proporcionar a Caminha a grande reestruturação urbana da Vila, influenciando as suas actividades comerciais, políticas e sociais. O crescimento populacional e a expansão para além da primeira linha de muralha marcam o terceiro momento de crescimento e evolução da tipo-morfologia da Vila de Caminha. Com a chegada dos nobres, assim como o aumento das trocas comerciais e a influência na construção e no modo de encarar o espaço urbano revitaliza-se.

A franca expansão da economia potencializa o proliferar da construção e estratificação social. As diferentes classes sociais apresentaram uma ligação com as habitações que residiam. As “casinhas medievais” no núcleo medieval, contrapõe-se à “casa burguesa” da Rua do Meio, marcando-se uma hierarquização na ocupação do espaço urbano e sua estruturação. Assim como a “casa plebeia” na *Rua*, dedicada aos homens da pesca, paralelamente à da Corredoura que direccionando a morfologia das edificações para a principal actividade desenvolvida na via – o comércio.

Ao longo do século XVIII surgem influências artísticas e arquitectónicas, que marcam a morfologia da construção e organização do espaço, com a abertura de grandes avenidas e o franco incremento. O desenvolvimento do estilo manuelino e barroco demarcam, directa e indirectamente, as várias tipologias construtivas. Pode-se referir as casas que surgiram na Vila, como as fidalgas ou nobres, burguesas ou até mesmo as plebeias posteriormente.

O quarto momento de grande relevância constata-se ao longo do século XVIII e XIX onde o crescimento se manifesta na ocupação dos terrenos cada vez mais afastados do centro medieval de Caminha. A revitalização do espaço público e privado assume-se como prioridade, onde a melhoria das comunicações é vista como um trabalho essencial ao crescimento económico e social da própria Vila, assim como a construção da ponte sobre o rio Coura aumentando a comunicabilidade de Caminha-Matriz com o exterior.

Os fenómenos demográficos e económicos têm um papel fundamental na prosperidade da Vila que se vincula com a ocupação do espaço construído e as inovações construtivas, que se manifestam na vila de forma marcante na segunda metade do século XIX e XX. As tipologias construtivas que se apresentam são a marca da história e crescimento de toda a estrutura urbana. O aparecimento das vivendas e dos apartamentos desde a década de 1980, transformando a tipo-morfologia da Vila.

No século XX as transformações construtivas e a profunda melhoria das comunicações com a Vila de Caminha, encerra uma importância avultada no crescimento da Vila, obtendo no turismo, veraneio e emigração formas de proporcionar um crescimento da estrutura urbana e socioeconómica. A reestruturação viária e a melhoria dos acessos e comunicações constituem uma preocupação sempre presente. Este facto levou ao longo dos anos a transformações significativas, tanto na ocupação no território,

como também, nas tipologias que se foram implantando na Vila. Desde a estrutura de fundação da Vila de Caminha ao crescimento no assentamento urbano actual, forma-se um “mosaico polimórfico”. A localização das construções sofre duas fases na sua evolução. A primeira fase, onde as construções se encontravam no interior da muralha afonsina, contempla uma implosão no crescimento da Vila; a segunda fase caracteriza-se pelo extravasar das muralhas, (tanto no 1º ordem como na 2º ordem), dando origem a um tipo de assentamento disperso ou disseminado, ocupando o território de forma isolada. Desde a década de 1970 acompanhando o fenómeno crescente do turismo na Vila, origina-se o conceito de vivenda e os apartamentos que surgem de forma crescente.



Figura 89 – **Vista da marginal da Vila de Caminha**, desde a Estrada Nacional 13, 2010. Pode-se visualizar a extensão da Via de comunicação, que nasce em 1964, que se manifesta um dos elementos mais marcantes na construção da imagem da Vila actual de Caminha.

Capítulo V

A FORMA URBANA DE CAMINHA ENTRE OS SÉCULOS XIV E XIX

5.1 – Transformação Morfológica de Caminha no Século XIV

5.1.1 – Perspectiva Geral

Pode-se referir que entre os séculos XIII a XIV se reconheceu uma estabilização político-militar no território e “correspondem em toda a Europa a um período de Fundação de novas cidades. O aumento da população e a abundância de mão-de-obra, o arroteamento de novos territórios agrícolas, a civilização de novas técnicas de cultivo e aumento da produtividade, a guerra de reconquista contra os Muçulmanos, de que a primeira cruzada nos últimos anos do século XI é um marco importante, reabertura do Mediterrâneo à navegação Europeia, o retomar dos circuitos comerciais entre as diferentes regiões da Europa e da Europa com o exterior são acompanhados de um renascimento urbano” (Teixeira; Valla; 1999; p.25).

Na religião evidencia-se um decréscimo da influência e poder da Igreja, consequentemente, verificamos que esta situação levaria até à reforma protestante. Toda a Europa, e principalmente a Ocidental, apresentava-se num contexto de mudança que se desenvolverá com mais ímpeto ao longo dos séculos vindouros.

Desde o século XIII, com os reinados de D. Dinis e D. Afonso III, que se assiste a um crescimento do número de cidades. Observa-se o querer, por parte dos monarcas, de preservar o território nacional e dos “recém-conquistados, politicamente instáveis ou pouco povoados, defender as linhas de fronteira e fomentar o desenvolvimento económico”, (Cadilha, 2008; p.28).

O processo de assentamento no território é feito de forma lenta, assim como no caso da Vila de Caminha, reunindo todas as condições necessárias para a fixação. Eram formados núcleos urbanos de média ou pequena dimensão, rodeados por muralhas para a defesa, como fronteira e controlo de entrada e saída de mercadorias.

Uma das piores fases no País e em Caminha, marcando-a significativamente, aconteceu com o aparecimento da Peste Negra. Epidemia que atingiu o Mundo durante o século XIV (1348-1378), matando um terço da população da Europa. Mas este acontecimento também trouxe outra crise, a da Igreja, durante o período de revolução e

de catástrofe que causou. Instituições como a Igreja Católica foram debatidas, diferentes formas de religião e de pensar prosperaram.

O crescimento urbano dava-se por toda a Europa, terminando com a crise instalada e generalizada com o aparecimento da Peste Negra, levando consequentemente a uma crise demográfica e social. Este facto foi marcante no processo de crescimento da Vila de Caminha que se viu estagnada, embora rapidamente se visse um evoluir da situação e em sentido crescente, nos finais do século XIV e século XV, com a expansão do território urbano.

O repensar da estrutura urbana no interior das muralhas, começa a ser equacionado ao longo do século XIV. Era necessário um plano organizado, procurando a consolidação no território, beneficiando a convivência, assegurando a circulação e mantendo a Vila de Caminha, no Caminho com o comércio da Península e da Europa. Para este efeito, foram delineados «planos regulares» associados aos princípios medievais que imperavam por todo o País, como “a regularidade do loteamento, uniformidade do tecido construído e a regularidade das características arquitectónicas das fachadas, a adopção de princípios de centralidade e de simetria e a concepção da cidade como um todo”, (Cadilha, 2008; p.29).

Esta reorganização mostrou-se em Caminha-Matriz de forma muito clara. Os traçados são geométricos, através da organização por lotes e das construções, inseridas e formando quarteirões rectangulares, onde as fachadas das construções eram regidas pela simetria, orientadas para as ruas que atravessam a malha transversalmente. No caso da Vila de Caminha verifica-se nas ruas perpendiculares ao Rio Minho (vias secundárias) e ruas paralelas ao Rio Minho, como a Rua Direita ou dos mercadores (via principal).



LEGENDA:

A - Largo

B - Rua direita

**1 - Hipotética Localização dos paços
do concelho / cadeia**

2 - Muralha Medieval (séc. XIII - séc.XIV)

3 - Porta da vila

4 - Porta do Sol



Figura 90 – Desenho esquemático da ocupação no território da Vila de Caminha, no século XIV, 2010.

5.1.2 – Estrutura Defensiva: - O seu Papel na Afirmação do Povoado e Respectiva Importância Para a Consolidação no Território Nacional



Figura 91 – Desenhos de Duarte D’Armas da **Vila de Caminha**, século XIV.

A imagem da Vila apresenta um carácter de coabitação muito forte entre o seu legado histórico e a população, dessa forma, “Caminha, tal qual a vemos hoje, fará parte do conjunto de fundações afonsinas de reorganização do território e das povoações, agrupando-as e dotando-as de meios apropriados à defesa da nacionalidade, tendo nascido como couto de hominizados. Caminha terá sido planeada *ab-inhitio* segundo o modelo urbanístico francês das Bastides. Possuía uma muralha de forma ovalada que encerrava o espaço urbano dividido por três ruas paralelas no eixo maior e três travessas no eixo menor, dividindo a área urbana em lotes rectangulares cujas fachadas mais importantes ficavam voltadas para a rua principal, a Rua do Meio, ou Rua Direita, eixo orientador, que dividia praticamente ao meio o burgo caminhense. Era nele que se situava a Casa da Câmara e o mercado,” (Cadilha, 2008; p.30).

O discurso de Teixeira (1999) e Valla (1999) referem que a implantação e a fixação do povoado de Caminha traduzem a forma urbana adoptada no século XIV, em conformidade com Duarte D'Armas e alguns registos arqueológicos.

A existência de uma rua central, a rua Direita, que dividiria o espaço intra-muralhas foi onde a vida social da cidade se desenvolveria com mais intensidade. A Praça Central, conhecida por Largo do Corpo da Guarda¹ onde se localiza um poço (posteriormente destruído), transformara-se num dos pontos centrais da cidade e de abastecimento de água e consequentemente um importante ponto de encontro social.

Também se suspeita que o “Largo do Turismo” seria o local hipotético onde se realizaria o mercado. Não seria típico das cidades medievais haver uma Praça específica para tal efeito e seria o desenho urbano que assim o propunha. Com a implantação dos lotes bem delineados, forma-se a Praça central, que se começou a adequar a tradições organizativas importantes na estruturação e futura expansão da Vila.

A malha edificada obedeceu a um sistema de organização por quarteirões, procurando a regularidade. Encontrava-se alguns terrenos não edificados, por razões de higiene e salubridade do espaço, também para alguns espaços de serviço à agricultura e um corredor em volta de toda a muralha pelo interior, para circulação das tropas, manutenção das muralhas e acesso às mesmas.

Desde a formação da Vila da Caminha, pode-se concluir a grande importância desta cidade medieval, sendo a base de crescimento urbano actual. Nos últimos anos do séc. XIV observou-se um clima de mudança. Uma mudança de mentalidades, inovações a todos os níveis da esfera política, económica e produtiva e principalmente social.

As cidades amuralhadas surgiram tendo como objectivo a defesa da população, mas também durante o século XIV e XV a muralha, que ovalada, circundava Caminha tinha como função controlar as actividades comerciais, ou seja, servia de posto de “fronteira”, regulando as trocas comerciais que se operavam. As cidades veiculavam os direitos e deveres e as regras de assentamento, de circulação e construção específicas a

¹ Actualmente a Praça em bom estado de conservação, conhecida habitualmente por Praça do Turismo, por aí se localizar o edifício com essas funções e que se antigamente seria o edifício que albergava o corpo da polícia local. De frente para a praça também pode-se encontrar a antiga prisão e que actualmente se transformou na biblioteca Municipal e o Museu Municipal, onde se supõe que pelo séc. XIV se teria edificado aqui os paços do Concelho.

cada núcleo urbano. As muralhas de Caminha foram, segundo o historiador Serra de Carvalho (1991) erguidas na sua formação sob as bases romanas, e que pela sua morfologia e dimensões seriam típicas muralhas que terão a sua origem no século IV. Utilizam em toda a sua extensão o granito, como material de construção, sempre foi uma preocupação bem presente na formação, no assentamento e na consolidação da Vila no território nacional.

Em Caminha o assentamento das muralhas e respectivas preocupações defensivas estão patentes na obra edificada. Com D. Afonso III reconstrói-se e melhora-se a primeira linha de muralhas, edificada anteriormente nos reinados de D. Afonso I e D. Manuel I. Entre 1213 e 1513 a muralha á ampliada ao mesmo ritmo que a situação económica melhora.

As muralhas de Caminha, cujos principais incitadores da ampliação foram D. Afonso III e D. Dinis, apresentavam a forma oval ou oblonga. À época, a forma oval era a que dava melhores garantias de defesa face às técnicas e tácticas de guerra e permitia ainda um melhor aproveitamento do terreno de implantação da futura cidade, pois existiria sempre um terreiro disponível, quer para o crescimento futuro da vila, quer para o mercado e outras funções colectivas, o que se revelava de primordial importância nas fundações ex-novo.” (Cadilha, 2008; p.32).

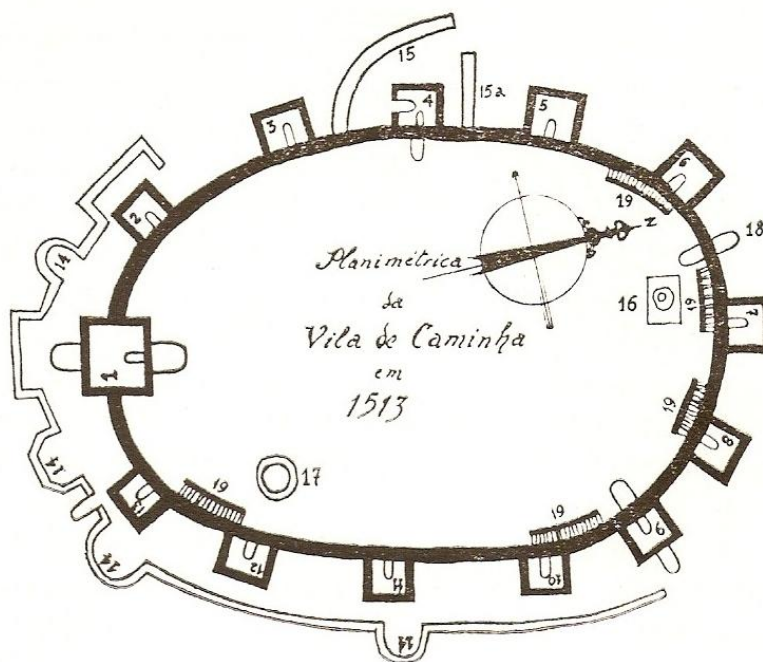


Figura 92 – Desenho da primeira ordem de muralhas, desde D Afonso II (1213) a D. Manuel I, 1513.

Legenda (figura 92):

1. – Torre das Portas de Viana, torre de Menagem da fortaleza e actual torre do Relógio.
2. – Torre da Varanda e mais tarde o Açougue.
3. – Torre do Cais Velho ou do Areio d'Ouro.
4. – Torre do Marquez ou das Portas do Mar. *(no actual arco destas portas, existe um brasão de armas de D. Afonso II).*
5. – Torre dos Cavaleiros ou dos Sinos.
6. – Torre da Praia ou dos Coirões. *(Tinha pelo sul o antigo cais do rio e foi a primeira torre do circuito amuralhado da vila a ser apeada. Quando foi construída a nossa Igreja Matriz)*
7. – Torre do Cais Pequeno, Cais Novo ou das Portas da Boa Nova.
8. – Torre do Coura, da Junqueira ou do Cais Grande.
9. – Torre da Piedade, do Vau, de Santo Antonio «O Esquecido» e das Portas do Sol. *(Esta historica almenara foi demolida em 1837; e as suas pedras seculares, tal como as da Torre de vilar de Mouros, foram ingloriamente parar, aos alicerces da antiga «ponte de pau», antecessora da actual).*
10. – Torre do Estaleiro Velho ou Torre Pequena do Vau. *(foi demolida em fins do seculo XVIII).*
11. – Torre de São João. *(Foi demolida depois da capela de São João, ter sido mudada em 1614, por ordem da vereação da Câmara da vila a quem pertence, para o local onde hoje se encontra).*
12. – Torre da Albergaria ou do Hospital Velho. *(Foi desmontada até meio, quando se construiu e elevou no ano 1651, o corpo da Igreja e o claustro da Mesericórdia).*
13. – Torre do Terreiro. *(Foi demolida em parte para o seu local ser erguida a Capela de São Sebastião. Esta Torre ficava fronteira ao largo pátio da Mesericórdia).*
14. – Couraça ou Barbacã. *(Esta extensa construção, teve inicio no reinado de D. Afonso V, ou talvez antes; todavia no ano de 1515 foi retomada a sua conclusão que nunca se chegou a verificar).*
15. 15a. – Cais Velho, das Portas ou do Marquez e Cais do Rio.
16. e 17 – Poços de água doce de beber.
- 18 – Porta Nova e depois da Boa Nova.
- 19 – Escadas de acesso aos adarves.” (Carvalho, 1983; p.9-10).

Uma base de estudo é sem dúvida, o livro das Fortalezas de Duarte de Armas². Serve como registo acerca da constituição da estrutura fortificada, mas também para tentar conhecer um pouco melhor a realidade construída e a morfologia urbana da época. Das duas linhas de Muralhas, restam apenas alguns vestígios bem conservados do perímetro existente de 1200m, fazendo parte da própria formação da Vila, onde a Torre do Relógio tem um valor reconhecido na vida social de Caminha. A muralha de protecção continha dez torres menores e três maiores (Torre do Relógio, Torre da Piedade e Torre do Cais ou do Marquez). A Vila comunicava com o exterior através das Portas, pontos de acesso e comunicação importantes, defendidas pelas Torres sobre elas.

A Torre do Relógio com as Portas de Viana, nome este que terá sido dado pela sua orientação para a cidade de Viana, sendo a entrada principal para quem chegava a Caminha. Pode-se indicar que a torre em 1597, foi feito o primeiro sino, para coroar a Torre do Relógio, ainda que substituído mais tardiamente em 1610 por um sino novo executado por um Galego, havendo registos escritos do pagamento a este pelo trabalho.

As Portas da Vila que davam acesso ao interior do amuralhado. A Torre da Piedade que se situava ao lado da Capela de S João, voltada a Nascente. Esta Torre, apesar de ter sido a que resistiu mais ao longo dos tempos, foi demolida mais tarde, a 20 de Maio de 1837, assim como a Capela de Sr^a da Piedade. Consta-se que as causas para esta demolição teve como objectivo a utilização das pedras retiradas, na construção da ponte sobre o Rio Coura.

A Torre do Cais, sob a Porta do Mar, orientada a Poente, é conhecida por Cais Novo ou Portas da Boa Nova. Nas proximidades desta torre “maior”, terá existido o palácio do Marquez de Vila Real, que posteriormente o palácio dos Duque de Caminha, por este facto, designada a Torre do Marquez. A estrutura defensiva de Caminha. Desenvolviam-se de forma gradual e sempre adaptando-se ao terreno, desenhando a topografia e formando uma barreira física e visual para o interior da cidade sem grandes preocupações de regularidade.

² Duarte de Armas - Escudeiro da Casa Real, Formado em Direito Canónico e notário apostólico. Cumpriu as funções de escrivão da Livraria Régia e da Torre do Tombo. Expedito no desenho, foi responsabilizado por Manuel I de Portugal para registar a situação das fortificações da fronteira com Castela, o que fez em planta e em panorâmicas ou desenhos á mão livre, com as correspondentes medidas, sinais cartográficos e observações elucidativas, e o seu trabalho deveria ser feito de Castro Marim a Caminha.



Figura 93 – **Vista das Muralhas da Vila, 2009.** Muralha medieval que circunda a Igreja Matriz, a Poente. Pode-se verificar o relativo bom estado de conservação.

5.1.3 – Elementos Morfológicos Dominantes

O traçado regular da estrutura urbana de Caminha insere-se na tradição urbana medieval, sendo planeada e construída, seguindo um plano regular regido pela ortogonalidade da malha urbana. Morfológicamente, “os quarteirões são de forma rectangular, alongados, não existindo traçado em quadrícula. (...). Verifica-se (...) no plano da cidade uma alternância de ruas de frente e de traseiras. As ruas dispõem-se fundamentalmente num sentido, alternando as ruas principais e as ruas de traseiras ou de serviço, como funções e dimensões distintas. Estas ruas são cruzadas por outras vias, que as cortam perpendicularmente”, (Teixeira; Valla; 1999; p.38).

Em Caminha denota-se a origem do seu traçado regular, a malha urbana ortogonal bem visível no núcleo histórico. Esta caracteriza-se pela regularidade dos seus traçados, de uma rua principal, Rua Direita, unindo as portas da cidade, sendo perpendicularmente seccionadas por ruas secundárias ou travessas, formando as praças, como agente ordenador do espaço urbano.

O primeiro núcleo urbano apresentou uma implantação inicial estrategicamente efectuada, oferecendo importância à morfologia do terreno, de entre vários factores que influenciam a morfologia urbana. A geologia, hidrografia, topografia e factores sociais e políticos tiveram uma importância para a fixação de Caminha com o objectivo de colonizar, povoar e com a preocupação incessante pela defesa do território e da sua identidade nacional.

A hierarquia das vias é um dos factores preponderantes na organização da estrutura fundiária das vilas medievais como Caminha. A Rua Direita, presente em muitas cidades desta época, em Caminha, estende-se atravessando toda a cidade amuralhada, apresentando um papel fundamental em toda a organização da vida social. Estas ruas estruturantes no traçado urbano são “cortadas” por transversais formando-se assim os lotes paralelos uns aos outros, evidenciando a sua morfologia regular.

A maior parte dos edifícios não ultrapassariam a altura de dois pisos, utilizando a simetria como regra de implantação, encostando-se as construções, partilhando com o vizinho as paredes estruturais. As duas fachadas, orientadas para a rua e o logradouro nas traseiras, que por sua vez orientada para uma rua secundária. As tipologias, indissociáveis à análise morfológica da Vila de Caminha, apesar de não existirem dados que nos permitam executar um estudo exaustivo a este nível, era previsível o uso de granito, adobe e madeira, como materiais, aliás por ser uma caracterizada pela predominância do granito.

Como elementos reguladores da estrutura urbana não se pode deixar de evidenciar o papel do rio Minho. As suas proporções e características propícias às trocas comerciais e também algum risco de pirataria ou ataques de inimigos, evidenciam o papel delimitador e influenciador sob o traçado urbano na fase de fundação. Em relação à paisagem urbana poder-se-á identificar dois percursos identificáveis, a via que procedia de Viana e a via que teria origem em Valença, marcando dois nós de concordância na estrutura da muralha. Como elementos diferenciadores e inerentes à paisagem urbana fechada da cidade, é de referir a estradas ou caminhos que levariam até à Vila de Caminha e aqueles que marcariam a circulação interna. Esta identificada através da Rua Direita como eixo de circulação principal, marcada pelas portas de acesso á cidade e as ruas transversais a esta, como a Travessa de S. João ou Travessa do Tribunal.

De entre as portas de acesso ao recinto amuralhado, refere-se as Portas de Viana, enquanto fronteira entre a cidade amuralhada e o exterior bem demarcado com importância posicional e cuidado diferenciado na sua construção (demonstrado pela monumentalidade da Torre do Relógio).

De entre os sectores que fazem parte da estrutura urbana pode-se salientar o Monte de Santo Antão do lado português, que por sua vez proporciona uma protecção ao lado Nascente da cidade como também boas áreas para a agricultura e pastoreio. Enquanto do lado espanhol podemos citar o Monte de Santa Tecla que serve de protecção aos fortes ventos que se fazem sentir, por vezes provenientes do mar. Estes dois elementos marcam a implantação da Vila mas também a sua morfologia.

5.2 – Transformação Morfológica de Caminha entre os Séculos XV e XVI

5.2.1 – Perspectiva Geral

Ao longo deste período sucederam-se transformações económicas e sociais nas cidades portuguesas. O desenvolvimento de expansão marítima portuguesa influenciou todo o crescimento do urbanismo dos centros urbanos nas cidades e vilas. A conquista de Ceuta em 1415, nas primeiras décadas do século XV, caracterizou o crescimento da Vila de Caminha. O Rio Minho até ao século XVIII permitia uma boa navegabilidade a embarcações grandes, o que se manifestou uma maior valia para o desenvolvimento de toda a Vila.

Com o desenvolvimento das trocas comerciais e da expansão marítima, sucede-se uma vasta mudança no modo de ver o meio urbano, protagonizando o início de uma renovação urbanística. As cidades portuárias foram alvo das maiores metamorfoses que influenciadas por este fenómeno de proximidade viram reunidas as condições propícias ao crescimento e desenvolvimento a todos os níveis da sociedade. A sua localização estratégica, inserindo-se nas rotas marítimas dos navios, vai desenvolver o comércio, revitalizar a economia e debatendo-se com o aumento da população que necessita de mais espaço para a sua fixação e suas infra-estruturas. Acontece então o crescimento ou expansão para a fora das linhas das muralhas.

As preocupações com o espaço urbano, patentes nas “Ordenações Afonsinas e Manuelinas e expressa com a publicação em 1504 do Regimento dos Officiais das Cidades e Vilas deste Reino, podem estar relacionadas com a difusão em Portugal dos ideais renascentistas sobre a arquitectura da cidade. Surgem nesta altura na corte portuguesa alguns architectos italianos e circulam em Portugal tratados de arquitectura Civil e Militar de Giorgio Martini, de 1495, e o tratado de arquitectura de Serlio, de 1537”, (Teixeira; Valla; 1999; p.83).

Este processo de transformação sucede-se em todo Portugal correspondendo ao período de modernização da vida urbana e à reforma de instituições pública e estas alterações iniciadas por D. Afonso V e continuadas por D. João II e D. Manuel I a partir do século XV. Na Vila de Caminha a implantação no terreno desenvolve-se com uma reorganização do espaço urbano, intra-muralhas, mas principalmente a fixação de novas construções ao longo do flanco a Sul, pelo Rio Minho e pelos terrenos próximos ao “Terreiro”.

Surge a obrigatoriedade do desenvolvimento de um plano de reestruturação dos sistemas estruturais da Vila. Era necessário pensar no crescimento e a forma como se iria desenvolver, ter em atenção todas as condições sociais, económicas e políticas. Novas ideias e ideais surgiam, assim como novos conceitos de encarar o espaço público e privado tendo como pano de fundo uma verdadeira revolução intelectual. As vilas medievais viviam uma situação de insegurança, politicamente instável e com problemas de salubridade nas suas urbes. Foi imprescindível tomar um novo rumo de desenvolvimento e uma reforma que era eminente. (Cadilha, 2008).

O crescimento populacional gerou novas preocupações de ocupação do espaço urbano e estruturação do mesmo. Foi necessário o repensar das necessidades do povo, tendo como fim um bem comum, assim como as necessidades residuais e uma gerência da ordem pública, a que o sistema assim obrigava, na construção de edifícios públicos surgiam como a Casa da Câmara, Tribunais e Cadeias, novas Igrejas, hospitais da Misericórdia, Paços do Concelho, casas da Guarda.

As habitações crescem e implantam-se pelo Terreiro, ao longo da Rua da Corredoura e pelo Monte de St. António, onde a reestruturação da futura muralha começava a mostrar-se eminente e se abrem novas portas na muralha existente. Importantes modificações ocorriam, tanto no contexto social como na estruturação e construção da “nova Vila”. Deu-se um extravasar da muralha e a fixação de Pescadores e agricultores.

No campo político, grandes modificações viriam a surgir na vida da Vila de Caminha. O poder absolutista, regido pelos Duques de Caminha, era acusado de traição e atribuída a pena de morte, por sua vez, o rei ordena destruir o palácio e a Torre, correndo o ano de 1641 e a família de tanto poder na Vila extingue-se. A burguesia surge como um novo estatuto social durante os séculos XV e XVI. Com o enriquecimento da classe oriundo das trocas comerciais e expansão marítima, brotam em Caminha novas tipologias de construção com influências exteriores e fruto de contactos dos nobres nas colónias.

Os Cais de amarre de embarcações eram locais de trocas comerciais, tornando-se pontos essenciais e vinculativos na reestruturação urbana da Vila. A Vila de Caminha era um território que potencializava a fixação de população, dadas as condições geomorfológicas que apresentava e o cariz comercial que impunha.

Novos espaços são criados e novas obras são iniciadas, como a construção do novo Cais da Vila, e o caminho da Junqueira, via em pedra que ligava Caminha a Vila Nova de Cerveira, juntamente com a construção da igreja de Nossa Senhora da Assunção ou dos Anjos, Matriz de Caminha, decorrendo o ano de 1488.

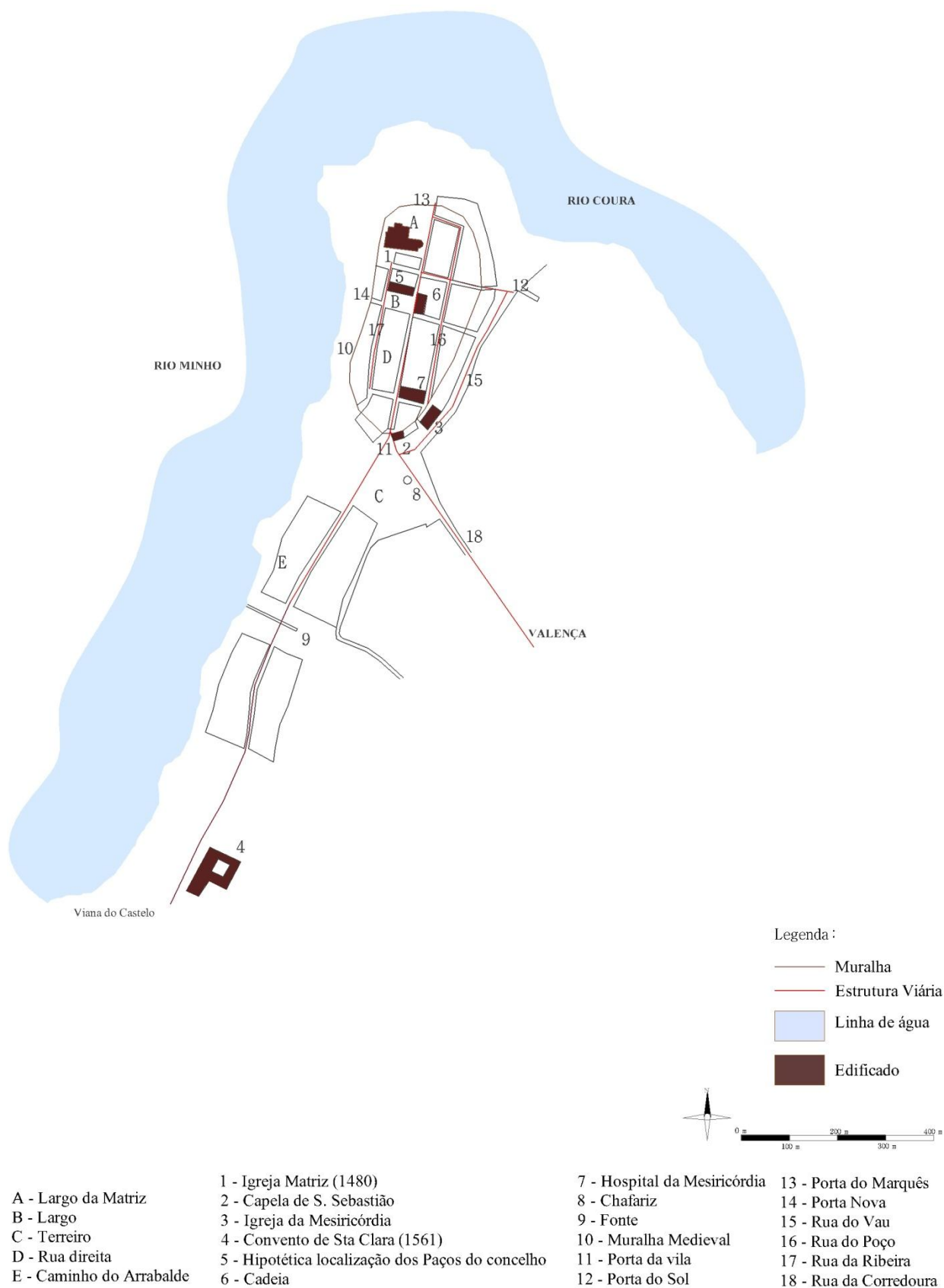
O dinamismo social era constatável, uma vez que as obras na Vila seriam suportadas pela Câmara e pelo povo. Apesar de viver-se uma situação económica favorável, não seria tão fácil para toda a comunidade, mas indica-nos a coesão social e um sentido de união enraizado na sociedade. Prova disto foi o Foral Outorgado por D. Manuel I (1512), que propunha que nas matas o lavrador poderia abastecer-se de lenha assim como de modo geral e comunitário.

“«Os manynhos será detodo cõcelho segudo cadahuru poder ou quyser tomar»”³(Alves, 1987; p.176).

³ Na citação pode-se entender de forma clara a interacção que existiria na Vila, entre a população e o espaço urbano e agrícola, assim como, os sistemas de organização que se começavam a implantar e reorganizar.



Figura 94 – Foral de D. Manuel I, 1512.



Não só o Rio Minho apresentava uma grande importância na formação e desenvolvimento da Vila, mas também o Rio Coura. Deste modo a morfologia urbana que Caminha apresenta ainda no século XV, onde as águas do Coura (lado Nascente da muralha) chegavam ao local onde actualmente se encontra o Terreiro, e no século XVII protegido pela segunda linha de muralhas.

O Rio Coura diminui o avanço das suas águas e foi invadindo os pântanos da margem oposta, recuando na margem de Caminha e aumentando o território útil à Vila de Caminha, demarcando-se e na formação da Vila, um período de importância para o entendimento de todo o crescimento urbano.

Evidencia-se uma divisão socioprofissional no contexto sócio espacial. A fixação dos grupos com mais “peso” da sociedade, com mais posses e dinheiro, procuravam viver perto de outros nobres ou mercadores. Geralmente procuravam áreas concêntricas, ao exemplo do Terreiro, onde se formam áreas com construções imponentes.

Os nobres demonstravam a sua preocupação pela ornamentação das fachadas e pela preocupação morfológica do próprio desenho urbano. As classes sociais de menor poder económico como os agricultores ou pescadores procuravam locais de fixação o mais próximo da sua área de trabalho.

5.2.2 – Transformação e Expansão da Estrutura Medieval

Embora exista uma multiplicidade de “condições locais e da forma aparentemente propositada como estes núcleos urbanos eram construídos, a tradição urbana que lhes estava na base era suficientemente forma para assegurar uma identidade e uma coerência formal bastantes fortes. Por outro lado, as influências teóricas renascentistas faziam-se sentir nos seus espaços urbanos”, (Teixeira; Valla, 2009: p.48).

A inovação nos traçados urbanos que por motivos de crescimento populacional e pela demanda económico política, se modificam, crescem e desenvolvem-se como que organicamente ao longo do território. As vias têm um papel fundamental, e as próprias desenham a Vila onde as construções se vão implantar. A influência Renascentista impõe-se de forma tão rápida que denota um novo gosto pela forma, pelo arranjo exterior ou pelo funcionalismo de fixação. (Alves, 1985)

A Vila de Caminha inicia durante o século XV ainda que é a partir do século XVI, a sua expansão mais simbólica para o urbanismo Caminhense. Este crescimento verificou-se em toda a extensão da Vila, concretizando-se da Nascente a Sudeste, no Terreiro e pela rua da Corredoura, por sua vez, também para Sul, paralelamente ao rio Minho através da rua da Misericórdia e rua dos Pescadores, mais tarde.

Até ao fim do século XV e meados do século XVI, a área urbana da Vila de Caminha quase circunscrevia-se ao interior das muralhas afonsinas. Começavam a ver-se no entanto, nos finais deste século, construções no exterior da fortaleza, como descrito anteriormente, geralmente ligadas ao trabalho, ou seja, habitações de pescadores, pastores e agricultores.

Por sua vez, os pescadores e agricultores da época habitavam no interior da fortaleza e na Rua da Ribeira perto da Igreja Matriz, as habitações modestas, com duas águas e de um piso só, de pequenas dimensões. Ainda que pelas três principais vias da vila se encontrariam as principais obras, era também onde a maior parte das pessoas com posses habitava e isso denotava-se nas construções mais cuidadas de maiores dimensões.

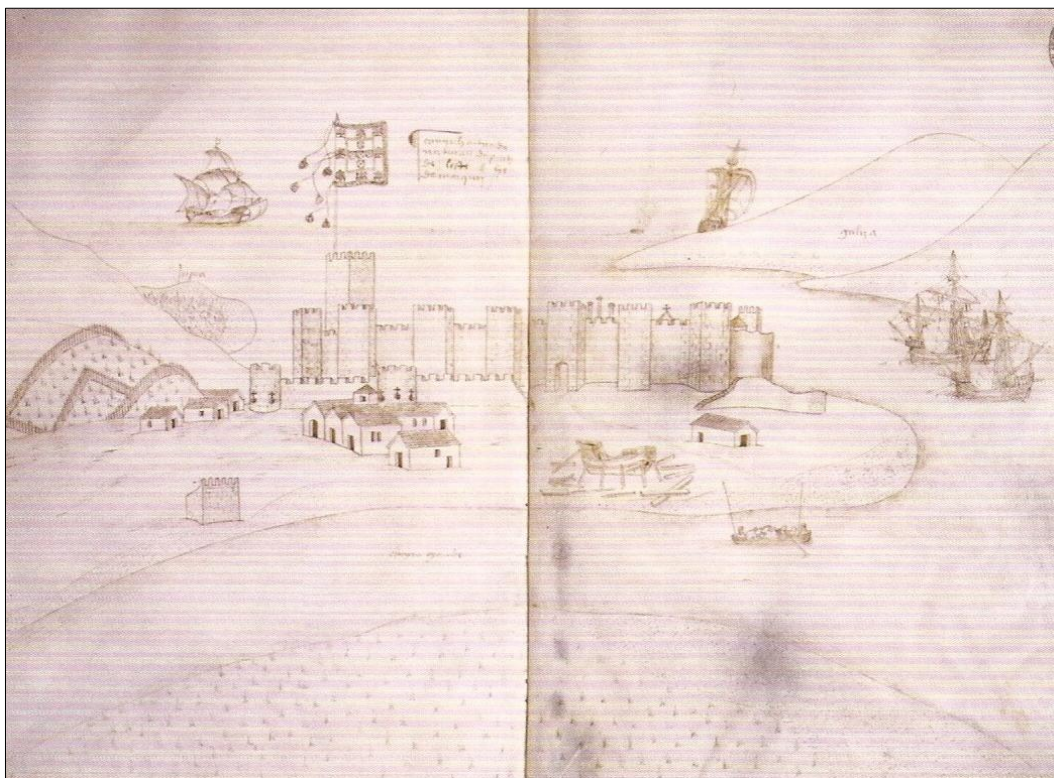


Figura 96 – Desenho de Duarte D'Armas, vista de **Caminha no século XVI**.

A paisagem urbana de Caminha, nesta época era precedida pela vista das altas muralhas afonsinas, com treze torres de protecção, em granito, sobressaindo ainda a casa do Marquês. No século XVI se poderia ver o verdadeiro crescimento e expansão da vila, através das construções que surgiam no exterior da muralha (tal como pode-se observar nos desenhos de Duarte D'Armas). Nos séculos XV e XVI verifica-se a grande expansão na construção de locais de culto, salientando a construção da Igreja Matriz, da Igreja e Hospital da Misericórdia de Caminha e o Chafariz, no Terreiro de Caminha.

A Igreja Matriz é um dos monumentos mais importantes da Vila. A marca morfológica que este edifício deixa na área urbana de Caminha é apresentada pela sua volumetria e arquitectura ímpar, identificável na imagem da Vila. A obra teve o projecto do arquitecto Biscainho Tomé de Tolosa, mas apesar dos consecutivos restauros e alterações artísticas deram-se ao longo dos tempos, não retirou a extrema influência deste edifício na Vila de Caminha e na sua identidade.

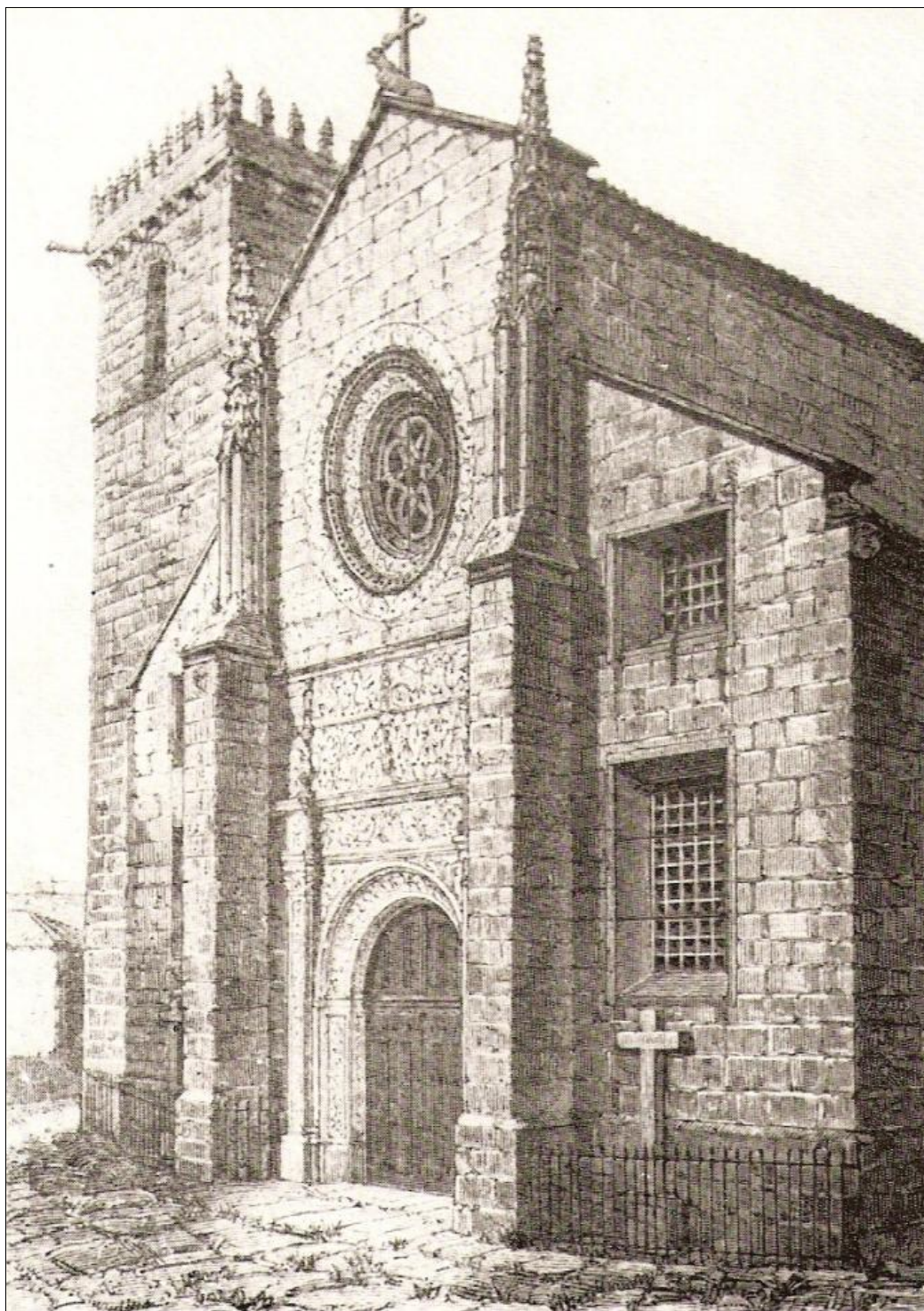


Figura 97 – Imagem da Igreja Matriz no século XVI.

A construção da Igreja Matriz deu-se pela necessidade social. A capela de Nossa Senhora da Piedade, que pelo crescente aumento populacional que a Vila apresentava não conseguia acolher todos os devotos e surgindo a indispensabilidade de construir uma nova sede religiosa no interior da muralha, que conseguisse receber toda a população.

Das várias linhas arquitectónicas, que lhe são reconhecidas, a Igreja Matriz trata-se “duma manifestação tardia do gótico mendicante português, sobretudo na sua estrutura arquitectónica, com laivos renascentistas bem marcantes, aportados por via plateresca. Não admira, se soubermos que nela trabalharam Tomé de Tolosa (biscainho), e Pero Galego. (Carvalho, 1987).

De planta rectangular, é formada por um corpo principal, dividido em três naves, por arcos formeiros, apoiados em colunas gigantescas, e por uma capela-mor, com fundo poligonal, ladeada por absidiólas. O tecto de madeira é de alfargue, com uma forma de masseira, ostentando, na parte média, painéis regulares, com graciosos florões nos remates. Na parte exterior destacam-se a fachada, rica em decoração renascentista e uma porta do lado sul, muito semelhante à principal na decoração, embora escultóricamente mais rica. De sublinhar uma torre do lado norte da fachada, com características que se aproximam de algumas torres românicas da Galiza,” (Alves, 1987; p.57).

Para a implantação da Igreja, com as suas dimensões, terá sido necessário destruir algumas construções existentes. Mesmo assim, a Igreja Matriz na sua origem, orientada a Ocidente, teria de ser colocada no terreno disponível o que daria de frente para a muralha, na altura da sua construção com cerca de “duas varas”⁴ de distância.

⁴ Posteriormente a localização da Igreja Matriz vê-se alterada, com a construção da nova linha de muralhas, no século XVII, e o reestruturar da muralha existente, devido às ameaças espanholas, com a Restauração (1640). A título de curiosidade, podemos referir que quando a proximidade era maior entre os dois elementos, e quando os canhões instalados na muralha disparavam, tinha de se abrir os vãos da Igreja pelo estremecer que ameaçava a estrutura da mesma construção.

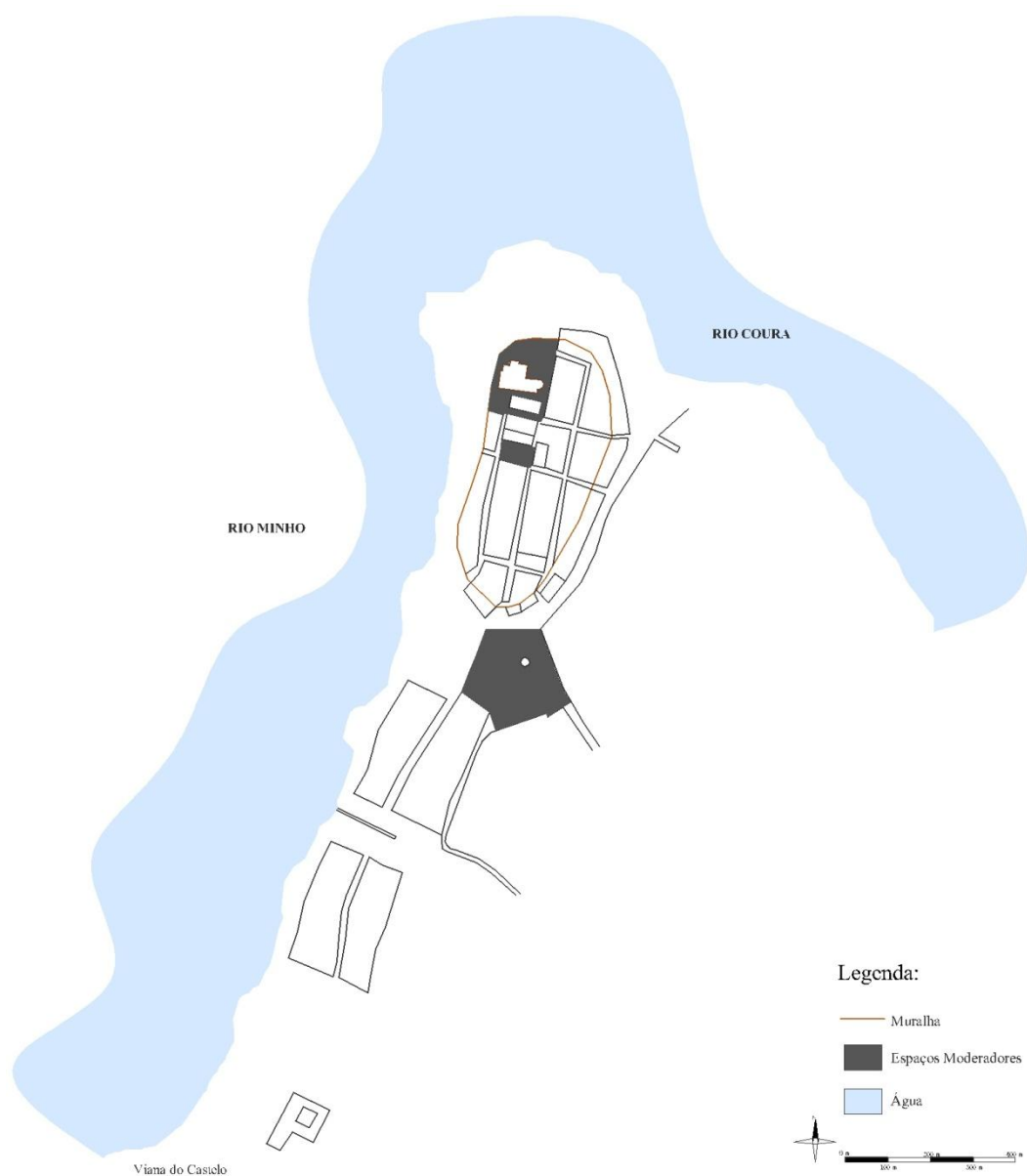


Figura 98 – Mapa de estudo da organização espacial da Vila de Caminha, entre os séculos XV - XVI. Pode-se identificar na imagem, os espaços a negrito, demarcadas as áreas de relativa importância social e organizativo para a Vila. Assim, a área da Igreja Matriz, lugar de culto por excelência, os Paços do concelho, localização hipotética, e a área do Terreiro que apresenta uma importância cada vez mais forte no desenho e crescimento de Caminha.

No exterior das muralhas medievais, outro dos monumentos importantes à organização do espaço público, foi a colocação do Chafariz no Terreiro, numa atitude centralizadora das dinâmicas urbanas da vila, mas também para substituir o Pelourinho. O Chafariz (edificado no séc. XVI) ocupa um lugar central na organização e memória visual do “Terreiro”. Na sua origem foi colocado junto à edificação dos Paços do Concelho, foi transferido posteriormente para a actual posição, pelo ano de 1835, revezando o pelourinho existente na época.

O Chafariz, obra emblemática e simbólica da Vila, está “situado no centro cívico de Caminha, constitui uma bela peça renascentista do século XVI. Nele trabalhou João Lopes Filho. As três taças que o constituem, bem concebidas e bem delineadas, decoradas com molduras curvas e carrancas plurifacetadas, denunciam uma obra dos princípios do século XVI, embora a guarnição exterior se possa considerar mais recente, talvez obra do século XVIII ou XIX,” (Alves, 1987; p.59).

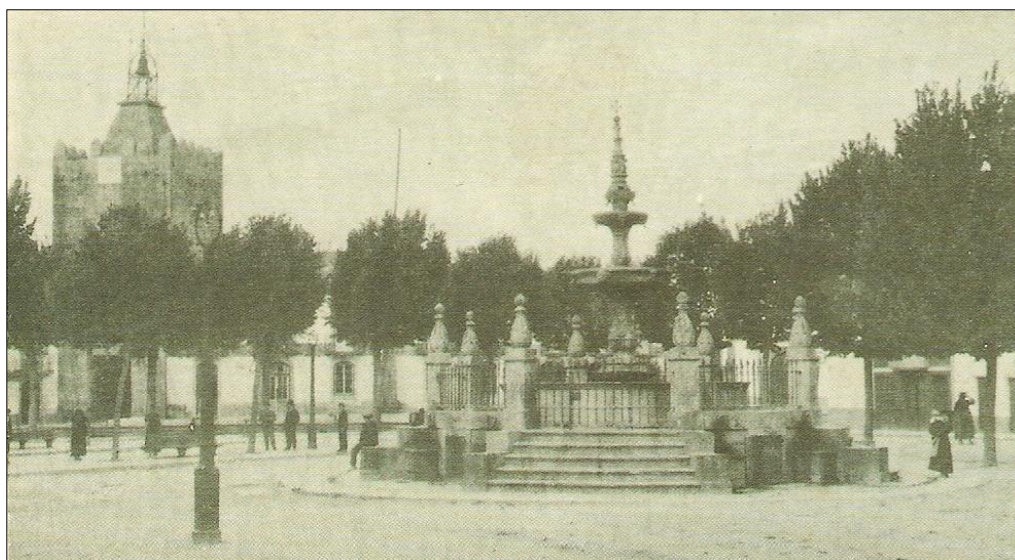


Figura 99 – Imagem do centro da organização urbana da Vila de Caminha-Matriz, o **Chafariz**, 1910.



Figura 100 – Imagem da Igreja da Misericórdia, 2009.

A Igreja da Misericórdia marca também a morfologia da Vila caminhense. Foi um dos espaços de culto mais marcantes, por sua vez orientada para a Praça Central, o “Terreiro” (Praça Conselheira Silva Torres), no exterior da muralha, fruto de necessidades sociais que surgiam. Caminha era vista como “praça de armas e velho burgo fronteiriço, porto convergente de vias fluviais e terrestres, de todos aqueles que, quer missões comerciais, quer como peregrinos dirigindo-se a Santiago de Compostela, aqui passavam, e vivia um movimento intenso de viajantes, que, durante alguns dias aqui permaneciam, descansando antes de retomar viagem. Começou então a fazer-se sentir a necessidade de um Hospital que atendesse tanto aos viajantes como aos pobres da Vila”, (Carvalho, 1980; p.144).



Figura 101 – **Imagem do antigo Hospital da Misericórdia**, actualmente a Câmara Municipal de Caminha, 2010.

A Vila de Caminha, e mais propriamente a Igreja não deixou passar incólumes as necessidades que a sociedade apresentava. Desta forma, as “Misericórdias, instituições que no Norte já existiam desde o séc. XII, começaram a proliferar a partir de finais do séc. XV com o aumento das peregrinações para Santiago e o número de pessoas atingidas pela peste, levando a Igreja a criar, ao longo dos caminhos de peregrinações, hospitais, gafarias e albergarias”, (Cadilha, 2008; p.45).

As modificações e desenvolvimento na construção passaram pelo aparecimento de novos edifícios mas também pela reestruturação de toda a estrutura urbana de Caminha-Matriz. Não apenas os edifícios religiosos, como a construção da capela de S. Sebastião, ou a mudança da capela de S. João de local, mas também a abertura de novas vias de comunicação, reestruturação das existentes, que marcaram o crescimento da Vila de Caminha, assim como a reestruturação da Rua do Vau. Com a Rua da Misericórdia, e posteriormente a Rua dos Pescadores, evidencia-se a maior marca de desenvolvimento da Vila. A mudança e expansão da Vila acontece neste período e de infra-estruturas importantes tanto no núcleo histórico, quer no exterior da muralha e acompanhando o crescimento da mesma.



Figura 102 – Vista do Largo Dr. Bento Coelho, Rua do Vau, ao fundo, posteriormente Av. De S. João, 1905.



Figura 103 – Panorâmica da Vila de Caminha, de Pedro Teixeira, a mando de Filipe IV de Espanha e III de Portugal, 1634. Pode-se verificar a primeira linha de muralhas, antecedente da segunda e terceira linha de muralhas que protegiam a Vila na data. Verifica-se a expansão da vila com as construções a surgirem a Nascente e Sul do núcleo medieval.

5.2.3 – Elementos Morfológicos Estruturantes

Os conceitos de rua, de largo ou quarteirão, ganham durante o século XVI uma nova atenção, quer pelos poderes institucionais, quer pela população em geral. De entre os pontos de análise pode-se referenciar quatro, que nos permitem conhecer e analisar morfologicamente a Vila de Caminha, ao longo do século XVI:

- **Vias estruturantes** – Foram criadas novas vias, reestruturando a disposição urbana da Vila, assim como a Rua da Ribeira, a Rua do Poço e Rua do Vau (criada no fim do século XVI inícios do século XVII) e em união à Rua dos Meios tomam uma importância fundamental na estruturação da rede viária da Vila. Assiste-se a uma potencialização do crescimento e expansão no território. No interior da fortificação os quarteirões rectangulares delimitam-se em consequência da morfologia das vias, que desenham a implantação da Vila e da fixação dos edifícios no território.

As três vias no interior da muralha são evidências da nova organização viária mas também da criação de novas dinâmicas de circulação, marcando por sua vez, a imagem da Vila de Caminha. A Rua do Vau surge unindo o cais que se suspeitaria que existiria nas proximidades da Porta do Marquês, até a nova Praça Centralizadora no exterior da muralha, o Terreiro (praça Conselheiro Silva Torres), constituindo o aparecimento de um eixo que atravessará toda a Vila, e até aos dias de hoje unindo-se à Rua dos Pescadores, sendo designada via principal de circulação interna. (Cadilha, 2008).



Figura 104 – **Planta de vias estruturantes na Vila de Caminha, século XV – XVI.** Denotava-se a falta de pavimentação, as ruas que nasciam em terra, ainda que importantes para o potencializar do crescimento estrutural da Vila de Caminha. Os campos que se ocupavam a Nascente e a Sul. A importância da estrutura viária no casco medieval bem definida, assim como, o surgimento de dois Conventos Franciscanos, Santo António, masculino, (a Sul da vila), Santa Clara, feminino, (Monte Santo Antão), que junto das construções que emergem nas áreas de crescimento, vem marcar o crescimento mas também uma morfologia que se constrói, assim como a própria identidade da Vila de Caminha, 2010.

- **Pontos e Nós de Convergência** – Caracterizam-se por serem pontos de passagem e de concentração. Locais estratégicos presentes na estrutura urbana da vila, nos quais a população pode aceder à vila e onde se manifestam como áreas de interesse comum. São locais que se formaram e se intensificaram na vila de Caminha onde, por sua vez, estes pontos se transformaram e descreveram como geradores de novas dinâmicas urbanas.

Pode-se considerar estes pontos de confluência das vias de comunicação, que marcaram a passagem para outra área da própria Vila, como por exemplo do interior da muralha para o exterior, da mesma. Estes nós de convergência são marcantes da vila, que habitualmente estão demarcados por características próprias, elementos diferenciadores, assim como, monumentos ou construções ou mesmo praças.

Podem ser diferenciados como nós de flexão, assim como as Portas da vila amuralhada, mas também podem constituir pontos de centralização, como o Terreiro que se a pela junção de todas as vias estruturais e bem delimitadas, com a existência de um monumento - o Chafariz, constitui ainda actualmente como centro cultural da Vila de Caminha. De entre os nós marcantes na vila, pode-se concretizar a praça do Terreiro (Praça Conselheiro Silva Torres), já citada, sendo o local onde as construções das classes sociais mais altas, a partir do século XVII se vão localizar, assim como a Torre do Relógio, marcando o ponto de acesso principal à Vila amuralhada, ou a Porta do Sol, Porta do Marquês e Porta Nova, marcando pontos de acesso à vila secundários, de concentração de dinâmicas de circulação e de transposição entre espaços (Carvalho, 1980).

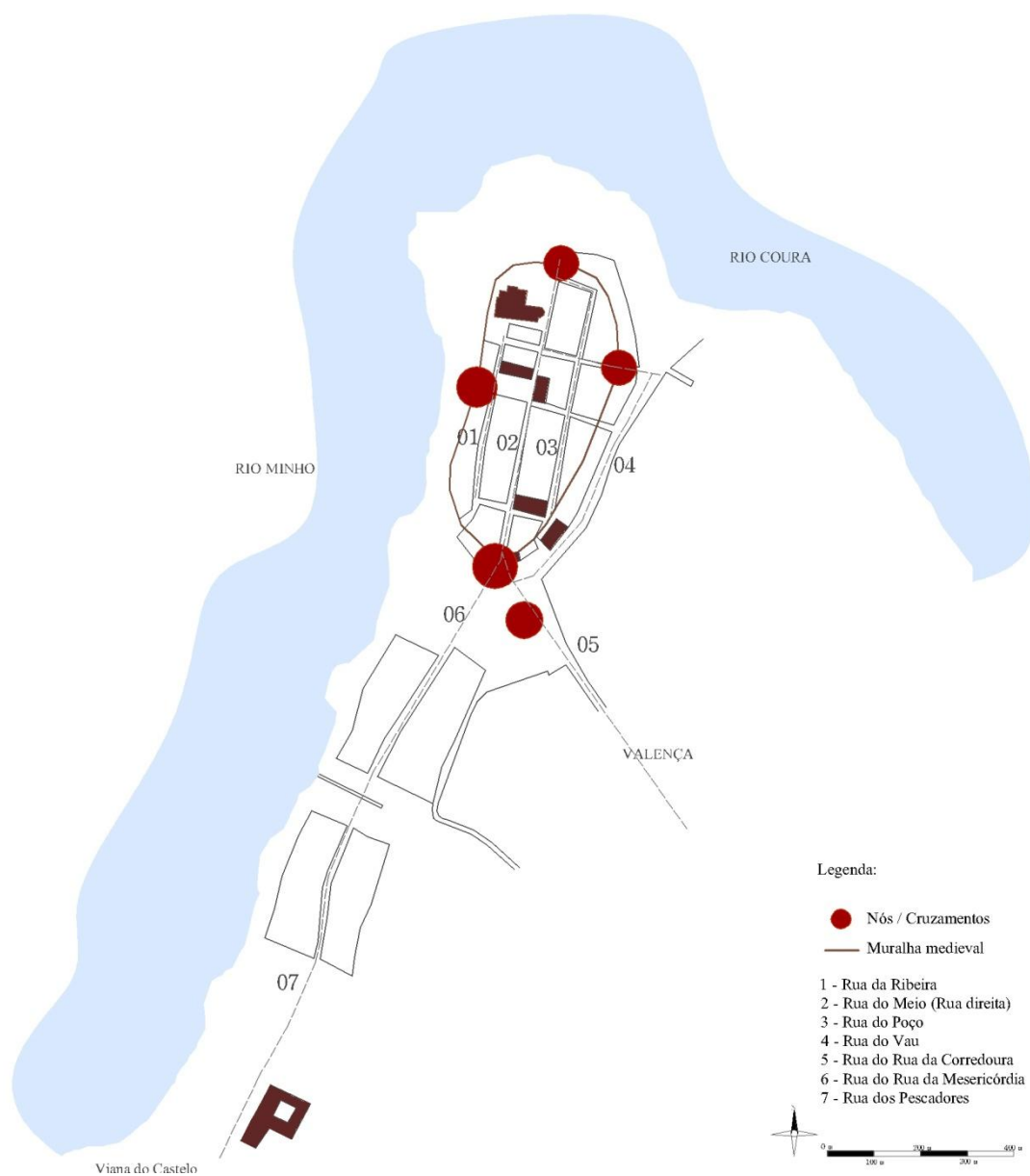


Figura 105 – **Planta de Nós e Cruzamentos da Vila de Caminha, século XV – XVI.** Os pontos estruturantes da Vila coincidem nesta época com as portas da vila medieval, assim como também, com o crescimento iminente que se proporciona o novo Centro da organização fundiária da Vila de Caminha no exterior da primeira linha de muralhas, o Terreiro (Praça Conselheiro Silva Torres), 2010.

- **Ocupação Espacial** – Na organização espacial da Vila de Caminha constatava-se uma extrema divisão social e principalmente uma particular relação de proximidade entre espaço/ocupação. Através desta diferenciação social, no que diz respeito à implantação territorial, tornou-se inevitável a assimetria nas relações espaciais mas também sociais. Na Vila pode-se identificar quatro núcleos, ainda que não proporcionais, relativos à ocupação espacial no terreno. A ocupação e fixação por classes sociais específicas têm directamente relação com a própria morfologia do terreno. Assim sendo, denota-se nos finais do século XVI uma procura das classes sociais mais importantes na sociedade, por espaços concêntricos (tentavam uma coabitação entre a mesma classe), embora descentrada da Vila. Deste modo, pode-se identificar três áreas de diferenciação no que diz respeito a sua ocupação:
- 1 – O interior da vila amuralhada. Concretamente, a Rua dos Meios (Rua Direita), assim como a Rua do Poço e da Ribeira é onde se identifica a maior concentração de construções, ainda que exista aqui uma subdivisão espacial, no que se refere à Rua da Ribeira, onde se encontra, habitações dos pescadores, de duas águas, um piso de pequenas dimensões.

Na Rua dos Meios e na Rua do Poço pode-se identificar construções com dois pisos em granito e de valor arquitectónico, onde habitavam mercadores, nobres e artesãos. Esta divisão transmite também uma relação extrema entre classes, construções e a morfologia / tipologia que na Vila apresentava.

- 2 – A segunda área de ocupação apontará a zona exterior à muralha medieval, onde se encontraria os estaleiros (de apoio às obras que se executavam pela altura na Vila) e as primeiras construções “pobres” de pescadores. Este facto, também é potencializado pela construção e melhoria do Cais Novo, perto da Porta Nova. A área apontada orienta-se a Poente, muito perto do rio Minho, espreitando uma localização estratégica pela proximidade com a “matéria-prima” dos pescadores que aí encontravam as condições propícias ao seu ofício. (Cadilha, 2008).

- 3 – Onde anteriormente se deparavam campos de cultivo e pastoreio, nos finais do século XVI, encontravam-se os primeiros vestígios de fixação da população, nesta área descobrimos actualmente o Terreiro e o Centro Cultural por excelência. Mais tarde o crescimento da Vila executa-se para sul, paralelamente ao Rio Minho, concretizando-se de forma mais enérgica ainda ao longo do século XVII.
- 4 – Novas construções – As alterações morfológicas que assistimos nesta época são grandes e a construção de novas construções são uma influência constatada. A paisagem urbana vê-se alterada, do que seria no século anterior. Os edifícios que se destacam nesta avaliação são: a Igreja Matriz, o Hospital e Igreja da Misericórdia e o Chafariz a coroar a praça do Terreiro. Os edifícios que referenciamos, de grande influência para a análise da vila, tornaram-se ícones da Cultura Caminhense. A importância visual da vila dá-se fundamentalmente nesta época através da reestruturação urbana, formando quarteirões bem estruturados na malha urbana e um crescimento para fora dos limites da muralha de forma gradual mas marcante. A muralha afonsina continua a ter uma importância incontestável na imagem da vila exterior, embora o carácter monumental se comece a impor e os espaços públicos comecem a ganhar a importância que merecem.

Conclusivamente, pode-se referenciar o interior da muralha medieval no núcleo histórico, onde se denota uma mudança, tanto estruturalmente como a nível das formas. De mencionar a alteração das fachadas, o aumento das alturas das construções, demonstrando um maior domínio nas técnicas e nos materiais. Pode-se salientar algumas das construções que detinham mais importância e destacavam na época, assim como, a Casa da Câmara, a Igreja Matriz, a Casa do Marquês de Vila Real, o Tribunal e a Cadeia. (Alves, 1985).

De apontar a abertura da Porta Nova que assinalava a passagem mais próxima para o Rio Minho, reestruturando a circulação no centro medieval. Pode-se considerar ainda, a importância do nascimento de três ruas estruturantes no sistema viário, como a Rua do Vau (hoje designada Rua de S. João, 1520 / 1530), Rua da Corredoura e Rua da Misericórdia. Estas vias estruturantes, tem um papel fundamental na formação da malha urbana e na criação de novos espaços públicos, essenciais ao estudo morfológico da Vila, assim sendo e o mais centralizador, o “Terreiro” (Praça Conselheiro Silva Torres).

As vias principais no interior do núcleo amuralhado, concretamente, a Rua do Meio (Rua direita), Rua do Poço e Rua da Ribeira. Estas ruas eram as vias mais importantes, uma vez que nelas se fixaram os mercadores, artesãos e nobres em geral. As três ruas marcavam por sua vez, as vias de comunicação e fruição social e comercial, criando dinâmicas organizativas do espaço público - privado.

No exterior às muralhas, numa primeira fase, apenas as classes e estratos mais baixos da sociedade aí se fixavam, assim como os pescadores ou agricultores, ainda que alguns ainda a longo destes séculos, se localizariam no interior da muralha. Mas a situação acabaria por ser insustentável no interior da muralha e deu-se o crescimento urbano e populacional para o exterior da muralha, ainda que pelo século XVI surgem as primeiras manifestações, assumidas claramente no século XVII.



Figura 106 – **Vista da rua da Corredoura, 1920.** A rua da Corredoura manifestou-se desde a sua abertura numa das vias mais importantes de apoio ao crescimento urbano da Vila de Caminha. Ao longo desta rua pode-se identificar as construções mais antigas da Vila.

5.3 – Transformação Morfológica de Caminha entre os Séculos XVII e XIX

5.3.1 – Perspectiva Geral

A expansão urbana patente ao longo do século XVI, como início marcado da reestruturação construtiva e organizativa da Vila, sucede-se entre os séculos XVII e XVIII, um assumir do carácter urbano em Caminha. Os conflitos emergentes com os espanhóis ao longo da guerra da Restauração (1640 – 1668), e a defesa do território contra as invasões Francesas, posteriormente, marcaram transformações de enorme importância que se operam na vila. As necessidades defensivas, inevitavelmente, caracterizam o espaço, com o crescimento incessante da ocupação do seu “tecido” urbano, e a indispensabilidade na construção de defesas, que na altura se elevavam à construção de novos muros defensivos que abordassem toda a Vila de Caminha. (Cadilha, 2008).

Importantes modificações ocorrem no que se refere à morfologia da Vila e à sua organização construtiva. Novas construções surgem no território, assim como a importância da decoração nas fachadas. Ao longo dos séculos XVII e XVIII as casas de nobres, que se fixaram, ao longo das novas vias de comunicação, e que se afirmavam de facto no contexto urbano da vila, como a Rua do Vau, assim como no Terreiro. As condições políticas e económicas privilegiaram a construção de uma nova imagem da Vila. A construção de edifícios emblemáticos demonstrou uma nova visão e o papel fundamental da arquitectura no crescimento da Vila de Caminha.

Morfologicamente, a Vila de Caminha apresentou uma evolução, patente na estruturação da malha urbana, assim como um crescimento demográfico significativo, um aumento gradual do número de edificações, consequentemente de toda a ocupação no território da Vila. Foi de facto importante a preocupação defensiva do edificado e da população caminhense, seria uma necessidade eminente a construção de uma nova linha de muralhas que protegesse todo o território urbano que se manifestava a Sul e Nascente.

Desde a outorgada carta Foral de 1512, Caminha teve uma evolução, nos finais do século XVII, a construção da nova muralha veio coroar um crescimento que se previa inevitável. Os conflitos que surgem, devido ao clima político, social e económico, assim como a franca expansão da Vila e o crescimento económico com o aumento das trocas comerciais, fruto de uma actividade marítima em evolução, proporciona à Vila o poder económico necessário para concretizar um crescimento no território.

As alterações que se verificaram na Vila de Caminha procuraram não apenas um crescimento construtivo, como também a valorização do património arquitectónico, o seu valor na sociedade, assim como o sentido e valor dado às formas exteriores, que surgem no aglomerado urbano da Vila de Caminha-Matriz.

Uma maior valorização ao monumento e à importância da comunicabilidade entre sistemas, o modo de viver o espaço e a interacção das pessoas com o próprio território, pensado e estruturado como um todo, sem nunca esquecer a base fundiária que lhe é originária.

Foram inúmeras as alterações que se constataram na Vila de Caminha, de relevância entre os séculos XVII e XIX na sociedade. Novas construções se elevaram, nova fortificação da Vila, novos sistemas viários, novos e reformulados sistemas habitacionais surgem na Vila, assim como a revitalização do espaço público, a valorização do Terreiro (actual Praça Conselheiro Silva Torres), importante ponto de organização da estruturação urbana.

Estão reunidas as condições necessárias para este crescimento, uma nova fase de desenvolvimento e o papel importante que a Igreja levou à manifestação construtiva, como a Igreja Matriz, Igreja da Misericórdia e Hospital, assim como edifícios de outras tipologias, como a Casa da Câmara, a Cadeia ou o Tribunal (actual Biblioteca e Museu Municipal), de carácter institucional, assim como a revitalização de vias de comunicação, como a rua do Vau, Corredoura ou a actual rua Benemérito Joaquim Rosas (rua dos Pescadores).

Todo o crescimento urbano da Vila tem uma conectividade forte, com o crescimento da actividade marítima, fruto da expansão marítima portuguesa, criando as bases económicas para que evolução acontecesse, também a revitalização do comércio e a atracção dos nobres a se instalarem no território.

O carácter urbano por que a Vila de Caminha sempre se caracterizou ganhou uma nova dimensão. A ocupação do território estende-se em todas as direcções e a necessidade de coordenar. Era necessário não descuidar a segurança, mas criar as relações entre os sistemas urbanos que imperavam até ao século XVIII. No interior da nova linha de muralhas a ocupação não suporta mais construção, no entanto a ocupação tende a continuar a estender-se para o exterior desta linha de muralha devido as condições de vida propícias ao desenvolvimento no território. Surge uma preocupação em organizar o espaço urbano, assim como o reconhecer do valor patrimonial importante à construção da identidade de uma sociedade de valor histórico.

5.3.1 – Crescimento Assumido

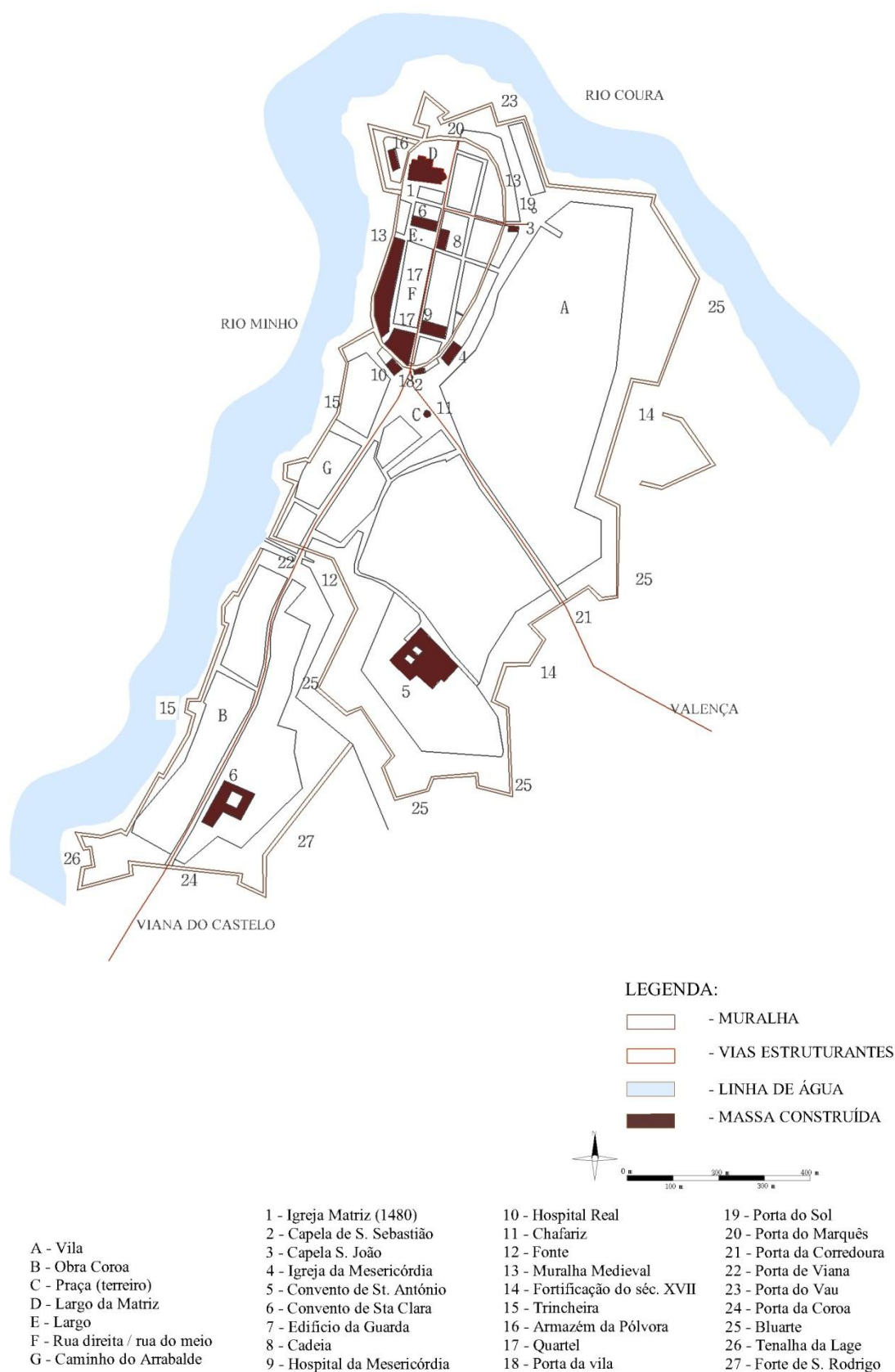


Figura 107 – Planta esquemática da Vila de Caminha, século XVII.

5.3.1.1 – Nova Estrutura Defensiva

A construção da nova linha de muralhas, encomendada por D. João IV, construída ao longo do reinado de D. Afonso VI e terminada no reinado de D. Pedro II, a Vila de Caminha, opera uma transformação de forma significativa, no que se refere à sua morfologia, que assume um papel preponderante na configuração de uma nova imagem da vila.

Os acontecimentos que levaram à decisão de construção de uma nova muralha defensiva, relaciona-se com a evolução das técnicas e táticas militares, “fruto de passagem da neurobalística para pirobalística e consequente aperfeiçoamento da indústria da guerra, o que tornava as muralhas verticais medievais obsoletas e exigia, assim, a colocação de peças de artilharia em locais estratégicos. Na fortaleza medieval devem ter sido, nessa altura, arrasadas todas as torres até ao nível dos muros, à excepção da Torre do Relógio e Torre da Piedade, as únicas que se mantinham em 1739” (CADILHA, 2008; p.48).

O pano de muralha frontal à Igreja Matriz foi também alvo de remodelação por D. Pedro II, que encarregou Miguel de L'École de executar a obra que visava responder aos avanços da tecnologia de guerra, passando a formar aí um revelim e um fortim, com armazém e paiol de pólvora, e uma plataforma para manobra das peças de artilharia. Define-se assim a segunda linha de muralhas partindo da Porta do Cais, “que segundo manuscrito de 1739, é pouco defensável” (Silva, 1984; p:197), que protege a Vila pelo lado do rio Coura e por nascente.

Perto do local onde hoje se situa a estação de caminhos-de-ferro ficaria a Porta da Arga do Coura com revelim e fosso de água. A muralha seguia para Sul até ao topo da rua da Corredoura onde estavam as Portas da Corredoura, com uma ponte levadiça sobre o fosso e dois corpos de guarda. Junto delas terá ainda existido uma prisão para os soldados. A muralha continuava depois para Sul protegido a calçada e o Convento de S. António, onde existiria uma porta falsa, a Porta de S. António.” (Silva, 1984; p.196-201).



Figura 108 – Planta da Vila de Caminha, séc. XVIII.



Figura 109 – Vista do local onde se situariam as Portas de Viana no séc. XVII, 1920.



Figura 110 – Vista da segunda **linha de muralhas**, em frente à **Igreja Matriz**, 2010.

Daqui o muro desce até às Portas de Viana, que receberam este nome por serem as que ficavam viradas para Viana, junto ao local onde hoje existe a Casa de Repouso da Irmandade da Confraria do Bom Jesus dos Mareantes. Uma vez que forneciam o acesso à rua da Misericórdia eram também designadas por Portas da Misericórdia. Eram ainda maiores que as da Corredoura, possuindo ponte levadiça, o corpo da guarda e uma fonte no fosso. (Santos; Silva; 1984).

A muralha descia depois até ao rio Minho, que à época tocava no muramento, de onde seguia por detrás das casas da actual Rua Visconde Sousa Rego, baixa e sem reforço de terra pelo interior, ligando-se à antiga no local onde existiria a Porta do Açougue (assim designada por ficar perto do açougue) situada no enfiamento da actual Rua 16 de Setembro. Uma vez que a muralha confinava, em simultâneo, com os rios Minho e Coura, era frequente o alargamento dos fossos.

O Eng. Manuel da Silva Santos, na sua obra “Caminha através dos tempos” refere que, a 19 de Janeiro de 1708, as cheias levaram as portas e desfizeram parte das muralhas contribuindo para que se fechasse definitivamente esta porta com pedra. A partir das Portas de Viana as muralhas seguem na direcção Sul, ao longo da praia, formando um revelim antes de virar para Este e encontrar a Porta do Cabo e daí ir ter ao fortim de S. Rodrigo, convergindo, finalmente, com o fosso da segunda linha de muralhas, por detrás do Convento de S. António.” (Cadilha. 2008; p.49).



Figura 111 – Vistas da **Porta falsa de Sto. António**, 2010.

5.3.1 – A Nova Realidade Urbana da Vila (séc. XIX)

Nos finais do século XVIII inicia-se um período importante na reformulação dos espaços públicos, coroados por monumentos. O nascimento de uma nova realidade urbana pode-se dizer-se que se iniciou através da construção da segunda linha de muralhas e se concretiza de facto ao longo do século XIX.

Antecedida pela histórica resistência popular e militar contra os invasores franceses em 1809, chega enfim a época liberal e com ela a intensa agitação política que descreve a primeira metade do século XIX, que na Vila de Caminha também se faz sentir. Episódios com a prisão de alguns liberais na devassa de 1828, o desembarque do almirante inglês Napier em Março de 1834, os ecos da revolta da Maria da Fonte no Verão de 1846 e a passagem dos exércitos da Patuleia em 1846-47, dizem bem do clima que se viveu no concelho na primeira metade de oitocentos. (Carvalho, 1985).

Tal como no resto do país, o “apaziguamento veio com a Regeneração, simbolizado com o curto mas emblemático mandato (1850 – 53) de José de Oliveira Torres, 2º Barão de S. Roque – o Fontes Pereira de Melo caminhense... - e a atribuição do primeiro topónimo liberal no momento da aclamação de D. Pedro V em 1855, a Rua 16 de Setembro. O poder estava agora firme nas mãos das famílias da burguesia caminhense – os Xavier, os Sousa Rego e outros – que alternariam no executivo nas décadas seguintes”. (Bento, 2009; p.12).

Tiveram como adversário principal, “anacrónica permanência do Antigo Regime, o “despotismo militar”, como o caracterizavam, que disputou duramente com a edilidade a posse das muralhas e dos terrenos indispensáveis à desejada expansão urbanística. Para infelicidade dos vindouros, mas entendível se tivermos em conta o contexto epocal, sucessivas Câmaras – com saliência para o papel desempenhado por António Joaquim Sousa Rego, o Visconde – foram vencendo as resistências e obtendo do Estado o desmantelamento da fortaleza seiscentista”. (Cadilha, 2009).

Nada traduz melhor a nova “Caminha em progresso e livre do espartilho das muralhas como a grande mudança toponímica de 1869, a mais ampla de sempre com 16 nomes, alguns deles tendo chegado até nós como Calçada da Escola, Rua Nova de Santo António ou Rua Barão de S. Roque. Foram ainda os solos e aterros resultantes do derrube dos velhos muros que permitiram depois rasgar as novas avenidas do final do século – Saraiva de Carvalho, Manuel Xavier, José Luciano de Castro – quando, no estertor do rotativismo e da Monarquia, o poder municipal regressou por momentos ao seio das velhas famílias, Pitta, Avillez e Sotto Mayor.” (Bento, 2009; p.12).

A evolução do território e dos elementos construídos surgem inseridos em contextos políticos, sociais e económicos que nos remetem à importância do seu estudo e às alterações no desenho urbano. A imagem da Vila fica marcada por influências directas, vindas do campo político, com as decisões na ocupação e destruição de património arquitectónico, como parte das muralhas. O domínio de classes burguesas e suas riquezas extraídas de um comércio marítimo em ascensão vinculam a construção e consequente crescimento da estrutura urbana de Caminha.

Com o ritmo construtivo acelerado, o “desenvolvimento urbanístico absorveu e destruiu grande parte das muralhas. Visível resta apenas o revelim de S. João e um troço da muralha que segue para norte desse ponto, a muralha que circunda o Convento de S. Francisco e o muro que daí vai para Sul passando pelo fortim de S. Rodrigo, e um revelim que estaria em contacto com o mar, hoje “emparedado” entre duas casas perto do bairro social.” (Cadilha, 2008; p.55). Alguns vestígios, da antiga muralha, permanecem visíveis, após a parcial destruição a finais do século XIX. Símbolo da importância do seu legado histórico, são as investigações arqueológicas que se continuam a realizar. A muralha de apenas se encontra visível em alguns pontos como a Norte, uma parcela da segunda linha de muralhas, onde se localizava a Porta do Vau, mais concretamente a parcela ladeada pela Rua Conselheiro Miguel Dantas, perceptível desde a actual Estrada Nacional 13. Ainda, de referir, a área circundante à Igreja Matriz, a Poente, desde o século XVII. A Torre de Piedade foi mandada destruir pela Câmara Municipal em reunião de 20 de Maio de 1837 e em Agosto de 1868 foi autorizada a demolição das Portas de Viana e do Cais, sendo as suas pedras aproveitadas para a construção dos Pegões da nova ponte sobre o Coura”, (Cadilha, 2008; p.56), começada a sua construção no fim do século XIX e concluída no início do século XX.



Figura 112 – Vistas da parcela da muralha afonsina visível, **Arco do Marquês, na Travessa do Tribunal, 2010.**



Figura 113 – Vistas da **ponte do caminho-de-ferro, sobre o Rio Coura, 1950.**

As inovações, ao longo do século XIX, vão operar uma redefinição da “imagem” urbana. De salientar as alterações executadas a nível urbano e também tecnológico, como a demolição, a 13 de Fevereiro de 1870, das Portas da Corredoura e o Arco Botica na Porta Nova. Constatou-se uma grande mudança, não apenas urbana mas também social, tendo o seu início e “por decreto de 14 de Junho de 1872, é mandado construir o troço, entre Porto e Valença, dos caminhos-de-ferro. A 1 de Junho de 1878 é aberto à exploração o troço entre Barcelos e Caminha, sendo criada a linha do Minho em 1882, ligando o Porto a Valença, e daí a Espanha, a partir de finais de 1886. O caminho-de-ferro originou a desvalorização comercial do Cais, diminuindo o movimento mercantil dos navios. Deu-se a abertura da rua da Estação (actual Av. Manuel Xavier), nos terrenos pertencentes à família dos Valles e dos Pittas”, (Cadilha, 2008; p.57-58). A linha eléctrica, que em 1857 chega à Vila de Caminha. Da importância no campo das comunicações, surgiram também alterações económicas e sociais. A queda do comércio marítimo, e as melhorias constatadas no traçado urbano, obtendo assim uma relevância no ordenamento do território e sua estruturação. A Rua do Vau, a exemplo desta nova realidade urbana na Vila, que demonstrou a maior transformação no campo das vias de circulação, assim como o nascimento da Rua Visconde Sousa Rego. Estas reestruturadas vias de comunicação e surgimento de outras, patenteiam de uma nova realidade e estrutura urbana, “decorrente da construção da linha dos caminhos-de-ferro, originou várias alterações que deixaram, como principal marca nos seus traçados, as ruas rectilíneas e mais largas”, (Cadilha, 2008; p.60).

5.3.2 – Elementos Morfológicos Estruturantes

A reestruturação do desenho urbano da Vila de Caminha é proporcionada através das transformações morfológicas e tecnológicas. A “imagem” da Vila depara-se, entre os séculos XVIII e XIX, alterada com a proliferação de novas construções, a ocupação de terrenos, ganhos ao Rio Coura e Minho, assim como o alargamento das vias de circulação, demonstrando a nova mentalidade, posta em prática no desenho da malha urbana.

A análise dos elementos morfológicos estruturantes, perpetua-se com o crescimento e nova estruturação urbana, albergando características proeminentes à evolução da sociedade em geral. Pode-se abordar transformações relativas aos elementos reguladores, as quais exercem um papel fundamental nas transformações, a nível construtivo, ao longo de dois séculos. O tecido urbano e a base cadastral, desde finais do século XIX, estão inteiramente ligados à “imagem” que a Vila revela.

Como elementos estruturantes destaca-se ao longo do século XVIII e XIX as vias estruturantes, como instrumentos definidoras do espaço público. Estas vias assumem o crescimento e o reestruturar da rede viária principal. De salientar, a Rua do Vau, Rua da Corredoura, Rua Visconde Sousa Rego e ainda no núcleo histórico, a Rua Do Meio Rua Direita). Estas apresentaram um papel fundamental na circulação da Vila, sua melhoria e revitalização.

- A Rua do Vau, onde ao longo do século XVI se implantariam as casas burguesas e os palácios barrocos e no século XVIII e XIX, assume uma posição de importância na relação com a circulação viária interna, como com a comunicação com as fronteiras e terrenos limítrofes da Vila, que no final do século XIX, se efectua através da construção da ponte sobre o Rio Coura (finalizada no século XX).

- A Rua Direita ou do Meio continua até ao século XIX a possuir uma importância relativamente ao comércio local. Caracteriza-se como a via que “rasga” a estrutura fundiária. A localização dos edifícios de serviços públicos que continuariam em comunicação directa com esta área, como o Hospital da Misericórdia, a Casa do Corpo da Guarda ou o Tribunal, resultante da importância desta via, na definição da malha urbana caminhense.
- A Rua da Corredoura exerce uma função de comunicação com a aldeia de Vilarelho, desde o século XVI e aqui se revigora. Ao longo desta via, pode-se encontrar habitações de nobres, comerciantes e artesãos. O carácter urbano desta via, de pequena largura, tem por sua vez uma grande importância na comunicabilidade da Vila com os povoados a Este, e seu acesso ao centro nevrálgico da Vila – o Terreiro.
- A rede viária caminhense, ao longo do século XVIII e XIX, assumia a revitalização como mais que uma necessidade, uma prioridade. O nascimento de novas vias de comunicação viária, na estrutura urbana, proporcionou um crescimento e uma reformulação no ordenamento do território. A Rua Visconde Sousa Rego procurou a união do tecido urbano da Vila, realizando a comunicação entre a *Vila* e a *Rua*.
- O nascimento da via que une o “Terreiro” à Porta da Coroadá, (limite da muralha da Vila mais a Sul), passando as Portas de Viana, confirma as transformações, mas também potencializa uma estrutura urbana em crescimento, assegurando o acesso com mais fluxo viário, até ao centro da Vila.

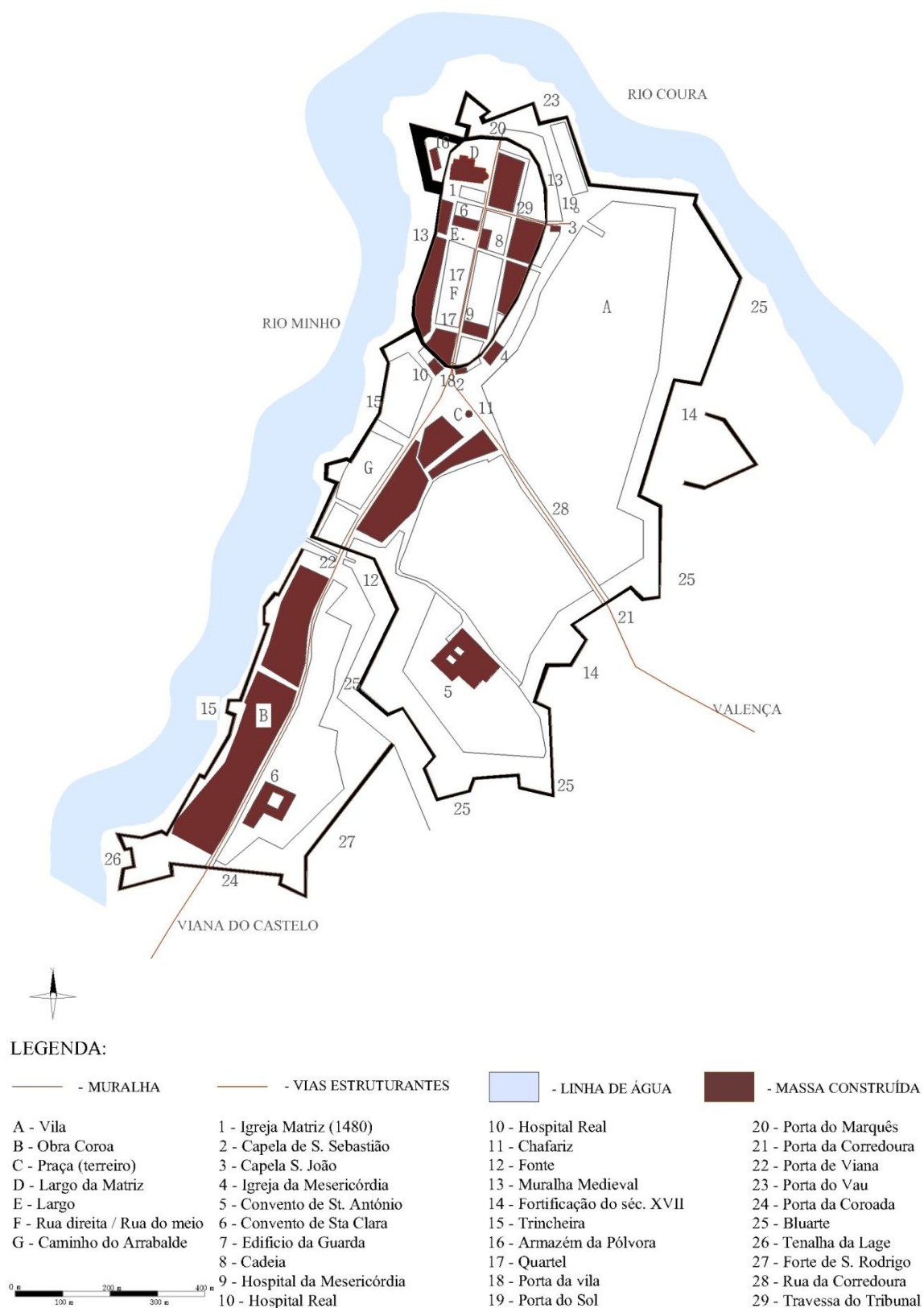


Figura 114 – Planta esquemática da ocupação da Vila de Caminha, século XVII.



Figura 115 – **Estudo síntese da Vila de Caminha, século XVII.** Pode-se referir a importância das vias estruturantes identificadas, que ao longo do século XVII a XIX, que exerceram um papel fundamental na reestruturação e crescimento da Vila de Caminha.

- Os pontos ou nós de convergência urbana representam na sua estruturação com o “elemento construído”, especificidades que caracterizam a morfologia da Vila de Caminha. O espaço público, assim como o mercado a praça ou o quarteirão ou as Portas da Vila, tornaram-se elementos que dão razão de ser à formação da “cidade” e de uma realidade vivida, formalizando a sua identidade urbana. (Lamas, 2010).
- O Centro Urbano da Vila de Caminha – o Terreiro (Praça Conselheiro Silva Torres) – transformou-se no elo de convergência de toda a estrutura urbana da Vila. Desta praça, nascem novas vias como a Rua Visconde Sousa Rego, a Rua da Palha (actual I de Dezembro) e a Rua do Areinho de Ouro (Rua da Fábrica), e convergem outras que se tornam ainda mais importantes como a Rua do Vau (actual S. João) ou a Rua da Corredoura.



Figura 116 – Vista da Praça Conselheiro Silva Torres, “Terreiro”, 1905.



LEGENDA:






- | | | | |
|---|--|---|---|
|  - MURALHA |  - PONTOS E NÓS DE CONVERGÊNCIA |  - LINHA DE ÁGUA |  - PARCELAMENTO URBANO |
|  | | 1 - Portas da Coroadã
2 - Portas de Viana
3 - Terreiro
4 - Ligação à ponte sobre o Coura (1844- em construção)
5 - Portas da Corredoura | |

Figura 117 – Estudo síntese da Vila de Caminha e seus principais pontos e nós de convergência urbana, século XVII a XIX.

- As Portas da Viana e Portas da Coroadã no século XVII a XIX apresentam um carácter estrutural importante, no que se refere ao condicionamento da circulação e comunicação. Estes pontos de acesso ao interior da Vila demarcaram-se no crescimento exponencial que a Vila, antes da destruição parcial da muralha no século XIX, com um grande volume de concentração de população.
- As Portas da Corredoura, destruídas em 1870, assumem um papel fundamental, relativamente à comunicação mas também a um assentamento ao longo da Rua da Corredoura, assim como a área mais a Norte, (com os terrenos ganhos ao Rio Coura). Aí, mais tardiamente, com o derrube das muralhas, instalaram-se edifícios de grande importância como a Escola da Vila, (1869), nas proximidades da Quinta das Leiras.



Figura 118 – **Largo Dr. Bento Coelho**, acesso à Vila de Caminha, Norte, 1905.

No século XIX, com a estabilização política, juntamente com a destruição parcial das muralhas, assim como as inovações que se constataram com a criação de novas vias e reestruturação das existentes, oferecendo à Vila uma nova realidade de crescimento. Com o desaparecimento dos muros de protecção, a ocupação de novos terrenos e inovações na construção, surge duas grandes transformações, que influenciam drasticamente a morfologia da Vila de Caminha, como o início da construção da Ponte viária sobre o Rio Coura e a Ponte de Caminho-de-ferro. A área de acesso à Ponte de circulação viária transformou-se num dos principais “Nós” urbanos da Vila, de acesso directo à Rua do Vau.

Nos finais do século XIX, a reestruturação urbana em pleno crescimento proporciona-se através das transformações económicas pelo decréscimo das actividades marítimas ou com a chegada do comboio e melhoria das comunicações viárias. A profunda transformação do espaço e consequentemente, da paisagem da Vila, originada pelo crescimento populacional como também uma nova relação entre o espaço e as formas nele existente. Assim, “foi aberta a Rua da Estação, em terreno pertencente à Quinta dos Valles e dos Pittas, tendo sido na altura posta a condição de apenas se lá construíssem casas baixas, para que das janelas se não vissem o interior da Quinta dos Pittas.” (Santos, 1984; p.168).

O passo tomado, no que diz respeito à alteração urbana e sua morfologia, para a construção nova identidade e “imagem”, começou com a demolição parcial da muralha, a sugestão, do Dr. António Xavier Torres e Silva, à Câmara para a destruição das muralhas, que circundavam a Vila a Poente, as Portas da Viana e do Cais e o “pedido foi feito e a autorização concedida por portaria de 12 de Agosto de 1868 e é a 13 de Janeiro de 1868 (1869) o auto de arrematação para a demolição das mesmas Portas.” (Alves, 1985; p.79).

O crescimento e a ocupação espacial circunscrevem-se à área do território a Sul, servida pela Rua Visconde Sousa Rego, a Este com a Rua da Corredoura e para os terrenos ganhos ao Rio Coura, área de grande expansão, já no século XX. O crescimento disperso, numa primeira fase (século XVII a XVIII) tipicamente residencial, transformando-se durante e após o século XIX e XX num crescimento concentrado, provocado pelo incremento populacional.

O espaço público/privado e seus elementos constituintes vinculam o cuidado no repensar de todas as dinâmicas que surgem no contexto morfológico da Vila de Caminha. Não apenas as novas vias de circulação, como a Rua Visconde Sousa Rego ou a Rua do Areinho do Ouro, mas também as novas construções que as desenhavam, assim como novos espaços verdes (Av. Camões).

As circulações têm uma importância redobrada nesta fase de evolução urbanística. Assumem-se as três principais vias de comunicação na Vila, com a rua Visconde Sousa Rego, rua da Corredoura e rua do Vau e no núcleo medieval, a rua Direita. Exceptuando a rua da Corredoura, as restantes desenvolvem-se ao longo das cotas mais suaves, ao longo da costa ribeirinha.

A paisagem urbana da Vila de Caminha no final do séc. XIX é marcada pela parcela ainda visível da Muralha medieval, as edificações, que não ultrapassam os dois pisos e implantam-se ao longo da rede viária e as construções que começam a ocupar a área a Nordeste e a Sul, pela rua dos Pescadores.



Figura 119 – Vista panorâmica da Vila de Caminha desde o Monte de St. António. 1930.



Figura 120 – Estudo síntese da Vila de Caminha, séc. XVII. O espaço Público e Privado, na formação de uma nova estrutura urbana, século XVII a XIX. A extrema relação entre o espaço público que formaliza os quarteirões (o espaço privado) na organização espacial que se assume na Vila.

Capítulo VI

A FORMA URBANA DE CAMINHA NO SÉCULO XX

6. – Enquadramento Sumário Espaço-Temporal até Década de 1950/60

As profundas alterações no tecido urbano, ao longo do século XX, revelaram-se através da abertura de novas vias que rompem no território e construindo também uma nova “imagem” da Vila. As alterações no espaço urbano tiveram como principal impulsionador a construção da linha de caminho-de-ferro. Desde a chegada do comboio a Caminha em 1886 e a ligação instalada de Caminha ao Porto, para Sul, para Valença e posteriormente Espanha. As comunicações e os meios de circulação assumem uma evolução clara que revoluciona todo o espaço urbano da Vila.

A construção da nova ponte sobre o Rio Coura (com as pedras originárias das Torres da Piedade, Viana e do Cais) protagonizou mais um contributo para a melhoria das vias e da comunicabilidade da Vila que no entanto “com a entrada no século XX as estradas de macadame vão ligar Caminha ao resto do país interpondo alterações e uma nova organização do espaço, influenciada pela necessária articulação entre o trânsito rodoviário e ferroviário, surgindo neste contexto as avenidas e o jardim entre pontes e, mais tarde, a Avenida da Marginal.” (Cadilha, 2008; p.58).



Figura 121 – **Avenida de Entre-Pontes, 1910, (actual Avenida de Camões)**. Na data da sua fundação (1884) é designada por Avenida José Luciano de Castro.

No início do século XX as transformações e inovações surgiram na Vila e nos mais variadíssimos campos da sociedade caminhense. A confirmação desta evolução constata-se, por exemplo, com aparecimento do telefone público no Verão de 1928. A estrutura urbana da Vila de Caminha com a criação de novas Praças, Avenidas e Ruas, assume-se uma fase de claro crescimento, desenvolvimento e reestruturação, assim como “em 1920 abriu-se o largo Sidónio Pais e criou-se uma ligação entre a Rua da Corredoura e a Av. De Entre-Pontes, hoje Avenidas João de Deus e Padre Pinheiro, tendo sido demolidas algumas casas para o efeito e aberta a rua no local onde, segundo o Engº João M. Felgueiras da Silva Santos dizia fazer-se a feira do gado”, (Cadilha, 2008; p.60).

Através da relativa estabilização política vivida no território, consequência do marco histórico em Portugal com a revolução de 28 de Maio de 1926, instaura-se o Estado Novo. Uma nova ideologia para pensar o espaço urbano desponta, assim como novos instrumentos para o estruturar legal, regrando os processos de transformações e potencializando a mudança na Vila e no País.

Ao longo de todo o território da Vila, várias construções foram demolidas para dar lugar ao progresso que se instalava, assim em “1930 foi alargada a entrada da rua da Corredoura, lado nascente, com a demolição de seis casas térreas no lado Norte, adquiridas pelo proprietário do prédio maior seguinte, um negociante de nome Abílio Gericota, que por sua vez o tinha adquirido a Aníbal de Sousa Rego”, (Santos, 1984; p.168).

Na década de 1930, o asfaltar de várias vias de circulação, como a Rua dos Pescadores, Rua das Flores, Rua do Vau (actual S. João) e a Rua da Corredoura, nas proximidades do Terreiro (e na totalidade em 1940), veio transformar a forma da Vila e a sua paisagem urbana, com a melhoria na circulação viária e qualidade do espaço urbano.



Figura 122 – Vista do Largo do Corpo da Guarda, 1930, (actual Posto de Turismo).

A relevância da Rua da Corredoura ficou patente com a criação das novas vias que nesta convergiam, assim como “em 1936 foi aberta uma Avenida Entre-Pontes, tendo sido demolida, na Rua da Corredoura, uma casa, um portal, um armazém, e uma taberna que pertencia a Olívia Gomes”, (Santos, 1984; p.168). A actual Avenida Saraiva de Carvalho, que une a Avenida da Estação (alcatroada em 1940) e a Avenida Entre-Pontes (actual Avenida de Camões), considerado como um pequeno troço (da estação de caminho-de-ferro, à Avenida Camões), foi aberto em 1942.

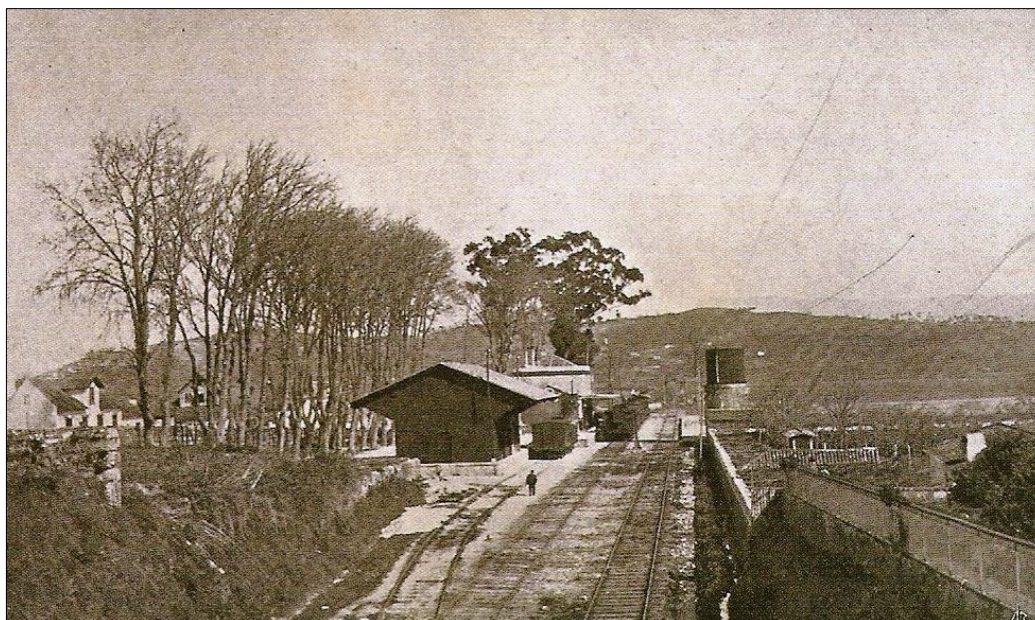


Figura 123 – Vista da Estação de Caminho-de-ferro da Vila, 1926.

A revitalização da área ganha ao Rio Coura instalando-se como Parque Municipal, assumiu na Vila um carácter lúdico e importante na vida social da população. Este compreende um campo de futebol, um campo de ténis e áreas ajardinadas. O Largo e a Praça convergem na importância da estruturação urbana, formalizando-se áreas amplas de circulação e dinâmicas sociais. Desta forma, “e, 1937 fez-se o Largo do Hospital, onde hoje se situam os Correios”, (Santos, 1984:168), como também a revitalização do Largo Sidónio Pais (1926), conhecido por Largo da Escola, a Nascente no espaço urbano da Vila.

A relevância do Terreiro (Praça Conselheiro Silva Torres), como praça central na estruturação urbana de Caminha, manteve-se, e em 1940 procede-se ao seu arranjo e melhoramentos a nível do piso “e em igual data foi reorganizada a rua do Poço, passando o terreno a fazer parte do terreno do Hospital, deslocando-se a rua mais para Sul e baixando-se a altura dos Claustros da Igreja da Misericórdia. Ainda em 1940 iniciou-se a demolição da antiga residência do governador militar da vila, junto à Torre do Relógio, no local hoje ocupado pelas instalações da Caixa Geral de Depósitos e que datava do século XVIII”, (Cadilha, 2008; p.61). Os melhoramentos urbanos a que Vila de Caminha conteve até à década de 1950 motivaram transformações a nível morfológico e crescimento da estrutura.



Figura 124 – Vista desde as Portas da Coroada, 1920, acesso Sul à Vila.

6.1 – O Plano e a Normativa

A revolução de 28 de Maio de 1926 trouxe a Portugal uma época de transformações a todos os níveis da sociedade. Uma nova configuração urbana, idealizada pelo Estado Novo instituído. O aparecimento de novos instrumentos que serviam o planeamento urbano a nível nacional e, que tinham como principal função, servir de base à execução dos Planos Gerais de Urbanização (P.G.U.).

O Estado Novo operou uma mudança que ao longo dos anos de 1930 se mostrou fundamental ao desenvolvimento urbano e seu planeamento, potencializando transformações até aos dias actuais. Este novo modelo de sociedade propunha uma diferente organização de Estado, regida pelos seus ideais, a sua “ordem” e o seu reforço de poderes estatais. O Estado passaria a controlar todos os sistemas organizativos em todo o território nacional.

Com a Presidência de António de Oliveira Salazar e a delegação das obras públicas a cargo de Duarte Pacheco executando ambos o Plano de Reconstituição Económica, tendo em vista os quinze anos seguintes. Criou-se o “Fundo de Desemprego”, que deveria financiar as obras de construção e reabilitação locais, compensando os municípios pela centralidade política e organização de Estado, tendo também como objectivo primordial o de criar emprego à população carenciada, dinamizando assim também a economia local.

O Estado pretendia melhorar as condições de vida da população, mas também a sua organização, formalizando em 1934 a obrigatoriedade da execução de Planos Gerais de Urbanização (D.L. 24:802, de 21 de Dezembro), para todas as sedes de concelho e desta forma também foi criada uma Comissão de Fiscalização dos Levantamentos Topográficos Urbanos, em 1938.

Os Planos Gerais de Urbanização (P.G.U) consistiam “na realização dos Planos dos aglomerados urbanos mais significativos de concelhos com população superior a 2.500 habitantes, ou com determinadas especificidades de cariz turístico [...] localizando equipamentos e orientando o desenvolvimento da estrutura viária e de serviços públicos.

As autarquias locais passaram a ser elementos activos e intervenientes no Plano de Desenvolvimento Local, tornando-se responsáveis pela fomentação de um crescimento metódico da urbe, com os meios que o Ministério lhes proporcionava para reformular a imagem dos aglomerados urbanos.” (Guerreiro, 2007; p.64). Através destes planos pretendia-se o reformular do meio urbano, potencializar a “ordem e o desenho” e valorizar o espaço público, como a praça, as avenidas e os edifícios públicos, na procura de uma imagem de progresso e inovação.

A melhoria do espaço construído fundamentou-se como uma motivação do Plano e seu estudo, potencializando o crescimento regido pelas necessidades e ideias instaladas, importadas por vezes, baseadas nas experiências de outros países, assim como na procura da melhoria das condições de vida da população que em muitas situações vivia em condições precárias. As propostas que se impunham e que serviam de referência ao urbanista, repensando do espaço urbano, tinham obrigatoriamente de responder aos parâmetros de análise do Governo Central.

O Governo mantinha um papel activo de regulamentação com o objectivo de incentivar o crescimento e o progresso no espaço urbano nacional e como “incentivo para os melhoramentos locais, o Governo relativamente às expropriações fez constar no art. 15º do Diploma de 1934, (...) Depois de 1 de Janeiro de 1940 nenhuma expropriação por utilidade pública para abertura de novas ruas ou para execução de outros trabalhos de urbanização será autorizada pelo Governo sem que as Câmaras Municipais interessadas demonstrem que o trabalho projectado faz parte de um Plano de Urbanização.” (Guerreiro, 2007; p.65).

6.1.1 – O Antepiano

O funcionamento e execução dos Planos Gerais de Urbanização geravam muitos problemas, burocráticos e processuais, no que diz respeito à administração central. De forma a colmatar os problemas gerados, o Estado procurava uma solução e em “1944, é constituído o organismo responsável pela coordenação de todo o processo burocrático. A Direcção dos Serviços de Urbanização, um organismo estatal, passaria, então, a coordenar a análise dos P.G.U.’s. (Guerreiro, 2007; p.71). Os antepianos e a sua validade vêm-se então questionados, aludindo ao D.G. 1934, por sobrepor-se à gestão dos solos, criando inconformidades legais, gerando problemas processuais e burocráticos.

No entanto, “de acordo com o art. 9º do D.L. 24:802, «as municipalidades poderão submeter previamente à apreciação do Ministério das Obras Públicas e Comunicações um anteprojecto sumário do Plano a estabelecer» As autarquias poderiam submeter os Planos à aprovação do P.G.U., embora este não tivesse efeitos legais no campo de gestão fundiária municipal.

Esta submissão criava alguns embaraços por não se saber se o P.G.U. se poderia sobrepor ou não ao Regulamento de Salubridade, em vigor desde 1903. Este problema foi corrigido, posteriormente, com a introdução do art. 10º no D.L. 33:921 de 5/09/1944, «As Câmaras Municipais deverão apresentar à aprovação do Governo no prazo de três anos, a contar da data de conclusão das respectivas plantas topográficas, os Planos Gerais de Urbanização e expansão elaborados (...)».” (Guerreiro, 2007; p.71).

De acordo com o artigo 9º do D.L. 24:802, a administração central procura a validação dos Planos Municipais, tendo em conta alguns parâmetros, como a obrigatoriedade por parte das Câmaras Municipais de abrir concurso público entre Arquitectos e Engenheiros Cívicos Portugueses, onde “as municipalidades poderão submeter previamente à aprovação do M.O.P.C. um anteprojecto sumário do Plano a estabelecer.” (Guerreiro, 2007; p.71). O D.L. 33:91 de 5 de Setembro de 1944, surge como novo diploma, referente ao levantamento de Plantas Topográficas e elaboração de Planos de Urbanização e expansão das sedes dos municípios.

No ponto quatro do art. 10º do referido D.L. relatava o direito às Câmaras Municipais de submeter à aprovação do Governo Central os Planos Parciais de Urbanização e gestão da parcela fundiária. Por sua vez, a execução dos Planos de Urbanização, responsabilidade da Câmara Municipal, tem em conta a defesa do interesse público nunca esquecendo as possibilidades económicas. Na Vila de Caminha teve um papel fundamental Francisco Odorico Dantas Carneiro, Presidente da Câmara do Município (1931-1959), acompanhando o início da implementação das medidas gerados pelo Governo. A problemática imposta na execução e posta em prática dos Anteplos, através da criação em 1946 de um diploma formado um artigo único, definindo os objectivos destes estudos ou pré-planos definidos e investigações para os mesmos, rigorosamente concluídos e fundamentados, sendo uma obrigação tentar dar maior ênfase ao rigor e credibilidade legal, ainda que “esta ténue atitude de se criar alguma legalidade, como... licenciamento.” (Guerreiro, 2007; p.72). A gestão urbana arroga um carácter assumidamente credível, em relativa concordância com outros organismos de administração pública do território, constatado na aprovação do D.L. nº 38 382 de 7 de Agosto de 1951.

Em 1864 nasceu um regulamento que veio transformar a construção urbana, estabelecendo normas ao nível da altura das cêrceas, mais concretamente, as dimensões das habitações sendo reguladas proporcionalmente pelas dimensões das ruas (como exemplo, as ruas com 10 a 15 metros só podem ter edifícios até dois pisos e com três metros de pé direito). Pretendia-se a “higienização” do espaço público e o assegurar da salubridade do território urbano. Em Caminha, este facto ficou marcado pela abertura da Av. Manuel Xavier (Av. da Estação), como primeira via de circulação de dimensões abrangidas por este regulamento de melhoria do espaço público. Assim, pode-se encontrar a variabilidade de alturas constatadas nas edificações da Vila, com o aprovar em 1951 do Regulamento Geral das Edificações Urbanas (REGU), promovendo o estabelecer de regras específicas para a edificação urbana, que por sua vez sofre alterações ao longo dos anos seguintes: Decreto-Lei nº 38 888 de 29 de Agosto de 1952; Decreto-Lei nº 44 258 de 31 de Março de 1962; Decreto-Lei nº 45 027 de 13 de Maio de 1963; Decreto-Lei nº 650/75 de 18 de Novembro; Decreto-Lei nº 43/82 de 8 de Fevereiro; Decreto-Lei nº 463/85 de 4 de Novembro; Decreto-Lei nº 172 – H/86 de 30 de Junho; Decreto-Lei nº 64/90 de 21 de Fevereiro; Decreto-Lei nº 61/93 de 3 de Março; Decreto-Lei nº 555/99 de 16 de Dezembro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 177/2001 de 4 de Junho.

6.2 – A importância da Década de 1950/60 no Contexto Urbano em Regeneração



Figura 125 – Vista aérea da Vila de Caminha, 1952.

A década de 1950 caracteriza-se pela procura da consolidação da estrutura urbana e potencialização de transformações morfológicas na imagem da Vila de Caminha. A necessidade de estruturar e melhorar o desenho da malha urbana, assim como a necessidade de resolver problemas a nível viário que influencia directamente a forma de habitar e pensar o espaço urbano.

A execução de estudos e anteplanos que estruturassem a nova realidade urbana da Vila foi motivada pelo surgimento de novas ferramentas burocráticas” relativas ao panorama construtivo na Vila. O Anteplano urbano de José Porto, realizado em 1958, vincula o interesse pela elaboração e utilização de ferramentas úteis à consolidação da estrutura urbana de Caminha e a regulamentação das intervenções no território, como também demarcando o início da planificação e estruturação do meio urbano da Vila. Assim, no processo de transformação da Vila pode-se referenciar o “esforço planificador, ao rodear-se de nomes prestigiados como os arquitectos Raúl Lino (1945 a 1952) e José Porto (1952 a 1961) ” (Bento, 2009; p.13).

Num contexto político assumidamente preocupado com a regulamentação e numa perspectiva de melhorar as condições de vida da população, consequência do espaço urbano, assiste-se á implementação da “regra” e “ordem” do Estado Novo. É perceptível a procura da modernidade e a formação de uma nova “imagem” de progresso que se pretendia nos aglomerados urbanos.

Ao longo da década de 1950 constatou-se o aparecimento do Plano e do Estudo do território e sua reestruturação com preocupações estruturais manifestas. A Vila de Caminha enquadra-se num período de crescimento que se começava a desenvolver, tal como no resto do País. As evoluções técnicas e políticas, criando as bases de crescimento desde a década de 1930 e assentando de facto na década de 1950, proporcionaram transformações profundas em Caminha-Matriz. Pode-se caracterizar esta época como a de potencialização do Desenho e do Plano.

6.2.2 – Cartografia da Vila de Caminha (1949)

São poucos os documentos cartográficos sobre a Vila de Caminha-Matriz e que chegaram até à actualidade. No entanto, pode-se retirar informação relevante através de Plantas Militares de Portugal, datadas de 1949 e 1995 (Arquivo Municipal de Caminha), assim como levantamentos Aerofotogramétrico (1974 / 1976) e Ortofotomapas, do Instituto Geográfico e Cadastral.

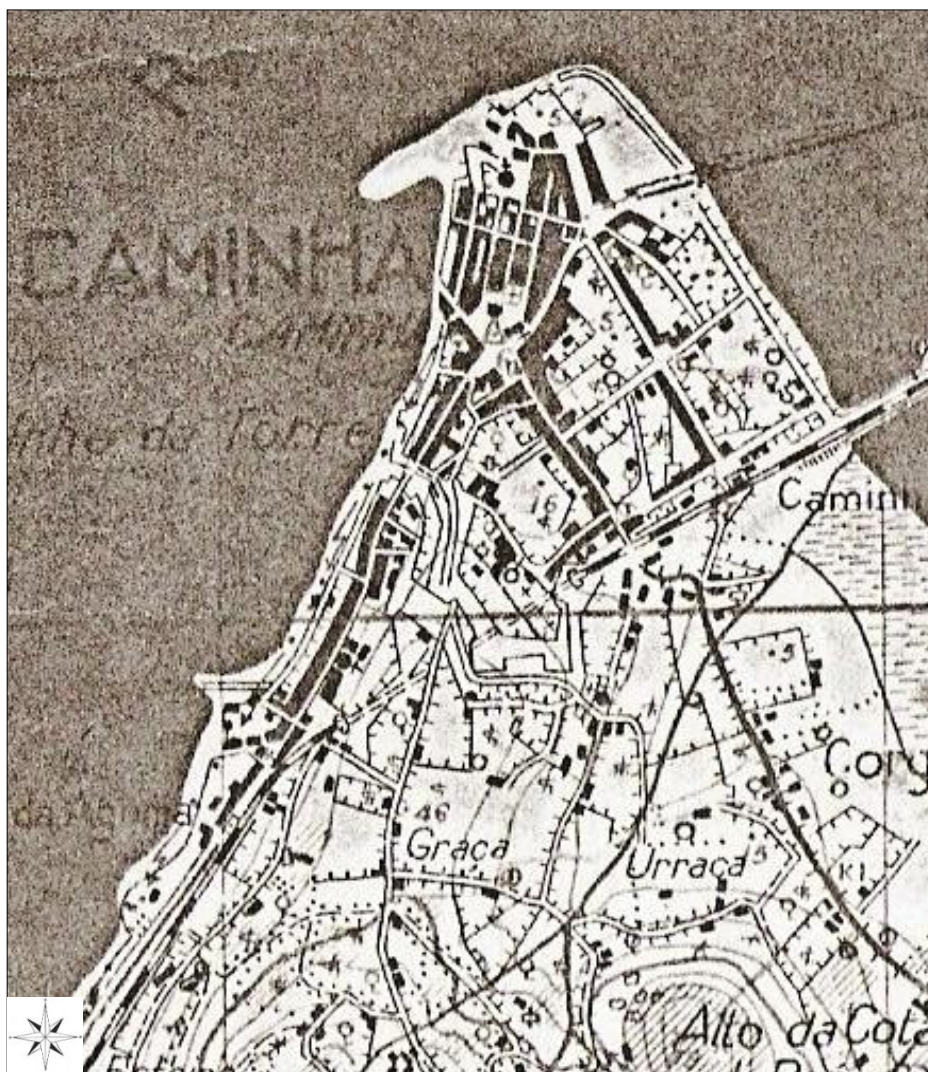


Figura 126 – **Parcela da Carta Militar de Portugal, 1949.** Pode-se observar a configuração das “massas construídas” e, que ainda não se encontra formalizado o novo plano de inserção da Estrada Nacional 13 (N13) na década seguinte.



Figura 127 – **Cartografia da Vila de Caminha-Matriz, 1950.** O estudo tem por base a Carta Militar de Portugal (1949), contrapondo-se com registos escritos, assim como apresentando algumas alterações de acordo com esses mesmos dados recolhidos. Pode-se verificar o que seria a configuração urbana na Vila de Caminha ao longo da década de 1950 e as construções existentes na ocupação da parcela urbana disponível.

A análise Cartográfica proposta vincula-se à utilização de todos os utensílios disponíveis como os documentos escritos, desenhados ou fotografados ou ainda através de informações recolhida em entrevistas com residentes na Vila. Desde o início da década de 1950 até 1960 as transformações sucederam-se gradualmente e evidenciam um ponto crucial na reestruturação da morfologia da Vila.

A execução da Dissertação vê-se auxiliada pelos Anteplanos de José Porto (1958), o Antepiano de Carlos Carvalho Dias e Lúcio de Azevedo Miranda (1965), conjuntamente com registos existentes da época em estudo. Procedeu-se à elaboração de uma base de estudo cartográfica, permitindo a abordagem a questões cruciais ao conhecimento da evolução morfológica na Vila de Caminha e os processos de transformação. Outros planos, relatórios e estudos executaram-se sobre o território da Vila de Caminha, como prospectos turísticos ou registos fotográficos, tornando-se uma mais-valia ao processo de conhecimento da “imagem” de Caminha.

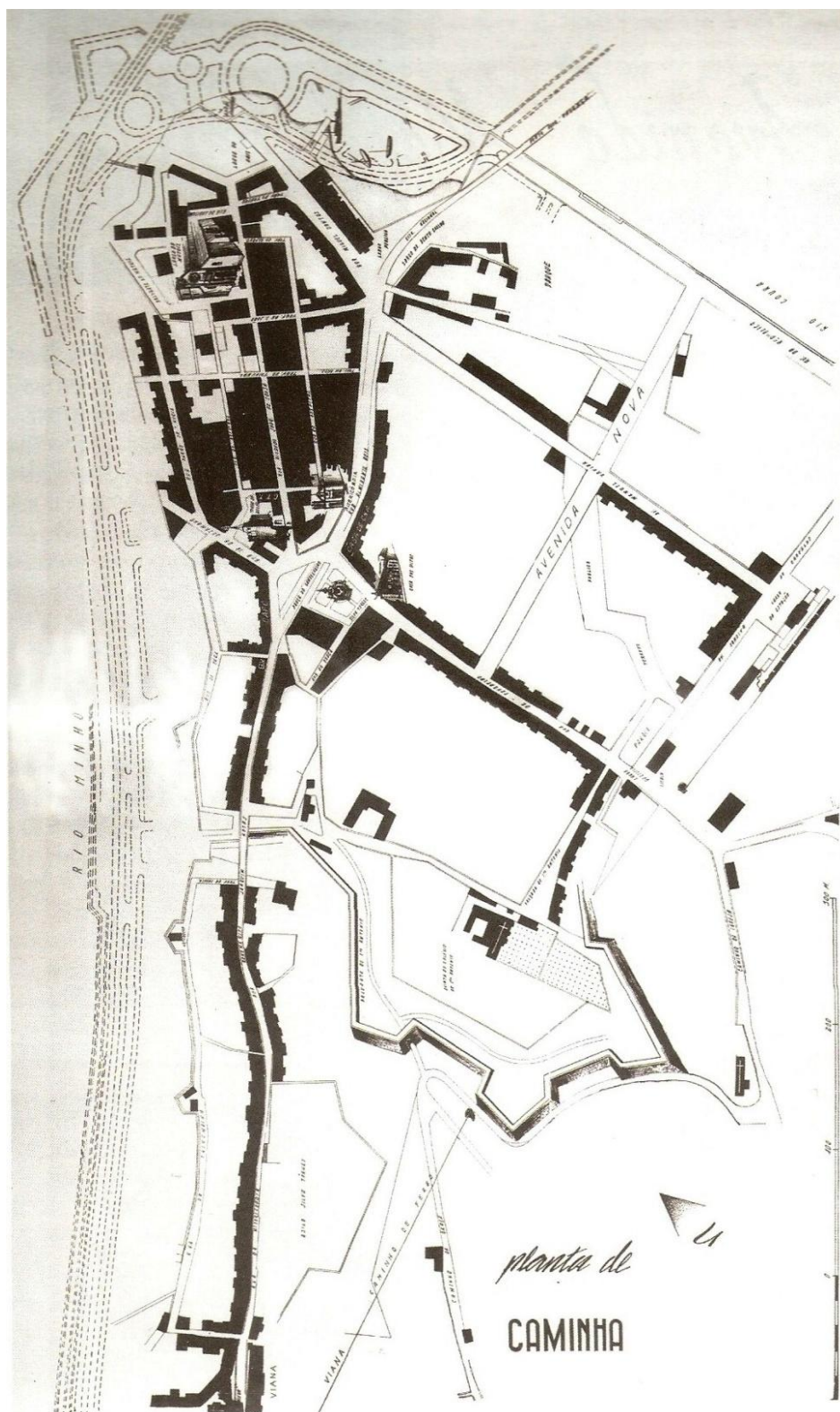


Figura 128 – **Planta de Caminha, 1959.** A planta apresentada foi executada e publicada com o patrocínio do Secretariado Nacional de Informação e do Ministério da Educação Nacional e com a revisão da Câmara Municipal de Caminha. Neste plano pode-se verificar o que seria a Vila de Caminha antes da implantação da E.N.13 (indicada na figura a traço interrompido).

6.2.2 – Estudos e Planos da Vila de Caminha

A primeira metade do século XX foi para a Vila de Caminha um período importante a nível urbano. A criação de regras e leis que regulam o planeamento do espaço urbano veio demonstrar a grande importância do desenho e principalmente da forma e fruição do território. Teve ao longo da sua história de formação, técnicos e artistas, como os arquitectos José Porto (1952 a 1961), Carlos Dias (1965 / 1982), Raúl Lino (1945 a 1961) e ainda Lúcio Miranda (1965).

O estudo do espaço urbano de Caminha tornou-se uma preocupação genuína de resolver problemas reconhecidos e foram muitos os contributos e transformações que até hoje vão moldando a “imagem” da Vila de Caminha. Com a instauração do Regime do Estado Novo, ainda que se pensasse numa primeira abordagem, teria nesta época (durante o domínio institucional ditatorial) menor crescimento. Foi ao longo do Governo de “braço de ferro” que a Vila de Caminha apresentou a sua maior reestruturação urbana e criação de bases sólidas para o crescimento futuro.

A primeira base cartográfica data de 1886, com o levantamento de J.P. Lumine, assim como as plantas Militares de 1949 e posteriormente os encargos por parte da Câmara Municipal de Caminha, através do Presidente Francisco Dantas Carneiro, em 1959, para o levantamento exaustivo da Vila e serviu de base a futuras planificações, execução de Anteplanos e Planos de urbanização, propostas e respostas a concursos públicos que surgem como fruto da evolução institucional e legislativa.

Numa primeira fase de formação os contributos foram gerados pela necessidade económica e social e que o meio urbano exigia através de instrumentos cada vez mais abrangentes e completos. Os contributos ao longo da Monarquia Constitucional, na 1ª República, no Estado Novo e finalmente na Democracia, sofreram uma evolução própria de cada época e condicionada pelos próprios quadros evolutivos contextualizados pelas necessidades sociais da sociedade caminhense.

6.2.1.1 – O Antepiano de José Porto (1958)

O arquitecto José Porto (1883-1965) é originário de uma aldeia do concelho de Caminha, Vilar de Mouros. Desta pequena aldeia imigrou para Lisboa, onde ingressa na Escola Industrial frequentando o curso de Arquitectura. Prosseguiu a sua formação técnica na Suíça, na Escola Superior, munindo-o de uma nova visão ideológica e artística. Nos anos 20 e 30 (1921 – 1933) José Porto fixa-se em França, mais concretamente em Paris, onde cultivou a cultura modernista que despontava por toda a Europa. O regresso ao país de origem, à cidade do Porto onde permaneceu cerca de catorze anos (1933-1947), levou à concretização de projectos e estudos, como o concurso para a edificação do Estádio Municipal do Porto (obtendo o primeiro lugar, embora, acabando por não ser construído). Esta sua permanência na cidade invicta muniu o arquitecto de influências da burguesia portuense que mais tardiamente se evidenciaram nos projectos e estudos executados na Vila de Caminha e na sua aldeia de origem. José Porto até ao início dos anos de 1940 efectua a sua vida profissional alternando a sua actividade na cidade do Porto com visitas contínuas a Caminha e as viagens a Moçambique, onde efectua projectos de arquitectura e urbanismo, como por exemplo o Grande Hotel da Beira (1949-1952).

O contributo do arquitecto Porto associa-se ao longo de várias obras produzidas no território, na sua derradeira etapa profissional centrada na Vila de Caminha, a indicar a obra de remodelação e decoração da confeitaria Docelândia, em 1948, (ainda existente), ou a mais emblemática obra de reabilitação e modernização da Câmara Municipal da Caminha (1950-1954). A obra e contributo de José Porto, “ com a Câmara Municipal de Caminha não se limitaria à obra de remodelação da sede do município e, no seu seguimento, assumiria o projecto de elaborar o Plano de Urbanização de Caminha que, contudo, nunca seria finalizado, em parte por razões de saúde do arquitecto, [...] aliado ao facto de, em 1959, o Dr. Dantas Carneiro ter deixado de presidir aos destinos do concelho” (Bento, 2003; p.40).



Figura 129 – **Vista do Edifício Paços do Concelho, 1947.** Antes da intervenção do arquitecto José Porto, ainda mantendo-se apenas três arcadas de acesso principal.



Figura 130 – **Vista do Edifício Paços do Concelho (Câmara Municipal de Caminha), 1950.**

O Antepiano de Urbanização da Vila de Caminha elaborado e assinado pelo arquitecto José Porto, em 1958, demonstrava uma análise da realidade da Vila e a prospecção futura da “imagem” urbana de Caminha-Matriz. A realização do documento abarca o estudo da realidade da Vila, como o seu índice demográfico e a clara identificação de problemas relativos à rede viária e comunicabilidade.

O estudo de José Porto vincula-se à prospecção do panorama humano e do meio físico, assim como o crescimento que a Vila sofreria nos anos seguintes. Assumindo-se que o papel da população é fundamental para qualquer intervenção urbana, Porto, executa um estudo muito centrado na dimensão humana. Tendo uma população de 2.500 habitantes residentes na Vila e estudando a evolução lógica (baseado no estudo evolutivo desde 1870 até ao ano de 2010), prevendo para o antepiano de Urbanização da Vila de Caminha um prazo de 50 anos, (Porto, 1958).

ANO	Nº HABITANTES	PERCENTAGEM
1870	1.800	0.35%
1880	1.820	0.75%
1900	1.843	1.26%
1910	1.878	1.92%
1920	1.928	2.68%
1930	1.997	3.6%
1940	2.091	4.7%
1950	2.221	6.2%
2000	5.725	28.5%
2010	7.518	31.5%
2020	10.000	33.3%

Figura 131 – **Tabela de prospecção de crescimento da população da Vila de Caminha, 1958.** Baseada nos estudos para realização do Antepiano de José Porto.

A urbanização da Vila de Caminha proposta procurava colmatar as exigências impostas pela legislação que surgiam no panorama urbano nacional, apresentando um carácter de obrigatoriedade. O arquitecto Porto propunha a “conquista” ao Rio Minho e um crescimento do plano urbano na faixa costeira a Oeste.

Identifica-se a posição de “estrangulamento” urbano proporcionado pelo aumento demográfico que se constatava e tornava-se insuficiente para o espaço disponível. A requalificação da rede viária também se evidenciou importante, visto que a Estrada Nacional 13 (N13) perspectivava o crescimento na área a Poente uma vez que se julgava ineficaz a comunicação da Vila com o exterior e principalmente no caso a melhoria da área residencial dos pescadores.

O estudo da parcela privada e áreas livres existentes no interior da área residencial “cuja utilização para fins agrícolas se torna absurda e absolutamente desaconselhável no centro de um aglomerado urbano desta ordem. Como se trata de espaços relativamente extensos a respectiva expropriação poderá traduzir-se por um arranjo entre o Município e os proprietários em questão e que resulte do interesse para ambas as partes” (Porto, 1958; p.6).

Como ponto central do antepiano proposto por José Porto pode-se referenciar a estruturação viária da Vila, mais concretamente a proposta da reestruturação da Avenida Marginal da Vila com a futura existência da Estrada Nacional 13 e a reorganização da parcela privada no contexto urbano de Caminha. Algumas das obras que foram abordadas pelo arquitecto Porto, justificando a procura de visibilidade e valorização da Vila e seus espaços e edifícios públicos encarados como monumentos.

Propôs-se a construção de vários edifícios públicos, de apoio à sociedade caminhense, como o Mercado da Vila, as Finanças, Cine Teatro, Hospital ou a requalificação da Doca existente e proposta e um novo Porto Marítimo (para os barcos da Vila e posto Náutico). Procuravam-se edifícios que traduzissem a vontade de toda a população e a servisse num local estratégico.

O Antepiano de José Porto (1958) focaliza a intervenção ao longo de todo o espaço urbano da Vila de Caminha e a estruturação da rede viária com o parcelamento urbano, tendo como exemplo deste ponto a localização de todos os edifícios públicos nas áreas de acessos melhorados, potencializando a sua importância na vida quotidiana de Caminha-Matriz.

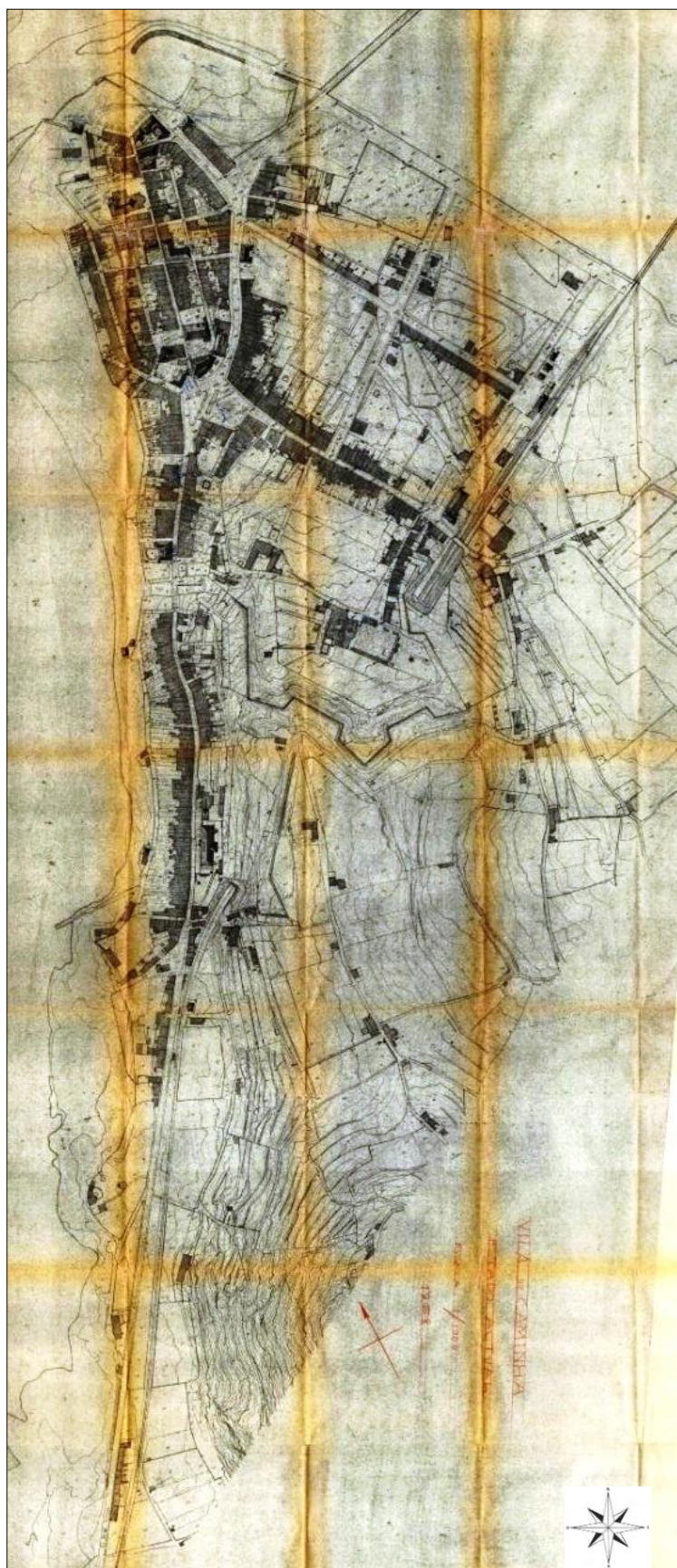


Figura 132 – Anteplano de Urbanização da Vila de Caminha, 1958. Apresentado a convite da Câmara Municipal de Caminha.

Apesar de a sua localização ter sido alterada, o Mercado da Vila apresentou uma grande importância na orgânica de crescimento da Vila uma vez que se consciencializou para a necessidade da criação deste tipo de serviços públicos e sua necessidade. O local proposto e “apesar de ser recomendado um afastamento maior para a implantação do Mercado da Vila, julgamos que a separação do trânsito, indicada no projecto por uma faixa arborizada, bastante larga, o que poderá ainda ser completada mais eficazmente por uma separação constituída por uma grade de ferro adequada, será suficiente para que possa tolerar a implantação naquele local do mercado, local este que é do agrado de toda a população de Caminha” (Porto, 1958; p.6).



Figura 133 – **Anteplano de Urbanização da Vila de Caminha, 1958.** Apresentado a convite da Câmara Municipal de Caminha. Pormenor e localização proposta do Mercado da Vila.

A construção do Mercado da Vila é visto como um edifício público necessário, devido à extrema ligação da Vila e a comercialização de produtos agrícolas, como também com a actividade piscícola. A sua localização na centralidade da Vila constituía uma mais-valia para a comunidade e sua população, através do acesso privilegiado a uma rede viária eficiente proposta pelo arquitecto Porto e a revitalização do existente.

O Antepiano de Urbanização da Vila de Caminha propõe a alteração da muralha medieval que circunda a Igreja Matriz, mais concretamente a sua alteração (abertura) dos muros para permitir o contacto visual com a Igreja de valor incalculável. No estudo conclui-se que a “Estrada Nacional 13 vai passar na sua frente, parte da muralha prejudica gravemente a perspectiva daquele monumento vendo-se apenas a parte alta da fachada principal. Indica-se no projecto uma abertura, suficientemente larga, praticada na referida muralha, aliás em ruínas, deixando apenas três degraus junto ao solo e um lajedo marcando a sua traça, e cujos lados da abertura seriam em plano inclinado” (Porto, 1958; p.7).

Refere-se a demolição de várias construções ou sua substituição por novas construções que se situariam perto da Igreja Matriz. O estilo construtivo que o arquitecto propõe, centra-se na uniformidade estética. Um estilo que se identifica na Vila e na época, baseado no edifício dos Paços do Concelho. Estes, edifícios públicos, seriam idealizados com arcadas no piso térreo destinado ao serviço e o piso superior à residência dos funcionários. O estilo apropriado ao local, segundo José Porto, seriam edifícios que na sua essência de serviço público, como o edifício da Policia Internacional, Capitania, Guarda-fiscal, Finanças e Alfandega.

As alterações propostas não abordam apenas edifícios de carácter público, mas também a “grupos de casas e casebres à entrada norte da Vila, de aspecto igualmente pobríssimo e inestético, são suprimidos no presente Plano. O primeiro é substituído pelo jardim indicado, o segundo, entre a rua de S. João e Parque 28 de Maio, que se encontra, em parte, em nível inferior ao da rua, seria substituído por um hotel de turismo” (Porto, 1958; p.7). A área entre pontes que se apresenta com uma área nobre da Vila liga-se ao lazer e á fruição do espaço público. A implementação de espaços verdes, no plano de José Porto, justifica-se como uma mais-valia estética e organizacional urbana.



Figura 134 – **Pormenor do Anteplano de Urbanização da Vila de Caminha, 1958.** Vista da proposta de reestruturação de áreas verdes, mais concretamente, o Parque 28 de Maio.

Desde 1948 que o desvio da Estrada Real do seu traçado, pelo centro da Vila, tornou-se uma preocupação para a estruturação viária de Caminha surgindo várias possibilidades para resolver este problema surgindo dois estudos que levariam a passagem da estrada nacional, de maior fluxo, pela Marginal e outra propunha-se passar pela Rua dos Pescadores até ao “Terreiro”, ligando daí à ponte sobre o Rio Coura e ligando a Nascente com a Estrada 301, em direcção a Vilar de Mouros. A escolha foi, como é evidente, a primeira possibilidade sendo inaugurada, em 1964, pelo Engº Arantes de Oliveira, Ministro das obras públicas do Governo de Salazar. O Anteplano de José

Porto avaliava a possibilidade de que com o aterro de parte da Doca existente, para a passagem da Estrada Nacional 13, se deveria proceder ao aterro de parte desta mas substituindo-a por jardins, propondo uma melhoria para a entrada Norte da Vila, valorizando o espaço e a imagem da Vila.



Figura 135 – Vista do Acesso Norte à Vila de Caminha, 1950.

A ponte sobre o Rio Coura teria dimensões reduzidas, segundo José Porto, até à data da execução deste Antepiano. A proposta de execução da Estrada Nacional 13 que une à ponte sobre o Rio Coura, no lado Norte da Vila, cujas dimensões da faixa de rodagem estender-se-á por 300 metros de extensão e 6 metros de largura, julgaram-se suficientes para colmatar as necessidades futuras que a Vila necessitará. Seria dada a razão a José Porto quanto posteriormente se procedeu ao estruturar das vias, executando-se um aumento das faixas de rodagem.

As transformações propostas no Antepiano iriam de acordo com as necessidades da população e da importância de melhorar e reorganizar o espaço urbano. Deste modo, o arquitecto defendia as alterações nas artérias antigas que garantiriam a comunicabilidade de todo o sistema organizativo da Vila.

A Rua de Santo António que seria a única via de comunicação com a parte mais elevada de Caminha (onde se encontra o cemitério da Vila) que devido á sua fisionomia estreita e inclinada dificultava o seu uso e propósito. José Porto concreta no seu plano que “no novo plano de Urbanização é previsto o seu alargamento e a regularização do seu perfil longitudinal” (Porto, 1958; p.9).

O prolongamento da Avenida Nova, na faixa Norte da Vila, estende-se até ao nível mais elevado, no interior das muralhas que “passando na proximidade do novo hospital, cuja localização ali se preconiza, poderá ligar com o Lugar da Portela através da muralha, pela abertura que actualmente existe, mas que deverá, para esse efeito ser alargada.” (Porto, 1958; p.9). A projecção de outra Rua Nova que assumirá a comunicação desde o centro da Vila ao extremo Sul, ou seja, desde a Praça Conselheiro Silva Torres (“Terreiro”) até à área próxima do Largo da Sra de Agonia.

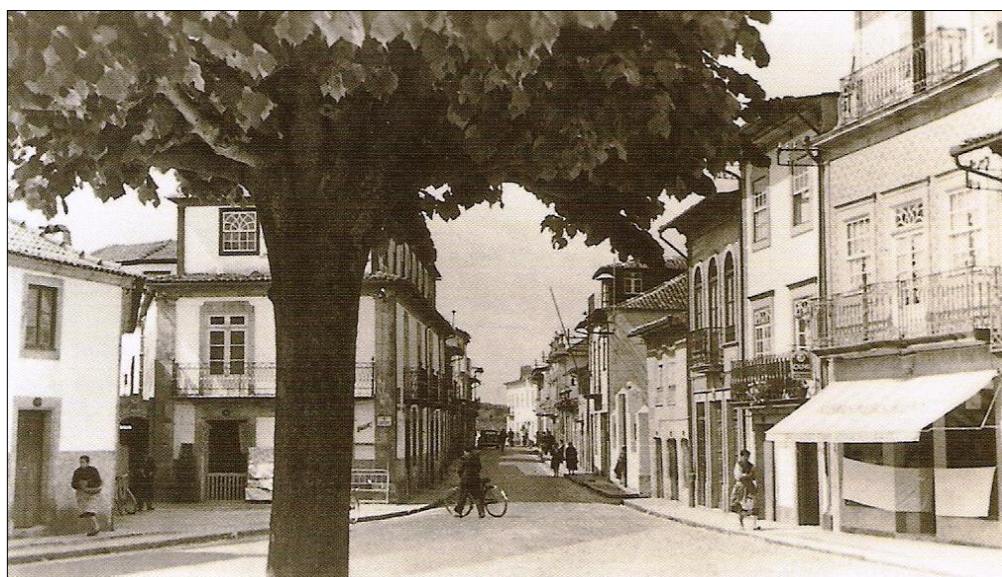


Figura 136 – Vista do Acesso Sul à Vila de Caminha, 1950.

Na procura de maior comunicabilidade e mobilidade, desde a Rua da Corredoura até ao Largo da Sra. de Agonia, “é prevista uma artéria que cruzando com a precedente, subirá até ao nível da base das muralhas altas da Vila, seguindo paralelamente à muralha do lado Poente até atingir em nível superior a entrada Sul do túnel do caminho de Ferro. Deste ponto, bifurcando á esquerda, estabelecerá a ligação com a zona residencial de 1ª ordem, e à direita, desvendo em declive bastante pronunciado, virá ligar com o Largo da Senhora da Agonia, junto às actuais portas da Vila de Caminha. (Porto, 1958; p.9).

De entre os novos edifícios pode-se salientar a proposta para construção de um novo edifício de serviço público que para José Porto era essencial para o crescimento e dinamismo cultural, como o Cine-Teatro, fazendo parte do centro cívico da Vila de Caminha localizando-se numa zona residencial, na área central da Vila.



Figura 137 – **Pormenor do Anteplano de Urbanização da Vila de Caminha, 1958.** Vista da proposta de localização do Porto Náutico, 1958.

Das alterações efectuadas na Doca existente pela necessidade de terreno para a construção da Estrada Nacional, assume-se o propósito de construir uma nova Doca ou Porto Náutico que servisse de porto de abrigo às embarcações mas também que potencializassem a actividade marítima na Vila, visto o decréscimo acentuado desta actividade.

Seria também proposto um edifício de apoio ao clube Náutico de Remo de enorme valor para o desporto na Vila e no País, mas também criar infra-estruturas que “sendo Caminha uma terra de remadores com o seu club Náutico célebre já em

competição nacionais e internacionais de remo, necessita abrigo necessário para certa categoria de braços pertencentes aos seus sócios.” (Porto, 1958; p.10). A nova doca e porto Náutico estabelecem a construção de um novo cais de embarque para passageiros na faixa Norte da Vila de Caminha.

A verdadeira “revolução” urbana tendo como foco principal a edificação da N13 concluída em 1964, vincula-se a preocupação com a estruturação viária na Vila, assim como a organização de todo o aglomerado urbano e sua protecção face à possível erosão das águas dos rios que circundam a Vila.

A direcção do serviço de Florestas esteve na preposição de executar de um projecto de protecção da Mata do Camarido e sua possível erosão das águas do Minho, na margem Sul da Vila de Caminha. Este ponto influenciará definitivamente a passagem da Estrada Nacional 13 e põe em causa a estruturação da Marginal da Vila.

José Porto defendia a permanência do traçado da Estrada Nacional 13 no local indicado pela Marginal da Vila para que não prejudica-se todo o traçado urbano de toda a Vila e assim se concretizou e manteve até aos nossos dias. As propostas do arquitecto Porto, patentes no seu Antepiano de Urbanização, procuravam o desenvolvimento e teve um impacto muito importante nas transformações que se operaram na Vila de Caminha.

6.2.1.2 – O Anteplano de Carlos Dias e Lúcio Miranda (1965)

O estudo executado anos antes por José Porto (1958) constatou-se um importante contributo para o Anteplano de Urbanização da Vila de Caminha do arquitecto Carvalho Dias e Lúcio de Azevedo Miranda. O Anteplano executado, pelos dois arquitectos, foi realizado numa fase de estruturação do aglomerado urbano da Vila, com as transformações assumidas pelas instituições de Governo, como a Câmara Municipal de Caminha que encomendou o estudo.

O Arq. Carlos Carvalho Dias proporcionou uma importante contribuição, estando munido de um profundo conhecimento da região (sendo natural do Concelho) e à sua experiência profissional. Licenciado pela Escola de Belas Artes do Porto, sócio de honra da Associação Espanhola de Teóricos Urbanistas e sócio honorário da Ordem dos Arquitectos (2003), de entre muitas outras honrosas condecorações. Um homem de um conhecimento vasto no campo da arquitectura e urbanismo, especializando-se no campo do planeamento urbano, alicerçando o seu estudo com a sempre presente componente humana.

O Anteplano de Dias (1965) vincula-se a toda a estrutura edificada existente, assim como uma premissa referente às origens e evolução urbana que a Vila sofreu até à data. A apreciação da pré-existência e do cadastro da Vila de Caminha foram abordados de forma consistente que propondo as transformações necessárias, segundo o arquitecto e suas directrizes, à evolução e melhoria de toda a estrutura urbana da Vila.

A procura do progresso de uma reestruturação morfológica e estruturação de todo o aglomerado urbano de Caminha, apresenta-se por primeira vez uma planificação, baseada no estudo das suas origens, o estudo da população residente e funções dominantes (habitacional, administrativa, distributiva, comercial, piscatória e turística), assim como uma fase de inquérito público, propondo intervenções centradas no bem-estar da sociedade.

O relatório de suporte ao desenho proposto contempla no seu programa e as soluções a adoptar, possuindo uma prospecção das potencialidades do desenvolvimento, sentido de expansão e vias de comunicação. Deste modo, casos concretos como arruamentos, zoneamento propostos, seu regulamento e as fases de realização das transformações são propostas neste Antepiano de forma minuciosa, evidenciando as preocupações reais da população e seu futuro.



Figura 138 – Antepiano de Urbanização da Vila de Caminha, 1965.

Em 1965, o Antepiano tornou-se uma base sólida ao conhecimento da evolução e transformações da estrutura urbana de Caminha e sua morfologia, podendo rever-se a pré-existência, o proposto e o construído. Através da implantação da Estrada Nacional 13 na Marginal da Vila em 1964, o Antepiano de Urbanização em estudo prende-se com a nova

realidade urbana e as novas dinâmicas de circulação em potência, quer pela rede viária em franca expansão, quer pela sua intrínseca relação com os núcleos habitacionais construídos (ou propensos à construção). O Antepiano de carácter indicativo submeteria três fases de desenvolvimento e realização das propostas constituintes:

- A 1ª Fase – Prever a utilização dos terrenos “livres” que ladeavam os arruamentos existentes; a Estrada Nacional e seu enquadramento e relação com a zona central da Vila, assim como as construções existentes e terrenos edificáveis (no momento em que aumenta a procura destes terrenos); as muralhas de Santo António, sua protecção e valorização e também as construções que se propõe na parte mais elevada da Vila.
- A 2ª Fase – Proceder ao desenvolvimento na ocupação dos terrenos marginais da Avenida Nova e seu prolongamento; execução da zona desportiva e reafirmar as áreas de ocupação agrícola, de acordo com as necessidades da população.
- A 3ª Fase – A remodelação das construções “a Poente da rua Benemérito Joaquim Ruas (antiga EN13) em imóveis isolados no meio de jardim, mas constituídos por habitações em ala contínua, de modo a manter as características de enquadramento de rua tradicional. Manter-se-á igualmente o enquadramento actual da capela da Senhora d’Agonia, na extremidade sul destes edifícios” (Dias; Miranda, 1965).

As transformações propostas no Antepiano de Dias e Miranda constatarem a preocupação com o espaço urbano. O regulamento redigido pelos arquitectos sugerem particularmente o delinear de zonas de ocupação específica, respondendo às necessidades da população identificadas, assim como, zonas residenciais, parques públicos, zonas verdes, desportivas de “interesse agrícola”, industrial de fixação turística (hotelaria, edifício do Sport Clube caminhense), zonas de reserva (de interesse publico, reserva viária e rural). A intervenção proposta no Antepiano de Urbanização da Vila apresentando, indica as áreas de localização específica para alguns edifícios ou, tipo de edifícios, assim como áreas específicas a intervir. A delimitação das zonas específicas estão regulamentadas e expostas no próprio regulamento redigido. Assim, podemos identificar uma intenção de preservação do legado histórico, presente na Vila, mas também uma nova organização de toda a malha a construir.

Na área central da Vila de Caminha e seguindo indicações do Anteplano de Dias e Miranda, mais concretamente no centro histórico “qualquer construção a efectuar nesta zona (proveniente, em principio, apenas da reconstrução de edifícios existentes), terá de obedecer rigorosamente às características tradicionais da construção, não só no que diz respeito a materiais de acabamento, mas ainda a volumes, proporções e ritmo das aberturas nas fachadas. As cérceas serão as actuais nos vários arruamentos, ou a estudar casos especiais. A utilização dos edifícios será eminentemente residencial e comercial.” (Dias, Miranda, 1965; p.32).



Figura 139 – **Pormenor do Anteplano de Urbanização da Vila de Caminha, 1965.** A área central da Vila, onde as novas construções (superfícies preenchidas), manifestam-se como recuperações ou edifícios públicos de apoio à população caminhense. Com a passagem da EN 13, a ligação ao centro da Vila seria uma prioridade, patente nas ruas de acesso de forma directa, implantadas posteriormente e que ainda hoje se mantém.

A indicação inerente ao estudo em foco, assim se manteve como referência contextual até aos nossos dias. A preservação do centro histórico como “imagem” da identidade construída da Vila tornou-se na orientação prioritária patente neste Anteplano. As áreas identificadas no “centro periférico” definem a possibilidade de maior índice de construção e ocupação territorial e “pode permitir-se ainda uma ocupação total dos talhões”, (Dias, Miranda, 1965; p.32), privilegiando-se também a estimulação da

economia e actividade comercial local, através da construção de edifícios públicos, serviços e a protecção de áreas nobres como a da Igreja Matriz, permitindo apenas edifícios habitacionais e actividades de artesanato.

A reorganização da rua Benemérito Joaquim Ruas (troço da antiga EN 13), a “Rua dos Pescadores”, apresentava-se como uma difícil tarefa devido á fisionomia das pequenas construções dispostas em comprimento. Esta questão ainda hoje reside, na perspectiva de evitar o acentuar da divisão desta área com o resto da Vila, permitindo apenas remodelações e construções até dois pisos.

A renovação do espaço urbano e estruturação de uma malha urbana que na sua generalidade e em alguns pontos que se pode rever hoje em dia. A criação do “Bairro” e as “Moradias” marca a ideologia deste Antepiano. A procura de uma estruturação urbana, focalizada na distribuição espacial e na regulamentação da utilização do próprio espaço. As tipologias habitacionais são identificadas de modo regrado nos espaços destinados a esses tipos.

O “Bairro” é marcadamente a primeira indicação de construção em altura na Vila de Caminha. Este tipo de construção fruto das inovações técnicas e tecnológicas da época constitui a constatação do progresso e transformações marcantes na Vila até então. Caracterizando-se o “Bairro” como “um grupo de moradias em bloco, com carácter de habitação social (tipo Federação de Caixas de Providência), inseridos num conjunto urbanístico em que predominam os espaços livres públicos. Estes blocos terão rés-do-chão e 2 andares (ou, no máximo e se tal for considerado vantajoso, rés-do-chão e 3 andares), não devendo ter, cada um, mais de 12,50 metros de profundidade.” (Dias, Miranda, 1965; p.32).

As “Moradias” assinalam efectiva e objectivamente regras de edificabilidade que actualmente se mantêm. As directrizes estabelecidas pelos arquitectos no Anteplano, referem que, “não deverão ter mais de 3 pisos (cave, rés-do-chão e 1 andar ou rés-do-chão e 2 andares) e deverão recuar sempre em relação ao alinhamento da rua. As áreas mínimas dos talhões deverão ser 250 m², 350 m² e 475 m², respectivamente para moradias de 2, 3 e 4 frentes... As frentes laterais das casas de 3 e 4 frentes serão, no mínimo, de 5 metros em relação aos limites do talhão.” (Dias, Miranda, 1965; p.34).



Figura 140 – **Pormenor do Anteplano de Urbanização da Vila de Caminha, 1965.** As moradias propostas no Anteplano ao longo da Marginal da Vila e a sua forma organizadamente disposta nos terrenos próximos da EN 13.



Figura 141 – **Pormenor do Anteplano de Urbanização da Vila de Caminha, 1965.** Os “Bairros” identificam-se como as manchas de maior dimensão, caracterizando este tipo de edificação em bloco.



Figura 142 – **Pormenor do Anteplano de Urbanização da Vila de Caminha, 1965.** Os “Bairros” localizados no Largo Dr. Sidónio Pais e Avenida Manuel Xavier.

O “Bairro” e sua localização na faixa Sul, na marginal da Vila e a Norte, mais concretamente no Largo Dr. Sidónio Pais e na área limítrofe com a freguesia de Vilarelho. As “Moradias” focalizam-se em terrenos disponíveis para o efeito, surgindo ao longo do espaço urbano da Vila e mais incisivamente na área Sul, ao longo da Marginal, do Rio Minho e a Norte nas margens do Rio Coura.

Estas tipologias presentes na malha urbana da Vila vinculam a regulação intrínseca ao desenvolvimento, o progresso e a construção da morfologia da Vila, em correlação directa com o espaço e cadastro da mesma. As áreas de abordagem do Anteplano, relativamente à implantação destas tipologias habitacionais, regem-se pela disponibilidade de terrenos urbanizáveis ou transformados como tal.

A estratificação funcional do plano urbanístico da Vila contempla áreas de construção interdita de forma a privilegiar o espaço público, zonas verdes, de apoio, desportivas, de interesse agrícola ou industrial, salvo que as construções tenham uma aprovação da Câmara Municipal e se demonstrem como indispensável ao funcionamento destes mesmos espaços.

O Antepiano de Urbanização da Vila de Caminha (1965) surgiu numa época de modificações estruturais, no que diz respeito ao planificar o espaço urbano e sua morfologia, mas também estruturar bases regulamentares de ocupação que resolvessem ou minimizassem problemas no espaço urbano. Consequência da inserção da EN 13 e a reestruturação viária necessária vinculou-se à ocupação de terrenos.

6.2.3 – Elementos morfológicos estruturantes

A reestruturação viária da Vila de Caminha foi um ponto que caracterizou as duas décadas (1950/1960) de forma evidente. Os elementos morfológicos estruturantes surgem de manifesta importância para a potencialização de transformação e evolução de toda a realidade urbanística da Vila.

O estudo da morfologia urbana tende a servir-se dos instrumentos de leitura ligados não apenas ao objecto e sua forma exterior mas também à sua construção, funcionamento e interacção com o meio existente. As relações espaciais entre os elementos constituintes da forma urbana a analisar, revendo-se na arquitectura e no urbanismo como meios de interligação e comunicação entre os elementos.

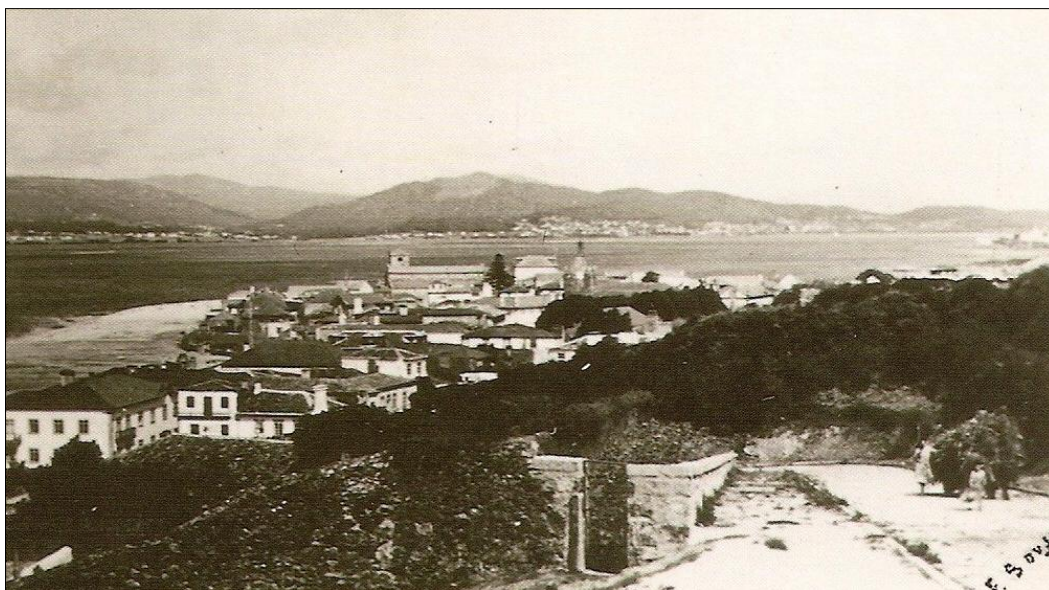


Figura 143 – **Vista da Vila de Caminha desde Miradouro de Santo António, 1964.** Actual Miradouro da Boavista, na Rua de acesso a Vilarelho, aberta nos anos de 1960, onde antes desta via, o acesso era executado pela Calçada da Escola e portas falsas de Santo António. Pode-se visualizar, no canto inferior esquerdo, as primeiras construções com cérceas mais elevadas, como o Asilo.

A cartografia de 1949, os prospectos e estudos executados posteriormente ao longo das décadas de 1950 e 1960 confirmam a realidade urbana, que nesta época atravessa uma fase de organização e estruturação, na procura de potencialização de uma construção morfológica regrada, símbolo de crescimento e modernidade (consagrando as linhas fomentativas do Estado Novo). O cruzamento da informação desenhada e escrita protagoniza a informação necessária ao conhecimento da realidade urbana e da evolução e transformações da estrutura urbana da Vila de Caminha e sua morfologia.

A “Imagem” da Vila, até ao ano de 1964, estava marcada pelo seu conjunto habitacional, ligado ao núcleo medieval, concentrando-se ao longo das suas vias de comunicação, condicionado pela topografia e estipulando as suas “fronteiras” de crescimento a Poente pelo Rio Minho, como a Nascente pela linha de Caminho-de-ferro. Depois de 1964 a reorganização viária marcou a época de transformações iniciadas da Vila, especialmente a construção da E.N.13, a Poente.

De entre os elementos a destacar, de importância para a evolução constatada na Vila, pode-se referir a Rede Viária, os Pontos e Nós de Convergência, o Traçado e o Emparcelamento da paisagem urbana, os Elementos Reguladores, as Orientações e Linhas de Crescimento. Através de uma observação do espaço territorial em direcção ao espaço urbano e análise dos elementos constituintes, pode-se reconhecer a verdadeira morfologia da Vila de Caminha.

A análise da rede viária aborda vias existentes reestruturadas e as construídas, estão no centro da linha de estruturação dos sistemas organizativos da Vila de Caminha. A hierarquia das vias é revelada através das suas dimensões, mas também da circulação que as mesmas permitem. A estrutura existente interliga-se com as novas vias estruturais, como a Rua Nova que apresenta um papel estrutural na área Nordeste da Vila (margens do Rio Coura), ou a Poente a Marginal da Vila com a Avenida Dantas Carneiro e E.N.13.

6.1.3.1. - Estrutura Viária



Figura 144 – **Estudo cartográfico da Vila de Caminha, 1949.** Com o estudo síntese dos Cheios e Vazios, pode-se observar o traçado das vias estruturais da Vila e, a sua importância no desenho da malha urbana e, do reestruturar de toda a estrutura que se potencializa na década de 1960. A base cartográfica e do cadastro da Vila indica a importância das vias de comunicação, no que diz respeito ao construir do espaço urbano de toda a Vila e sua ligação com o exterior.

Ao longo da década de 1950 as vias de circulação e comunicação na Vila de Caminha são de Sul para Norte, a Rua do Pombal, Rua Benemérito Joaquim Rosas (antiga Rua da Misericórdia), seguindo pela Rua Visconde Sousa Rego, convergindo no centro da Vila, a Praça Conselheiro Silva Torres (“Terreiro”), convergindo e seguindo para a Rua de S. João (em direcção a Valença) para Sul, ou para a Rua da Corredoura, a Nascente (direcção a Vilar de Mouros).



Figura 145 – Estudo da rede viária da Vila de Caminha, 1950. Focalizadas as principais Vias de Circulação na Vila de Caminha. O traçado urbano é caracterizado pelo atravessar de toda a estrutura urbana existente e por ao longo do mesmo se concentrar o comércio e habitações da Vila.

- A **Rua do Cabo** (actual Rua do Pombal) proporciona o principal acesso à Vila, a Sul. Em terra batida, o arruamento possuía um carácter mais rural, onde a construção apenas na década de 1960 começa a destacar. Localiza-se no exterior da antecedente área amuralhada da Vila de Caminha e liga-se directamente à Benemérito Joaquim Rosas, com distinta realidade urbana.



Figura 146 – **Vista do arruamento de acesso à Vila de Caminha, 1920.** Primeiras construções na margem Sul, desde o Largo da Senhora da Agonia, entrando na Rua Benemérito Joaquim Rosas.

Como acesso de reconhecida importância, esta via fazia parte da Rua Benemérito Joaquim Rosas (parte sul) quando se deu a reestruturação da rede viária na década de sessenta, abrindo portas à expansão construtiva e estrutural na Vila. O que outrora se evidenciava como a protecção, com a terceira ordem de muralhas, através mesmo da Porta do Cabo que articulava o término da mesma e o acesso ao interior da Vila, ao longo da década de 1960 com uma maior abertura dos limites da Vila, desenvolvendo-se paralelamente à linha de caminho-de-ferro.

- A **rua Benemérito Joaquim Rosas** que na década de 1950 e 1960 assistia a ligação com o Centro da Vila ou a comunicação da “*Rua*” (rua dos Pescadores), com a “*Vila*”. Na margem Poente, ladeia esta via a concentração de habitações tipicamente modestas da Vila, encostadas entre si, com duas fachadas apenas e não excedendo os dois pisos de altura. Rompendo com a topografia, esta via assume o corte entre cotas mais elevadas na sua margem a Nascente. A antiga rua da Misericórdia serve construções como o Asilo, desde 1900 (actual Escola Tecnológica e artística profissional desde 1985 e antigo Convento de Santa Clara, fundado em 1560) e edifícios de habitação.



Figura 147 – **Vista do arruamento de acesso à Vila de Caminha, 1920.** Primeiras construções na margem Sul, desde o Largo da Senhora da Agonia, entrando na Rua Benemérito Joaquim Rosas.

A “*Rua*”, ao longo da década de 1960, foi crucial nos estudos e propostas de reestruturação viária da Vila e seu traçado. Constatada esta necessidade de reestruturação, propôs-se a passagem da Avenida Marginal por esta via atravessando toda a Vila de Caminha que não se materializou, mas que em 1964 apresenta-se o traçado que se mantém na actualidade, pelos terrenos ganhos ao Rio Minho (EN13).

- A **rua Visconde Sousa Rego** adopta a ligação entre a Rua Benemérito Joaquim Rosas e a Praça Conselheiro Silva Torres (“Terreiro”), o centro organizador da Vila. Com o nome do antigo Presidente da Câmara Municipal de Caminha, o Visconde Sousa Rego, teve durante a sua presidência a destruição de uma parcela considerável da muralha seiscentista, protagonizando a “luta” pela modernidade e melhoramento da malha urbana da Vila.

No entanto, também se deve à presidência do Rego um ponto de crescimento, no que se refere a infra-estruturas de serviço público, como a construção do Cais Novo e o alargamento do antigo Paço do Conselho com a sua remodelação, assumindo funções do Tribunal da Comarca. A rua Visconde Sousa Rego “saía do Terreiro, pela ribeira Minho em direcção a Viana do Castelo, tendo a ladeá-la as primeiras habitações, certamente modestas, dos homens do mar que aqui perto tinham a praia e o seu primitivo embarcadouro.

Assim se manteve como arrabalde extramuros até finais de seiscentos quando a construção quase simultânea da segunda e terceira ordem de muralhas de Caminha, provocou o seu corte abrupto em duas partes, separadas pela ponte levadiça das Portas de Viana.” (Bento, 2009; p.137).

Ao longo de duas décadas (1950 – 1960) acentua-se a “divisão” entre a “Rua” e a “Vila” e consequentemente a imagem construtiva da própria via, no contexto geral da estrutura urbana. Mantendo o seu carácter urbano que até 1964 se evidencia a única via de passagem de automóveis e comunicação com o centro da Vila de Caminha. Destacavam algumas construções burguesas, como por exemplo a antiga residência da família Sousa Rego que transformada numa Pensão de imponente volumetria clássica e desenvolvida sob de três pisos.

- A **rua de S. João** teve desde a primeira expansão urbana (construção para fora da primeira linha das muralhas Afonsinas), um papel fundamental quer na organização e comunicação viária, como também uma forte componente social. Desenvolveram-se desde a sua formação o assentamento de destacados habitantes da Vila e seus imponentes “palacetes burgueses”.

O arruamento e o seu carácter comercial “exceptuando uma fábrica de pentes, de João Fernandes Reis, que aqui laborou desde a década de quarenta. Merecem um destaque particular as áreas da confeitaria, mercearia, relojoaria e ourivesaria.” (Bento, 2009; p.130). A “imagem” da rua fica demarcada desde a sua formação pelos seus edifícios de dois e três pisos, com fachadas ornamentadas e o seu traçado que acompanha o desenho da antiga muralha Afonsina. A importância desta via vê-se reflectida da concentração da construção, assim como a sua incursão na principal via na estrutura viária da Vila, potencializado o comércio, a habitação e a comunicação.



Figura 148 – **Vista da rua de S. João, 1930.** Pode-se verificar a edificabilidade composta, nas suas “margens” desde os anos 20 remetendo à importância que, chega até aos nossos dias. O seu traçado revela o seu carácter urbano na estrutura urbana e interna da Vila.

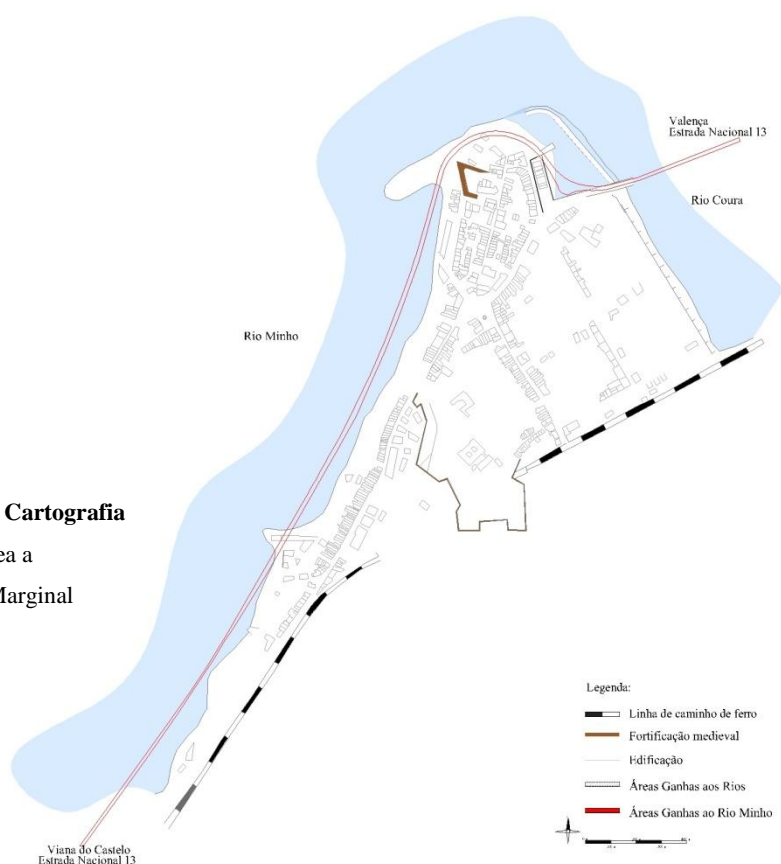
- A **rua da Corredoura** tem um papel essencialmente residencial, embora surjam comércios nos pisos térreos das edificações. A construção do caminho-de-ferro e as pontes sobre o rio Coura e a Avenida Marginal retiraram à rua da Corredoura a exclusiva função de via estrutural, no contexto urbano da Vila, de comunicação a Vilar de Mouros e principal acesso Norte à Vila. Com a reestruturação viária iniciada nos anos trinta, concretamente em 1936, quando se efectuou a ligação da Avenida Manuel Xavier através da Avenida S. João de Deus, a rua da Corredoura passa a ter uma função meramente Cultural e de referência histórica e comercial como área nobre a Vila. Na década de 1950 e 1960 a rua da Corredoura assume-se morfologicamente com poucas variações, mantendo as construções desde o início do século. A comunicação com o centro social da Vila (o “Terreiro”) concentra na rua da Corredoura uma importância social e posicional no contexto urbano da Vila de Caminha. A circulação pedonal aumentava à medida que a circulação automóvel diminuía consideravelmente ao longo da década de 1960.



Figura 149 – **Vista da rua da Corredoura, 1905.** Sempre muito movimentada a rua da Corredoura apresenta-se como local de implantação de habitações de famílias relevantes na história da Vila como a casa dos Pittas (à esquerda na imagem), o “Consulado da República dos Estados Unidos do Brasil” no edifício que se vê na imagem com um mastro, na sua fachada.

- A construção da **Avenida Marginal** determina uma reestruturação na rede viária da Vila. Ao longo dos anos de 1930 a população ofereceu uma relutância relativamente á proposta de fazer passar esta via pelo interior da Vila e com isto o abdicar do baluarte da Matriz e como segunda opção, fazer passar a Estrada Marginal pelo local onde se encontra actualmente. Dantas Carneiro (Presidente da Câmara Municipal de Caminha, 1918 – 1919 e 1931 – 1959) assumiu um papel importante durante os seus mandatos, protagonizando transformações marcantes relativamente á morfologia e o traçado urbano da Vila. A reestruturação da rede viária da Vila e a intenção de conquistar terreno a ambas margens do Rio Minho e Coura levou a discussão as propostas de construção da Estrada Nacional. Com as dúvidas na decisão a tomar, a “ausência de consenso e os tempos de guerra mundial que se sucederam acabaram por adiar a obra por muitos anos e só em 1956 foi aprovado o projecto definitivo com a ajuda do Ministro Arantes de Oliveira, iniciando-se as obras dois anos passados, inaugurada mais tarde em 1964, a Avenida Marginal” (Bento, 2009; p.25).

Figura 150 – **Estudo da Cartografia da Vila, 1949**, com a área a ocupada pela Avenida Marginal em 1964.



- Em 1968 são desafectados os primeiros terrenos que após a construção da Avenida Marginal surgem como urbanizáveis. A área a sul da Vila revela-se com cerca de “77.000 m² de terrenos conquistados ao rio (128.000 m² com a via rodoviária)” (Bento, 2009; p.26), que auferiram grande financiamento à autarquia. Relativamente á parte Norte da Vila, foram destinados terrenos a urbanizar, objectivamente construção de edifícios de serviços públicos como os Correios, Mercado ou Bairros Sociais e na área a Sul também se reservavam a loteamentos particulares. Desta forma podemos constatar a orientação do crescimento e estruturação que a malha urbana virá a assumir a partir do final da década de 1960.

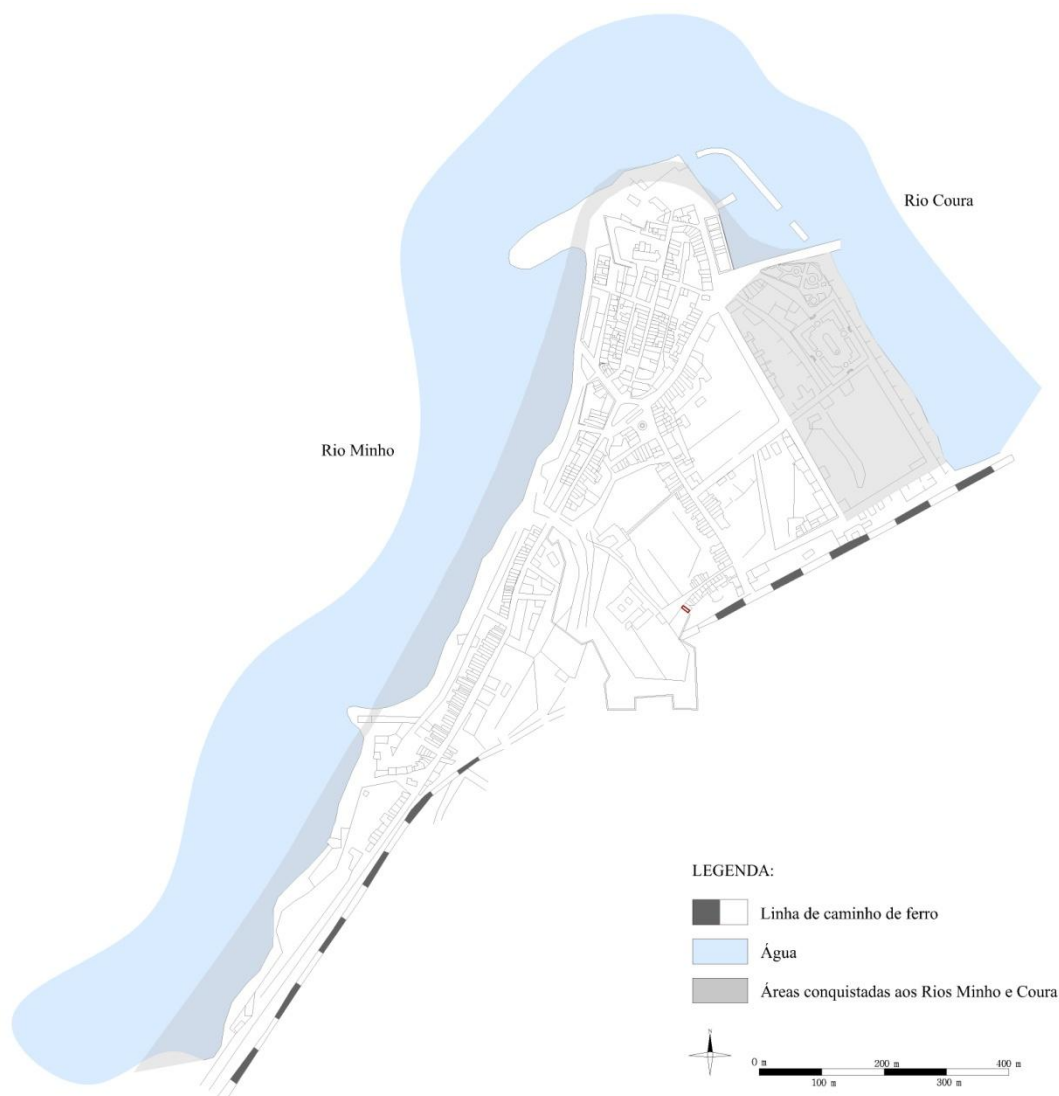


Figura 151 – Estudo da Cartografia da Vila e áreas de expansão, 1949. Pode-se observar as áreas de aumento do espaço urbano, com a implantação da Avenida Marginal.

6.1.3.2 – Emparcelamento Urbano

A intervenção na área a noroeste da Vila de Caminha afigura-se como a iniciativa iniciada nos anos trinta. A intervenção junto do espaço urbano impulsionada pela abertura de novas vias e a revitalização das comunicações viárias. O emparcelamento cadastral e reestruturação urbana acontecem nesta área após a construção do paredão na margem do Coura e a edificação da Estação de Caminho-de-ferro, consistindo assim nos dois pontos cruciais para a expansão e crescimento nesta área da Vila.

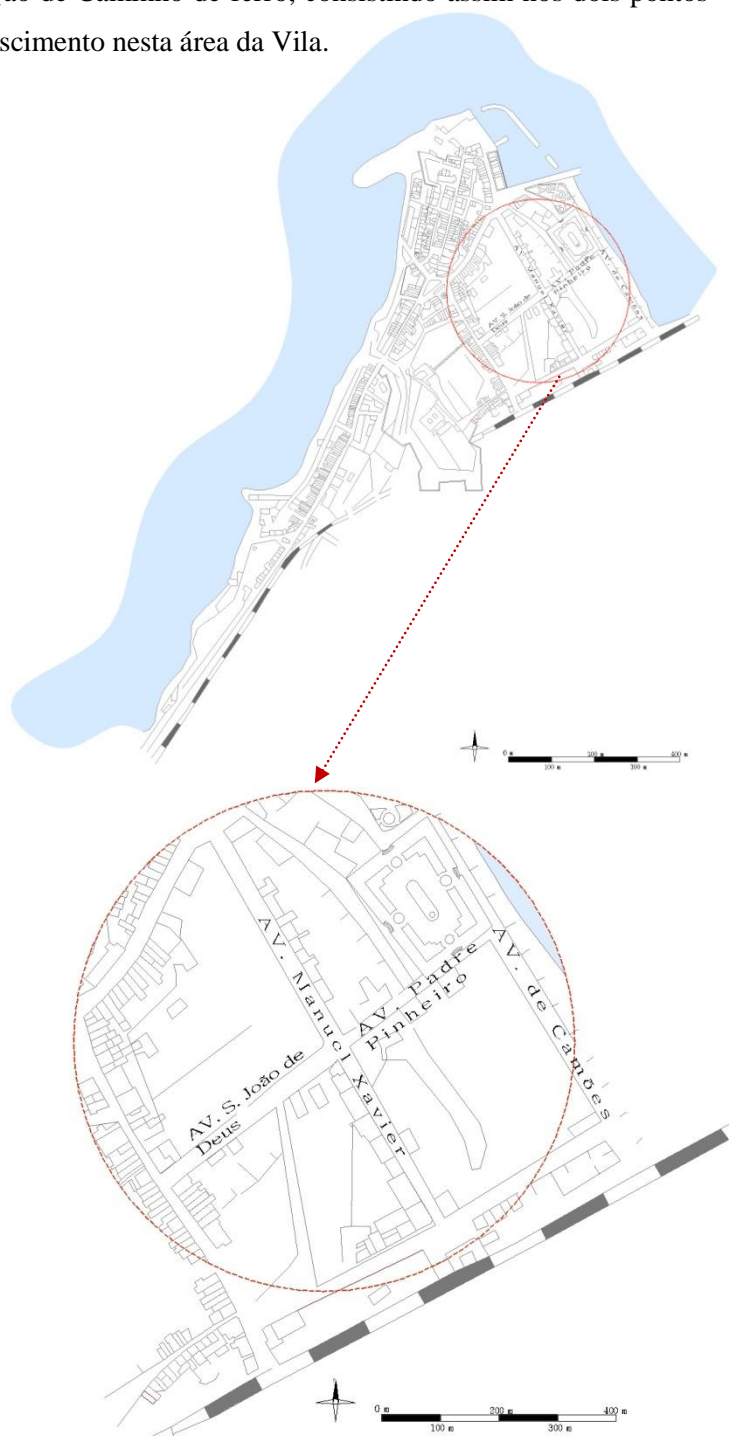


Figura 152 – Estudo do parcela urbana na

Cartografia da Vila, 1949.

Com a área a Noroeste da Vila de Caminha e seus principais arruamentos, como reorganizadores do espaço cadastral.

Com a construção da Estação a meados do século XX, desde a chegada da linha de comboio (1886), a revitalização do espaço e das necessidades urbanas que isso implicou tornou-se importante para a Vila a reestruturação desta área. Novas artérias surgem a Avenida de S. João de Deus que liga a Corredoura á Avenida Manuel Xavier (Rua da Estação), ou a Avenida Padre Pinheiro que se implanta na procura da ortogonalidade espacial estruturada. Mais tardiamente, da ruptura dos quarteirões na subdivisão do terreno surgiram as ruas secundárias como a Retorta, a rua Eng. Luís Agostinho Pereira de Castro ou ainda a rua Dr. Frederico Augusto Lourenço.

Estas vias assumem nas décadas de 1950 e 1960 um fraco índice de urbanização, devido a questões de loteamento. Apenas a partir da década de 1970 se evidencia um crescimento a nível construtivo. De destacar a formação de uma malha urbana ortogonal, que se distingue no contexto urbano da Vila de Caminha pelas dimensões das suas vias, pela ortogonalidade do desenho e proposição de áreas de construção específicas nos Planos urbanos apresentados nas décadas seguintes.



Figura 153 – Vista da área Noroeste da Vila de Caminha, 1952.

6.1.3.3. – Pontos e Nós de Convergência

Os Pontos e Nós de convergência urbana na Vila de Caminha, que se identificam na década de 1950/60, representam o crescimento urbano e reestruturação viária. A Praça Conselheiro Silva Torres, o “Terreiro” (que até 1869 foi nomeada como Praça Municipal) é, marcadamente o ponto central de toda a convergência socioeconómico da Vila e de estruturação da circulação viária (desde meados de setecentos). Este ponto nevrálgico ganha na primeira metade do século XX cada vez mais importância como símbolo da identidade da Vila e lugar de acontecimentos festivos (Passagem de ano, concertos ou comícios políticos) que trazem a Caminha um grande número de visitantes.

A morfologia da Vila relaciona-se com a realidade urbana que se observa no “Terreiro”. As formas que aí se manifestam caracterizam o espaço e a imagem criada e aí se instalam os edifícios de maior relevância patrimonial da Vila. O Quartel - Residência do Governador Militar até 1932, adquirido pelo Município em 1940 e vendido à Caixa Geral de Depósitos que em 1950 inaugura aí novas instalações onde se mantêm até á actualidade (sofre obras de remodelação na década de oitenta).



Figura 154 – **Torre do Relógio, 1936.** À sua esquerda o edifício Paços do Concelho (actual Câmara Municipal) e á sua direita o edifício da administração militar, 1936.

A Câmara Municipal situada no velho Paço do Concelho (actual Biblioteca – Museu Municipal) transfere-se para o edifício de três arcadas de 1818 no “Terreiro”. Aqui se encontrava a administração do Concelho, as Finanças, a primeira Biblioteca Municipal e a Conservatória de registo predial. O edifício sofre alterações morfológicas que lhe dará uma forma que se manteve até á actualidade. Em 1954 - 1957 o arquitecto José Porto projecta a transformação mais significativa, desaparecendo a pequena capela que se encontrava encostada a norte (hoje passagem entre o edifício da Câmara e a igreja da Misericórdia).

Era no “Terreiro”, como praça principal da Vila, que encontrávamos as residências de famílias de grande poder económico, a alta sociedade de Caminha, transparecendo o prestígio e relevância da praça no contexto urbano e social da Vila de Caminha.

As feiras sempre tiveram um papel importante na vida socioeconómica da Vila. O “Terreiro” e até 1978, local da feira semanal da Vila, salientando também a feira do gado no Largo da Ponte, Retorta e posteriormente nas Portas da Corredoura. A convergência de pessoas e trocas comerciais transformavam os espaços em pontos importantes para o conselho de Caminha, geradores de dinâmicas urbanas essenciais ao crescimento do município.

Figura 155 – Feira semanal, “Terreiro”, 1905.



Figura 156 – Feira do Gado, Margens do rio Coura, 1905.



A primeira ponte sobre o rio Coura é inaugurada a 15 de Agosto de 1839 (destruída parcialmente em 1884 com um incêndio). O Senador Ramos Pereira em 1924 apoiou o projecto da nova ponte que se inaugura em 1930. No entanto, pela falta de manutenção sofre obras de requalificação em 1954 até 1959 obtendo a forma que mantém na actualidade. A comunicabilidade da Vila de Caminha tem a ponte rodoviária sobre o rio Coura como ponto de importância na evolução morfológica da Vila, assim como o Largo Bento Coelho. Inserido num contexto de mudança, a área a Norte da Vila manifestam-se os acessos e pontos de permanência criados que potencializam o crescimento urbano nas décadas seguintes.

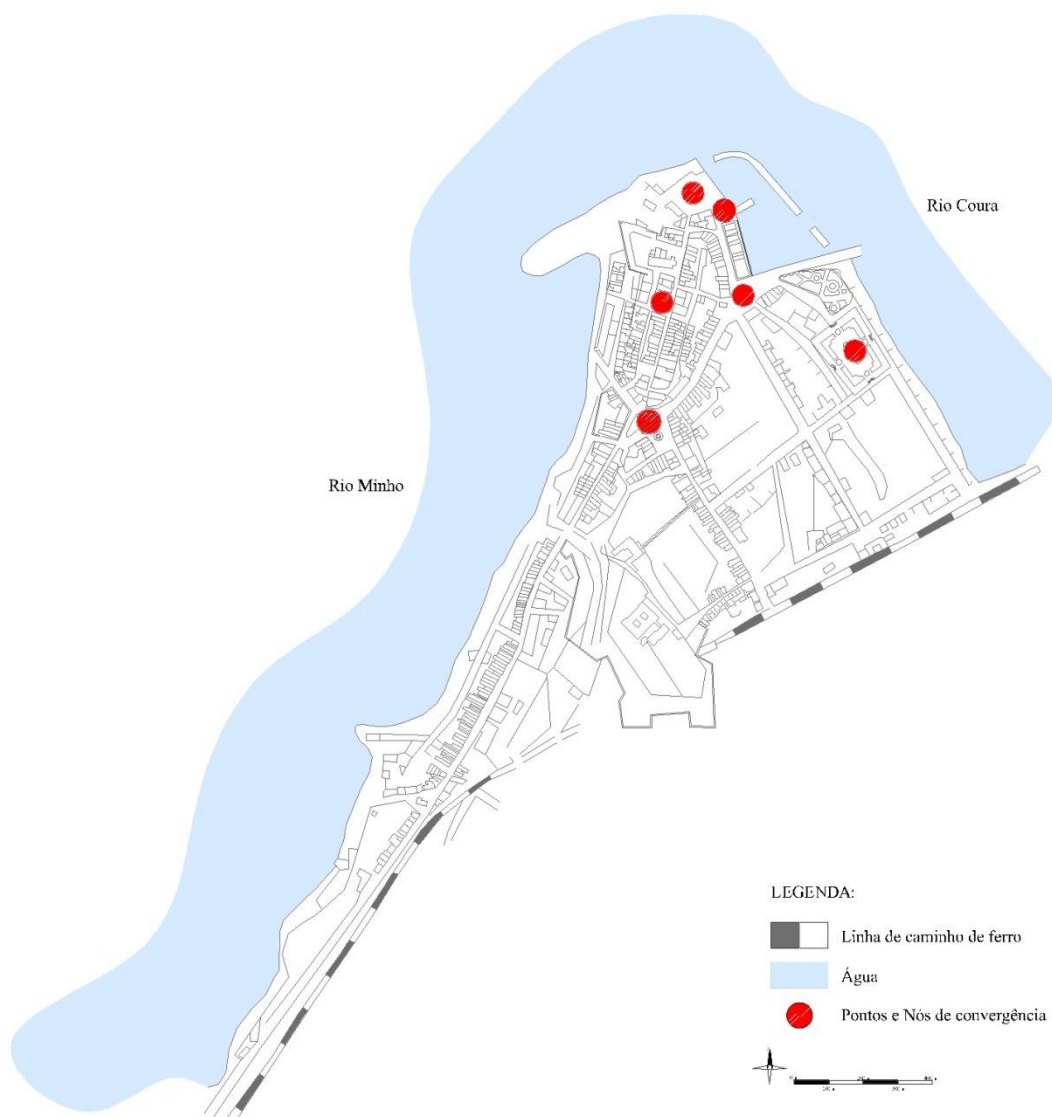


Figura 157 – Estudo dos Pontos e Nós de convergência na Vila de Caminha, 1949. Pode-se identificar as áreas de convergência populacional, geradoras de dinâmicas que caracterizam a Vila e sua morfologia, na época em estudo.

O Largo Pêro Vaz de Caminha localiza-se entre os edifícios da Capitania e o Comando da Lancha do Rio Minho, cais de embarque e Guarda-fiscal. Apresenta na década de 1950 uma relevância através da construção do novo Cais (1940) e a denominada importância da actividade portuária para a Vila.

Com a abertura, em 1964, da Avenida Marginal e o aterro do Cais retiraram cada vez mais interesse a esta área de afluência. O Cais servia como porto de abrigo a embarcações de pequeno porte, Gamelas e Lanchas, uma vez que na década de 1960 quando se encontrava maré baixa, grande parte da Doca sem encontrava “seca”. As transformações operadas neste local têm dois momentos preponderantes à sua morfologia. O primeiro aterro fruto da construção da Avenida Marginal e o segundo, na década de 1990, desaparecendo quase na totalidade, surgindo ao pequeno Cais do Ferry e parque de estacionamento.



Figura 158 – Doca na Vila de Caminha, 1950.

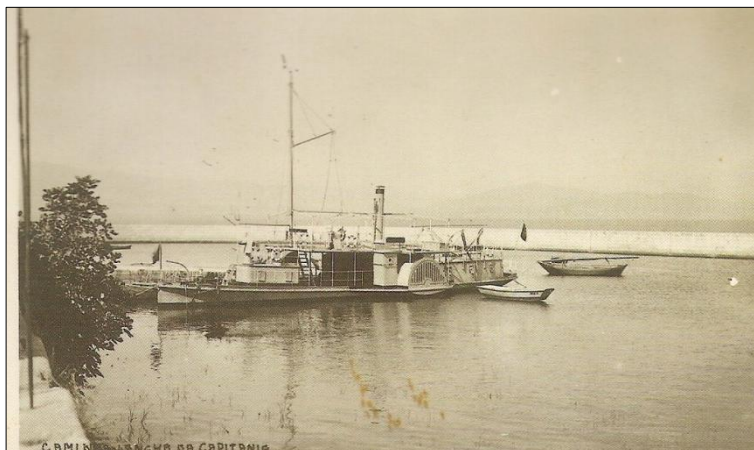


Figura 159 – Doca na Vila de Caminha, Lancha de transporte, 1949.

O Largo do Posto de Turismo transformou-se no centro político, judicial e militar de Caminha do antigo regime. Aqui se situava o Quartel do Corpo da Guarda, alojamento das forças militares (hoje edifício do Turismo) e de portas para a Travessa do Tribunal, o antigo Paço do concelho onde se concentrava o Tribunal, a Casa da Câmara e a Cadeia, ao largo do século XVIII. No entanto, gradualmente a sua importância pela deslocação das suas funcionalidades viria a decrescer.

Em declínio de importância, transferido o centro político e social para o “Terreiro” após a instauração do liberalismo, o Largo do Turismo perde a sua relevância na organização na estrutura urbana da Vila, embora mantenha o interesse de Centro Histórico da Vila. Os edifícios de carácter senhorial revelam a importância que tivera o Largo do Turismo, transparecendo pela sua morfologia a imagem do centro político e social de outrora.

A construção de arcadas que teve a função de abrigar militares, toma até os anos oitenta a função de albergar a Guarda Nacional Republicana (GNR). Deste modo a praça protagoniza um ponto de afluência populacional que aí se dirige a resolver problemas relacionados com a força de segurança.



Figura 160 – **Largo do Turismo e Rua Direita no interior do núcleo urbano medieval, 1950.** Identifica-se a antiga fonte existente nesta área, zona de grande afluência de população.

O Parque 28 de Maio em 1934 (actual Parque 25 de Abril) constitui a primeira grande obra do Estado Novo, na Vila de Caminha. Esta área era considerada como parque municipal (arrendada ao Caminha Sport Club), onde a população teria à sua disposição um espaço de lazer e recreação, com Campo de ténis em 1922 e de futebol em 1931.

O Parque passa para mãos da Câmara Municipal em 1933 transformando-o em Parque Municipal da Vila, sendo as suas obras inauguradas pelo Presidente da Câmara Dantas Carneiro a 26 de Maio de 1934. Este apresenta um papel preponderante ao longo das décadas de 1950/60. Constitui um ponto de fruição de lazer que a Vila estava carenciada até à data, associando-se também o Jardim Pereira da Silva e o Largo Dr. Bento Coelho (ainda que de menores dimensões).



Figura 161 – Vista do Parque 28 de Maio, 1950.



Figura 162- **Estudo da cartografia de 1949**, onde se identifica as Praças e Largos na Vila de Caminha de referência na década de 1950/60.

6.1.3.4 – Matriz de Crescimento Urbano

A estruturação do espaço público-privado e o crescimento urbano na Vila de Caminha marcam a realidade de expansão e transformação na primeira metade do século XX. Os elementos reguladores do crescimento urbano e das transformações morfológicas na Vila foram influenciados pelo aumento do espaço urbanizável e pelas inovações técnicas e ideológicas, no que se refere á reorganização do desenho urbano.

Através da construção da Avenida Marginal (1964) o território aumenta e a possibilidade de potencializar o seu crescimento, partindo do cadastro existente, torna-se numa realidade motivadora. Com o traçado urbano alterado e o crescimento de solo urbano aumentado a ocupação do mesmo de forma coerente, surge como necessidade nas décadas seguintes como prioridade para a administração local.

Os limites da Vila estão perfeitamente assumidos na própria morfologia da sua paisagem urbana. A Avenida Marginal e o rio Minho limitam a Vila a Poente, a linha de caminho-de-ferro estabelece o terreno limítrofe a Nascente.

Estava então nos finais da década de 1960 encontrada a área de abordagem do Plano de Urbanização a propor nas décadas seguintes, estabelecendo linhas de crescimento que servisse os interesses de evolução de Caminha. O crescimento assume-se inteiramente ligado, como citado anteriormente, aos terrenos ganhos ao rio Coura e rio Minho a sul, Poente e Nordeste da Vila.



Figura 163 – **Estudo sintético da matriz de crescimento na Vila de Caminha, 1960.** Pode-se verificar a clara tendência de fixação na área Nordeste da Vila com a instalação dos serviços públicos ainda perto do núcleo medieval.

6.2.4 - Notas Síntese

A investigação acerca das transformações elaboradas na Vila de Caminha nas décadas de 1950/60 remete para estudos sobre o meio urbano da Vila executados por José Porto (1958) e Carlos Carvalho Dias e Lúcio Miranda (1965). O Antepiano de Porto (1958) propunha uma ocupação e reorganização do espaço urbano da Vila. Procurava-se uma maior protecção dos edifícios de interesse arquitectónico com a proposta de inserção da Avenida da Marginal. A influência deste estudo desenvolve-se com um forte carácter de valorização do centro cívico e comercial da Vila (o “Terreiro”) e do património construído, a construção do Mercado Municipal, assim como a melhoria da rede viária existente, como a Avenida Nova e a Avenida da Estação (AV. Manuel Xavier).

Do contributo de José Luís Porto, salienta-se as suas intervenções na remodelação do edifício dos Paços do Concelho, transformando o edifício (actual dependência da Câmara Municipal) num símbolo arquitectónico da Vila, assim como o edifício comercial, a Docelândia, colocando em evidência a linha construtiva clássica que Porto pretendia para as construções de carácter público da Vila, facto que não se viria a constatar.

A inauguração da Avenida Marginal e sua incursão no Plano Rodoviário Nacional teve consequências de grande relevância na evolução morfológica da Vila de Caminha. Desde o aterro parcial da Doca, localizada a Norte e o consequente ganho de espaço urbano ganho ao rio Minho.

Em 1965, após a implantação da Avenida Marginal, surge o estudo do Arq. Carlos Dias e Arq. Lúcio Miranda. O Antepiano de Urbanização de Caminha surge na eminência de um crescimento urbano manifesto. Torna-se essencial o repensar do espaço urbano da Vila capaz de regular a ocupação do solo e os equipamentos necessários a uma correcta transformação.

O Antepiano apresentado tinha como obrigatoriedade a aprovação do Governo Central de Lisboa, mais concretamente da Direcção de serviços de Urbanismo. Tal não se comprovou, sendo o estudo de Dias e sua equipa reprovado, tendo como justificação a excessiva densidade construtiva de acordo com a área disponível.

No entanto, o estudo serviu como entendimento estrutural do espaço urbano da Vila, na época, e de base de caracterização, anos mais tarde, a outros estudos centrados no território. Ficaram algumas directrizes relativamente a áreas de implantação de alguns edifícios importantes, assim como o complexo hoteleiro (no extremo sul da Vila) e um complexo habitacional na área central, na marginal da Vila.

A estruturação viária, apresentada no Anteplano, propõe uma reorganização das circulações, permitindo três acessos, desde a Avenida Marginal, à estrutura viária interna da Vila. Tal não se concretizou, ou pelo menos na sua totalidade, mantendo-se apenas dois acessos a Poente, na área central da Marginal e na área a Sul. É natural que este estudo tenha uma importância recolhida, uma vez que serve de base à elaboração do Plano Geral de Urbanização (1982), pelo próprio Carvalho Dias, assim como na década posterior o Plano Director Municipal, com a participação do mesmo arquitecto e urbanista.

A ordenação do espaço urbano da Vila, mais concretamente nas áreas ganhas ao rio Minho, assim como a nordeste, nas margens do rio Coura, é necessária uma reorganização e regulação da construção de espaço urbano, perfeitamente detectável de entre o cadastro pré-existente. Destacam amplas vias de circulação como a Avenida Manuel Xavier (rua da Estação) e a Avenida Nova (transversal à anterior), concretizando uma área de expansão da Vila, assim como a área a Poente. Em ambas áreas de crescimento, constatado nas décadas seguintes, se manifesta uma nova ordem urbana, potencializada pela ortogonalidade das vias e os quarteirões perfeitamente reconhecidos.

Durante as décadas de 1950/60 assiste-se a uma preocupação com o ordenamento do espaço urbano e a evolução da morfologia da Vila de Caminha. Este facto esteve referenciado nos Anteplanos apresentados e na realidade posteriormente constatada. A década de 1960 foi marcadamente importante na construção da imagem da Vila. Desde a construção da Avenida Marginal, que revolucionou a estrutura viária da Vila e a estruturação do espaço urbano de novas áreas, são pontos a salientar no estudo da evolução e transformação da estrutura urbana da Vila de Caminha e sua morfologia.

**6.3 – O Enquadramento da Década de 1970/80
na Nova Realidade Urbana**

A década de 1970 representou uma época de profundas transformações no país e na Vila de Caminha. A revolução de 25 de Abril de 1974 ou revolução dos cravos, simbolizou o início de uma nova vida social em liberdade e democracia. Com o fim de uma ditadura, condenada ao desaparecimento desde o seu início a 28 de Maio de 1926, que teria o País num estado de isolamento internacional.

A guerra colonial (1961 - 1974) protagonizava um período de conquista imperial iniciado na expansão marítima quatrocentista que desgastava o país e a mantinha em profundas dificuldades económicas. O fim da guerra e estabilização social potencializou a integração na Europa, a 1986, marcando um passo importante para as relações internacionais.



Figura 164 – **Vista aérea da Vila de Caminha, 1973.** Pode-se observar a morfologia da Vila nos inícios da década de 1970, com a Avenida Marginal implantada e os terrenos a Noroeste, com as edificações dos primeiros quatro prédios.

Em Caminha a revolução de Abril fez-se sentir, ainda que de forma moderada. O 25 de Abril notou-se na Vila e na população, assim como no resto do país, embora as alterações nas políticas Municipais apenas se verificassem, numa primeira fase na mudança de toponímia do parque 28 de Maio para 25 de Abril (curiosamente pelo órgão administrativo municipal que estaria a governar no período anterior à revolução).



Figura 165 – Vista da Praça Conselheiro Silva Torres, Vila de Caminha, 1975. Após a revolução de 1974, a imagem mostra uma manifestação de propaganda, que se realizavam assiduamente no “Terreiro”.

A alteração na administração da Câmara Municipal passou das mãos de Francisco Presa para uma Comissão Administrativa presidida por Horácio Silva. Este período de liberdade e agitação social deu lugar à contestação pela luta dos direitos civis e na procura de melhores condições de vida. Na Vila foi criado um Movimento de Unidade Popular (MUP) que agregava contestatários da organização política e apoiavam a mudança, caracterizando esta época de exaltação. Os comícios e propaganda eram uma constante na Vila de Caminha, no Terreiro, demarcando-se a 25 de Abril de 1975 as primeiras eleições.

Desde a década de 1960 que o crescimento e estruturação urbana do espaço ocupado de Caminha-Matriz se encontra em transformação. Desde 1964, com a construção da Avenida Marginal e com o fim de inserir este traçado no Plano Viário Nacional, a vida urbana da Vila alterou-se. Iniciou-se um processo de construção da nova imagem de Caminha através de um incremento na construção nas décadas de 1970/80.

Este fenómeno é entendido pelo crescimento demográfico, as melhorias das condições de vida, uma nova forma de entender o espaço urbano, nova política de intervenção e inovações fruto também da adesão à CEE (1986). Assim, também as novas directrizes constitucionais (desde a implementação da Constituição da República Portuguesa em 1976) que se manifestaram nos regulamentos urbanos, apoiando as transformações na morfologia da Vila de Caminha.



Figura 166 – **Vista da Vila de Caminha, 1973.** Observa-se o início da ocupação dos terrenos a noroeste e poente da Vila.

6.3.1 – Cartografia da Vila de Caminha (1976)

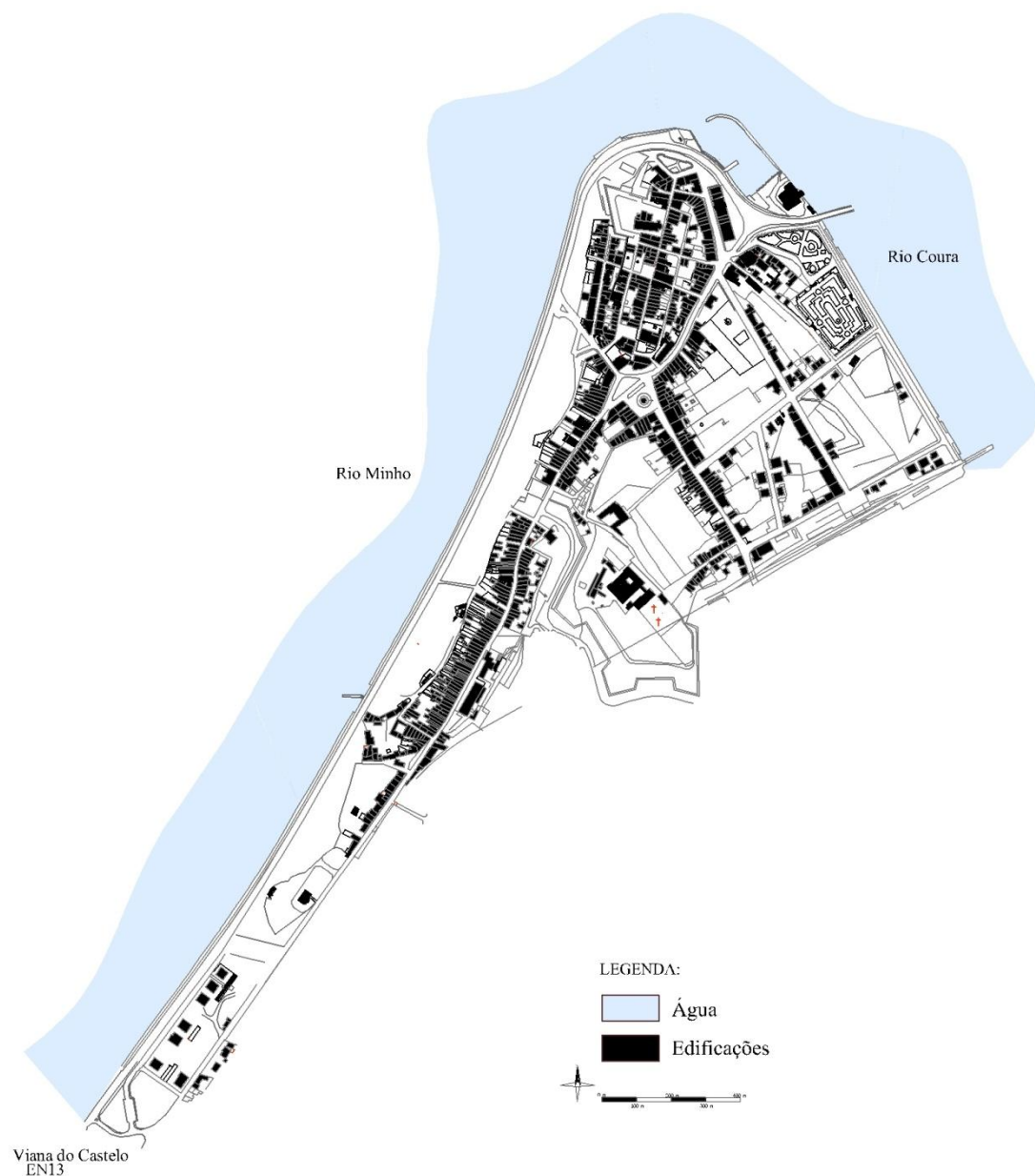


Figura 167 – **Cartografia da Vila de Caminha, 1976.** Pode-se constatar a morfologia do plano da Vila numa época que começa a ocupação do espaço urbano (a Nordeste da Vila, nas margens do Coura e a Poente, nas margens do Rio Minho), com o parcelamento do espaço urbano, surgimento de construções disseminadas, contrariando a linha de implantação da estrutura fundiária.

6.3.2 – Legislação

Nos finais da década de 1970 dá-se o início aos primeiros loteamentos urbanos na Vila de Caminha. Desde o Antepiano de 1965, dos arquitectos Carvalho Dias e Lúcio Miranda, que a perspectiva de ordenamento do território se dava especial atenção ao parcelamento da parcela privada e construção de loteamentos.

É de salientar o aparecimento do diploma do licenciamento de obras particulares – D.L. nº 166/70 de 15 de Abril – e o novo centrado na urbanização – D.L. nº 560 /71 e 561/71 de Dezembro.

A falta de meios disponíveis pela Câmara Municipal, a nível legislativo e operacional (no que cabe á fiscalização) e económico, dificultava a gestão autárquica e não assegurava a infra-estruturas mínimas para a concretização de obras de urbanização.

A actividade da construção civil, no final da década de 1970, emerge num crescimento acentuado. O progresso urbano e a produção de espaço urbano que se desenvolve a um ritmo acelerado iniciam um período marcado pela especulação imobiliária. Nasce novos aglomerados urbanos ocupando a parcela urbana disponível, ficando por entender o critério de implantação seguido, por vezes. Por falta de mão-de-obra qualificada e também a escassez de linhas orientadoras da disciplina urbanística.

A situação obrigou a Câmara Municipal à regulação da actividade de urbanização mas também a construção de infra-estruturas necessárias para o desenvolvimento e de apoio às obras de urbanização. Surge um novo diploma – D.L. 289/73, que estabelece as responsabilidades na correcta e ordenada expansão dos núcleos urbanos, como sendo processos que dizem respeito ao Estado e às autarquias locais.

Através do Decreto-lei facilitou-se a tramitação dos processos de revisão dos planos e concretização dos mesmos. Tornam-se peças de orientação, promovendo as responsabilidades às entidades responsáveis na actividade fiscalizadora e elaboração de Planos de Pormenor de Urbanização.

A ocupação de terrenos periféricos dos aglomerados urbanos são focos de atenção à especulação imobiliária que se desenvolve. Torna-se necessário actualizar a situação legislativa, associando a todas as transformações de ordem social a que se assistiu no país.

Desde a publicação do D.L. nº 28:9113 de 6 de Julho de 1965, surgiu a necessidade urgente, face á adaptação á realidade vivida desde a década de 1970, no que concerne a construção de espaço urbano, mais concretamente a nível do licenciamento e fiscalização dos loteamentos.

A administração pública terá responsabilidades directas na regulação a nível de grandes parcelas, procurando valorizar e proteger valores ambientais e patrimoniais. O processo de licenciamento rege-se de três formas de instrução, na procura de uma simplificação de todo o trâmite legal. Processo simples, especial e ordinário. Tornou-se obrigatório na realização de obras de urbanização, o licenciamento municipal de construção das vias de comunicação para veículos e infra-estruturas.

Contempla-se uma taxa pela realização de infra-estruturas urbanísticas destinadas a compensar o município pela carga na construção das mesmas. Surge também, a obrigatoriedade de cedência de terrenos à Câmara Municipal destinados à construção de equipamentos, redes públicas e espaços, estando inseridos já nos planos dos próprios loteamentos.

Torna-se obrigatório, também, a existência de um contrato entre o requerente e a Câmara Municipal, estipulando todos os deveres e direitos a cumprir, pelas partes intervenientes, que tal não acontecia até então. Em 1976 introduz-se o D.L. nº 794/76 de 5 de Novembro que faz uma junção da legislação dispersa até então, de forma a contemplar as transformações dos agentes económicos imobiliários.

Na Vila de Caminha depois da introdução deste Decreto-lei surgiu em 1982 o Plano Geral de Urbanização de Caminha (Estudo Prévio), mantendo muito das suas linhas de intenções, até à actualidade.

6.3.3 – A Estruturação do Espaço Urbano

Na Vila de Caminha desde 1964 surge um aumento da área urbana da Vila que constitui uma mais-valia ao crescimento da malha urbana. Com isto, depara-se com maior área de disponível a urbanizar. A expansão desenvolve-se gradualmente e obrigou a um repensar no modo de estruturar as áreas em crescimento que surgem. É necessário explicar o modo como o processo se desenvolver de modo a conhecer a formação e os fenómenos de construção de espaço urbano que se produziram.

Pode-se referir duas áreas de crescimento e consequente intervenção. A primeira, localiza-se na área ribeirinha do rio Minho e a outra nos terrenos a Noroeste da Vila, perto do rio Coura (entre pontes). Com estes focos de crescimento disponíveis, depois de uma ocupação concentrada no cadastro existente até á década de 1960, procura-se uma estruturação do território da forma mais benéfica possível. As necessidades da edificação de equipamentos de serviço público, como Escolas, Jardim de Infância ou o novo Palácio de Justiça, tendo sido referidos no Antepiano de Urbanização de Caminha de 1965 (Arq. Carvalho Dias e Arq. Lúcio Miranda).



Figura 168 – Área a Noroeste da Vila, 1973.

A procura de solo urbanizável aumenta e para a Câmara Municipal era vista como uma oportunidade de desenvolvimento, mas também sinónimo de aumento dos recursos económicos. A área a Noroeste organiza-se ortogonalmente, com vias amplas e o parcelamento do espaço urbano bem identificado. O terreno disponível seria destinado à implantação de um Jardim de Infância, uma Escola de ensino primário e o Palácio de Justiça. Parte desta, seria classificada como área urbanizável para venda, respondendo à demanda privada.

A área a Poente, nas margens do rio Minho foi destinada, na sua parcela a Sul, à ocupação e expansão urbana classificada como zona de habitação a completar (densidade média) que se apresenta a partir da década de 1980 com o aparecimento dos primeiros loteamentos privados. Na sua parcela mais a Norte foi deliberada como área para a edificação de serviço social e de utilidade pública, como o Mercado, Correios e habitação social.

Após a revolução de Abril e o fim do regime fascista, que se impunha directamente na regulação do espaço urbano, o aumento do espaço urbano da Vila significou um crescimento e uma nova problemática na ocupação. Com a instalação da democracia e um Estado de Direito esperava-se um impulso positivo na edificação de infra-estruturas necessárias. Por sua vez, as obras de emparcelamento do território traria consigo necessidades para a melhoria do espaço urbano e sua morfologia.

A procura de terrenos destinados á construção de espaço urbano necessárias, como o bairro social. Na perspectiva de um Antepiano de urbanização que tardava, a Câmara chegou até a argumentar em 1969, com uma inexplicável falta de terrenos disponíveis, enquanto se vendiam sucessivamente lotes a particulares, (Bento, 2009). Ainda que posteriormente, com o Plano Geral de Urbanização de Caminha (Arq. Carvalho Dias, 1982), a regulação do espaço urbano e potencialização do crescimento da Vila torna-se realidade.

Depois de Abril de 1974 e a chegada dos combatentes das Colónias, assiste-se a um aumento da população residente por todo o País e a realidade urbana na Vila de Caminha não seria diferente, contribuindo para o início de transformações morfológicas a registar com o aumento do número de construções. Com mais famílias e mão-de-obra, foi necessário criar e potencializar o investimento na criação de melhores condições de vida. Como pequeno centro urbano, Caminha, com a crescente falta de trabalho em terra e o decréscimo da actividade piscatória no rio e mar, as condições de vida de muitas famílias tornou-se difícil, originando um fenómeno crescente de imigração para grandes centros urbanos como Porto ou Lisboa.

Surge a necessidade de construir habitações para albergar as famílias mais numerosas e necessitadas. A habitação social ou “Bairro” veio a implantar-se na área disponível, nas margens do rio Minho. A ideia surgiu em 1966, embora a construção do espaço urbano se efectua-se apenas no início da década de 1980. Esta decisão veio alterar profundamente a imagem da Vila de Caminha, com novas construções nas suas faixas costeiras, como edifícios multifamiliares e vivendas unifamiliares.

6.3.4.1 – A Edificação Social

De uma situação urbana em profundo crescimento, a sua regulamentação e construção viram-se alteradas e consigo toda a morfologia da Vila. Aliando uma situação social que preocupava a administração local, emerge-se num fenómeno de transformação profunda, na procura de resolver problemas inerentes à vida na Vila de Caminha. A construção de habitações para famílias necessitadas tornou-se uma intenção a materializar, partindo da iniciativa do Governo Central de criação de um “Fundo de Fomento” que potencializava a elaboração de estudos e obras de desenvolvimento e melhoria das condições de vida da população. Surgiu a necessidade de edificar, pela Câmara Municipal, impulsionado pelo Fundo, sessenta fogos para servir famílias com dificuldades económico-financeiras.

A obra de edificação do Bairro social não acontecesse até 1982, com a população em forte contestação pela demora em todo o processo. Com a construção do Bairro da Guarda-fiscal, a finais de 1980, as famílias desesperavam na espera das atribuições das habitações. A administração local e a central apresentavam divergências no que se refere ao modo de atribuição das construções, provocando uma demora em todo o processo. As famílias acabam por ocupar as edificações em Julho de 1982, com o objectivo de acelerar todo o processo.

A construção da habitação social na Vila de Caminha tomou controversas opções, foco de contestações até aos dias actuais. A sua localização numa valorizada área do espaço da Vila tornara-se incompreensível, com a justificação de que estes terrenos dariam mais lucro à Administração Municipal estando ao serviço da procura privada. No entanto, a edificação dos bairros sociais materializaram-se e se mantém até à actualidade.

O Arq. Carvalho Dias é convidado a edificar um complexo habitacional de apoio a famílias de pescadores necessitadas. Nasce o “Bairro dos Pescadores” mantendo-se o seu traçado original até à actualidade. Estas construções encontram-se ladeadas pelo bairro social, anteriormente citado. São habitações de dois pisos, com três dormitórios no piso superior e cozinha, sala e hall, no piso inferior. Apresentam uma área posterior de trabalho, seguindo os parâmetros de construção das “meias casas”, típicas na Vila, presentes na rua Benemérito Joaquim Rosas.



Figura 169 – **Bairro social nos terrenos nas margens do rio Minho, 2010.** A edificação do bairro em 1982 ofereceu abrigo a famílias com necessidades na Vila de Caminha, apesar da sua demora de todo o processo de edificação.



Figura 170 – **Bairro dos Pescadores, 2010.**

6.3.4 - Plano Geral de Urbanização de Caminha (1982)

- Estudo Prévio –

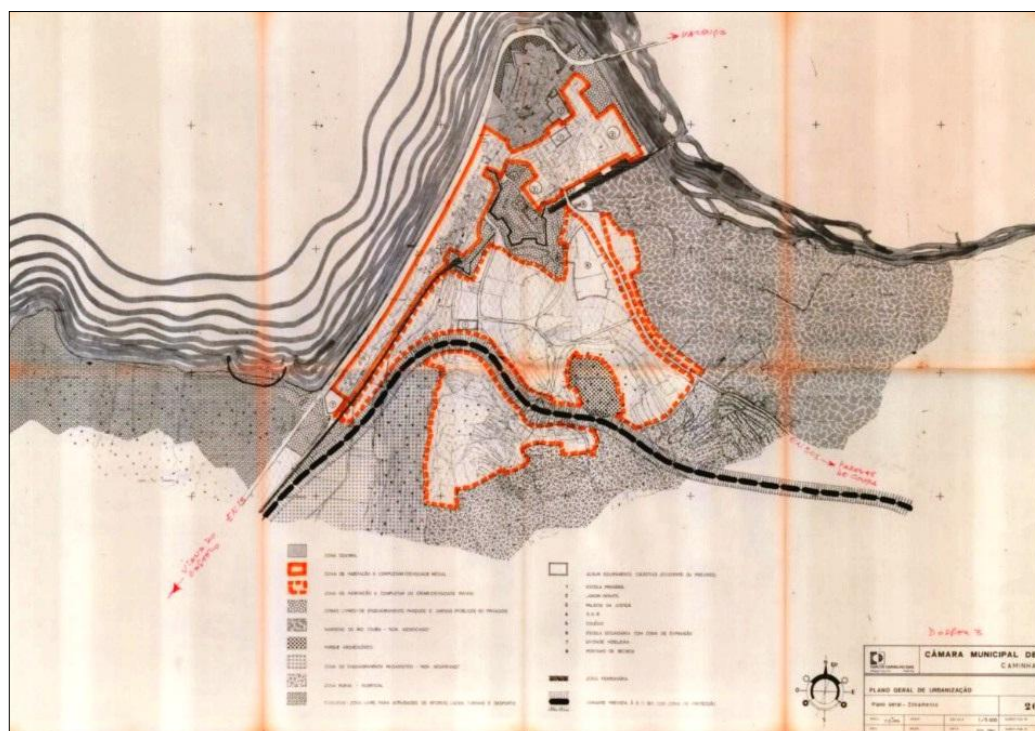


Figura 171 – Plano Geral de Urbanização de Caminha, 1982.

Na década de 1980 surge a necessidade de elaborar um Plano Geral de Urbanização (Estudo Prévio), ao abrigo das transformações que se desenvolviam na Vila, de forma célere, assim como respeitando a legislação que se impunha. A Câmara Municipal de Caminha, com a presidência de Pita Guerreiro, adjudicou o estudo ao Arq. Carvalho Dias e a sua equipa, apresentando-se o referido estudo em 1982.

O arquitecto e urbanista, que anteriormente tinha participado na execução do Antepiano da Vila (1965), possuíam um profundo conhecimento da realidade da região. Elaborou o Plano Geral de Urbanização com preocupações com o desenvolvimento dos aglomerados urbanos e a potencialização de áreas como o Turismo ou a Agricultura na Vila.

O estudo desenvolvido teve por base as prospecções da realidade futura do concelho. Como adverte o arquitecto e urbanista Carvalho Dias (2011), é impossível executar qualquer tipo de estudo, centrado no meio urbano, sem ter em atenção o abordar a realidade de todas as áreas de influência (no caso da Vila de Caminha, compreendia-se ao estudo de toda a área do concelho).

Na análise do Plano Geral de Urbanização identifica-se alguns pontos de importância declarada: o forte crescimento do turismo na região (não apenas nas áreas do litoral, como a Vila de Caminha, mas também as freguesias do interior); o crescimento populacional que se demonstrava desde o maior pico da emigração em 1968 e se evidenciou em 1974, com o retorno dos “retornados” (provenientes das ex-colónias); e o desenvolvimento da agricultura (que não se constatou posteriormente) e da produção de produtos agrícolas regionais.

6.3.4.1 – Objectivos do Plano

O Plano de Urbanização – Estudo Prévio – (1982) representa, segundo o Arq. Carvalho Dias, “um desejo de integrar na própria vila local o seu sentido de planeamento permanente, dinâmico e continuado, com frutos ou resultados que nem sempre serão os melhores nem os mais conseguidos, mas onde é evidente que nem tudo tem sido negativo,” (Dias, 1982:6).

Os objectivos do Plano prendem-se com o propósito de atrair população através do turismo, desporto, feiras e romarias. No espaço urbano da Vila de Caminha potencializam-se uma ocupação crescente a Sudeste e Sudoeste, terrenos que possibilitam a construção de novos espaços urbanos. Aí se denotavam uma crescente procura, de iniciativa privada, pelos terrenos destinados à construção de edifícios habitacionais. Como exemplo pode-se referenciar a edificação de um grande empreendimento, com a colaboração do Arq. Rosado Correia (então Ministro do Equipamento Social, as Obras Públicas, Transportes e Comunicações - 1983-1998), salientando-se de forma singular na paisagem da Vila de Caminha, pela utilização de betão à vista.

Pretendia-se, também o crescimento do comércio local, nas artérias principais da Vila como a rua da Corredoura. Foi importante a preservação e defesa dos monumentos arquitectónicos da Vila de entre os quais se pode citar a Igreja Matriz, o Chafariz do Terreiro, a Torre do Relógio, o conjunto de Muralhas de Caminha e a Casa dos Pittas.

O estudo tinha como principal objectivo a melhoria do espaço urbano da Vila de Caminha e as condições de vida da população. Identifica-se as carências a nível de equipamentos de serviço público, assim como a construção de um jardim-de-infância (em terrenos a nordeste), um centro escolar (em Vilarelho), dois hotéis (um a sul da Vila, de menor qualidade e outro de melhor, na área central, na marginal), assim como um complexo desportivo, uma piscina coberta, campos de ténis, um portinho de abrigo a embarcações de recreio e um restaurante/bar, na encosta do Coto da Pena, para uma boa panorâmica sobre a Vila de Caminha.

Em relação à rede viária, propunha-se uma melhoria das vias de comunicação existente e a criação de uma variante à E.N13, contornando Caminha pelo Sul, motivando uma melhor estruturação urbana da Vila.

Relativamente às zonas expansão, propunha-se: um prolongamento do Centro Cívico e Comercial; a ocupação de vazios na margem dos arruamentos existentes; o enquadramento do troço sul da EN13 (iniciativa particular); na área da meia encosta do Coto da Pena, a caminho da montanha, de interesse turístico, junto à muralha de Santo António, prevê-se a edificação de uma Pousada.

Como opções fundamentais do Plano Geral de Urbanização, prevê-se a definição de uma zona central de actividade terciária, onde as edificações ou reconstruções serão obrigadas a respeitar o estudo em curso e suas directrizes estipuladas de preservação e renovação urbana. As áreas de habitação estão melhor definidas, respeitando um critério de ocupação do território da “ordem dos 100/120 hab./hectare máximo, em zonas de baixa densidade, e dos 150/200 hab./hectare para as de média densidade, de todas as iniciativas particulares de construção,” (Dias, 1982; p.26).

Reafirma-se a importância da aquisição de terrenos, prolongamento e sua ocupação colmatando as lacunas nas áreas de serviços públicos, como parques e jardins, um parque arqueológico/museu ao ar livre, restaurante e bar. As peças desenhadas, que constam no processo em estudo, focalizam os zonamento, delimitando o perímetro urbano do conjunto do edificado e as várias partes, em que o mesmo se divide: Centro; Sul/Marginal; Santo António; Coto da Pena; e Vilarelho.

6.3.5 – Elementos Morfológicos Estruturantes

Para analisar a morfologia e a evolução da estrutura urbana da Vila de Caminha é necessário ter em perspectiva as condições em que as transformações acontecem. Tendo em atenção o enquadramento político e socioeconómico, cabe observar a influência da construção no panorama urbano da Vila, destacando a construção de espaço urbano como característica central das duas décadas em análise. As transformações nas formas da Vila caracterizam-se pelo aumento de edificações nos terrenos nas áreas disponíveis para o efeito, assim como tendo por base a legislação orientada para a construção de espaço urbano.

De entre os elementos morfológicos que se destacam na Vila de Caminha ao longo da década de 1970/80 pode-se referenciar: a rede viária (as vias estruturantes), que nas duas décadas têm um papel fundamental na estruturação da malha urbana; as Praças e Largos (pontos e nós de convergência), como pontos estratégicos de importância nas relações sociais na vila; os Equipamentos que focam as necessidades da sociedade caminhense e a capacidade de resposta das estruturas existentes (Escolas, Mercado Municipal, Quartel de Bombeiros, Hospital, Palácio de Justiça, Posto de Turismo e Edifício da Câmara Municipal); a Habitação Social, como consequência relevante das condições de vida difíceis para algumas famílias, fruto da descida dos lucros da pesca e a ausência de criação de postos de trabalho disponível, face ao amento da procura.

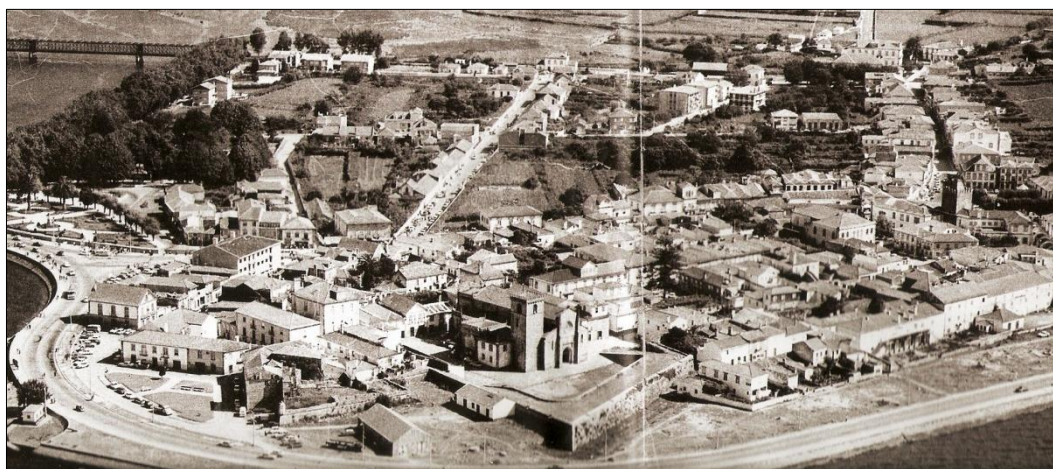


Figura 172 – Vista da Vila de Caminha, 1973.

6.3.5.1 – Estrutura Viária



Figura 173 – Estudo da Cartografia de 1976. Constata-se a relevância das vias estruturantes no conjunto da rede viária da Vila e sua relação com o edificado que na sua maioria se localiza ao longo do traçado.

A estrutura viária da Vila não sofre alterações de salientar, relativamente ao final da década de 1960, exceptuando as melhorias das vias existentes e a criação da Avenida Dantas Carneiro. As vias estruturantes que desenham o espaço público da Vila em análise demarcam a importância do cadastro existente, como base para a potencialização das transformações da morfologia da Vila de Caminha.

A alteração imposta na Vila em 1964, com a implantação da Avenida Marginal, significou o consequente aumento do território e um crescimento perspectivado. Após a construção da Avenida Marginal e a desafecção dos terrenos, surge necessidade de criação de uma via de circulação integrante na estrutura viária interior da Vila que estrutura-se as áreas que emergem.

Esta desenvolve-se paralelamente á Avenida Marginal (Estrada Nacional 13), com a sua construção adjudicada em 1973 e a sua finalização em 1977, a Avenida Dantas Carneiro, marcando definitivamente a circulação interna da Vila. A rua da Corredoura passa a ter um uso diferenciado, sendo retirada a circulação automóvel, libertando esta área à concentração de comércio e habitação exclusivamente.



Figura 174 – Vista parcial do traçado urbano da Vila, 1973.



Figura 175 – Estudo da Cartografia de 1976 e a rede viária da Vila de Caminha. Pode-se observar em destaque a rede viária principal, que assume as principais comunicações viárias na Vila de Caminha ao longo das décadas de 1970/80. A Avenida Marginal assume-se como elemento delimitador do espaço urbano da estrutura da Vila a Poente, assim como a linha de caminho-de-ferro a Nascente. Este facto tem um papel fundamental no entender das transformações e crescimento da Vila, condicionada por estes dois elementos.

6.3.5.2 – Pontos e Nós de Convergência

A linha de crescimento que na década de 1960 se inicia esteve delimitada pela intenção de reestruturação do espaço público/privado da Vila. A vida em sociedade após a revolução de Abril e a instalação da democracia salientava a necessidade de melhorar os espaços de convergência e fruição social. Neste contexto, pode-se focalizar a Praça Conselheiro Silva Torres e o Largo Calouste Gulbenkian.

A Praça Conselheiro Silva Torres (Terreiro) desde a sua formação (como ponto de flexão entre o Arrabalde e a Vila), sempre representou um local de prestígio onde se localizavam os principais estabelecimentos comerciais da Vila. Também se refere os monumentos aí instalados como o Chafariz ou edifícios que a desenhavam, como a Torre do Relógio ou os Paços do Concelho. Após o 25 de Abril de 1974 o “Terreiro” transformou-se no local de reunião por excelência, palco de protestos dos trabalhadores ou políticos em propaganda.

Gera-se, neste local, um ambiente urbano de lazer e convívio, realizando-se também a feira semanal da Vila (até 1978). O “Terreiro” torna-se o centro sociocultural, sofrendo em 1985 a sua grande remodelação, a cargo do então Presidente da Câmara Pita Guerreiro. Faz-se desaparecer o posto de abastecimento de gasolina aí instalado desde 1929. A “Praça da Vila” toma o aspecto que se mantém até à actualidade.



Figura 176 – Vista do “Terreiro”, 1950.



Figura 177 – Vista do “Terreiro”, 2010.

As Feiras realizavam-se na Vila desde 1291 (instauradas por D. Dinis) numa primeira fase no interior das muralhas Afonsinas possivelmente no local onde se encontra a Biblioteca Municipal, depois passaram a realizar-se no “Terreiro”. Também, desde o século XIX realizavam-se feiras de gado na periferia da Vila, como no Largo da Ponte, nas Portas da Corredoura e no campo da Retorta (na margem do Coura). As feiras demarcavam áreas de concentração de pessoas e centros económicos essenciais ao crescimento económico.

Em 1978, após a inauguração do Mercado Municipal e Praça Pontault-Combault em 1980, transferiu-se a feira semanal, do “Terreiro” para terrenos circundantes ao Mercado (ainda em terra batida). Estes terrenos ganhos ao rio Minho, depois do lento processo de desafecção, sofreram um arranjo em 1988 melhorando as condições à realização da feira.

Desde o Antepiano da Vila (arquitecto José Porto) que contemplava a execução de novas Praças e Largos, focalizando a importância que os espaços públicos teriam para a estruturação do conjunto urbano da Vila. O Largo Calouste Gulbenkian foi inaugurado em Setembro de 1979, com a demolição dos muros do Hospital da Misericórdia e capela anexa. Implantara-se mais um espaço público de convergência social, que redobra a sua importância no contexto urbano nas décadas seguintes.



Figura 178 – Vista do Largo Calouste Gulbenkian, 2010.

6.3.5.3 – Equipamentos de Serviço Público

Assistiu-se a um proliferar de construções privadas e de carácter público. A construção de novos equipamentos ou a reabilitação de outros marcam uma época de transformações na Vila de Caminha. De entre equipamentos de serviço público destaca-se, a Escola de ensino primário, o Mercado Municipal, o Quartel dos Bombeiros, o Hospital, o Tribunal e o edifício de apoio ao Turismo.

O ensino em Caminha desde 1923 estava no Largo Sidónio Pais, no edifício da **Escola Central Padre Pinheiro**, permanecendo até 1979 em funcionamento. Embora, no curto período de 1971 a 1974 exercia também funções de ensino secundário. O edifício mudou de funções para albergar a Guarda Nacional Republicana e um Infantário, desde 1982, uma vez que o ensino básico trasladava-se para um novo edifício na Avenida S. João de Deus.



Figura 179 – **Vista do Largo da Escola, 1926.** O Largo Sidónio Pais, desde que aqui se localizou a escola da Vila (edifício à esquerda na imagem), tornou-se um ponto de convergência social. Podemos observar as crianças no Largo, por esta época, onde a circulação automóvel apenas se notava, ao contrário da actualidade onde os automóveis invadiram as vias como também o Largo que se transformou num parque de estacionamento.



Figura 180 – Vista do edifício da antiga Escola Central Padre Pinheiro, 2005.



Figura 181 – Vista do Largo Sidónio Pais, 2010. Observa-se que o Largo que outrora fora um dos pontos de convergência social e área importante de chegada à Vila de Caminha de freguesias a norte da Vila se transformou num parque de estacionamento perfeitamente descaracterizado.

A Vila ao longo da década de 1970 caracterizou-se pelo iniciar de um processo de urbanização em terrenos que o proporcionam. A Av. de S. João de Deus e os terrenos que a delimitam é um dos exemplos dessa clara intenção que surge depois da compra de parcelas do território e expropriações necessárias. A administração local procede á entrega do projecto da nova Escola Básica ao arquitecto Viana Lima (assim como o novo Tribunal da comarca em 1973). Mais tarde, em 1979, é inaugurada a **Escola Básica de Caminha**. Por essa altura o ensino secundário já deixara o edifício no Largo Sidónio Pais, para o Corgo, Vilarelho, onde se concentravam os estudos secundários e o Colégio, fora dos limites da Vila. O edifício da nova Escola da Vila distingue-se pela sua fachada sóbria, procurando a regularidade dos seus elementos constituintes e a boa iluminação das salas, utilizando materiais como o betão e o vidro. É um dos exemplos de arquitectura que despontava na Vila de Caminha e se afirmava ao longo das décadas seguintes.



Figura 182 – Vista do edifício da Escola Primária de Caminha, 2010.

Após a edificação da Avenida Marginal em 1964, possibilitou-se a construção de equipamentos públicos, como o Mercado Municipal, nos terrenos ganhos ao rio Minho, localizado na zona norte dessa área. O edifício foi idealizado na época logo a seguir ao 25 de Abril de 1974, em Dezembro do mesmo ano a Dezembro de 1976, pelo arquitecto e Presidente da Comissão Administrativa do Concelho, Horácio Silva. A obra foi inaugurada a 25 de Abril de 1978, abrindo caminho a próximas intervenções nos terrenos envolventes, como em 1989 com o arranjo da área circundante ao mercado onde se realiza a feira semanal.



Figura 183 – Vista do edifício do Mercado Municipal, 2010.

Os **Bombeiros Voluntários** inauguram o novo Quartel - sede em 1987. A intenção da sua construção teria surgido em 1971, após o alargamento da distância do quartel antigo, no mesmo local, até ao rio Minho, obtido anos antes com a construção da Avenida Marginal. O Presidente da Câmara Municipal Carlos Manuel Ribeiro Vegar, baseando-se no projecto do arquitecto Horácio Silva, que deu início ao processo de construção do novo Quartel.

O processo de licenciamento do novo equipamento desenvolveu-se com alguma demora, mesmo depois da aprovação do executivo Camarário em 1984, uma vez que seria necessária a expropriação de terrenos adjacentes ao novo Quartel. No entanto, a obra concretizou-se dois anos depois, possuindo junto do Mercado Municipal uma forte presença visual, contribuindo para a transformação da imagem da Vila a Ponte.



Figura 184 – Vista do edifício do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Caminha, 2010.

O edifício do antigo **Hospital de Nossa Senhora da Visitação**, de serviço desde 1880, sofre em 1976 uma reabilitação de todo o seu espaço e a posterior inserção no Sistema Nacional de Saúde. Assumiu um papel fundamental de assistência médica até 1999. Este edifício, de linhas clássicas identificável na sua simetria nos elementos da sua fachada e nos materiais utilizados (granito).

A sua localização, ladeado pelo Largo Calouste Gulbenkian e Largo Dr. Luís Fetal Carneiro (onde se localizava o edifício dos correios da Vila, de 1951 a 1984 e depois passaria, até á actualidade, a albergar a Junta de Freguesia da Vila) e acesso directo para a “Rua Direita”. Tornara-se uma área de importante afluência da população até á actualidade.



Figura 185 – **Vista edifício do antigo Hospital de Caminha, 2010.** Actualmente reabilitado exercendo funções de Câmara Municipal de Caminha.

A partir do século XX o tráfico automóvel aumentou consideravelmente e a estrutura viária da Vila não apresentava condições para albergar tal afluência. A administração local tomou então a decisão de reestruturar algumas vias, tornando-as mais amplas e a execução de obras de melhorias no piso. A Avenida Manuel Xavier (Rua da Estação) foi alvo de melhoramento, pretendendo-se a ampliação das fachas de rodagem, inserção de passeios pedonais, com o objectivo de retirar o volume de tráfico automóvel acentuado da Corredoura.

O paço do concelho, onde se situava o Tribunal, estava em claro processo de degradação. Nasceria então a intenção de construir um novo e maior edifício que servisse o Tribunal da Comarca e outros serviços públicos, em 1962. As conversações entre a administração local e o Ministério de Justiça chegam á conclusão de edificar um novo **Palácio de Justiça de Caminha**, nos terrenos que ladeavam a renovada Avenida Marginal.

O primeiro antepiano do edifício (rejeitado) é da autoria do arquitecto Francisco de Azevedo Leme. O segundo pelo arquitecto Luís Amoroso Lopes quando em 1969 é rejeitado desta vez pela decisão do Ministério de Obras Públicas, a fim de propor uma recolocação do edifício. Propõe-se uma nova localização nos terrenos da antiga Quinta dos Vales. Este novo projecto entregue ao arquitecto Viana do Lima e foi inaugurado a 27 de Maio de 1985, albergando as funções de Tribunal, Conservatória e Registo Predial e Civil (Palácio de Justiça de Caminha), (Bento, 2009).



Figura 186 – Vista do edifício do Palácio de Justiça da Comarca, 2010.

Com o crescente fenómeno sentido a partir da década de 1980 na Vila, o Turismo torna-se profundamente influente na construção de espaço urbano na Vila. O **Posto de Turismo** vai ocupar, em 1982, o edifício anteriormente ocupado pela Guarda Nacional Republicana que se transferiu para o Largo Sidónio Pais. Neste ano, o Posto de Turismo ocupa o edifício histórico no centro da vila medieval, passando o Largo a ser conhecido como o Largo do Posto do Turismo.

A colocação deste serviço no local referenciado teve a intenção de ocupar um edifício de enorme valor histórico e patrimonial e proporcionar o centro de informação e serviço público, num local classificado como área histórica de importância nas origens da Vila de Caminha, sendo procurado pelos turistas que se deslocam até a Vila.

A estruturação de espaço público e formação da forma urbana da Vila vê-se inteiramente ligada às construções que se manifestam e a época em que se inserem. Os equipamentos de serviço público fornecem informações dos objectivos construtivos, da parte da administração local e central, que em Caminha se manifesta nas décadas de 1970/80 de forma tão clara com o intuito de arquitectar o espaço urbano, procurando responder às necessidades da população.

Pode-se verificar nas Revistas Municipais as obras realizadas, vocacionas para a preservação dos equipamentos existentes, assim como iniciativas de melhoria do espaço público e Cultural da Vila (1985): reconversão da Cadeia em Biblioteca Municipal, remodelação da Sede do S.C.C., inicia-se as escavações nas estações arqueológicas do Coto da Pena, construção do Jardim de Infância da Vila, remodelação do Largo do Terreiro, do Posto do Turismo e do Mercado Municipal.



Figura 187/ 188 – **Vista do edifício do Turismo, 2010.**



Figura 189 – Estudo da cartografia e demarcação dos edifícios de serviço público, 1976. Demarca-se os equipamentos de serviço público que surgem nas décadas em análise, concentrando-se na sua maioria ainda perto do núcleo histórico da Vila.

6.3.5.4 – Matriz de Crescimento Urbano

O crescimento do espaço urbano possibilitou-se pela implantação da Avenida Marginal, como também pelas transformações sociais e políticas que se deram ao largo da década de 1970. O incremento da especulação imobiliária, que na década de 1980 se faz sentir na Vila, motiva transformações do espaço urbano e sua estruturação. Denota-se a preocupação social, através da construção dos bairros sociais, como a da “Guarda-fiscal” ou o “Bairro dos Pescadores” para albergar famílias em dificuldades económicas.

Uma nova tipologia construtiva habitacional (apartamentos em prédios e moradias disseminadas) que emerge na Vila de Caminha alterando a sua morfologia e o seu desenho urbano. A construção de novos edifícios de habitação e loteamentos transpõe a procura do investimento privado que se inicia e se sente cada vez mais na Vila. A construção de novo espaço urbano acontece principalmente a noroeste (nas margens do rio Coura) e a Poente (terrenos ganhos ao rio Minho com a construção da Avenida Marginal).



Figura 190 – Edifício de apoio ao S.C.C., 2010.



Figura 191 – Edifício do Mercado Municipal, 2010.



Figura 192 – **Estudo da cartografia de 1976.** Pode-se observar as novas edificações que surgem na malha urbana da Vila de Caminha, em relação à década antecedente. Verifica-se as áreas de crescimento centradas a Nordeste e a Sul do centro urbano da Vila.



Figura 193 – Estudo da cartografia de 1976. No esquema síntese pode-se verificar o início da ocupação de terrenos ganhos ao rio Minho e na área a nordeste, embora os serviços de cariz público ao longo das vias estruturais da Vila.

6.3.6 – Notas Síntese

O crescimento urbano da Vila de Caminha na década de 1970/80 teve consequências evidentes na sua morfologia actual. A situação morfológica que a Vila apresentava até à década de 1970 viu-se profundamente alterada pelo incremento da construção e consequentemente no aparecimento de nova legislação de regulação das intervenções no espaço urbano.

A necessidade de regulamentar as operações urbanísticas, que não prejudicasse a vida urbana da Vila, constatou-se na produção do Plano de Urbanização em 1982 (arquitecto Carvalho Dias). Prevendo-se um plano de zoneamento destaca a utilização do espaço público destinado a ocupações específicas beneficiando a população e a vida social da Vila.

Identificam-se as áreas urbanas e de protecção, transformando-se num instrumento de regulação maleável e aberta a melhoramentos. Estes parâmetros vingam na urbanística da Vila deliberando limites e áreas importantes para o crescimento e desenvolvimento construtivo. De salientar a proposta de ocupação dos terrenos na margem do rio Minho, com prédios, de três a quatro pisos, vinculados ao crescente fenómeno do turismo e da procura de investimento privado.

As transformações constatadas em Caminha aliam-se às identificadas no contexto socioeconómico, com o decréscimo das actividades económicas principais (a pesca e o comércio) e no contexto político, com a revolução a 25 de Abril de 1974. A década de 1970 pauta-se pela criação de instrumentos de regulação das transformações eminentes na morfologia da Vila, enquanto na década de 1980 o incremento da construção disseminada e a proliferação da construção de edifícios, reconhecendo uma maximização do espaço urbano disponível e a crescente demanda construtiva.

O reconhecimento por parte dos agentes administrativos, da indispensabilidade de regular a ocupação, passando pela necessidade de aproveitar os recursos gerados pela crescente especulação imobiliária, gerando receitas para o município para colmatar as lacunas motivadas pela falta de infra-estruturas mínimas para as obras de urbanização que

se executam. Tornou-se fundamental um planeamento Municipal eficaz. Os processos de licenciamento geridos pelas entidades administrativas locais (nas obras de pequena escala) e pelo Estado (nas obras de grande escala) de forma a preservar interesse na protecção do próprio território e dos interesses comuns da população. Criadas as bases de desenvolvimento da construção de espaço urbano surge na década de 1980 um multiplicar de equipamentos de serviço público, a edificação de prédios e a instalação da habitação social.

A imagem da Vila vê-se em profunda transformação com a sua rede viária assimilada e assumida e a ordenação do espaço urbano planificada e possibilitando o crescimento de Caminha. A Vila de Caminha-Matriz começa a construir a forma que nos dias actuais a caracteriza.



Figura 194 – Ortofotomapa da Vila de Caminha, 1975.

6.4 – Perspectiva Geral da década de 1990

Ao longo da segunda metade da década de 1980 e a década de 1990 evidenciaram-se mudanças por todo o mundo, que influenciaram a evolução urbana no nosso país, como também na Vila de Caminha. As influências oriundas do panorama internacional tornaram-se importantes para o conhecimento de todo o processo de transformação da morfologia de Caminha.

O fenómeno da globalização torna-se cada vez mais evidente, ao longo da década de 1990, reforçado pela inserção de novas tecnologias de informação e de comunicação, como a Internet ou o telefone móvel. Na década em estudo, assume-se na Europa e no Mundo a estabilização da União Europeia (EU), como demarcação de uma potência em ascensão, assim como a inclusão da moeda única, (o Euro).

As mais fortes economias mundiais como a Americana, a Alemã (após a queda do muro de Berlim em 1989 e do Muro de Berlim) ou o Reino Unido, encontram-se num franco crescimento. Unido a este fenómeno as reformas no mundo Oriental, como a China que começam a abraçar o capitalismo e a impor-se numa nova ordem mundial (gerando um equilíbrio de poder entre potências).

A estabilização económica, um pouco por todo o mundo, gerou maior confiança nos mercados, maiores receitas e principalmente uma perspectiva de crescimento por todos os países em ascensão. A União Europeia e os países pertencentes integram num equilíbrio benéfico ao crescimento e estabilização de cada nação, concebendo um ambiente de confiança e prosperidade.

Em Portugal desenvolveram-se os grandes centros urbanos do litoral, como Lisboa e Porto. Inicia-se um período de crescimento populacional, na procura nestes grandes centros urbanos de uma melhoria na condição de vida embora ao longo da década de 1990 este fenómeno se evidenciaria em decréscimo. Estes centros, começam a evidenciar-se sobrelotados e iniciou-se um processo de procura de fixação nas periferias. Estes movimentos populacionais são de grande importância para o entender dos fenómenos de fixação e crescimento de novos centros urbanos, assim como o desenvolvimento do estudo da realidade construtiva e do ordenamento do território.

A organização da Expo 98, em Lisboa, internacionalizou a imagem de Portugal. Tratando-se de um marco Cultural de grande importância, este evento mais do que receber as representações de todo o mundo, ofereceu uma oportunidade de dar a conhecer a realidade do País e as suas potencialidades. Este fenómeno, aliado à crescente e cada vez mais assumida globalização, tem uma preponderância motivacional em áreas como o turismo e a valorização o território nacional.



Figura 195 – O “GIL” mascote e símbolo da EXPO’98, 1998. O evento atraiu perto de 11 milhões de visitas, apesar de previsões iniciais apontarem para cerca de 15 milhões. Parte do seu sucesso ficou a dever-se o dinamismo Cultural que demonstrou – por volta de 5000 eventos musicais instituíram um dos maiores festivais musicais da história da humanidade. Considerado BIE (o organismo internacional que escolhe as cidades a receberem as exposições) a melhor Exposição Mundial de todos os tempos.

A situação política em Portugal assume uma relativa estabilidade, com o então Ex-Presidente da República Mário Soares (de 9 de Março de 1986 a 9 de Março de 1996), seguido pelo Ex-Presidente da República Jorge Sampaio (de 9 de Março de 1996 a 9 de Março de 2001). No Concelho de Caminha presidia o executivo administrativo da Câmara Municipal, José Joaquim Pita Guerreiro (1977 a 1993) e Valdemar Augusto Pais Patrício (de 1994 a 2001). Estabelecem-se novas directrizes a nível do ordenamento do território vindas da comunidade europeia. O poder central procura uma maior repartição das actividades e processos construtivos do espaço urbano. A década de 1990 é marcada, na Vila de Caminha como uma fase de crescimento e transformação da sua morfologia, como consequência da evolução no panorama legislativa, político e social.

6.4.1 – A Importância da Década de 1990 na Regulação do Espaço Urbano

Ao longo da década de 1990 reconhece-se importantes transformações no plano económico, tecnológico, social e político no contexto nacional. As transformações evidenciam-se na organização do território e na construção do espaço urbano, (Alves, 2001).

Desde a adesão, em 1986, de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), actual União Europeia (U.E.), importantes reformas se assistiram a todos os níveis da sociedade portuguesa. Na década de 1990 operaram-se reformas estruturais, relativamente à regulação da construção de espaço urbano, dirigidas para a construção de infra-estruturas de serviço público, fazendo usufruto de um panorama económico favorável e o acesso a fundos comunitários de apoio.

Na ocupação do espaço urbano verifica-se algumas alterações na demanda de fogos de maiores dimensões, residências secundárias, equipamentos de lazer e mais e melhores vias de comunicação, consequência de um gradual aumento do turismo e procura de fixação nas periferias dos centros urbanos.

Tornam-se necessários a execução de dois processos – o planeamento e ordenamento do território. Em 1976, quando foi aprovada a Constituição da República Portuguesa, no capítulo do Planeamento, refere-se a necessidade de se ter em conta a contundência jurídica, estrutura a elaboração e execução de planos de ordenamento do território (definidas as áreas territoriais, art. 256º), e das regiões em apoio aos municípios. Assim como a segunda Revisão Constitucional em 1989 que citava a importância de assegurar um correcto ordenamento do espaço urbano (art. 9).

Em 1997 surge o termo “urbanismo” junto com o “ordenamento do território” demonstrando uma consciencialização para repensar do espaço urbano, através da criação das “Bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo” no catálogo das matérias de reserva relativa de competência legislativa da Assembleia da República. (Correia, 2004).

Na década de 1990 identifica-se uma maior preocupação pela ordenação do território, mas também pelas componentes biofísica e ambiental. A justificação alia-se ao facto de Portugal ter aderido à CEE e isso implicava ter atenção a estes pontos nas suas políticas de desenvolvimento (surgindo leis da Reserva Agrícola Nacional (RAN), Reserva Ecológica Nacional (REN) e a lei de bases do ambiente).

Na década em estudo a atenção centrava-se na organização e funcionamento dos sistemas urbanos, estabelecendo-se objectivos como o de renovação e a reabilitação, acessibilidades e o incremento da construção de equipamentos e infra-estruturas urbanas de apoio.

Na Vila de Caminha, como parte integrante do sistema nacional, a inclusão nas reformas executadas caracterizou as políticas seguidas pela administração municipal. Influenciou o crescimento e o conjunto de transformações que iniciadas no final da década de 1980 e abrangendo toda a década de 1990.

As necessidades da população e a melhoria das condições de vida foram uma preocupação latente do administrativo local. O acesso a fundos comunitários possibilitou a edificação de equipamentos necessários ao crescimento urbano e a realização de obras de requalificação do sistema urbano existente. A importância da década na regulação do espaço urbano centrou-se na colocação em prática dos regulamentos legais, vindos da CEE, como da administração central e na obtenção de verbas que ajudassem às obras necessárias. Prova disto, são as melhorias nos arruamentos e acessos à Vila. Assim como a edificação da maioria dos equipamentos de serviço público se materializarem na década de 1980 e 1990.

6.4.2 – Legislação

A década de 1990 é marcada no campo legislativa com o aparecimento de legislação que influencia as intervenções no território urbano. Assim refere-se: **D.L. 69/90 de 2 de Março**; o **D.L. 445/91 de 20 de Novembro**; **D.L. 448/91 de 29 de Novembro**; sendo normativas que influenciam directamente em transformação operadas na Vila de Caminha, na década em estudo.

A legislação que vigorava até a década de 1990 caracterizava-se como desarticulada, no que se refere à execução de Planos de Urbanização. Também, esta carência de legislação compreende-se pela falta da prática de planeamento até à data. O **Decreto-Lei 69/90 de 2 de Março** vem condensar num único documento as vertentes técnicas e as responsabilidades dos poderes da administração local e central.

Com o aumento da prática de planeamento proporciona-se um melhoramento no campo metodológico, referente aos Planos Urbanos a realizar. As transformações que se vão realizando no território obrigam a uma constante adaptação à realidade, procurando-se uma actualização dos processos inerentes a todo o processo de planeamento, execução, tramitação e aprovação do projecto do Plano, assegurando-se as suas mais-valias:

- Identifica a responsabilidade dos municípios nos planos executados, enquadrando no quadro geral de gestão dos solos;
- Assegura que os planos cumpram as leis em vigor e respeitem o interesse público na preservação, inerente às directrizes constantes na base do planeamento municipal;
- A possibilidade da intervenção do munícipe no processo, numa primeira fase de inquérito publico, procurando uma maior transparência em todo o processo;
- O plano passa a ter uma validade que obriga a alterações periódicas, para uma maximização do aproveitamento do solo em consonância com objectivos comuns.

Após a publicação de novas medidas de regulação do espaço urbano e do seu planeamento, passa a ser necessário assegurar a sua colocação em prática. O D.L. 166/70 de 15 de Abril relacionava a execução do planeamento urbanístico, o seu enquadramento político e institucional da época. Com a crescente procura, na década de 1990, no campo do licenciamento das obras particulares, torna-se eminente o esclarecimento de todo o processo e melhorar os processos administrativos relativamente à administração local e central.

A publicação do **D.L. 445/91 20 de Novembro**, o processo de licenciamento tem a obrigatoriedade de respeitar o alvará do loteamento, Planos de Pormenor, urbanização e ordenamento do concelho, na gestão do licenciamento urbano de terrenos particulares. Surge a necessidade de apresentação de informação prévia da parte dos particulares interessados, que faz diminuir os erros inerentes a todo o processo.

A gestão das obras particulares tem vindo a melhorar todos os níveis processuais. As profundas transformações a vários níveis, como socioeconómico ou políticas constatadas no país nas últimas quatro décadas tiveram uma influência directa das políticas de ocupação e gestão do solo urbano. O **D.L. 448/91 29 de Novembro** facultou o esclarecimento e a simplificação das regras e deveres, assim como os direitos por parte da administração central e local, evitando conflitos burocráticos no processo de produção de espaço público.

O diploma trouxe uma maior clareza processual no licenciamento das obras particulares e possibilita uma melhoria no planeamento estratégico no ordenamento do espaço municipal, que até então se encontraria em falta. É abolido o trâmite anterior, que obrigava a três tipos de processos de licenciamento especiais, ordinários e simples – passando a existir apenas, e um só processo de licenciamento, diminuindo as burocracias anteriores.

Os munícipes passam a ter maior controlo e poder de administração do seu território, no que diz respeito ao planeamento municipal. Surge o Plano Director Municipal, respeitando o **D.L. 69/90 de 2 de Março**, que na Vila de Caminha vigora desde o ano de 1995. Deste modo, a ocupação do solo passa a ter uma maior responsabilidade, mas também evitando o descontrolo e dispersão, assim como o desrespeito pelo interesse público. Um dos objectivos primordiais do diploma era a

imposição de normativas que possibilitasse a transparência dos processos de construção de espaço urbano, aos munícipes, sendo um processo de planeamento e gestão alvo da discussão pública. São estabelecidas directrizes a respeitar na execução de loteamentos: propor espaços verdes e colectivos junto de loteamentos; garantir a boa circulação e qualidade de vida da população, estabelecendo prazos limites para terminar as obras, de forma a minimizar os incómodos causados pelas obras de construção.

As inovações no campo legislativo influenciam a construção do espaço público na Vila de Caminha. Das reformulações legislativas originou-se um maior controlo do crescimento urbano e transformações no território, moldando a sua morfologia impreterivelmente.

6.4.2 – Cartografia de 1995

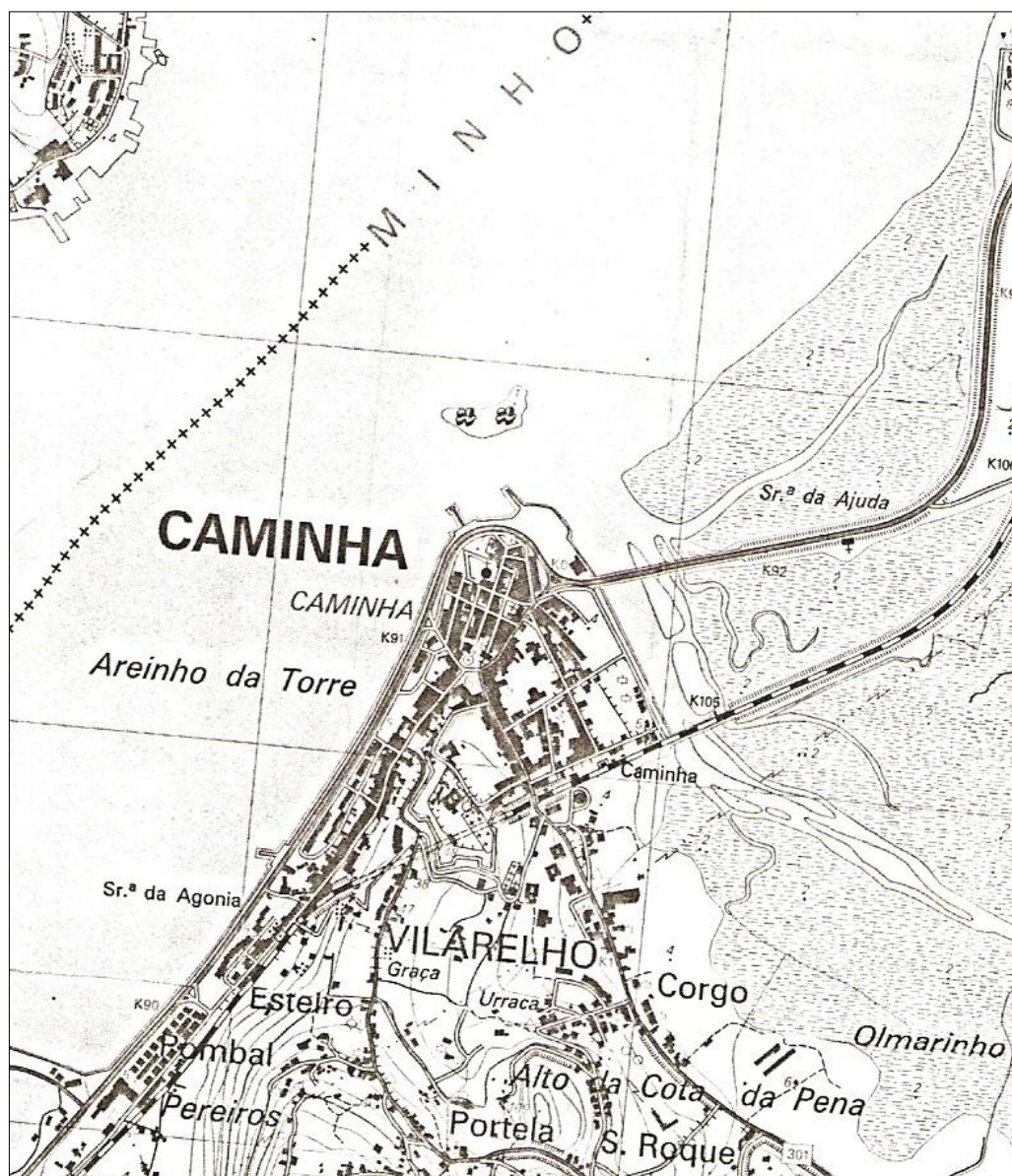


Figura 196 – Carta Militar da Vila de Caminha, 1997. Constata-se o volume construtivo ao longo da rede urbana da Vila e principalmente ao longo da margem sul da Vila.



Figura 197 – Estudo da cartografia existente, na década de 1990, sobre a Vila de Caminha (Carta Militar 1997), 1997. O crescimento que o espaço urbano apresenta, comparativamente à década antecedente, com uma maior ocupação construtiva, vincula todo o processo às transformações da morfologia da Vila.

6.4.3 – Plano Director Municipal (1993)

Através da publicação de legislação necessária, ao longo da década de 1990, relativamente à ordenação e produção de espaço urbano, executou-se um relatório de situação em 1992 e o Plano Director Municipal (PDM) é aprovado em 1995. O Plano constitui um instrumento de gestão urbanística e política de ordenamento físico do território municipal.

O documento apresenta sete objectivos a fazer cumprir: potencializar uma política de desenvolvimento, utilizar recursos naturais e humanos, mantendo o equilíbrio ambiental e social; estabelecer regras de ocupação, uso e transformação do solo; procurar estabelecer uma política de edificabilidade preservando os valores naturais, urbanísticos, paisagísticos e patrimoniais; encontrar soluções para a reabilitação e restauração através de uma enquadrada política habitacional adequada; enquadrar as intervenções sectoriais; encontrar informações do território que sirvam a futura contribuição a Planos Municipais, regional ou nacional; enquadrar a realidade do município com a elaboração de planos de actividades no território.

O Plano tem dez anos de vigência, podendo ser revisto antes do fim da sua validade. Estabelece a futura elaboração de Planos de Urbanização (PU's) e estipula a sua área de incidência. A Vila de Caminha é abordada pelo Plano de Urbanização P.U.2 (elaborado o estudo prévio em 2005) e Planos de Pormenor (P.P.) incidindo na marginal da Vila (P.P2). O Plano Director Municipal tornou-se num instrumento de importância na regulação da ocupação do espaço urbano da Vila e classificação do solo, assim como os usos destinados a cada parcela, surgindo no mesmo documento as áreas classificadas como Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional.

Relativamente à sua influência no território da Vila de Caminha-Matriz, pode-se referenciar a intenção de motivar a execução de planos específicos de recuperação de zonas degradadas correspondentes à expansão residencial, assim como a marginal de Caminha, onde se propunha a transferência da Feira semanal e do Mercado para terrenos a Nascente, em Vilarelho.

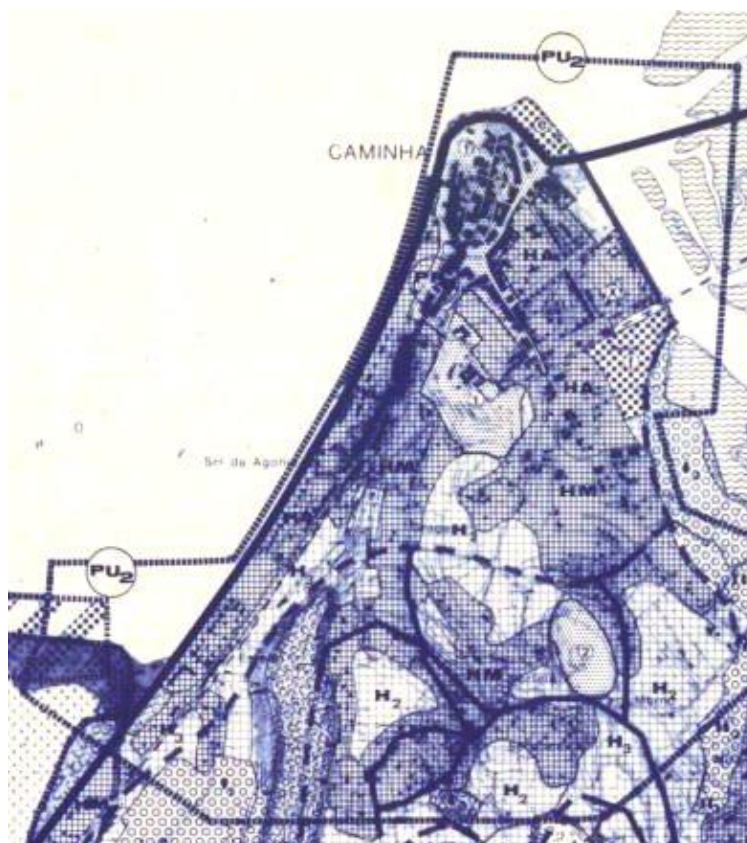


Figura 198 – Parcela do Plano Director Municipal (planta de ordenamento do território), 1995.

O turismo, na década de 1990, assume-se como actividade de forte influência na construção de espaço urbano da Vila de Caminha. O PDM de Caminha concreta este facto e procura uma potencialização dos recursos do território através da construção de equipamentos necessários. De acordo com o Arq. Carvalho Dias (participante na execução do PDM de Caminha) a Vila de Caminha encontra-se numa posição estratégica, relativamente a grandes centros urbanos (Viana do Castelo e Valença) que oferecem equipamentos de apoio ao turismo. A Vila de Caminha teria de oferecer à população melhores condições de permanência, de acordo com a potencialização do turismo.

A proliferação de habitações multifamiliares iniciada na década de 1980 atinge de forma crescente, o seu valor mais alto, na década de 1990, fruto do incremento da procura de habitações permanentes ou como segunda habitação. A área marginal da Vila vê-se em crescimento.

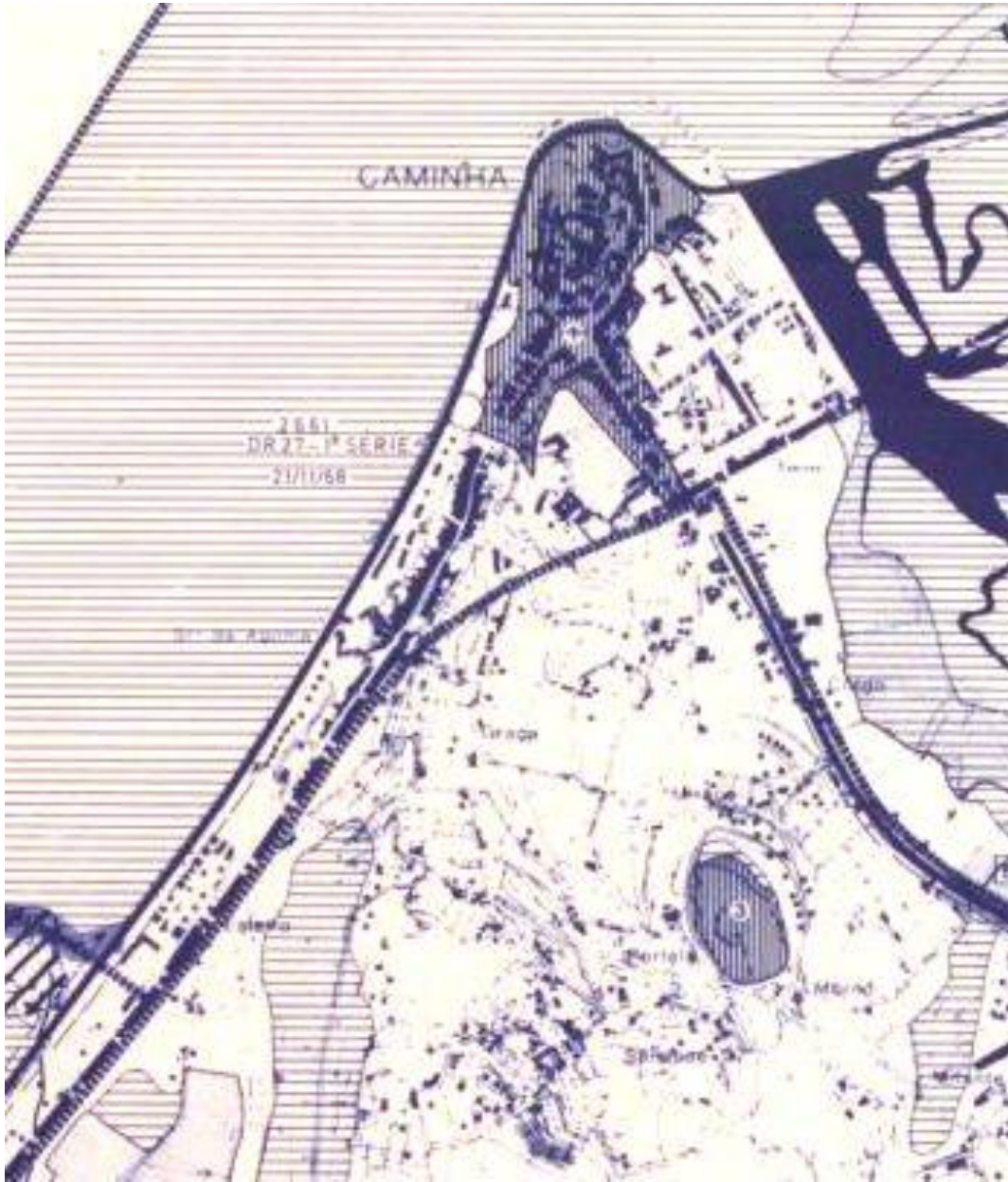


Figura 199 – **Parcela do Plano Director Municipal (planta de condicionantes), 1995.** Com a demarcação da área de protecção histórica, assim como o original núcleo construtivo da Vila. Na imagem podemos observar, como as áreas urbanizáveis da Vila se delimita a norte e a sul do centro da malha urbana de Caminha. A imagem retirada do Plano Director Municipal.

6.4.4 – Elementos Morfológicos Estruturantes

A análise da evolução e transformação da estrutura urbana da Vila de Caminha e sua morfologia centra-se no melhoramento das vias estruturantes existentes, a articulação do crescente número de loteamentos privados (primeira e como segunda habitação), assim como a construção de novos equipamentos de serviço público. Estes parâmetros da investigação fornecem informações sobre a morfologia da Vila de Caminha e ajudam a entender a matriz de crescimento, assumido ao longo da década de 1990.

Na cartografia de 1995 pode-se identificar o desenho urbano que a Vila apresenta e a forma como se desenvolveu a sua morfologia, assim como as principais transformações operadas em relação à década antecedente. Pretende-se uma análise dos elementos estruturantes emergentes no espaço urbano e as relações exercidas entre as formas e o uso do espaço público.

6.4.4.1 – Estrutura Viária

As vias estruturantes que se destacam, desde a década anterior, estabelecem as dinâmicas construtivas ao longo das mesmas e caracterizam a estrutura urbana do conjunto urbano. Através da consolidação da estrutura viária existente e a melhoria das condições de circulação assiste-se a uma relativa estagnação construtiva neste campo, embora possibilitando a ocupação das parcelas urbanas da Vila com loteamentos de índole privada.

Destaca-se apenas a abertura de vias secundárias, pertencentes à estrutura viária interna de circulação, como a rua Eng. Luís Agostinho de Castro, para receber o novo Centro de Saúde de Caminha, consagrando-se a sua urbanização de forma rápida e polémica. Os principais eixos viários articulam-se com a estrutura viária secundária, tem um forte impacto na imagem da Vila, permitindo as ligações entre as várias áreas construtivas.

A via estruturante apesar da sua heterogeneidade pode-se classificar desde a rua urbana até ao simples caminho de acesso, assimilando a sua importância relativamente à

organização urbana global. A Estrada Nacional 13 (EN 13) destaca-se desde a sua construção (1964) e inserção na Rede Viária Nacional, como principal via de circulação externa de acesso à Vila.

O impacto que a EN 13 exerce ao longo da década de 1990 na morfologia da Vila, relaciona-se com a ocupação dos terrenos ganhos ao rio Minho, que desde a década de 1980 se ocupam. Esta via continua a desempenhar um papel de bloqueador da comunicação visual entre o centro da Vila e o rio Minho. Daí surgirem, posteriormente a esta década, propostas de reestruturar toda área ribeirinha, ainda que nenhuma materializada.

A estrutura viária externa da Vila está composta pela EN 13 e pela EN 301 (de acesso a Vilar de Mouros), constituindo e assegurando a circulação automóvel e pedonal entre a Vila e o exterior. A estrutura interna é composta pelas vias que asseguram a ligação de esta com a rede viária externa: Av. Dantas Carneiro, Rua Benemérito Joaquim Rosas (“Rua dos Pescadores”), Rua Visconde Sousa Rego, Rua de S. João, Rua da Trincheira e Rua Conselheiro Miguel Dantas, Av. Manuel Xavier (“Rua da Estação”), Av. Saraiva Carvalho. A rua de S. João sem a importância de épocas anteriores, na rede viária da Vila, é na década de 1990 alvo de uma profunda requalificação, com a construção de passeios pedonais mais amplos e a colocação de um novo pavimento.

A principal característica relativa à análise das vias, que estruturam o espaço urbano da Vila de Caminha na década de 1990, centra-se na melhoria das vias existentes, assim como a Av. Manuel Xavier ou a Rua da Trincheira. A rua Eng. Luís Agostinho Pereira de Castro aberta em 1995 proporciona um importante ponto de crescimento urbano, salientando a reestruturação da área de crescimento nas margens do rio Coura, que na década se proporciona.



Figura 200 – Estudo da cartografia existente, na década de 1990, da Vila de Caminha, 2010. O assumir da construção de espaço urbano, de uma crescente evolução na construção na Vila, é estruturada pelas vias estruturantes, que formam e desenham a imagem da Vila. Daí a relevância do focar o desenvolvimento das vias de comunicação e estruturação do espaço público de forma a entender as transformações observadas no espaço urbano da Vila.



Figura 201 – Estudo da cartografia existente, na década de 1990 da Vila de Caminha, 2010. Em análise da rede urbana da Vila, pode-se identificar claramente a forma como se estrutura o espaço público, em extrema ligação com os “cheios” que ocupam a parcela privada. Uma dicotomia própria de presença visual, embora indissociáveis na identidade urbana da Vila de Caminha.

6.4.4.2 – Pontos e Nós de Convergência

Desde a década de 1980 que os pontos e nós de convergência urbana se mantêm os mesmos e com uma similar relevância, com a excepção do ponto que estabelece a ligação do exterior da Vila até à sua estrutura interna desde a EN 13 à rua 16 de Setembro à rua da Trincheira e à Av. Dantas Carneiro.

Os nós de convergência incidem em zonas de interesse socioeconómico e cultural. Assim, pode-se indicar como ponto estratégico principal na estrutura urbana, a Praça Conselheiro Silva Torres (“Terreiro”), de convergência das principais vias de circulação da Vila. Como pontos estruturantes secundários, pode-se referir as áreas de chegada/saída da Vila, mais concretamente o Largo Bento Coelho, Largo da Feira, Praça Pontaut Conbaut.

A área correspondente à principal entrada na Vila, desde a EN 13, vindo de Viana do Castelo, classifica-se como ponto de convergência gerador de dinâmicas sociais importantes no contexto urbano da Vila. Possui uma relevância no apoio à população, não apenas à circulação automóvel como também no que se refere a serviços e equipamentos. Aqui encontra-se o maior centro comercial da Vila, restaurantes, agências bancárias e o edifício dos correios. Pode-se designar este ponto e o ponto de chegada a norte (ligação à ponte sobre o rio Coura) e ligação da EN 301 a Nascente (ligação até ao Largo Sidónio Pais), como as novas “portas da Vila”.



Figura 202 – Vista desde a EN13, o acesso Norte à Vila de Caminha, 2010.



Figura 203 – Estudo da cartografia existente, na década de 1990 da Vila de Caminha, 2010. Identifica-se os pontos e nós de convergência urbana, geradores de dinâmicas sociais, enquadrando as transformações morfológicas da Vila de Caminha.

6.4.4.3 – Equipamentos e Novas Construções

A transformação evidenciada na morfologia da Vila relaciona-se com a construção de novos equipamentos de serviço público e edifícios de habitação. Surgem novos equipamentos, como a reestruturação do Cais da Vila (com a inauguração do Ferry-boat), a piscina municipal e um novo Centro de Saúde. Também novas construções emergem na paisagem urbana da Vila, alterando-a como o edifício de apartamentos (ladeado pela Casa do Bom Jesus dos Mareantes – Asilo), edifícios de habitação na margem Sul da Vila e na área a Nordeste.

O edifício localizado ao lado do Asilo da Vila apresenta uma forte influência na paisagem urbana. Trata-se de um edifício de cinco pisos, utilizando o betão à vista que se destaca como característica a apontar. A altura do edifício e sua arquitectura ímpar e destaca numa época em que se assiste ao incremento deste tipo de construções. Conhecido como “Edifício do Estuário do Minho”, alberga no piso térreo, garagens, pequenos comércios e escritórios e nos pisos superiores são destinados a habitação.



Figura 204 – Vista do edifício do “Estuário do Minho”, 2010.

A abertura da rua Eng. Luís Agostinho Pereira de Castro, na área a Nordeste da Vila de Caminha, com o propósito de um novo Centro de Saúde, proporciona uma nova área de expansão urbana. A via edificada em 1995 assistiu nos anos seguintes a uma rápida urbanização, através de novos edifícios de grande volumetria e presença visual. O novo Centro de Saúde marca a importante edificação de equipamentos nesta década, através da sua arquitectura contemporânea, que começa a impor-se na Vila de Caminha. A importância deste equipamento reside no próprio serviço que oferece a todo o concelho, possibilitando a regeneração urbana desta área e a transformação da sua morfologia.

Ao longo da via de circulação (rua Eng. Luís Agostinho Pereira de Castro) edificaram-se também outros equipamentos de serviço público, como o Cine-Teatro da Misericórdia (actualmente encerrado), o Centro Infantil, o edifício da Segurança Social e a Piscina Municipal (1994) com a entrada principal orientada para a Av. Camões.



Figura 205 / 206 – Vista da rua Eng. Luís Agostinho Pereira de Castro, e edifício do Centro de Saúde, 2010.



Figura 207 / 208 – Vista do edifício do Cine - Auditório e Piscina Municipal, 2010.

O aparecimento do Ferry-boat (1995) e a revitalização do Cais da Vila originou uma nova via de comunicação (via marítima) e um estreitar das relações com o país vizinho, Espanha, abrindo portas à chegada até à Vila de um maior número de turistas.

As transformações nesta área centram-se no aterro da maior parte do Cais existente, dando origem à construção de um edifício de apoio ao funcionamento do Ferry-boat, assim como a construção de um parque de estacionamento. A obra requalifica toda uma área de chegada à Vila (desde Valença) distinguindo definitivamente uma nova imagem da Vila.



Figura 209 – Vista do Cais e o parque de estacionamento do Ferry-boat, 2010.

O arranjo urbanístico de Largos e Praças inicia-se nesta década. Como exemplos da requalificação destes nós de convergência, apresenta-se o Largo da Senhora da Agonia, que sofre a sua última transformação no ano de 1996, permitindo-lhe ter a forma que hoje possui. A obra consiste na substituição do piso existente, sendo colocado um novo com peças de granito, novos canteiros e um passeio pedonal, beneficiando o espaço sem acesso a automóveis.

No entanto, este Largo caracteriza-se ainda na actualidade como o centro de convergência de pescadores e moradores da “Rua”, ainda que de poucas dimensões, para a sua importância social e Cultural. Encontra-se “estrangulado” pelo aumento da circulação automóvel, na “rua dos Pescadores” e pelas construções que o circundam, embora destacando a Capela de Nossa Senhora da Agonia, em bom estado de conservação.



Figura 210 / 211 – Vista do Largo da Senhora da Agonia, 2010.



Figura 212 – Estudo da cartografia de 1995 da Vila de Caminha, 2010. Pode-se identificar as edificações que surgem na Vila na década de 1990, quando comparada com a cartografia analisada anteriormente, da década antecedente.

6.4.4.4 – Matriz de Crescimento Urbano

As transformações da estrutura urbana da Vila de Caminha, ao longo da década de 1990, associam-se ao aumento da construção destinada à habitação, a edificação de equipamentos de serviço público e a requalificação da estrutura viária existente. Constatase a edificação de algumas construções de grande volumetria, que aliás se fez notar no final da década anterior, de enorme influência na transformação e evolução da estrutura urbana da Vila de Caminha e sua morfologia.

As zonas a Nordeste e a Poente tornam-se as principais áreas de expansão da estrutura urbana. À medida que cresce o número de habitações unifamiliares nas freguesias limítrofes, na Vila o espaço urbano é preenchido através de novos loteamentos de índole privada, fruto de uma crescente especulação imobiliária.

Os equipamentos públicos surgem como forma de colmatar as faltas de apoio à população da estrutura existente, demonstrando uma crescente preocupação social na época. A presença destes equipamentos altera as dinâmicas urbanas estabelecidas, tomando como exemplo a área de edificação do novo Centro de Saúde de Caminha. A Vila, relativamente à sua forma, sempre apresentou um carácter tipicamente urbano e assim se manteve. A linha construtiva, na sua maioria edifícios de dois ou três pisos, vê-se porém alterada surgindo edifícios de quatro ou cinco pisos, de referência na paisagem urbana da Vila actual. A evolução na ocupação urbana e sua morfologia, foi-se transformando pela edificabilidade nos terrenos, ainda disponíveis, gerando uma especulação imobiliária em crescente.



Figura 213 / 214 – Vista do edifício de apartamentos, na rua Eng. Luís Agostinho Pereira de Castro; Edifício de apoio ao Ferry-boat, 2010.



Figura 215 – Estudo da cartografia existente na década de 1990 (Carta Militar de 1994) da Vila de Caminha, 2010. A execução da Matriz de crescimento, contemplando as variáveis do foro urbano da Vila e demonstrando o crescimento que a Vila assumiu na década de 1990, assim como as áreas que foram alvo de construção de espaço urbano. As áreas de expansão salientadas na recente parcela urbana da Vila de Caminha e que desde os finais da década de 1980 manifesta-se na massiva construção de loteamentos habitacionais, a Poente e Nordeste.

O fenómeno da globalização possibilita à população uma grande capacidade de acesso a novos conhecimentos e novas realidades, assim como facultar uma mudança nas mentalidades e modos de viver o espaço urbano.

A nova posição que Portugal assume desde a sua associação à União Europeia (UE), proporciona um conjunto de alterações a todos os níveis organizacionais no País e consequentemente, na Vila de Caminha. Surgem apoios económicos oriundos da U.E. mas também directrizes a nível legislativo e implementar no território nacional. O acesso a fundos comunitários possibilita a construção de novas e necessárias infra-estruturas, facto de manifesta relevância na Vila de Caminha, como a edificação do novo Centro de Saúde, equipamentos desportivos ou requalificações na estrutura viária.

Uma nova realidade política de gestão urbana emerge em Caminha e a sua evolução, onde a criação de nova legislação de regulação e ordenamento do território, associada à realidade da Vila, constitui um facto importante na análise da evolução e transformação das formas da Vila. Destaca-se no campo legislativo o D.L. 445/91, de 20 de Novembro, que possibilita uma maior regulação do processo de licenciamento, uma maior transparência e rapidez de todo o trâmite legal, assim como maior controlo das transformações no território da Vila. De acordo com o D.L. 69/90 surge a obrigação de execução do Plano Director Municipal (PDM), com forte influência do inerente Plano Geral de Urbanização, do Arq. Carvalho Dias (1982), mantendo-se algumas das suas directrizes, vindo-se a revelar a sua adequabilidade actual.

As consequências verificadas no espaço urbano da Vila de Caminha, após a implantação do PDM, relacionam-se directamente com a ocupação do solo urbano e a regulação de novas áreas de expansão urbanística, assim como a protecção do património Cultural e arquitectónico. Assume-se também a classificação de zonas florestais, áreas destinadas a equipamentos de interesse público e área de protecção como Parque Arqueológico.

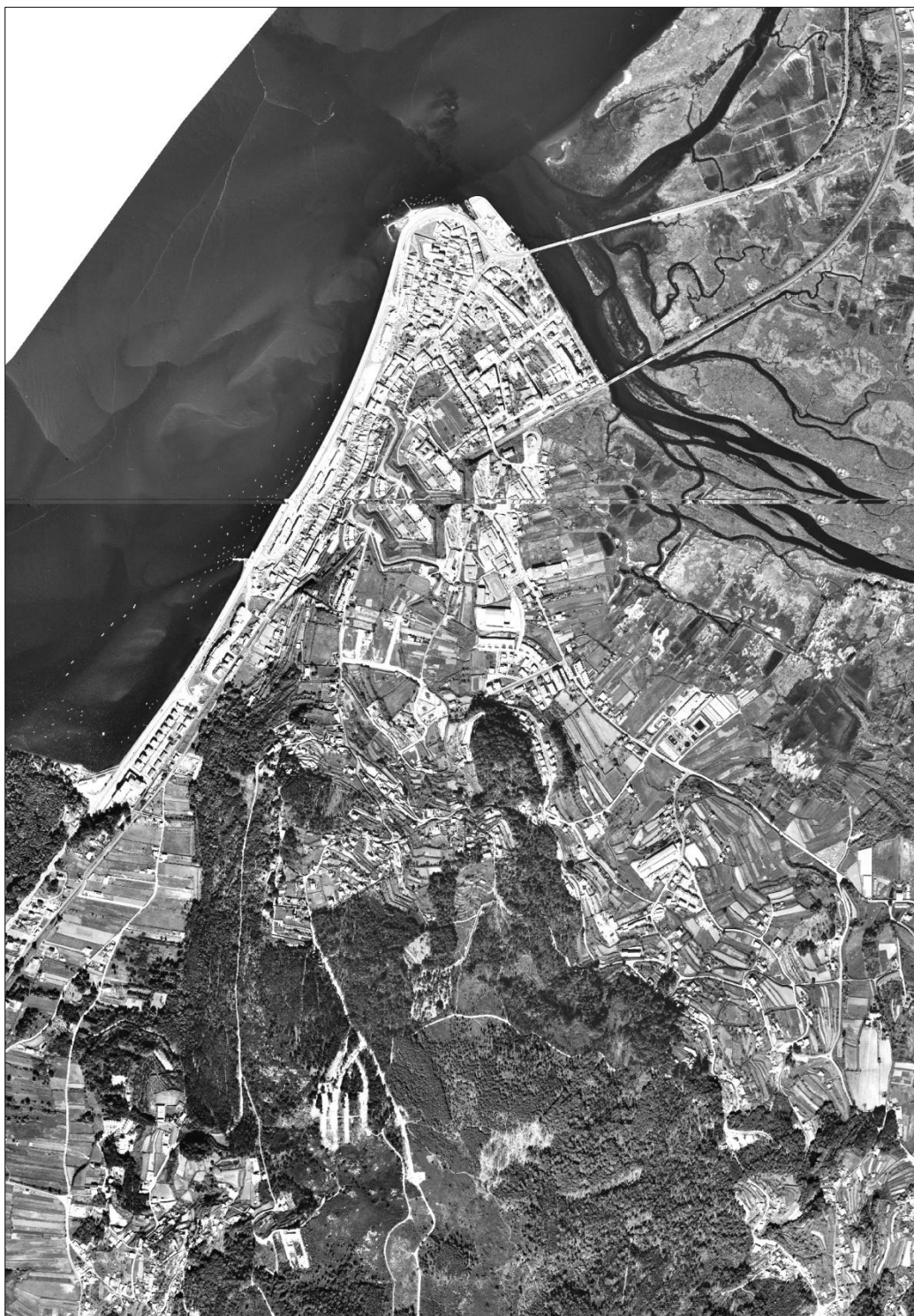


Figura 216 – Levantamento aérea da Vila de Caminha, Ortofotomapa, 2004.

6.5 – Perspectiva Geral da Década de 2000

6.5.1 – A Importância da Década de 2000 na Consolidação da Vila de Caminha

A presidência da Câmara Municipal de Caminha é assumida desde 2001 por Júlia Paula Pires da Costa, mantendo-se no cargo até à actualidade. Na sua recandidatura, em 2005 e 2009, assumiu como prioridade da administração local, obras de melhoria do espaço urbano do Concelho. Como exemplo a criação, em 2003, do Gabinete Técnico Local (GTL), direccionada a sua actividade para a protecção e reabilitação do centro histórico da Vila de Caminha.

Ao longo dos últimos trinta anos, na Vila de Caminha, assistiu-se a um constante crescimento urbano e transformação da sua morfologia. A crescente especulação imobiliária, desde a década de 1980, tornou-se um factor relevante na construção do espaço urbano e na regulação do mesmo. A subida da procura e descida da oferta, motivada pela diminuição dos terrenos urbanizáveis, caracterizou a ocupação quase na sua totalidade da Vila. A década de 2000 caracteriza-se pelo preenchimento da parcela urbana disponível e a melhoria dos espaços em degradação.

A ocupação da parcela urbana a Nordeste da Vila é executada de forma quase completa, assim como a Poente na área da marginal. Esta fase de construção protagonizada na sua pluralidade pelo investimento privado e no licenciamento dos maiores loteamentos da Vila. A procura de uma segunda habitação que motiva o fenómeno de proliferação dos prédios, geralmente marcados pela sua grande volumetria.

No entanto, ao longo da década de 2000, identifica-se a reconstrução e protecção de edifícios de serviço público, a edificação de alguns equipamentos e a requalificação da rede viária de Caminha-Matriz. Com o acesso a verbas provenientes da União Europeia (U.E.) foi possível edificar e requalificar áreas de apoio Social e Cultural, potencializar o usufruto dos espaços lúdicos e de lazer da Vila, assim como a protecção do património arquitectónico.

6.5.2 – Legislação

A década de 2000 foi uma época de grande actividade legislativa, no que se relaciona com as transformações e construção do espaço público. Estas alterações, no campo legislativo, influenciam directamente nas transformações morfológicas da Vila de Caminha.

No território da Vila as transformações notadas aliam-se ao aumento de processos de loteamento de terrenos aptos à edificação de empreendimentos habitacionais, a reconstruções e requalificações de edificações existentes. Pode-se salientar o Decreto-lei nº 555/99 de 16 de Dezembro, que estabelece o Regime Jurídico de Urbanização e Edificação. No entanto, procede-se à sua republicação com o D.L. 26/2010 de 30 de Março, por sua vez, substituído pelo **D.L. 28/2010 de 2 de Setembro**.

Este Decreto-lei aborda questões fundamentais ao processo de licenciamento e ocupação da parcela urbano, distinguindo de forma mais clara os documentos necessários a uma responsabilização de cada interveniente, estabelecendo um melhor relacionamento entre os órgãos administrativos e vinculou a utilização de meios electrónicos para a desmaterialização dos processos e facilitar a relação com os particulares.

O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial torna-se através do **D.L. nº 46/2009 de 20 de Fevereiro** num instrumento importante na gestão do espaço urbano. Ao abrigo deste Decreto-lei que altera o D.L. nº 316/2002 de 19 de Setembro, procedeu-se à responsabilização Municipal através de uma simplificação processual, aliada à alteração do regime aplicado à aprovação dos Planos Municipais de Ordenamento do Território. Este novo regime dita que apenas os Planos Directores Municipais devem ser ratificados. O Decreto-lei vincula-se às alterações procedentes ao Plano Director Municipal (PDM) e os Planos de Urbanização (PU), na Vila de Caminha, ao longo da década de 2000.

Em Assembleia Municipal de Caminha, registado na **Acta nº 2/05.09** (reunião ordinária 2005/12/16), pode-se referenciar o estabelecer de Medidas Preventivas para a área abrangida pelo PU de Caminha. A alteração do espaço urbano, abrangida pelo plano, que consta no PDM vigente, ficam sujeitas ao parecer vinculativo da CCDR-N (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Norte):

- a) Operação de loteamento e obras de urbanização;
- b) Obras de construção civil, ampliação, alteração e reconstrução, exceptuando os que se sujeitem apenas ao procedimento da Comissão prévia à Câmara Municipal;
- c) Trabalhos de remodelação de terrenos;
- d) Demolição de edifícios (excepto os que, por regulamento municipal, se encontrem dispensados de licença ou autorização);
- e) Derrube de árvores ou destruição de solo vivo (ou vegetal).

Procede-se à edificação ou requalificação de alguns equipamentos de serviço público necessários, por parte da administração local, assim como a Piscina Municipal ou Pavilhão Polidesportivo. Os projectos foram materializados através de uma parceria pública/privada, ao abrigo do **D.L. nº86/2003 de 26 de Abril** que estabelece e potencializa normas especiais para este tipo de parcerias. O Decreto-lei surge na procura da salvaguarda dos interesses da autarquia e da população, minimizando riscos do investimento entre as partes intervenientes, assim como derrapagens orçamentais comuns.

Revogando o D.L. nº123/99, o **D.L. nº163/2006 de 8 de Agosto** aprova o Regime de Acessibilidades, sobre os edifícios e via pública. Este Decreto-lei vem impor, com mais afinco, modificações não apenas nas mentalidades dos técnicos e profissionais da área de construção e produção do espaço urbano, mas também da população em geral e alertando-se para a necessidade da existência de uma maior responsabilização social na projecção do espaço urbano. Isto vem alterar o modo de pensar o espaço e as formas do meio urbano, assim como as vias de circulação ou a colocação de mobiliário urbano, contribuindo para uma transformação da morfologia das urbes actuais.

A reabilitação do espaço urbano tem relevância nas transformações da morfologia do território da Vila de Caminha. Assume-se como uma componente “indispensável à política das cidades e da política de habitação, na medida em que nela convergem os objectivos de requalificação e revitalização das cidades, em particular das suas áreas mais degradadas, e de requalificação do parque habitacional, procurando-se um funcionamento globalmente mais harmonioso, de uma habitação condigna.” (D.L. nº307/2009 de 23 de Outubro).

Como grande parte dos meios urbanos do País, com a componente histórica demarcada, a Vila de Caminha apresenta inúmeros edifícios em extrema degradação. Este facto origina um desdobrar de esforços a nível do poder local e particulares, para uma melhor intervenção no espaço urbano da Vila, promovendo a melhoria do espaço público e a preservação do seu património arquitectónico.

O D.L. nº307/2009 de 23 de Outubro, estabelece o regulamento das intervenções de reconstrução ou requalificação de forma a proteger o património existente, mas também oferecer um melhor espaço urbano possível e assegurar uma reabilitação dos espaços ou edifícios degradados, reabilitar tecidos urbanos degradados ou em processo de degradação.

Na Vila de Caminha pode-se observar edifícios, que na zona histórica da Vila se encontram em degradação constante, por abandono ou falta de manutenção. A administração local dá o exemplo promovendo a reabilitação de alguns edifícios públicos, como o edifício do antigo Hospital da Vila (1995) ou ainda o Teatro Valadares (em fase de licenciamento).

De salientar, a realização de actividades de requalificação e valorização das zonas do litoral português, promovendo a protecção ambiental e valorização paisagística, a sustentabilidade económica, ao longo da década de 2000. Aprovado pelo XVII Governo Constitucional, em resolução do Concelho de Ministros, o D.L. nº90/2008 de 3 de Julho, destacando as actividades de promoção e protecção das áreas degradadas, localizadas no litoral, conhecida pela Polis Litoral (Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira).

Caminha é abordada pelo plano de intervenção estabelecido, mais concretamente sobre uma área de 12 hectares e apresenta como principal objectivo a requalificação do espaço público da marginal da Vila, potencializando a melhoria das condições de vida da população, através de melhores vias de circulação e áreas de estacionamento, como também na Foz do Coura, a valorização das suas margens, construção de vias de circulação pedonal e cicláveis, com áreas específicas à circulação automóvel. No entanto, o projecto ainda se encontra em fase de elaboração, mas cabe salientar o esforço que existe na melhoria do espaço urbano, no que concerne aos órgãos administrativos da Vila de Caminha.



Figura 217 – **Vista da Marginal da Vila de Caminha, 2010.** Área de abrangência do programa Polis Litoral Norte.

6.5.3 – Cartografia



Figura 218 – **Cartografia da Vila de Caminha, 2005.** Pode-se verificar, comparativamente à década de 1990, as similitudes perceptíveis, através das poucas alterações de acordo com o índice de edificabilidade constatado na Vila na década de 2000.



Figura 219 – Levantamento aéreo da Vila de Caminha, Ortofotomapa, 2004.

6.5.4 – Plano de Urbanização de Caminha (P.U.)

O Plano de Urbanização (PU) da Vila de Caminha estava previsto no Plano Director Municipal (PDM) de Caminha. O estudo prévio sobre o PU de Caminha é elaborado em 2005, estabelecendo parâmetros a seguir e os objectivos do respectivo plano.

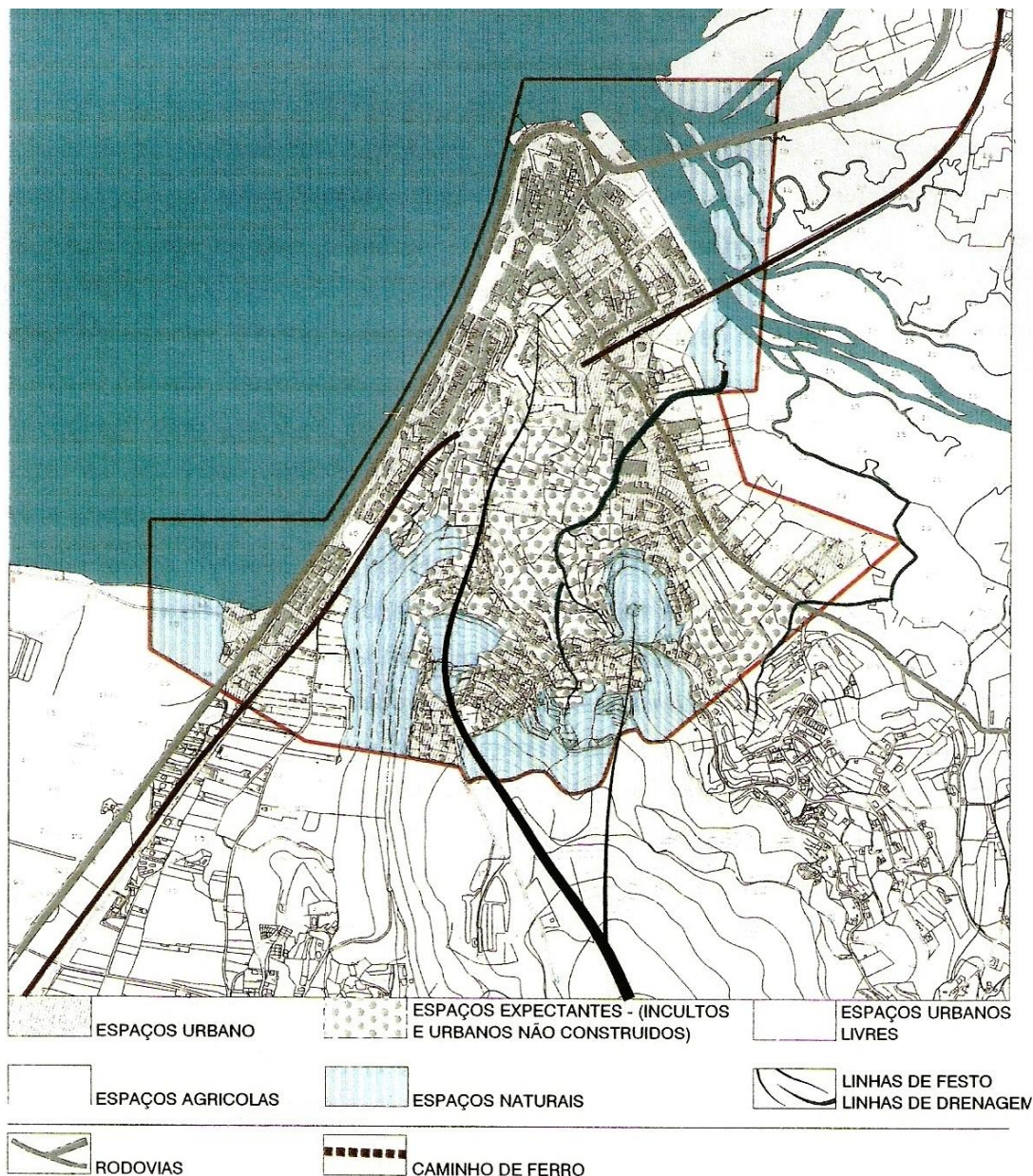


Figura 220 – Plano de delimitação da área de intervenção do Plano de Urbanização de Caminha, 2005. Pode-se verificar como a área do PU abrange a totalidade do território da Vila de Caminha.

O PU de Caminha incide sobre o território da Vila de Caminha-Matriz e parte da freguesia de Vilarelho. A realidade vivida na primeira metade da década de 2000 reflecte-se directamente nas opções tomadas e directrizes apresentadas. A década de 1990 e 2000 constata-se um declínio demográfico na Vila de Caminha, enquanto na freguesia de Vilarelho o efeito é o oposto, revelando um fenómeno de transferência da população da Vila para as suas periferias.

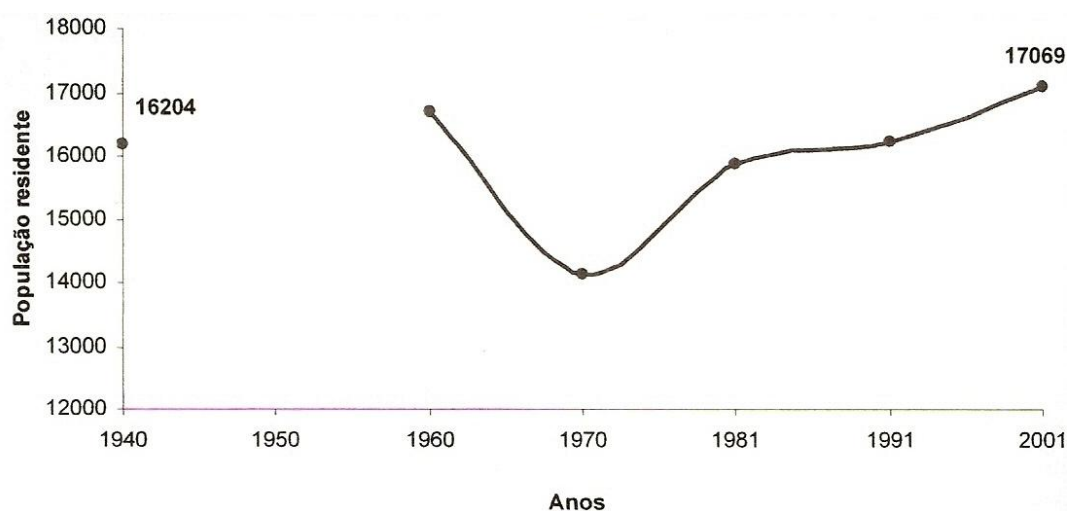


Figura 221 – Estudo da população residente na Vila de Caminha, 2005. Verifica-se como desde 1970 se assiste a um incremento da população na Vila até à década de 2000. A área abrangida pelo PU de Caminha é de 2,5 km² e recorrendo a dados dos censos de 2001 remetendo-se para a ocupação da Vila de Caminha-Matriz com 1554 habitantes e 547 famílias residentes.

A especulação imobiliária está em propagação e os terrenos urbanos atingem os valores mais altos de sempre. As melhorias nas comunicações viárias com a Vila, como a construção da IC1 (2005), tiveram influência no incremento da pressão urbanística. A edificação na Vila direccionou-se para o mercado da segunda habitação, respondendo à procura em crescente em grande parte pelo aumento gradual do Turismo na Região. É necessário rentabilizar o espaço urbano e os investimentos no mesmo, daí o verificar do acréscimo da edificação de prédios.

Os objectivos, agregados ao Estudo Prévio do PU de Caminha, aliam-se à “necessidade de estruturar o crescimento urbano que se prevê em resultado desta pressão [imobiliária] e de reestruturar e requalificar as áreas urbanas existentes, localizando novos equipamentos e/ou transferindo equipamentos existentes, equacionando concomitantemente a importância estratégica para o desenvolvimento do concelho dos valores naturais e patrimoniais em presença, nomeadamente as frentes ribeirinhas do Minho e Coura, as áreas de Montanha, o Centro histórico e património arqueológico da área.” (Teles, 2005; p.5)

A execução do Estudo Prévio teve como base cartográfica o levantamento aerofotogramétrico efectuado em 2001 na Vila de Caminha, assim como o regulamento aliado ao PDM. No início da década de 2000 é substituído o Plano Rodoviário Nacional, de 1985, pelo Plano Rodoviário 2000. Este estabelece alterações a nível de classificação das vias, mais concretamente na articulação entre a Estrada Nacional 13 (EN13) e a sua ligação à IC1, a executar a Este da Vila, pela EN 301. A rede viária da Vila não equaciona, no PU, grandes alterações no seu traçado interno da Vila. Apresentando, relativamente ao melhoramento de meios de comunicação a interagir com a Vila de Caminha, a proposta de construção da linha de TGV, onde se prevê uma alteração da linha de caminho-de-ferro e áreas envolventes, (não concretizado até à actualidade).

Apresenta-se a proposta de requalificação da área piscatória, criando uma ligação directa entre o rio Minho e o Bairro dos pescadores através de um túnel, proposta que não se evidenciou viável, (não se concretizando). Outra das propostas vigentes no PU de Caminha salienta a necessidade de realocização da Feira semanal e do Mercado Municipal, para terrenos em Vilarelho.

O PU de Caminha contempla a execução do Projecto Especial de Urbanismo Comercial no Centro Histórico de Caminha. O projecto apresentado em Abril de 2000 enquadra-se no Estudo Prévio, executado por «Quanternaire Portugal», estando inserido na candidatura ao programa Urb-Com, viabilizando a requalificação do espaço urbano da Vila e que a Câmara Municipal pretende materializar.

Definem-se áreas de intervenção e respectivos projectos de execução, numa perspectiva de revitalizar do espaço público. Estas propostas tornam-se, ao longo da década 2000, importantes para o executar de obras o espaço urbano da Vila, como: Largo Sidónio Pais; rua da Corredoura (executada); Av. De S. João de Deus (executada); Av. Manuel Xavier; Largo Dr Bento Coelho; rua Conselheiro Miguel Dantas; rua de S. João; rua Visconde Sousa Rego (executada); rua 16 de Setembro (executada); rua Conselheiro Silva Torres; rua Ricardo Joaquim Sousa; rua Barão de S. Roque; Travessa do Tribunal; e Travessa de S. João.

Os Projectos de Reabilitação do Espaço Público, abordados no Estudo Prévio do PU prevêem obras de melhoria dos espaços públicos da Vila de Caminha. De referir as obras realizadas pela Câmara Municipal de Caminha, como: a requalificação da rua das Muralhas (rua da Boavista); a reabilitação do Parque 25 de Abril /Jardim Luciano Pereira da Silva /Av. Camões; reabilitação da rua 16 de Setembro e arruamentos adjacentes; reabilitação da rua da Corredoura/Largo Sidónio Pais. (Teles, 2005).

Quanto aos equipamentos públicos, destaca-se: o novo edifício dos Paços do Concelho (antigo Hospital da Vila), concretizada; novo edifício da Biblioteca Municipal (em fase de projecto); Casa-Museu Sidónio Pais (em fase de projecto); recuperação do antigo Teatro Valadares (em fase de projecto); novo Quartel da GNR (em execução); e Canil Municipal (executado).

Relativamente a propostas de edificações de equipamentos necessários, segundo o PU, refere-se a edificação: Biblioteca Municipal /Museu; Cine-Auditório da Santa Casa da Mesericórdia; Mercado Municipal e Largo da Feira; nova edificação da Câmara Municipal (concluída em 2005); serviços Municipalizados; Jardim de Infância de Caminha; Casa Mortuária; Quartel dos Bombeiros Voluntários de Caminha (em execução); Centro de Dia; e Parques Infantis.

No que se refere às indicações do plano, quanto à estrutura viária e o funcionamento proposto visa a classificação de toda a rede em três níveis: Vias de Acessibilidade Externa, Vias Distribuidoras e Vias de Acesso. **As Vias de Acessibilidade Externa**, como a IC1 que se prevê como uma mais-valia para o aumento do volume das circulações da Vila e asseguradas também pela EN13, estando inserida na rede rodoviária principal do Alto Minho.

Em relação à EN13, propõe-se: a alteração do seu traçado, para o lado do estuário do Minho, junto à antiga muralha permitindo-se desta forma a possibilidade de criação d um eixo de distribuição da circulação urbana; construção de rotundas articulando-as com eixos nacionais como a EN 301 e com a via de ligação (futura variante urbana) entre a EN 13 e a EN 301, cujas localizações se situam nos extremos do plano; encerramento da actual inserção junto ao edifício dos CTT e consequente criação de uma nova articulação ao longo da zona Sul e um parque de estacionamento; aumento das áreas pedonais e implantação de arborização na extensão que se desenvolve desde o clube náutico até à via de acesso à praia do Camarido; (Teles, 2005).

As **Vias Distribuidoras** asseguram a mobilidade e as comunicações urbanas. As vias propostas assentam nos objectivos de restringir o acesso automóvel ao interior da área do centro histórico, assim como estas vias se caracterizam pela sua ligação aos principais equipamentos na Vila. Propõe-se a construção de um eixo de passagem, substituindo as funções exercidas até então pelas ruas de S. João, Benemérito Joaquim Rosas e do Pombal.

O novo traçado proposto desenvolve-se a Nascente, passando junto do Baluarte da antiga muralha, unindo a Sul com o antigo traçado da EN 13, pretendendo-se libertar a frente ribeirinha de forma a criar áreas de lazer e constituindo um ponto de ligação entre a Vila de o rio Minho.

As **Vias de Acesso** protagonizam e asseguram o acesso a áreas residenciais e actividades existentes. Devem estas conter boas condições de circulação, existência de passeios e estacionamentos, arborização e mobiliário urbano, quando possível. As transformações propostas visam a melhoria da qualidade de vida dos habitantes, assim como o privilegiar do peão em função da circulação automóvel e a requalificação do espaço público e as transformações inerentes a todo o processo.

O acesso sobre o PU denota a profunda preocupação com a protecção do existente mas, também a requalificação dos espaços existentes. A sua validade concretou-se até à actualidade, ainda que muitas das suas propostas não se materializassem, no que se refere à reabilitação dos espaços públicos, encontram-se em fase de projecto ou em construção. Como exemplo disso mesmo podemos referir a requalificação do Parque 25 de Abril.

6.5.4.1 – Plano de Pormenor da Marginal

O Plano de Pormenor da Marginal (PP2) tornou-se num claro objectivo desde a execução do PDM e assumido pela Administração do Município, embora tenha não tenha sido materializado qualquer uma das propostas apresentadas até 2010. Tornando-se uma prioridade a requalificação da Marginal da Vila como o aproximar do rio Minho ao centro histórico, assim como uma melhorada relação urbana entre a “Rua” e a “Vila”.

Embora sem sucesso na sua aprovação, é importante referir o estudo executado pelo Arq. Sandro Lopes, em Julho de 2007, como Plano de Pormenor da Marginal de Caminha. Assumia-se um compromisso de demolir alguns edifícios da frente ribeirinha, como o Mercado e o edifício dos Correios, assim como a criação de um parque subterrâneo, ligando este ao túnel que atravessava a área e o acesso à rede viária interna da Vila, a partir da EN13 junto ao edifício da Guarda-fiscal. O Plano apresentado ficou sem efeito prático, embora as mais recentes propostas ao programa Polis Litoral Norte, manifestaram influências do estudo do Arq. Lopes.

Outra das propostas apresentadas, por parte do Gabinete Gaiurb (Março 2010) privilegiava a relação entre a Vila e o rio Minho. Contemplava a evolução do tecido urbano da Vila e sua expansão ao longo do tempo. Propõe-se uma valorização da área ribeirinha, criando uma área de lazer, onde actualmente se localiza o Mercado e os Correios. A construção de um parque automóvel subterrâneo, retirando a circulação da frente marginal da Vila na parte central a Poente. As similitudes entre esta proposta (2010) e a proposta do Arq. Lopes (2007) são inúmeras.

A revitalização do espaço ribeirinho da Vila foi-se manifestando urgente. No entanto, no dia 22 de Outubro de 2010, o júri do concurso público para a requalificação e revitalização da frente ribeirinha de Caminha, seleccionou de entre vinte e cinco propostas para a Polis Litoral Norte, a proposta do Gabinete Castro Galapez, encontrando-se em fase de elaboração.

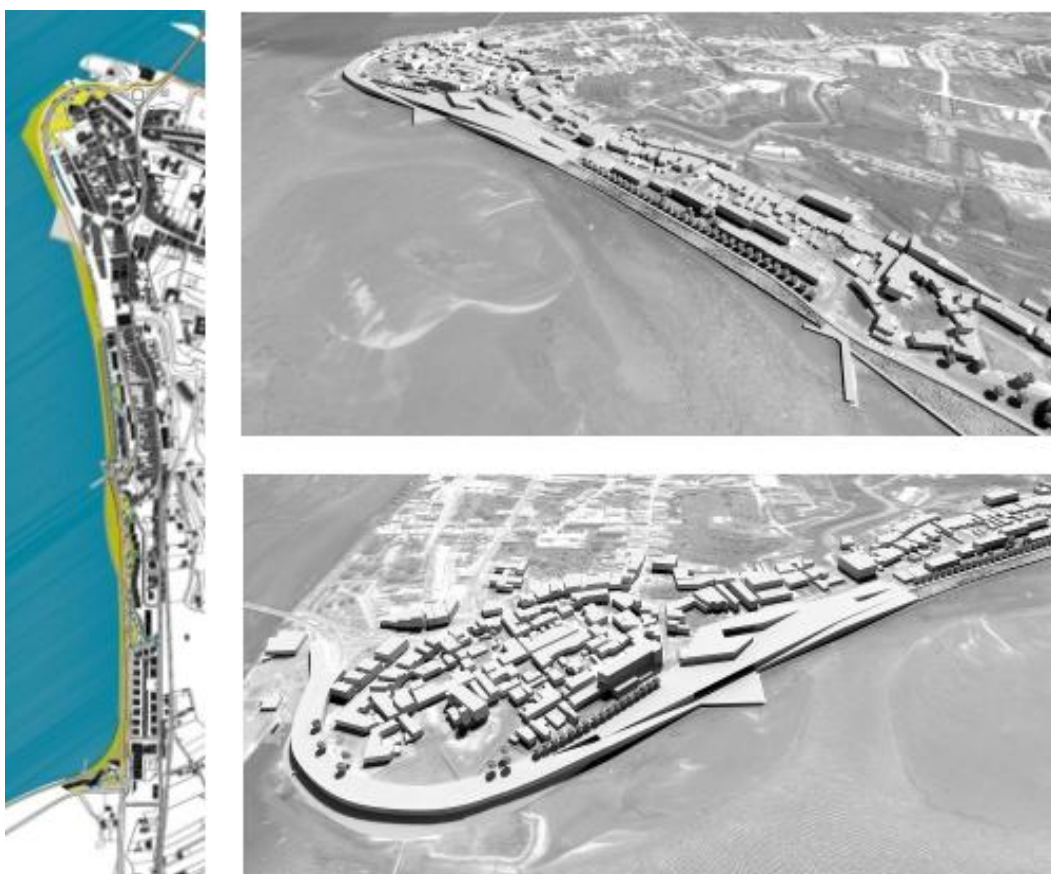


Figura 222 – Proposta apresentada pela empresa Municipal de Urbanismo ao programa Polis Litoral - Norte – Gaiurb, para a **reestruturação da Marginal da Vila de Caminha, 2005.**

6.5.5 – Obras de Renovação da Vila

A Vila de Caminha ao longo da década de 2000 foi alvo de uma crescente renovação, incidindo principalmente no seu espaço público. As transformações fizeram-se notar na requalificação dos equipamentos e do espaço público existente, contribuindo para a valorização do espaço urbano da Vila, assim como o incremento da qualidade de vida da população e revitalização socioeconómica.

Com o intuito de ajudar a compreender este movimento de renovação urbana, que na Vila se manifesta, pode-se referir algumas das obras executadas, ao longo da década de 2000, como:

- A **Igreja Matriz** foi alvo de obras de requalificação e protecção (2001-2007), procedendo-se à substituição da cobertura e à limpeza das fachadas. As obras duraram cerca de sete anos, desenvolvendo-se também trabalhos arqueológicos no espaço envolvente ao edifício;

- A reabilitação e requalificação do **Parque 25 de Abril (2004-2009)** vêm colmatar a necessidade da melhoria de um espaço de lazer, de serviço público e importante para a Vila e para o Município. A intervenção visa a construção de equipamentos envolventes e uma reordenação das áreas de circulação. Foram edificados equipamentos lúdicos e de lazer, assim como um Café com esplanada e instalação sanitárias, mini-campos sintéticos de futebol de voleibol, tabelas de “street basket”, um parque infantil e uma mesa de ping-pong;

- Em 2005 sucede-se a reabilitação da **rua 16 de Setembro**, passando a circulação a ser exclusivamente pedonal. Esta via tem a importância associada à rede urbana interna da Vila, marcando um valorizado acesso ao centro urbano, “o Terreiro”;

- Assiste-se à reabilitação e requalificação do edifício do antigo Hospital da Misericórdia, que em 2005 assume funções de **Câmara Municipal de Caminha**. Tratando-se de um edifício emblemático na evolução da Vila, mantém o traço da sua arquitectura original;

- Em 2007 dá-se o início às obras de recuperação do edifício na rua Ricardo Joaquim de Sousa, destinado a tornar-se na nova **Biblioteca Municipal de Caminha**;

- Obras de requalificação e valorização da **Torre do Relógio**, sendo estas finalizadas em Novembro de 2008. O edifício tornou-se num ícone da arquitectura

medieval, a visitar na Vila de Caminha e assumindo funções de **Núcleo Museológico** no centro Histórico da Vila;

- Em 2008 é proposto o projecto para o **Museu Sidónio Pais**, sendo este formalizado em Maio de 2009. A casa de Sidónio Pais, ex-presidente da República, com o projecto aprovado, apresentara-se como uma mais-valia para valorizar do património arquitectónico e Cultural da Vila de Caminha;

- Em 2008 assiste-se à reabilitação e conservação da **Igreja da Misericórdia**. De grande valor patrimonial, a Igreja é o centro religioso de maior afluência da população, de forte presença morfológica no “Terreiro”.

Ao abrigo do programa “Renovar Caminha” (com um investimento de 2.857.138 euros) e com o co-financiamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), estabelece-se como objectivos principais, por parte da administração local a requalificação da rede viária da Vila, como:

- Largo Sidónio Pais (por executar);
- Parque de estacionamento Sidónio Pais (em execução);
- Avenida Saraiva de Carvalho (por executar);
- Largo da Estação (por executar);
- Largo Dr. Luís Fetal Carneiro (por executar);
- Largo Calouste Gulbenkian (por executar);
- Rua Ricardo Joaquim de Sousa, “Rua Direita” (por executar);
- Rua da Corredoura (executada);
- Rua S. João de Deus (executada);
- Avenida S. João de Deus (executada);
- Avenida Padre Pinheiro (executada);
- Rua da Retorta (executada).

As transformações nos espaços e equipamentos públicos contribuem para a melhoria das condições de vida da população e proporciona profundas transformações na morfologia da Vila. Na segunda metade da década de 2000 novos equipamentos se edificaram, assim como a reabilitação e reabilitação de outros.

De salientar as obras de requalificação na Escola EB1 de Caminha, através da construção de melhores acessibilidades ao edifício, eliminação de todas as barreiras arquitectónicas, criação de um campo de jogos de relva sintética, assim como as melhorias acústicas nas salas de aulas e a impermeabilização da fachada Nascente.

O cemitério da Vila é alvo de obras de reestruturação, com a construção de novos equipamentos de apoio (instalação sanitária, balneário e escritório), como também a melhoria das acessibilidades e dos espaços verdes.

O projecto “Renovar Caminha” potencializou uma melhora ao longo de toda a estrutura urbana da Vila, através de melhores acessos, beneficiação do espaço publico e dos equipamentos necessários, transformando a imagem da Vila e procurando a potencialização do Turismo e da atracção populacional.



Figura 223 – Obras de requalificação no edifício dos **Bombeiros Voluntários de Caminha**, 2010.



Figura 224 – Estudo cartográfico da Vila de Caminha e do edificado, 2010. Baseado na cartografia de 2005, com a localização das construções na Vila de Caminha na década de 2000.

6.5.6 – Elementos Morfológicos Estruturantes

A análise dos elementos morfológicos e a evolução que influencia a imagem da Vila na década de 2000, enquadra-se no campo da melhoria do espaço existente. A actividade construtiva evidencia-se até à primeira metade da década, no entanto na segunda metade as transformações cingem-se a acções de melhoramento do espaço urbano. Referem-se as requalificações, reabilitações e revitalizações do meio urbano e seus elementos estruturantes, associando-se às conseqüentes transformações da morfologia de Caminha-Matriz. Pretende-se analisar os elementos estruturantes, como as transformações na **Rede Viária** e suas vias estruturantes, assim como os **Pontos de Convergência**, ligados essencialmente a espaços de permanência geradores de dinâmicas sociais e Culturais e as alterações relativas aos **Equipamentos de Serviço Público**. O estudo dos componentes estruturais identificados no espaço urbano, pretende oferecer um conhecimento da evolução da morfologia da Vila, formando-se a **Matriz de Crescimento** conseqüente e comparando-se a crescimento patente, estudada na década antecedente. A informação fornece um entendimento das transformações executadas na Vila de Caminha, como também os processos e evolução das mesmas e sua morfologia.



Figura 225 – Imagem da **Vila de Caminha** desde a freguesia de Vilarelho, 2010.

6.5.6.1 – Estrutura Viária

A estrutura viária, comparativamente à década antecedente (1990), permanece ao longo da década de 2000 praticamente inalterada, no que se refere à abertura de novas vias de circulação, apenas se evidenciando profundas requalificações das mesmas.

O traçado viário de circulação externa continua a ser constituído pela EN 13, a Poente e pela EN 301, a Nascente. Refere-se as obras de requalificação na EN13 com a inserção de uma rotunda, no acesso Norte à Vila, facilitando a circulação viária neste ponto. Assistiu-se ao longo da década a uma importante alteração rodoviária de influência à Vila, com a abertura do troço Norte da IC1 (passando a designar-se A28) até Caminha.

Relativamente ao traçado urbano interna da Vila de Caminha e à sua rede principal de vias estruturantes pode-se referenciar, de Sul para Norte, a Av. Saraiva de Carvalho, Av. Manuel Xavier, a rua de S. João, convergindo na Praça Conselheiro Silva Torres, seguindo pela rua Visconde Sousa Rego, rua Benemérito Joaquim Rosas e rua do Pombal, seguindo para a freguesia de Moledo do Minho

A Av. Dr. Dantas Carneiro desenvolve-se paralelamente à EN 13 e assegura a circulação local pelo exterior ao núcleo urbano. Na sua função de via de comunicação possibilita a circulação a toda a extensão habitacional a Poente, como o Bairro Social, o Bairro da Guarda Fiscal e o Bairro dos Pescadores.

As vias estruturantes para além de assegurarem o maior volume de circulação, apresentam características que as distinguem, relativamente às dimensões da faixa de rodagem, o material utilizado no piso (exceptuando a Av. Dantas Carneiro e Av. Saraiva de Carvalho, utilizam o paralelepípedo de granito), são executadas em betuminoso.

Morfologicamente as vias de circulação da Vila têm um papel fundamental, não apenas no assumir das principais comunicações viárias como também como elementos estruturantes no desenho urbano. É ao longo destas que se implantam as edificações, de maior ou menor volumetria e possibilitando a evolução e o crescimento urbano da Vila de Caminha.



Figura 226 – **Estudo da Rede Viária da Vila de Caminha, 2010.** Salienta-se o desenvolvimento das vias de circulação. O desenho das vias faculta informação da forma como se estrutura o espaço urbano da Vila. A rede viária interna constitui-se pelas vias, de Sul para Norte: rua dos Pescadores, rua de S. João, Av. Dr. Dantas Carneiro, rua Conselheiro Miguel Dantas, Av. Manuel Xavier, Av. Saraiva de Carvalho. Por sua vez, a estrutura viária externa continua a ser constituída pela EN13 e EN301.

6.5.6.2 – Pontos e Nós de Convergência

Pode-se identificar, ao longo da década de 2000, quatro pontos importantes para a análise da evolução morfológica da Vila, como: a área de **acesso à Vila desde a EN 13, a Poente**; a **Praça Conselheiro Silva Torres**; o **acesso Norte desde a EN 13**, com a rotunda instalada desde 2008; e o **Parque da Feira**. Estes pontos caracterizam-se pela sua atractividade populacional, possibilitando a permanência e assistindo o interesse Social que despertam.

Na área de acesso à Vila a Poente, desde a EN13, concretiza-se um nó de convergência, quer a nível da circulação automóvel, quer a nível da circulação pedonal. Neste local pode-se encontrar bons acessos ao centro da Vila, comércio e serviços. No entanto, a imagem que a Vila apresenta neste ponto, é marcada pela proximidade com o Parque 25 de Abril, como massa arbórea de grande extensão, assim como também o Largo Dr. Bento Coelho, onde se pode aceder ao núcleo medieval, ao Ferry-boat, restaurantes, áreas de estacionamento, agências bancárias, comércio, serviços, como o Tribunal ou Finanças.

Morfologicamente este nó assume-se como “Porta da Vila” e caracteriza-se pela sua envolvimento, através de edifícios de habitação de grande volumetria e presença visual. Estabelece-se o ponto de chegada à Vila de Caminha e como primeiro impacto visual, para quem chega, assim como o ponto de acesso à Vila, a Poente. Localizado na marginal da Vila, neste ponto podemos encontrar áreas de estacionamento, o maior Centro Comercial da Vila e ainda serviços, como os Correios ou agências bancárias. As áreas de chegada à Vila tornaram-se em pontos de circulação automóvel, mas também pontos de permanência.



Figura 227/228 – Ponto de chegada Norte/Sul à Vila de Caminha, 2010.



Figura 229 – Estudo dos principais Pontos e Nós de Convergência na Vila de Caminha, 2010. Pode-se identificar os pontos de convergência que se instalam na estrutura urbana da Vila. Estes enquadram-se no desenvolvimento dos espaços públicos de circulação e permanência, com atractivos sociais inerentes à vida urbana da Vila de Caminha.

O Parque da Feira é alvo de obras de requalificação em 2004, constituindo na repavimentação e reorganização de todo o espaço comum à Praça Pontaut Combaut. A área é o ponto de maior convergência de população, uma vez por semana, na realização da Feira semanal (quarta-feira), enquanto nos restantes dias é o maior parque de estacionamento automóvel da Vila. A área da marginal da Vila de Caminha enquadra-se na estrutura urbana como área de apoio à população e caracterizado pelo seu vazio construtivo que se distingue na morfologia da Vila.



Figura 230 – **Vista do Parque do Parque da Feira, 2010.** Estudo dos Pontos e Nós de Convergência na Vila de Caminha.

O “Terreiro” é o ponto de convergência social principal na estrutura urbana da Vila. Aqui convergem as vias estruturais da rede viária, protagonizando-se um ponto importante, quer na sua proximidade com a maioria dos comércios da Vila, como também na relevância Cultural que assume, transformando-se no local de reunião, de festas ou comemorações, como por exemplo no decorrer do Euro 2004 (Europeu de Futebol) o local de visionamento de jogos. Ponto de interesse arquitectónico desde a sua formação e cada vez mais ao longo da década de 2000.



L_01	Largo da Matriz	L_09	Largo da Capela Senhora da Agonia
L_02	Largo da Ponte	L_10	Praça Combault Pontault - Largo da Feira semanal)
L_03	Largo 25 de Abril (Parque)	L_11	Largo Dr Luis Fetal Carneiro
L_04	Largo do Mercado	L_12	Largo do Corpo da Guarda (Turismo)
L_05	Praça do Conselheiro Silva Torres	L_13	Largo Dr. Sidonio Pais
L_06	Largo da Torre	L_14	Largo do Novo Tribunal
L_07	Praça Baluarte de Sº Antonio	L_15	Praça de Espanha
L_08	Largo Social	L_16	Largo do Cais
		L_17	Largo Pêro Vaz

Figura 231 – Estudo dos **Largos e Praças na Vila de Caminha, 2010**. Identifica-se os principais espaços públicos, importantes na regulação da estrutura urbana da Vila. São espaços de permanência da população e caracterizam-se pela proposta de requalificação na década de 2000.

6.5.6.3 – Equipamentos e o Edificado

As intervenções relativas aos equipamentos circunscrevem-se no âmbito das reabilitações executadas nos espaços ou edifícios existentes. É de salientar o esforço da administração local na promoção da Cultura e dos equipamentos necessários e sua preservação. Pode-se salientar o projecto de construção e ampliação do novo Museu Municipal de Caminha, ainda em projecto em 2005, a localizar no núcleo histórico.

As melhorias dos espaços públicos, como: o colocação do banco corrido ao longo da Av. Camões, ou o cais de amarre no rio Coura (2005); a requalificação da muralha e áreas envolventes (rua de acesso a Vilarelho), consistindo-se na melhor iluminação, ajardinamento, rectificação de passeios, pavimentos, assim como a colocação de uma pérgola metálica (2005); Jardim Luciano Pereira (Largo do Jardim) em 2005 e também com a colocação de uma pérgola e vegetação, como protecção do parque ao traçado da EN13; a requalificação do Parque 25 de Abril; e a requalificação do edifício do antigo Hospital da Misericórdia, que a partir de 2005 assume funções de Câmara Municipal.

Através das obras de requalificação, pode-se constatar a melhoria dos espaços públicos, de lazer, proporcionando a cada um deles mais qualidade ao serviço da população, ao mesmo tempo que contribui para a transformação da morfologia da Vila de Caminha. Como exemplo, a intervenção, em 2009, no Parque 25 de Abril, com a construção de equipamentos inteiramente direccionados para o serviço à população.



Figura 232/233 – Vista do **Parque do Parque 25 de Abril**, 2010; Arranjo da **área envolvente à Muralha e Miradouro** (rua de acesso a Vilarelho), 2010.



Figura 234 – Estudo cartográfico e localização dos **Equipamentos da Vila de Caminha, 2010**. A localização dos equipamentos presentes na Vila ajudam a entender a importância destes em relação à estrutura urbana. Pode-se referir a localização dos equipamentos de serviço público e institucional nas proximidades do núcleo medieval, afirmando-se a relação destes serviços com a sua implantação ao longo das vias de circulação que os apoia.

O edificado que caracteriza a morfologia da Vila na década de 2000 e que se assume ao longo de toda a extensão do território, está ligado ao processo de construção do espaço urbano e seu ordenamento. Na década em estudo as novas construções resumem-se a loteamentos privados direccionados para as habitações unifamiliares. Pode-se caracterizar a década, ao nível construtivo, como o preenchimento da parcela urbana urbanizável ainda disponível. A morfologia da Vila de Caminha vê-se influenciada pelas obras de requalificação e reabilitação do edificado existente e por sua vez a melhoria das acessibilidades e dos espaços adjacentes às construções. As áreas de novas construções que se evidenciam na estrutura urbana localizam-se a Nordeste e a Sul.



Figura 235 – Estudo cartográfico e implantação do edificado na Vila de Caminha, 2010.



Figura 236 – Estudo cartográfico com a localização das novas edificações na Vila de Caminha, 2010. Pode-se identificar as edificações construídas na década de 2000 em Caminha-Matriz. A informação recolhida é extraída através do cruzamento de cartografia de 1995 e de 2005. A sobreposição dos planos referencia as transformações executadas na Vila. É manifestamente claro as poucas edificações de raiz que surgiram na Vila, remetendo as grandes transformações morfológicas referem a requalificação do espaço urbano existente.



Figura 237 – Estudo do edificado e das **cérceas da Vila de Caminha, 2010**. A análise da morfologia urbana da Vila obriga ao estudo da volumetria, das formas e das alturas que essas formas atingem na paisagem urbana da Vila. Nota-se que a maioria das construções atinge os dois pisos de altura, referentes às construções mais antigas nas áreas marginais das vias estruturais do crescimento da Vila, como a rua dos Pescadores, a rua da Corredoura e a rua de S. João (antiga rua do Vau) assim como também em todo o núcleo medieval.



Figura 238 – Análise do estado de conservação dos edifícios da Vila de Caminha, 2010. A imagem da Vila é influenciada pelo aspecto das edificações, assim o estudo apresentado do estado de conservação possibilita o conhecimento real da realidade da Vila. Pode-se entender que a maioria das construções da Vila está em condições razoáveis, assim como algumas construções no núcleo medieval que se encontram em estado devoluto.



Figura 239 – Estudo dos materiais de construção do edificado da Vila de Caminha, 2010. Através desta análise pode-se identificar a origem cadastral da Vila, assim como as principais vias de circulação onde se localizam as construções que utilizam o Granito. A primeira fase de desenvolvimento de construções na Vila está visível pelos materiais utilizados, ou seja, no núcleo medieval e nos três eixos de circulação (rua dos Pescadores, rua da Corredoura e rua de S. João). Nas restantes áreas entende-se a predominância do tijolo ou betão nas construções, referente a uma data mais recente.



Figura 240 – **Estudo da utilização dos edifícios da Vila de Caminha, 2010.** As construções e o seu uso no meio urbano referem a importância na organização da estrutura urbana e das potenciais circulações geradas pela localização destes edifícios. Verifica-se como os edifícios de uso público se encontram no núcleo medieval ou próximo deste.



Figura 241 – **Análise e identificação dos Imóveis classificados e protegidos da Vila de Caminha, 2010.** Os edifícios classificados têm um valor reconhecido na estrutura urbana da Vila. O Chafariz encontra-se no “Terreiro”, assim como a Casa dos Pitás e a Torre do Relógio, actual núcleo Museológico, que se caracteriza como uma área de forte presença populacional. Todos os casos, a manutenção das construções encontram-se num bom estado de conservação, transparecendo a consciencialização para o seu valor. O mesmo acontece com A Igreja Matriz ou as Muralhas da Vila que faz referência às origens da Vila e o valor da história presença na sociedade caminhense.



Figura 242 – Imóveis classificados como Património Arqueológico da Vila de Caminha e a delimitação das áreas de protecção, 2010. As áreas de protecção estabelecidas, como a de delimitação do Núcleo Arqueológico Principal que se desenvolve pelo limite da primeira muralha medieval da Vila. Por sua vez, a delimitação da Zona de Protecção urbana alarga-se pela rua dos Pescadores, pela rua da Corredoura, pela rua de S. João e o núcleo medieval, abarcando as construções mais antigas da Vila.



Figura 243 – **Identificação do Património Eclesiástico na Vila de Caminha, 2010.** O Património eclesiástico presente na Vila destaca pela sua valorização na sociedade católica caminhense. Estas edificações apresentam um uso ao longo de todo o ano, assim como um estado de conservação bom e dos seus espaços envolventes.

6.5.6.4 – Matriz de Crescimento Urbano

A evolução urbana da Vila, ao nível da construção de novos edifícios, pode-se considerar em decréscimo. Com a diminuição de áreas a urbanizar é necessário identificar o modo que se estruturaram as alterações realizadas ao longo da década de 2000. As novas edificações que se surgem na Vila implantam-se ao longo da marginal, a Sul, e a Nordeste, concretizando-se assim as perspectivas de crescimento na década antecedente. Seguindo a tendência construtiva, no que se refere à construção de novo espaço urbano, as iniciativas são de índole privado, mais concretamente edifícios de habitação multifamiliar. O maior impacto, relativamente às transformações morfológicas da Vila, é conseguido através da presença de edifícios de grande volumetria, localizados na zona Sul da marginal. A urbanização desta área ribeirinha iniciou-se na sua máxima expressão na década de 1980 e 1990 e consolidou-se na década de 2000. Destaca-se desde 2009 a edificação de um loteamento habitacional de forte presença visual, a Sul, que vem preencher a última parcela urbana disponível à edificação nesta área.



Figura 244 – Imagem dos edifícios que surgem na Marginal da Vila de Caminha, 2010.



Figura 245 – **Estudo do crescimento da Vila de Caminha, 2010.** No que se refere a novas construções a Vila não apresenta muitas transformações, surgindo apenas cerca de quatro edifícios. A parcela urbana da Vila vê-se preenchida quase na totalidade, restando poucas áreas disponíveis à edificação. Dentre as novas construções pode-se referir o edifício de habitação multifamiliar a Sul, e a Norte um pequeno equipamento público, um Café, esplanada e campo de jogos, importante no apoio ao requalificado Parque 25 de Abril.



Figura 246 – Estudo da Matriz de Crescimento da Vila de Caminha, 2010. O esquema apresentado vincula-se à análise do espaço urbano. Identifica-se as construções que surgem como também a localização de equipamentos importantes. O estudo síntese pretende clarificar e interpretar, através do cruzamento da vária informação recolhida, as dinâmicas de crescimento urbano identificadas e a clarificação das áreas de expansão fornece informação acerca da actividade de crescimento na década de 2000. Apenas se desenvolve novas edificações nos terrenos a Sul e a Nordeste o que nos remete para as poucas alterações executadas na morfologia urbana da Vila.

6.5.7 – Notas Síntese

As construções do espaço urbano manifestadas nas décadas antecedentes caracterizaram-se pelas transformações conseguidas através da ocupação de solo urbano e construções que iam surgindo no território. A década de 2000 vinculou-se à produção do Plano de Urbanização (PU), promovendo a requalificação do espaço urbano da Vila. O Plano de Urbanização de Caminha vem colmatar as lacunas evidenciadas na década de 1990, no estudo do Plano Director Municipal.

As directrizes apresentadas no PU indicam a prioridade na protecção do património arquitectónico e histórico da Vila, assim como a valorização do espaço público. Contudo, promove-se a execução do Plano de Pormenor direccionado à reestruturação da frente ribeirinha da Vila, ao longo de toda a marginal, ainda que não materializado até à actualidade. No entanto, as indicações do PU de Caminha que incide em toda a extensão do espaço urbano da Vila, determina áreas de protecção, onde o núcleo histórico prevalece como o centro da identidade física e Cultural de Caminha-Matriz.

A década de 2000 a rede viária foi alvo de alterações que influenciam as circulações na Vila. Surge a IC1 (2005) que vem melhorar as acessibilidades externas até Caminha, promovendo o crescimento do fluxo de população presente na Vila, assim como um aumento das visitas turísticas. A especulação imobiliária atinge os seus valores mais altos na década, com a maioria da parcela urbana construída. Esta está direccionada inteiramente para a primeira ou segunda habitação. Pode-se considerar que o termo requalificação seria o mais correcto para caracterizar a evolução da Vila de Caminha e sua morfologia, com as inúmeras obras de melhoria dos espaços e equipamentos públicos que se manifestaram ao longo da década de 2000.

O Plano Especial de urbanismo Comercial no Centro Histórico de Caminha (Abril de 2000) vem impulsionar a requalificação do espaço urbano e das vias de circulação. Este Plano pretende melhorar os espaços degradados ou obsoletos socialmente, respondendo às necessidades da população. Pode-se referir as obras executadas neste sentido, como a requalificação do Parque 25 de Abril e as margens do

rio Coura. Ao nível dos equipamentos podemos destacar a reabilitação do edifício do antigo Hospital da Misericórdia para passar a desempenhar funções de sede da Câmara Municipal, a remodelação do Quartel dos Bombeiros ou a reestruturação do Parque da Feira, a reabilitação da Igreja Matriz, recuperação e reabilitação da Torre do Relógio (2008) e a reabilitação da Igreja da Misericórdia.

A apresentação do PU teve como consequência directa nas transformações da rede viária. Acontece a reformulação do ponto de acesso à Vila a Norte, com a construção de uma rotunda de modo a facilitar a circulação e comunicação com a Vila, assim como a melhoria de algumas das vias de circulação na Vila, como a rua da Corredoura, a rua da Retorta, Av. Padre Pinheiro, Av. Camões ou a Av. S. João de Deus.

O PU com o seu Estudo Prévio apresentado à Câmara Municipal transformou-se num importante instrumento, seguido pela administração local na “Renovação de Caminha”. As principais intervenções de melhorias do espaço urbano da Vila são direccionadas às obras de protecção e valorização dos espaços de serviço público.



Figura 247 – Imagem da paisagem urbana da **Vila de Caminha**, 2009.

7. – CONCLUSÕES

A investigação apresentada, centrada na evolução e transformação morfológica da Vila de Caminha, em diversos períodos da história da freguesia, revela processos e factos motivadores da expansão e mutação urbana ao longo dos anos.

A recolha de informação, essencial para o desenvolver da Dissertação, foi complementada pelo redesenho de Cartografia da Vila de Caminha, partindo de Cartas Militares e imagens aéreas. Os dados extraídos do material cartográfico, completaram-se através de registos fotográficos e escritos, referentes a cada época em estudo, assim como a recolha dos relatos testemunhais dos habitantes.

Da análise e interpretação da informação, seguiu-se uma metodologia orientada para elaboração de sínteses gráficas e posterior reinterpretação desses dados de forma inter-relacionada, destacando-se os pontos mais relevantes conformadores do espaço urbano, no sentido de os tornar mais claros e de leituras mais direccionadas no sentido de se perceber o respectivo papel na transformação morfológica da Vila de Caminha.

Assim, no desenvolvimento da investigação procedeu-se a cruzamentos e sobreposições de elementos gráficos, proporcionando uma leitura diacrónica, no espaço e no tempo, das transformações verificadas na estrutura urbana de Caminha-Matriz. Foi importante executar um levantamento das edificações, obtendo informação essencial para o estudo, tais como materiais de construção, o estado de conservação, número de pisos, revestimentos, entre outros aspectos também considerados.

O estudo foi estruturado através de capítulos, estruturados num fio condutor que revela as transformações morfológicas operadas no território, desde os primeiros assentamentos até ao século XX. Por sua vez, a análise morfológica nas datas indicadas ao longo da investigação incide em períodos com registos gráficos, cuja interpretação possibilitou detectar os principais agentes e elementos da transformação de Caminha e seu território urbano. A caracterização do espaço físico e humano da Vila de Caminha evidenciou a sua implantação estratégica no território. Constatou-se que o assentamento urbano ancorou-se no terreno com cotas regulares relativamente ao Rio Minho, Rio Coura e Monte de Santo Antão, marcando as condições iniciais para a evolução urbana e tipológica. A actividade económica e produtiva desenvolveu-se através de actividades como a pesca, a agricultura e o comércio, as quais tiveram um papel fundamental no crescimento da Vila e sua morfologia.

A importância do porto de Caminha marcou o incremento piscatório da população e a afirmação da actividade no plano económico, como também no plano social. Juntamente com a pesca, vincula-se o comércio a toda a actividade construtiva, proliferando por toda a Vila a “loja” nos pisos térreos dos edifícios. Denota-se a relação que se estabelece entre o espaço urbano e as actividades económicas, assim como a localização das habitações de pescadores na “Rua dos Pescadores” e os pequenos comércios ao longo das duas principais vias, “Rua da Corredoura” e “Rua de S. João”.

O urbanismo medieval esteve na base da construção da imagem da Vila que hoje é perceptível, salientado pelo traçado geométrico e regular das vias de comunicação, com a ocupação dos lotes rectangular, o logradouro como área de trabalho, a habitação com a fachada orientada para a rua principal e a regularidade e simetria das fachadas.

No século XVI verifica-se a primeira grande expansão construtiva, motivada por um crescimento das actividades piscatórias, com o porto adstrito às principais rotas de navios mercantes de grande porte, incrementado também o comércio.

O crescimento populacional e melhoria de condições de vida provocaram a franca expansão para fora da muralha medieval e posteriormente a ampliação desta. As primeiras construções fora das muralhas implantaram-se numa primeira fase, encostadas ao muramento, durante o século XV e XVI e numa segunda fase assume-se o traçado urbano fora das muralhas, pela “Rua dos Pescadores” e pela “Rua da Corredoura”, convergindo no centro Social e Cultural – “Terreiro de Caminha”.

Ao longo das referidas vias foram-se implantando as edificações que ainda hoje encontramos. A construção das novas muralhas, durante o reinado de D. João IV, D. Afonso VI e D. Pedro II, proporcionou defesa contra os vizinhos espanhóis, assim como as novas edificações que surgiram. Como marco fundamental do início deste crescimento, cita-se a primeira “Carta Foral” de D. Manuel, em 1512, que motivou grandes transformações urbanísticas. Na formação e estruturação do espaço urbano em expansão distingue-se uma diferenciação física e sociológica, entre a “Rua” e a “Vila”. Estas áreas estão demarcadas pelas suas edificações e vias de circulação.

Na “Rua” (rua dos Pescadores) relaciona-se uma área onde se podem identificar casas, que desde o século XV pertencem aos agricultores e pescadores na sua maioria, as quais podem ser reconhecidas pela sua altura e largura reduzida, desenvolvendo-se longitudinalmente no lote, sendo designadas como “casas plebeias”. Esta tipologia foi também identificada na “Rua da Corredoura”. Na “Vila” reconhece-se na base cadastral uma maior variedade de habitações, como as “casas fidalgas” e “casas burguesas”.

Com o estudo das tipologias existentes pode-se constatar, o traçado viário inicial e as primeiras construções (“casas plebeias”) fora da muralha medieval, surgindo mais construções (“casas fidalgas” e “casas burguesas”) ao longo dos principais eixos de comunicação – “Rua da Corredoura” e “Rua da Vau” (rua de S. João). A análise cartográfica produzida no âmbito da Dissertação serve como meio que revela a evolução construtiva da Vila, tendo-se assim extraído dados que demonstram as orientações de fixação, ocupação e desenho da forma urbana.

O cruzamento de informação, como resultado da análise das tipologias construtivas existentes e a evolução cadastral dos séculos XIV a XIX, resultou na clarificação do modo e processamento da expansão, estruturação e crescimento da Vila de Caminha. Ao longo do século XIV, demarca-se o primeiro delineamento da expansão ocupacional acompanhada pela estabilização do traçado urbano e pelas primeiras manifestações construtivas a Poente. Os séculos XV e XVI marcam a potencialização do crescimento urbano de Caminha, fruto das organizações técnicas e organizativas, melhoramento das condições de vida e um forte incremento do comércio.

Assiste-se a um crescimento urbano e a uma estruturação do espaço existente ao longo do século XVII: o “Terreiro” assume o papel de centro social e cultural da Vila de Caminha. A urbanização do território que se encontrava protegido pela segunda linha das muralhas desenvolveu-se ao longo da “Rua Visconde Sousa Rego” e “Rua Areinho do Ouro”, ambas a Poente. O século XIX ficou marcado pela destruição da segunda linha de muralhas, em 1869, impulsionada por António Xavier Torres e Silva, surgindo em 1886 o comboio. Destacando-se a renovação da ponte rodoviária sobre o Coura e a abertura de novas vias de circulação, com a “Avenida Manuel Xavier” (conhecida por Avenida da Estação). A situação morfológica da Vila, no fim do século XIX e início do século XX, demonstrou o ritmo de crescimento acelerado desse período.

A ocupação construtiva atinge o limite na segunda linha de muralhas, ultrapassando-a. O crescimento incide na área a Sul, pelo arrabalde e inicia-se um processo de parcelamento dos terrenos a Nordeste, ganhos com a edificação do paredão e abertura da “Avenida de Camões” (mais conhecida por Avenida Entre Pontes), nas margens do Rio Coura.

Durante as transformações e evolução urbana da Vila de Caminha ao longo da segunda metade do século XX, verificam-se profundas alterações a nível do tecido urbano. A década de 1950 a 1960 foi preponderante na construção da paisagem urbana, onde se inicia o processo de reestruturação do espaço construído e incidem alterações nas estruturas políticas e do Governo. A consolidação do espaço existente, bem como a consolidação de novos espaços, marcam as décadas indicadas com o surgimento do primeiro Antepiano de Urbanização em 1958, pelo Arquitecto José Porto, motivado à construção o mercado da Vila e “Avenida Padre Pinheiro”.

É de salientar a vontade reformadora e de melhoramento do espaço urbano, constatado já na década de 1960 com uma das obras mais importantes na história da construção da Vila de Caminha, a “Avenida da Marginal”. Esta obra foi preponderante para a expansão do território urbano, contribuindo em 1965 para o contributo dos Arquitectos Carlos Carvalho Dias e Lúcio Miranda e respectiva proposta de requalificação e reestruturação do espaço urbano da Vila, no qual se veio a verificar um estudo de base para futuras intervenções, ficando algumas das suas ideias bem vincadas. Tem-se como exemplo o aterro parcial da doca a Norte, os acessos propostos a Poente e também a área de localização de um complexo hoteleiro na margem Sul. No entanto, as alterações na morfologia na Vila nestas décadas, incidiram nas evoluções na forma de entender o ordenamento do território, potencializado pelo aumento da legislação.

O Decreto-Lei n.º 888, de 29 de Agosto de 1952, estabelece o “Regulamento Geral de Edificações Urbanas”, o qual contemplou os espaços construídos, assim como a regulação das cérceas e do alargamento das vias de circulação. Surgem os primeiros levantamentos topográficos e registos aéreos, como prova da motivação centrada no espaço urbano e sua reestruturação, desde a abertura da “Avenida da Marginal” em 1964, marcando a área urbana nas décadas posteriores.

Foi o caso nas décadas de 1960 a 1970, nas quais se assistiu a um crescimento demográfico, assim como variações tanto no campo político como no campo socioeconómico. O decréscimo das principais actividades económicas (pesca e comércio) resultou no aumento das dificuldades económico-financeiras das famílias. No campo político, acontece a Revolução do 25 de Abril em 1974.

A década de 1970 caracteriza-se pela criação de instrumentos de regulação das transformações urbanas, com o crescimento da construção na década de 1980. O Arquitecto Carlos Dias executou, em 1982, um Plano de Urbanização para a Vila de Caminha, preponderante para a regulação da ocupação do solo urbano caminhense. Os regulamentos e o incremento da actividade legislativa evidenciavam a profunda preocupação com o crescimento do seu controlo. O estudo do Arquitecto Carlos Dias em 1995 constituiu a base indicativa do Plano Director Municipal (PDM). A década de 1980 marcou o arranque do “boom” construtivo de Caminha. A necessária regulação da ocupação nunca foi tão precisa na Vila e evidente.

As obras de urbanização sucederam-se por todo a área urbana da Vila, incidindo a Poente, ao longo da Marginal e a Nordeste. Surgem as edificações em altura, assumindo a urbanidade do espaço urbano, através da construção de apartamentos de grande volumetria. A Poente na Marginal da Vila nasceu o projecto dos primeiros bairros sociais, colmatando as necessidades sentidas a esse nível, como o “Bairro da Guarda Fiscal”, o “Bairro Social” e o “Bairro dos Pescadores”.

Constata-se também a requalificação de equipamentos de serviço público, a destacar, a reabilitação do Tribunal e a Cadeia, para actualmente receber funções de Biblioteca Municipal, uma vez que o Tribunal, Conservatória e Registo Predial e Civil foram constituídos em 1983. Surgiram mais edificações nas décadas de 1970 e 1980, tais como importantes equipamentos de serviços, como o Mercado Municipal (1978), o Quartel dos Bombeiros (aprovação do projecto em 1984) e a Escola Básica (1979).

Na década de 1990 verificou-se uma continuidade com a linha de desenvolvimento estabelecida na década antecedente, potencializada com o acesso a fundos europeus, a melhoria do espaço público, a construção ou requalificação de equipamentos e o ordenamento do espaço urbano. Surgiram inovações na regulação da edificação, na tramitação legal processual e uma maior responsabilidade da administração

local na materialização dos indicadores objectivos, apresentando-se por exemplo a execução do PDM (1995), criando-se a base delineadora das intervenções e da protecção das áreas históricas como a Vila de Caminha. A área a Nordeste é onde a Vila sofre uma maior alteração na sua morfologia.

O fenómeno crescente do turismo tem vindo a potencializar a edificação do solo urbano gerando-se, desde a década anterior, uma forte especulação imobiliária, a qual perspectiva uma ocupação intensa do solo urbano, ao longo da década de 1990. A área mais afectada por esta transformação foi a Nordeste, com a abertura da Av. Engenheiro Luís Agostinho Pereira de Castro e respectiva edificação do novo Centro de Saúde. Rapidamente se constatou uma ocupação construtiva da parcela urbana disponível, pois com a procura da habitação para férias ou procura duma segunda habitação. De referir ainda a importância da construção da terminal “Ferry-Boat” (1995), como o consequente aterro quase total do cais.

A década de 2000 caracteriza-se pela requalificação do espaço urbano. Quase sem área disponível, inicia-se na Vila um processo de melhoramento do espaço público existente. Proporciona-se a melhoria das vias de circulação, a requalificação de equipamentos, com o edifício do antigo Hospital que se converte em Câmara Municipal (2005); o Parque 25 de Abril (2009), através da construção de um edifício de apoio, um campo de jogos e o melhoramento da iluminação pública. É nesta década que se pode constatar as inúmeras obras a nível do espaço público urbano, com o arranjo de largos e praças, proporcionando um melhor espaço público e por consequência, melhor qualidade de vida.

A análise realizada ao longo da Dissertação, revela e enquadra as principais transformações e linhas de desenvolvimento urbano da Vila de Caminha-Matriz, até à década de 2000, assim como as principais problemáticas a abordar no espaço urbano da Vila. Compreender a evolução do território no espaço e no tempo, é uma das vias para consagrar um melhor entendimento do modo de intervir no futuro. É neste sentido que esta Dissertação espera poder constituir-se como um contributo síntese para esse reconhecimento.

**BIBLIOGRAFIA
E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Bibliografia Geral

- ARIBA, Cliff Tandy Fila - Manual de Paisaje Urbano: Edición castellana de Manuales AJ, 1980.
- ARMAS; Duarte de - Livro das Fortalezas: edições INAPA; Lisboa, 1990.
- ALMEIDA, Pedro Vieira de - A Arquitectura no Estado Novo, uma leitura crítica: Livros Horizonte, 2002.
- AGRASAR, Fernando - Introduccion al Conocimiento de la Arquitectura: Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia, 2008.
- ASCHER, François - Novos Princípios do Urbanismo (seguido de Novos Compromissos Urbanos – um léxico): Livros Horizonte, 2010.
- BENEVOLO, Leonardo - A cidade e o arquitecto: editora perspectiva, 2001.
- COSTA, António Carvalho da - Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal... / P. Antonio Carvalho da Costa., Lisboa, Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712.
- CULLEN, Gordon - Paisagem Urbana: Edições 70, 1983.
- CORBUSIER, Le - Planejamento Urbano: editora perspectiva, 1984.
- CARVALHO, Serra De; AZEVEDO, João - O Bilhete-postal Ilustrado no Concelho de Caminha na Primeira Metade do Século XX: Edição da Câmara Municipal de Caminha e da Região de Turismo do Alto Minho, Caminha, 1991.
- COELHO, Carlos Dias; CALADO, Maria; CARVALHO, Gabriela; COSTA, João Pedro; FERNANDES, Sérgio; PROENÇA, Sérgio - A praça em Portugal; volume I; Direcção Geral do ordenamento do território e do desenvolvimento urbano; Lisboa, 2007.
- COELHO, Carlos Dias; CALADO, Maria; CARVALHO, Gabriela; COSTA, João Pedro; FERNANDES, Sérgio; PROENÇA, Sérgio - A praça em Portugal; volume III; Direcção Geral do ordenamento do território e do desenvolvimento urbano; Lisboa, 2007.
- CORREIA, Fernando Alves - Manual de Direito do Urbanismo: Volume I, 2ª edição, Almedina, Coimbra, 2004;
- CHOAY, Françoise - Alegoria do Património: Edição 70, Janeiro, 2008.
- COELHO, António Baptista; COELHO, Pedro Baptista - Habitação de Interesse Social em Portugal 1988-2005: Livros Horizonte, 2009.

- COELHO, António Borges - História de Portugal Medieval II: Editora Caminho, 2011.
- DIAS, Carlos Carvalho; GUIMARÃES, Pedro Torres - Plano Director Municipal; Relatório de caracterização e diagnóstico, Câmara Municipal de Caminha, 1993.
- DOMINGUES, Álvaro - A Rua da Estrada: Dafne editora, Porto, 2009.
- GONÇALVES, Fernando - A propósito do plano de Chelas, Urbanizar e construir para quem? Coleção cidade em questão: Afrontamento, 1972.
- GOITIA, Fernando Chueca - Breve História do Urbanismo: Editorial Presença; Lisboa, 2008.
- FERREIRA, José António - Habitação Social no Porto: Câmara Municipal do Porto, Pelouro da Habitação, Acção Social e Protecção Civil; Loja das Ideias, 1999.
- GARCÍA, Carlota Eiros - A Casa Grande do S. XIX; História e conservação: Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia, 1998.
- GUERREIRO, Castro - Artes – Pescadores e espécies do rio Minho: Gráfica Juvia, Vila Nova de Cerveira, 2006.
- LYNCH, Kevin - A boa forma da cidade: edições 70, 2007.
- LOSA, Arménio; FERRÃO, Bernardo; DIAS, Carvalho; VASCONCELOS, José de; TERRA, Ventura; LIMA, Viana de - Esposende, Ensaio Urbano de vila a cidade: Município de Esposende, 2009.
- MOUTINHO, Mário; A Arquitectura popular Portuguesa, Imprensa Universitária, editorial estampa; 2ª edição, Lisboa, 1979.
- MAGANO, Olga; FLEMING, Arnaldo - Habitação Cooperativa em Portugal (1974-1991): Edição Comemorativa do 10º Aniversário da FENACHE, Federação Nacional de Cooperativas de Habitação Económica, 1992.
- MENDES, Cristina; CARVALHO, José Rui - Vale do Minho: Associação de Municípios do Vale do Minho, Viana do Castelo, 1998.
- MADEIRA, Teresa - Estudo morfológico da cidade de São Tomé no contexto urbanístico das cidades insulares Atlânticas de origem Portuguesa: Comunicação no Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415 – 1822, Coimbra, 1999.
- MENÉRES, António; PIMENTEL, Rui; TÁVORA, Fernando - Arquitectura popular em Portugal, volume 1: edição da ordem dos arquitectos, Lisboa, 2004.
- PORTAS, Nuno - Os templos das formas: departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho (DAAUM), 2005.

- PORTAS, Nuno - A arquitectura para hoje (1964) seguido de, Evolução da arquitectura moderna em Portugal, (1973): Livros Horizonte, 2008.

-RODRIGUES, João Madeira; SOUSA, Pedro Fialho de; BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira - Vocabulário técnico e crítico de Arquitectura; 4ª Edição: Edição Quimera, 2005.

- SARAIVA, da Graça Amaral Neto - O Rio como paisagem, gestão de corredores fluviais no quadro do ordenamento do território: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a ciência e tecnologia, Ministério da ciência e tecnologia, 1999.

- TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÉRES, António - Arquitectura Popular em Portugal, 1º volume: 3ª edição Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1988.

-TELES, Dias; DIAS, Miguel - Plano de Urbanização de Caminha – Caracterização e Estudo Prévio: Câmara Municipal de Caminha, 2005.

Bibliografia Específica

ALVES, Lourenço - Caminha e seu Concelho: Câmara Municipal de Caminha, 1985.

ALVES, Lourenço; CARVALHO, Serra; SANTOS, João M. Felgueiras da Silva - CAMINIANA, Revista de Cultura Histórica, Literária, Artística, Etnográfica e Numismática; Caminha, Dezembro de 1979, Edição nº 1; Edição nº 2, Caminha, 1980; Edição nº 8, Caminha, 1983, 1984, Edição nº 10, 1085, Edição nº12, 1987, Edição nº 14, 1987.

AZEVEDO, João - Uma Visita ao Concelho de Caminha: Câmara Municipal de Caminha, Julho, 2003.

ALMEIDA, Pedro Vieira de - Da Teoria, Oito Lições: Edição Escola Superior Artística do Porto, Porto, 2005.

BENTO, Paulo Torres - José Porto (1883-1965), Desvendando o Arquitecto de Vilar de Mouros; Centro de Instrução e Recreio Vilarmourense, Junta de Freguesia de Vilar de Mouros: Edições Afrontamento, Lda – Dep. Gráfico; Vilar de Mouros, Outubro, 2003.

BENTO, Paulo Torres - Ruas de Caminha, Toponímia e histórias da vila da foz do Minho: edição Junta de freguesia de Caminha, 2009.

CADILHA. Sérgio - Núcleo Museológico, centro histórico de Caminha, Câmara Municipal de Caminha, 2008.

DIAS, Carlos Carvalho - Plano Geral de Urbanização de Caminha – Estudo Prévio – Memória Descritiva, Porto, 1982.

DOMINGUES, Álvaro - Cidade e Democracia, 30 anos de transformação urbana em Portugal: Argumentum, 2006.

LACAZE, Jean-Paul - A cidade e o Urbanismo: Instituto Piaget, Flammarion, 1995.

LYNCH, Kevin - A imagem da cidade: edições 70, 2009.

LAMAS, José M. Ressano Garcia - Morfologia Urbana e Desenho da Cidade; 5ª Edição: Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2010.

ROSSI, Aldo - A arquitectura da cidade: edições Cosmos, Lisboa, 2001.

TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida - O urbanismo Português séculos XIII – XVIII Portugal – Brasil: Livros Horizonte, 1999.

Estudos e Monografias

CARVALHO, de Serra; AZEVEDO, João - O Bilhete Ilustrado na segunda metade do séc. XX, Caminha, 1991. [suporte físico].

CRUZ, Maria Alfreda - Caminha, evolução e estrutura da Vila da Foz do Minho, Junho, 1988. [suporte físico].

- CAMINHA, ESPIRITO DO LUGAR, Caminha, espírito do lugar: [Catalogo] / Coord. Eduardo Paz Barroso - Caminha: Câmara Municipal, 2001. [suporte físico].

- GUERREIRO, Paulo A. Lima; Esposende de Vila a Cidade, Processo de Transformação, Tese de Mestrado, 2002. [suporte físico].

- Dias, Carlos Carvalho; Memória Descritiva do Antepiano de Urbanização de Caminha, 1958. [suporte físico].

- DIAS, Carlos Carvalho; MIRANDA, Lúcio; Memória descritiva e Justificativa do Antepiano Geral de Urbanização de Caminha, 1965. [suporte físico].

- FIDALGO, Maria Leonor; Norte do sonho: Caminha e o estuário do rio Minho; monografia – Caminha. [S/d] [suporte físico].

GOMES, Alberto José Reino; Evolução dos sistemas de agricultura: Arga de São João-Caminha, no período de 1930 até 2008 / Alberto José Reino Gomes - Ponte de Lima: Alberto José Reino Gomes, 2008.

Relatório final de curso - Licenciatura em Engenharia Agronómica: Ramo Zootecnia Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Escola Superior Agrária de Ponte de Lima. [suporte físico].

- PINTO, Sara Maria Costa – História de Caminha, in Sara Maria Costa Pinto – Caminha no século XVI, estudo socioeconómico [suporte físico].

Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Sara Pinto, 2008 [consultado a 20 de Abril de 2010].

Actas da Assembleia Municipal de Caminha

- Assembleia Municipal de Caminha.

ACTA Nº 2/05-09

REUNIÃO ORDINÁRIA,

2005/12/16

- Assembleia Municipal de Caminha

ACTA Nº 14/05-09

REUNIÃO ORDINÁRIA,

2007/12/21

- Assembleia Municipal de Caminha

ACTA Nº 3/05-09

REUNIÃO ORDINÁRIA,

2006/02/24

- **ACTA Nº 2/05.09**

(reunião ordinária 2005/12/16)

Revistas / Boletins

- Revista de Arte e Construção: [s/n], nº 95, 1967, (pp.22-29).

- Revista de Planeamento nº4. Álvaro Domingues, "Portugal Urbano", 2007.

- Boletim Municipal de Caminha, número I. Câmara Municipal de Caminha, [s/n], 1985.

- Boletim Municipal de Caminha, número II. Câmara Municipal de Caminha, [s/n], 1989.

- Boletim Municipal de Caminha. Pita Guerreiro. Câmara Municipal de Caminha, Março, 1993.

- Revista Municipal de Caminha. Valdemar Patrício. Câmara Municipal de Caminha, Novembro, 1996.

- Revista Municipal de Caminha. Valdemar Patrício. Câmara Municipal de Caminha, Julho, 2000.

- Revista Municipal de Caminha. Júlia Paula Costa. Câmara Municipal de Caminha, 2003, 2004, 2005.

- Revista Municipal de Caminha Júlia Paula Costa. Câmara Municipal de Caminha, Agosto, 2008.

- Revista Municipal de Caminha. Júlia Paula Costa. Câmara Municipal de Caminha, Dezembro, 2009.

- Estamos a Renovar Caminha, Programa de Requalificação do Espaço Público de Caminha. Júlia Paula Costa. Câmara Municipal de Caminha, 2010.

Documentos electrónicos

- Relatório Final das Sondagens Arqueológicas Travessa de São João, 5; Caminha – Matriz, empatia arqueologia, 2009 (http://www.empatiaarqueologia.pt/documento/path/.../Relat_rio_TSJ5-CMN.08.pdf)

- Relatório Final das Sondagens Arqueológicas Travessa de São João, 5; Caminha – Matriz, empatia arqueologia, 2009 (http://www.empatiaarqueologia.pt/documento/path/.../Relat_rio_TSJ5-CMN.08.pdf)

- POOC; Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Caminha - Espinho, 2010.
<http://www.inag.pt/index.php?view=article&id=109>

- SAVOYA, Renato; Alexander, Cristopher – A Cidade não é uma árvore, 2009.
<http://urbanidades.arq.br/2009/07/christopher-alexander-a-cidade-nao-e-uma-arvore/>

- GAIURB, Urbanismo e Habitação; Conceção para a requalificação e revitalização da frente ribeirinha de Caminha, Dezembro, 2009.
http://www.gaiurb.pt/gaiurb_caminha_viana.htm

- DIAS, Carlos Carvalho; Plano de Urbanização de Caminha, Estudo Prévio, 1982.
<http://www.dgotdu.pt/channel.aspx?channelID=4A9E1095-4CB2-4022-956A-4769CD540F4B&listaUltimos=1>

- DIAS, Carlos Carvalho; MIRANDA, Lúcio; Antepiano Geral de Urbanização de Caminha, Estudo Prévio, 1965.
<http://www.dgotdu.pt/channel.aspx?channelID=4A9E1095-4CB2-4022-956A-4769CD540F4B&listaUltimos=1>

- Câmara Municipal de Caminha, Junta de Freguesia de Vilarelho, 2009.
<http://www.jf-vilarelho.com/?m=historia&id=1456>

- Instituto Nacional de Estatística, Sensos 1970 – 1984, 2001 – Caminha.
http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main

Documentos legislativos e Judiciais

- Decreto-Lei n.º 38 382 de 7 de Agosto de 1951 - Aprova o Regulamento geral das edificações urbanas.
- Lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro. Procede à sexta alteração ao Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação.
- REGULAMENTO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE CAMINHA, Câmara Municipal de Caminha, 1995.
- Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro
MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO
E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO.
- VASCONCELOS, José Máximo de Castro Neto Leite; do Conselho de sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa; Legislação Portuguesa, Coleção Oficial, ano de 1864, Imprensa Nacional, 1865.
- Lei n.º 48/98 de 11 de Agosto.
Lei de bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, 1988.
- Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto.
Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 2006.
- D.L. n.º 560 /71 e 561/71 de Dezembro.
- D.L. n.º 28:9113 de 6 de Julho de 1965.
- D.L. 448/91 de 29 de Novembro.
- Decreto-Lei 69/90 de 2 de Março.
- D.L. 445/91 20 de Novembro.
- D.L. 448/91 29 de Novembro.
- D.L. 69/90 de 2 de Março.
- D.L. 28/2010 de 2 de Setembro.
- D.L. n.º 46/2009 de 20 de Fevereiro.

Fontes e Entidades Oficiais

- Arquivo Municipal de Caminha.
 - Biblioteca Municipal de Caminha.
 - Centro Museológico da Torre do Relógio, Caminha.
 - Museu Municipal de Caminha.
 - Arquivo Histórico da D.G.O.T.D.U
- PORTO, José; Relatório do Antepiano de Urbanismo da Vila de Caminha, 1958, Câmara Municipal de Caminha.

10. **ÍNDICE DE FIGURAS**

Imagens de Capa e Contracapa – Imagens de Caminha, João Azevedo, 2003.

Fig. 1 – **Vista aérea da Vila de Caminha**, Www.googlemaps.com, 2010, p. 17.

Fig. 2 – **Ortofotomapa da Vila de Caminha**, Câmara Municipal de Caminha, 1995, p. 20.

Fig. 3 – **Vista da Vila de Caminha desde o Monte de S. Tecla**, Espanha. Pelo autor, 2010, p. 20.

Fig. 4 – **Imagem aérea da Vila de Caminha, 1952**, Ruas de Caminha; Paulo Torres Bento; Junho 2009, p. 24.

Fig. 5 – **Plano da Vila de Caminha**, Câmara Municipal de Caminha, 1995, p. 28.

Fig. 6 – **Vista a Nascente da Vila de Caminha**, Pelo Autor, 2010, p. 29.

Fig. 7 – **Áreas de vegetação na Vila de Caminha**, Av. entre pontes, Ruas de Caminha; João Azevedo, 2003, p.29.

Fig. 8 – **Áreas de vegetação na Vila de Caminha**, e Av. de Camões, Pelo Autor, 2011, p. 30.

Fig. 9 – **Áreas de vegetação na Vila de Caminha**, Jardim Dr. Luciano Pereira (1936); Ruas de Caminha; Paulo Torres Bento, 2009, p. 31.

Fig. 10 – **Plano da Vila de Caminha**, Pelo Autor, 2010, p. 32.

Fig. 11 – **Exemplos de mobiliário da Vila de Caminha ao longo da sua história**. Respectivamente, Praça Conselheiro Silva Torres (Terreiro), 1919, João Azevedo, 2003; Largo Senhora da Agonia, 2010; e Rua 16 de Setembro, Pelo Autor, 2010, p. 33.

Fig. 12 – **Monumento da Vila de Caminha**, Igreja Matriz, 1905, Uma Visita ao Concelho de Caminha; Uma Visita ao Concelho de Caminha; Serra de Carvalho, João Azevedo, 1991, p. 34.

Fig. 13 – **Exemplos de monumentos na Vila de Caminha**. Respectivamente, a Torre do Relógio, 2010; área ajardinada circundante à Igreja Matriz, Pelo Autor, 2010, p. 35.

Fig. 14 – **Praças e Largos na Vila de Caminha, 2010**. Respectivamente, Praça Conselheiro Silva Torres (Terreiro), 2010; Largo da Senhora da Agonia, Pelo Autor, 2010, 36.

Fig. 15 – **Mapa de cheios e vazios no centro da Vila de Caminha**, Pelo Autor, 1995, p. 37.

Fig. 16 – **Vista do “Terreiro”**, Pelo Autor, 2010, p. 37.

Fig. 17 – **Parcela do Plano que denota a parcelamento na Vila de Caminha**, Pelo Autor, 2005, p. 38.

Fig. 18 – **Vistas das traseiras de construções na Vila de Caminha (Rua da Trincheira)**, Pelo Autor, 2010, p. 39.

Fig. 19 – **Vistas das traseiras de construções na Vila de Caminha (Rua da Trincheira)**, Pelo Autor, 2010, p. 39.

Fig. 20 – **Fachadas de construções na Vila de Caminha**, Pelo Autor, 2010, p. 40.

Fig. 21 – **Fachadas de construções na Vila de Caminha**, Pelo Autor, 2010, p. 43.

Fig. 22 – **Planta cadastral de Distritos do Minho**, Câmara Municipal de Caminha, 2010, p. 57.

Fig. 23 – **Planta cadastral de Portugal, por Capitais de Distrito**, Esposende de Vila a Cidade, Processo de Transformação; Paulo Guerreiro, 2002, p. 57.

Fig. 24 – **Carta administrativa do Concelho de Caminha**, Câmara Municipal de Caminha, 2008, p. 58.

Fig. 25 – **Ortofotomapa da Vila de Caminha, com limite cadastral da própria Vila**, 2002, Câmara Municipal de Caminha, p. 59.

Fig. 26 – **Planta topográfica da Vila de Caminha**, 2010, Câmara Municipal de Caminha, p. 60.

Fig. 27 – **Carta Geológica, Câmara Municipal de Caminha**, Relatório de Situação, Plano Director Municipal de Caminha, 1993, p. 61.

Fig. 28 – **Estudo da Altimetria, Câmara Municipal de Caminha**, Relatório de Situação, Plano Director Municipal de Caminha, 1993, p. 62.

Fig. 29 – **Mapa Isométrico. Pode-se observar a altimetria e seu desenvolvimento no território da Vila de Caminha**, Pelo Autor, 2010, p. 65.

Fig. 30 – **Mapa geológico. Caracterização do solo**, Pelo Autor, 2010, p. 65.

Fig. 31 – **Mapa de declives**. Costa Oeste e Norte apresentando mais percentagem de declives, no que concerne à Vila, Pelo Autor, 2010, p. 65.

Fig. 32 – **Mapa de exposição solar**. Pode-se analisar as áreas de exposição da Vila, concretamente a Oeste e Norte, Pelo Autor, 2010, p. 67.

Fig. 33 – **Mapa de insolação**, Pelo Autor, 2010, p. 66.

Fig. 34 – **Planta da Foz do rio Minho, 2005**, Pelo Autor, 2010, p. 67.

Fig. 35 – **Foz do rio Minho** vista desde o monte de Santa Tecla, Espanha, Pelo Autor, 2010, p. 68.

Fig. 36 – **Rio Coura, vista desde o parque 25 de Abril**, Caminha, Pelo Autor, 2010, p. 69.

Fig. 37/38 – **Imagens da Vila de Caminha, Parque 25 de Abril**, Pelo Autor, 2010, p. 71.

Fig. 39 – **Planta cartográfica da Vila de Caminha**, Pelo Autor, 2010, p. 72.

Fig. 40 – **Tabela de análise da evolução demográfica, do ano de 1801 até 2004**, no concelho de Caminha, de forma a enquadrar o quadro evolutivo da população no território em estudo, Pelo Autor, 2010, p. 76.

Fig. 41 – **Quadro de estudo demográfico, 2010**. Denota-se o aumento gradual do número de população residente na Vila de Caminha, entre os anos de 1527 a 1940, Pelo Autor, 2010, p. 76.

Fig. 42 – **Vista do “Terreiro”, 1905**, onde se realizaria o mercado semanal da Vila, O Bilhete-postal Ilustrado no Concelho de Caminha na Primeira Metade do Século XX; Serra de Carvalho, João Azevedo, 1991, p. 77.

Fig. 43 – **Gráficos de estudo populacional, fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, 2008**, p. 78.

Fig. 44 – **Gráficos de estudo populacional, fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, 2008**, p. 78.

Fig. 45 – **Vista da Rua dos Pescadores, 1930**; O Bilhete-postal Ilustrado no Concelho de Caminha na Primeira Metade do Século XX; Serra de Carvalho, João Azevedo, 1991, p. 79.

Fig. 46 – **Panorâmica da Rua dos Pescadores ao fundo, 2010**. Podemos notar que se mantém o mesmo traçado desde os anos de 1930. Pelo Autor, 2010, p. 80.

Fig. 47 – **População residente activa civil a exercer uma profissão segundo o sector de actividade económica na vila de Caminha, 1981**. Plano Director Municipal de Caminha, 1995, p. 82.

Fig. 48 – **Cais “da Trincheira” (Cais da Rua), Caminha 1905**; O Bilhete-postal Ilustrado no Concelho de Caminha na Primeira Metade do Século XX; Serra de Carvalho, 1991, p. 83.

Fig. 49 – **Área de amarre das embarcações de pesca e cais da Rua, no Rio Minho, 1930.** O Bilhete-postal Ilustrado no Concelho de Caminha na Primeira Metade do Século XX; João Azevedo, 2003, p. 84.

Fig. 50 – **Embarcações de Grande porte no Rio Minho. Bacalhoeiros no Rio Minho, 1922.** O Bilhete-postal Ilustrado no Concelho de Caminha na Primeira Metade do Século XX; Serra de Carvalho, 1991, p. 85.

Fig. 51 – **Caminha-Matriz, pescadores e embarcações de pesca, 1933.** O Bilhete-postal Ilustrado no Concelho de Caminha na Primeira Metade do Século XX; Serra de Carvalho, 1991, p. 86.

Fig. 52 – **Casa comercial** típica de Caminha, situada no lado oeste do Terreiro, Caminha, 1920. O Bilhete-postal Ilustrado no Concelho de Caminha na Primeira Metade do Século XX; João Azevedo, 2003, p. 87.

Fig. 53 – **Avenida marginal de Caminha**, vista para a foz do rio Minho, com embarcações de pescadores ancoradas, 1950. O Bilhete-postal Ilustrado no Concelho de Caminha na Primeira Metade do Século XX; João Azevedo, 2003, p. 90.

Fig. 54 – **Vista sobre a foz do rio Minho, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 90.

Fig. 55 – **Brasão de Caminha Matriz**, Câmara Municipal de Caminha; 2010, p. 91.

Fig. 56 – **Brasão do concelho de Caminha, 2010**, Câmara Municipal de Caminha; 2010, p. 91.

Fig. 57 – **Estudo gráfico do assentamento da Vila de Caminha e linhas de crescimento gerais, 2010**, Pelo Autor, 2010, p. 94.

Fig. 58 – **Levantamento desenhado do Castro do Coto da Pena**, Caminha, 1986. Fase de levantamento do Castro do Coto da Pena; <http://www.comdeca.com/patrimonio.html>; 2010, p. 96.

Fig. 59 – **Estruturas do Castro do Coto da Pena**, 1995; Núcleo Museológico; centro histórico de Caminha, Câmara Municipal de Caminha, 2008, p. 96.

Fig. 60 – **Plano esquemático do território e sua ocupação n península Ibérica** no ano de 790 a 1300. Pelo autor, 2010, p. 98.

Fig. 61 – **Primeira Carta Foral**, atribuída aos habitantes da Vila de Caminha a 24 de Julho de 1284. Núcleo Museológico; centro histórico de Caminha, Câmara Municipal de Caminha, Sérgio Cadilha, 2008, p. 101.

Fig. 62 – **Estudo esquemático da matriz histórica de crescimento urbano da Vila de Caminha, com base da cartografia da Vila de 1995.** Pelo Autor, 2010, p. 104.

Fig. 63 – **Estudo das vias emergentes da estrutura fundiária da Vila de Caminha. (Cartografia 2005).** Pelo Autor, 2010, p. 109.

Fig. 64 – **Vista do que seria o centro urbano da Vila de Caminha, final do séc. XVII.** Uma gravura de Artur Anselmo, na publicação da revista Cadernos Vianenses, 1999, p. 111.

Fig. 65 – **Estudo das vias estruturantes. Planta extraída do estudo de Caminha, 1886.** Ruas de Caminha, Toponímia e histórias da vila da foz do Minho, Paulo Bento, 2009, p. 112.

Fig. 66 – **Casa dos Pitta**, Rua da Corredoura, 2010. Pelo Autor, 2010, p. 117.

Fig. 67 – **Casa do Dr. Luciano Pereira da Silva (séc. XIX)**, Largo do Terreiro, 2010. Pelo Autor, 2010, p. 117.

Fig. 68 – **“Casa burguesa”**, na rua do Meio, 2010. Pelo Autor, 2010, p. 118.

Fig. 69 – **Planta esquemática da “casa burguesa”**, na rua Direita, 2010. Pelo Autor, 2010, p. 119.

Fig. 70 – **“Casa burguesa”** na rua da Ribeira, 2010. Pelo Autor, 2010, p. 120.

Fig. 71 – **“Casa burguesa”**, na Rua do Meio, 2010. Pelo Autor, 2010, p. 120.

Fig. 72 – **Planta de localização da Rua do Meio (Rua Direita)**, 2010. Pelo Autor, 2010, p. 121.

- Fig. 73 – Planta de localização da **Rua do Vau**, 2010. Pelo Autor, 2010, p. 122.
- Fig. 74 – Planta esquemática, “**casa burguesa**”, na **Rua do Vau**, 2010. Pelo Autor, 2010, p. 123.
- Fig. 75 – “**Casa burguesa**” na **Rua do Vau (Rua de S. João)**, 2010. Pelo Autor, 2010, p. 124.
- Fig. 76 – “**Casa burguesa**” na **Rua do Vau (Rua de S. João)**, 2010. Pelo Autor, 2010, p.125.
- Fig. 77 – “**Casa burguesa**” na **Rua do Vau (Rua de S. João)**, 2010. Pelo Autor, 2010, p. 125.
- Fig. 78 – Vista da **Rua da Ribeira** (no casco medieval), 2010. Rua onde podemos encontrar as **primeiras “casas plebeias” ou “casinhas medievais”**. Pelo Autor, 2010, p. 126.
- Fig. 79 – **Planta de localização da Rua dos Pescadores**, 2010. Pelo Autor, 2010, p. 127.
- Fig. 80 – Planta de piso da “**meia casa**” na **Rua da Pescadores**, 2010. Pelo Autor, 2010, p. 128.
- Fig. 81 – “**Casas plebeias**” (**Rua dos Pescadores**), 2010. Pelo Autor, 2010, p.129.
- Fig. 82 – “**Casas plebeias**” (**Rua dos Pescadores**), 2010. Pelo Autor, 2010, p. 129.
- Fig. 83 – Planta esquemática do segundo piso da “**meia casa**” na **rua da Corredoura**, 2010. Pelo Autor, 2010, p. 130.
- Fig. 84 – **Vista d rua da Corredoura**, 2010. Pelo Autor, 2010, p. 131.
- Fig. 85 – **Planta de localização da Rua da Corredoura**, 2010. Pelo Autor, 2010, p. 132.
- Fig. 86/87 – **Limite Sul da Vila de Caminha**, 2010. **Av. S. João de Deus**, 2010. Pelo Autor, 2010, p. 133.
- Fig. 88 – **Vista de habitações unifamiliares na Vila de Caminha**, ocupação da marginal a Sul, 2010. Pelo Autor, 2010, p. 134.
- Fig. 89 – **Vista da marginal da Vila de Caminha**, desde a Estrada Nacional 13, 2010. Pelo Autor, 2010, p. 137.
- Fig. 90 – **Desenho esquemático da ocupação no território da Vila de Caminha, no século XIV**, 2010. Pelo Autor, 2010, p. 142.
- Fig. 91 – Desenhos de Duarte D´Armas da **Vila de Caminha, século XIV**. Ruas de Caminha, Toponímia e histórias da vila da foz do Minho, Paulo Torres Bento, 2009, p. 142.
- Fig. 92 – **Desenho da primeira ordem de muralhas**, desde D Afonso II (1213) a D. Manuel I, 1513. CAMINIANA, Revista de Cultura Histórica, Literária, Artística, Etnográfica e Numismática; Caminha, Dezembro de 1979, Serra Carvalho, p. 144.
- Fig. 93 – **Vista das Muralhas da Vila**, 2009. Pelo Autor, 2010, p. 147.
- Fig. 94 – **Foral de D. Manuel I**, 1512. Núcleo Museológico; centro histórico de Caminha, Câmara Municipal de Caminha, Sérgio Cadilha, 2008, p. 153.
- Fig. 95 – Desenho esquemático de ocupação na **Vila de Caminha, entre os séculos XV - XVI** baseado nos desenhos de “O urbanismo Português. Séculos XIII – XVIII”, Pelo Autor, 2010, p. 154.
- Fig. 96 – Desenho de Duarte D`Armas, vista de **Caminha no século XVI**. Núcleo Museológico; centro histórico de Caminha, Câmara Municipal de Caminha, Sérgio Cadilha, 2008, p. 157.
- Fig. 97 – **Imagem da Igreja Matriz** no século XVI. Pedro Vieira de Almeida, 2005, p.158.
- Fig. 98 – **Mapa de estudo da organização espacial da Vila de Caminha, entre os séculos XV - XVI**. Pelo Autor, 2010, p. 160.

Fig. 99 – Imagem do centro da organização urbana da Vila de Caminha-Matriz, o **Chafariz, 1910**. O Bilhete-postal Ilustrado no Concelho de Caminha na Primeira Metade do Século XX; Serra de Carvalho, 1991, p. 161.

Fig. 100 – **Imagem da Igreja da Misericórdia, 2009**. Pelo Autor, 2010, p. 162.

Fig. 101 – **Imagem do antigo Hospital da Misericórdia, actualmente a Câmara Municipal de Caminha, 2010**. Pelo Autor, 2010, p. 162.

Fig. 102 – **Vista do Largo Dr. Bento Coelho, Rua do Vau, ao fundo, posteriormente Av. De S. João, 1905**. Uma Visita ao Concelho de Caminha, João Azevedo, 2003, p. 164.

Fig. 103 – **Panorâmica da Vila de Caminha, de Pedro Teixeira, a mando de Filipe IV de Espanha e III de Portugal, 1634**. Ruas de Caminha, Toponímia e histórias da vila da foz do Minho, Paulo Torres Bento, 2009, p. 164.

Fig. 104 – **Planta de vias estruturantes na Vila de Caminha, século XV – XVI**. Pelo Autor, 2010, p. 166.

Fig. 105 – **Planta de Nós e Cruzamentos da Vila de Caminha, século XV – XVI**. Pelo Autor, 2010, p. 168.

Fig. 106 – **Vista da rua da Corredoura, 1920**. Uma Visita ao Concelho de Caminha, O Bilhete-postal Ilustrado no Concelho de Caminha na Primeira Metade do Século XX João Azevedo, 2003, p. 171.

Fig. 107 – **Planta esquemática da Vila de Caminha, século XVII**. Pelo Autor, 2010, p. 175.

Fig. 108 – **Planta da Vila de Caminha, séc. XVIII**. Núcleo Museológico; centro histórico de Caminha, Câmara Municipal de Caminha, Sérgio Cadilha, 2008, p. 177.

Fig. 109 – Vista do local onde se situariam as **Portas de Viana no séc. XVII, 1920**. O Bilhete-postal Ilustrado no Concelho de Caminha na Primeira Metade do Século XX; Serra de Carvalho, João Azevedo, 1991, p. 177.

Fig. 110 – Vista da segunda **linha de muralhas, em frente à Igreja Matriz, 2010**. Pelo Autor, 2010, p. 178.

Fig. 111 – Vistas da **Porta falsa de Sto. António, 2010**. Pelo Autor, 2010, p. 179.

Fig. 112 – Vistas da parcela da muralha afonsina visível, **Arco do Marquês, na Travessa do Tribunal, 2010**. Pelo Autor, 2010, p. 182.

Fig. 113 – Vistas da **ponte do caminho-de-ferro, sobre o Rio Coura, 1950**. Uma Visita ao Concelho de Caminha, O Bilhete-postal Ilustrado no Concelho de Caminha na Primeira Metade do Século XX, João Azevedo, 2003, p. 183.

Fig. 114 – **Planta esquemática da ocupação da Vila de Caminha, século XVII**. Pelo Autor, 2010, p. 186.

Fig. 115 – **Estudo síntese da Vila de Caminha, século XVII**. Pelo Autor, 2010, p. 186.

Fig. 116 – **Vista da Praça Conselheiro Silva Torres, “Terreiro”, 1905**. O Bilhete-postal Ilustrado no Concelho de Caminha na Primeira Metade do Século XX; Serra de Carvalho, João Azevedo, 1991, p. 188.

Fig. 117 – **Estudo síntese da Vila de Caminha e seus principais pontos e nós de convergência urbana, século XVII a XIX**. Pelo Autor, 2010, p. 189.

Fig. 118 – **Largo Dr. Bento Coelho, acesso à Vila de Caminha, Norte, 1905**. Uma Visita ao Concelho de Caminha, O Bilhete-postal Ilustrado no Concelho de Caminha na Primeira Metade do Século XX, João Azevedo, 2003, p. 190.

Fig. 119 – **Vista panorâmica da Vila de Caminha desde o Monte de St. António. 1930**. O Bilhete-postal Ilustrado no Concelho de Caminha na Primeira Metade do Século XX; Serra de Carvalho, João Azevedo, 1991, p. 192.

Fig. 120 – **Estudo síntese da Vila de Caminha, séc. XVII**. Pelo Autor, 2010, p. 193.

Fig. 121 – **Avenida de Entre-Pontes, 1910, (actual Avenida de Camões)**. Núcleo Museológico; centro histórico de Caminha, Câmara Municipal de Caminha, Sérgio Cadilha, 2008, p. 195.

Fig. 122 – **Vista do Largo do Corpo da Guarda, 1930**, (actual Posto de Turismo). Uma Visita ao Concelho de Caminha, João Azevedo, João Azevedo, 2003, p. 197.

Fig. 123 – **Vista da Estação de Caminho-de-ferro da Vila, 1926**. Uma Visita ao Concelho de Caminha, O Bilhete-postal Ilustrado no Concelho de Caminha na Primeira Metade do Século XX, João Azevedo, 2003, p. 197.

Fig. 124 – **Vista desde as Portas da Coroada, 1920**, acesso Sul à Vila. Uma Visita ao Concelho de Caminha, O Bilhete-postal Ilustrado no Concelho de Caminha na Primeira Metade do Século XX, João Azevedo, 2003, p. 198.

Fig. 125 – **Vista aérea da Vila de Caminha, 1952**. Ruas de Caminha, Toponímia e histórias da vila da foz do Minho, Paulo Torres Bento, 2009, p. 203.

Fig. 126 – **Parcela da Carta Militar de Portugal, 1949**. Câmara Municipal de Caminha. Arquivo Municipal. 2010, p. 205.

Fig. 127 – **Cartografia da Vila de Caminha-Matriz, 1950**. Pelo Autor, 2010, p. 206.

Fig. 128 – **Planta de Caminha, 1959**. Ruas de Caminha, Toponímia e histórias da vila da foz do Minho, Paulo Torres Bento, 2009, p. 208.

Fig. 129 – **Vista do Edifício Paços do Concelho, 1947**. Uma Visita ao Concelho de Caminha, O Bilhete-postal Ilustrado no Concelho de Caminha na Primeira Metade do Século XX, João Azevedo, 2003, p. 211.

Fig. 130 – **Vista do Edifício Paços do Concelho (Câmara Municipal de Caminha), 1950**. Uma Visita ao Concelho de Caminha, O Bilhete-postal Ilustrado no Concelho de Caminha na Primeira Metade do Século XX, João Azevedo, 2003, p. 211.

Fig. 131 – **Tabela de prospecção de crescimento da população da Vila de Caminha, 1958**. Antepiano de Urbanização, José Porto, 1958, p. 212.

Fig. 132 – **Antepiano de Urbanização da Vila de Caminha, 1958**. D.G.O.T.D.U., José Porto, 1958, p. 214.

Fig. 133 – **Antepiano de Urbanização da Vila de Caminha, 1958**. D.G.O.T.D.U., José Porto, 1958, p. 215.

Fig. 134 – **Pormenor do Antepiano de Urbanização da Vila de Caminha, 1958**. D.G.O.T.D.U., José Porto, 1958, p. 217.

Fig. 135 – **Vista do Acesso Norte à Vila de Caminha, 1950**. Uma Visita ao Concelho de Caminha, O Bilhete-postal Ilustrado no Concelho de Caminha na Primeira Metade do Século XX, João Azevedo, 1991, p. 218.

Fig. 136 – **Vista do Acesso Sul à Vila de Caminha, 1950**. Uma Visita ao Concelho de Caminha, João Azevedo, 2003, p. 219.

Fig. 137 – **Pormenor do Antepiano de Urbanização da Vila de Caminha, 1958**. D.G.O.T.D.U., José Porto, 1958, p. 220.

Fig. 138 – **Antepiano de Urbanização da Vila de Caminha, 1965**. D.G.O.T.D.U., José Porto, 1958, p. 223.

Fig. 139 – **Pormenor do Antepiano de Urbanização da Vila de Caminha, 1965**. D.G.O.T.D.U., José Porto, 1958, p. 226.

Fig. 140 – **Pormenor do Antepiano de Urbanização da Vila de Caminha, 1965**. D.G.O.T.D.U., José Porto, 1958, p. 227.

Fig. 141 – **Pormenor do Antepiano de Urbanização da Vila de Caminha, 1965**. D.G.O.T.D.U., José Porto, 1958, p. 227.

Fig. 142 – **Pormenor do Antepiano de Urbanização da Vila de Caminha, 1965.** D.G.O.T.D.U., José Porto, 1958, p. 228.

Fig. 143 – **Vista da Vila de Caminha desde Miradouro de Santo António, 1964.** Uma Visita ao Concelho de Caminha, João Azevedo, 1991, p. 230.

Fig. 144 – **Estudo cartográfico da Vila de Caminha, 1949.** Pelo Autor, 2010, p. 232.

Fig. 145 – **Estudo da rede viária da Vila de Caminha, 1950.** Pelo Autor, 2010, p. 233.

Fig. 146 – **Vista do arruamento de acesso à Vila de Caminha, 1920.** Uma Visita ao Concelho de Caminha, O Bilhete-postal Ilustrado no Concelho de Caminha na Primeira Metade do Século XX, João Azevedo, 2003, p. 234.

Fig. 147 – **Vista do arruamento de acesso à Vila de Caminha, 1920.** Uma Visita ao Concelho de Caminha, O Bilhete-postal Ilustrado no Concelho de Caminha na Primeira Metade do Século XX, João Azevedo, 2003, p. 235.

Fig. 148 – **Vista da Rua de S. João, 1930.** Uma Visita ao Concelho de Caminha, João Azevedo, 2003, p. 237.

Fig. 149 – **Vista da Rua da Corredoura, 1905.** O Bilhete-postal Ilustrado no Concelho de Caminha na Primeira Metade do Século XX; Serra de Carvalho, João Azevedo, 1991, p. 238.

Fig. 150 – **Estudo da Cartografia da Vila, 1949,** com a área a ocupada pela Avenida Marginal em 1964. Pelo Autor, 2010, p. 239.

Fig. 151 – **Estudo da Cartografia da Vila e áreas de expansão, 1949.** Pelo Autor, 2010, p. 240.

Fig. 152 – **Estudo da parcela urbana na Cartografia da Vila, 1949.** Pelo Autor, 2010, p. 241.

Fig. 153 – **Vista da área Noroeste da Vila de Caminha, 1952.** Ruas de Caminha, Toponímia e histórias da vila da foz do Minho, Paulo Bento, 2009, p. 242.

Fig. 154 – **Torre do Relógio, 1936.** Uma Visita ao Concelho de Caminha, O Bilhete-postal Ilustrado no Concelho de Caminha na Primeira Metade do Século XX, João Azevedo, 2003, p. 243.

Fig. 155 – **Feira semanal, “Terreiro”, 1905.** O Bilhete-postal Ilustrado no Concelho de Caminha na Primeira Metade do Século XX; Serra de Carvalho, João Azevedo, 1991, p. 244.

Fig. 156 – **Feira do Gado, Margens do rio Coura, 1905.** O Bilhete-postal Ilustrado no Concelho de Caminha na Primeira Metade do Século XX; Serra de Carvalho, 1991, p. 244.

Fig. 157 – **Estudo dos Pontos e Nós de convergência na Vila de Caminha, 1949.** Pelo Autor, 2010, p. 245.

Fig. 158 – **Doca na Vila de Caminha, 1950.** O Bilhete-postal Ilustrado no Concelho de Caminha na Primeira Metade do Século XX; Serra de Carvalho, João Azevedo, 1991, p. 246.

Fig. 159 – **Doca na Vila de Caminha, Lancha de transporte, 1949.** O Bilhete-postal Ilustrado no Concelho de Caminha na Primeira Metade do Século XX; Serra de Carvalho, João Azevedo, 1991, p. 246.

Fig. 160 – **Largo do Turismo e Rua Direita no interior do núcleo urbano medieval, 1950.** Uma Visita ao Concelho de Caminha, O Bilhete-postal Ilustrado no Concelho de Caminha na Primeira Metade do Século XX, João Azevedo, 2003, p. 247.

Fig. 161 – **Vista do Parque 28 de Maio, 1950.** O Bilhete-postal Ilustrado no Concelho de Caminha na Primeira Metade do Século XX; Serra de Carvalho, João Azevedo, 1991, p. 248.

Fig. 162- **Estudo da cartografia de 1949,** onde se identifica as Praças e Largos na Vila de Caminha de referência na década de 1950/60. Pelo Autor, 2010, p. 249.

Fig. 163 – **Estudo sintético da matriz de crescimento na Vila de Caminha, 1960.** Pelo Autor, 2010, p. 251.

Fig. 164 – **Vista aérea da Vila de Caminha, 1973.** Caminha, Evolução e Estrutura da Vila da Foz do Minho, Maria Cruz, 1988, p. 255.

Fig. 165 – **Vista da Praça Conselheiro Silva Torres, Vila de Caminha, 1975.** Ruas de Caminha, Toponímia e histórias da vila da foz do Minho, Paulo Torres Bento, 2009, p. 256.

Fig. 166 – **Vista da Vila de Caminha, 1973.** Ruas de Caminha, Toponímia e histórias da vila da foz do Minho, Paulo Torres Bento, 2009, p. 257.

Fig. 167 – **Cartografia da Vila de Caminha, 1976.** Pelo Autor, 2010, p. 258.

Fig. 168 – **Área a Noroeste da Vila, 1973.** Caminha, Evolução e Estrutura da Vila da Foz do Minho, Maria Cruz, 1988, p. 261.

Fig. 169 – **Bairro social nos terrenos nas margens do rio Minho, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 265.

Fig. 170 – **Bairro dos Pescadores, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 265.

Fig. 171 – **Plano Geral de Urbanização de Caminha, 1982.** D.G.O.T.D.U., Carlos Carvalho Dias, 1982, p. 266.

Fig. 172 – **Vista da Vila de Caminha, 1973.** Caminha, Evolução e Estrutura da Vila da Foz do Minho, Maria Cruz, 1988, p. 270.

Fig. 173 – **Estudo da Cartografia de 1976.** Pelo Autor, 2010, p. 271.

Fig. 174 – **Vista parcial do traçado urbano da Vila, 1973.** Ruas de Caminha, Toponímia e histórias da vila da foz do Minho, Paulo Torres Bento, 2009, p. 272.

Fig. 175 – **Estudo da Cartografia de 1976 e a rede viária da Vila de Caminha.** Pelo Autor, 2010, p. 273.

Fig. 176 – **Vista do “Terreiro”, 1950.** O Bilhete-postal Ilustrado no Concelho de Caminha na Primeira Metade do Século XX; Serra de Carvalho, 1991, p. 274.

Fig. 177 – **Vista do “Terreiro”, 2010.** O Bilhete-postal Ilustrado no Concelho de Caminha na Primeira Metade do Século XX; Serra de Carvalho, 1991, p. 274.

Fig. 178 – **Vista do Largo Calouste Gulbenkian, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 275.

Fig. 179 – **Vista do Largo da Escola, 1926.** Uma Visita ao Concelho de Caminha, João Azevedo, 2003, p. 276.

Fig. 180 – **Vista do edifício da antiga Escola Central Padre Pinheiro, 2005.** Pelo Autor, 2010, p. 277.

Fig. 181 – **Vista do Largo Sidónio Pais, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 277.

Fig. 182 – **Vista do edifício da Escola Primária de Caminha, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 278.

Fig. 183 – **Vista do edifício do Mercado Municipal, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 279.

Fig. 184 – **Vista do edifício do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Caminha, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 280.

Fig. 185 – **Vista edifício do antigo Hospital de Caminha, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 281.

Fig. 186 – **Vista do edifício do Palácio de Justiça da Comarca, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 282.

Fig. 187/ 188 – **Vista do edifício do Turismo, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 283.

Fig. 189 – **Estudo da cartografia e demarcação dos edifícios de serviço público, 1976.** Pelo Autor, 2010, p. 284.

Fig. 190 – **Edifício de apoio ao S.C.C, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 285.

- Fig. 191 – **Edifício do Mercado Municipal, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 285.
- Fig. 192 – **Estudo da cartografia de 1976.** Pelo Autor, 2010, p. 286.
- Fig. 193 – **Estudo da cartografia de 1976.** Pelo Autor, 2010, p. 287.
- Fig. 194 – **Ortofotomapa da Vila de Caminha, 1975.** Câmara Municipal de Caminha, 2010, p. 290.
- Fig. 195 – **O “GIL” mascote e símbolo da EXPO’98, 1998.**
http://www.seeklogo.com/images/U/UEFA_Euro_2004_Portugal-logo-3ED35EB750-seeklogo.com.gif, p.292.
- Fig. 196 – **Carta Militar da Vila de Caminha, 1997.** Câmara Municipal de Caminha, 2010, p. 298.
- Fig. 197 – **Estudo da cartografia existente, na década de 1990, sobre a Vila de Caminha (Carta Militar 1997), 1997.** Pelo Autor, 2010, p. 299.
- Fig. 198 – **Parcela do Plano Director Municipal (planta de ordenamento do território), 1995.** Câmara Municipal de Caminha, 2010, p. 302.
- Fig. 199 – **Parcela do Plano Director Municipal (planta de condicionantes), 1995.** Câmara Municipal de Caminha, 2010, p. 302.
- Fig. 200 – **Estudo da cartografia existente, na década de 1990, da Vila de Caminha, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 305.
- Fig. 201 – **Estudo da cartografia existente, na década de 1990 da Vila de Caminha, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 306.
- Fig. 202 – **Vista desde a EN13, o acesso Norte à Vila de Caminha, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 307.
- Fig. 203 – **Estudo da cartografia existente, na década de 1990 da Vila de Caminha, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 308.
- Fig. 204 – **Vista do edifício do “Estuário do Minho”, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 309.
- Fig. 205 / 206 – **Vista da rua Eng. Luís Agostinho Pereira de Castro, e edifício do Centro de Saúde, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 309.
- Fig. 207 / 208 – **Vista do edifício do Cine - Auditório e Piscina Municipal, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 310.
- Fig. 209 – **Vista do Cais e o parque de estacionamento do Ferry-boat, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 311.
- Fig. 210 / 211 – **Vista do Largo da Senhora da Agonia, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 312.
- Fig. 212 – **Estudo da cartografia de 1995 da Vila de Caminha, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 313.
- Fig. 213 / 214 – **Vista do edifício de apartamentos, na rua Eng. Luís Agostinho Pereira de Castro; Edifício de apoio ao Ferry-boat, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 314.
- Fig. 215 – **Estudo da cartografia existente na década de 1990 (Carta Militar de 1994) da Vila de Caminha, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 315.
- Fig. 216 – **Levantamento aéreo da Vila de Caminha, Ortofotomapa, 2004.** Câmara Municipal de Caminha, 2010, p. 317.
- Fig. 217 – **Vista da Marginal da Vila de Caminha, 2010.** Área de abrangência do programa Polis Litoral Norte. Pelo Autor, 2010, p. 322.
- Fig. 218 – **Cartografia da Vila de Caminha, 2005.** Pelo Autor, 2010, p. 323.
- Fig. 219 – **Levantamento aéreo da Vila de Caminha, Ortofotomapa, 2004.** Câmara Municipal de Caminha, 2010, p. 324.

Fig. 220 – **Plano de delimitação da área de intervenção do Plano de Urbanização de Caminha, 2005.** Câmara Municipal de Caminha, 2010, p. 325.

Fig. 221 – **Estudo da população residente na Vila de Caminha, 2005.** Câmara Municipal de Caminha, 2010, p. 326.

Fig. 222 – Proposta apresentada pela empresa Municipal de Urbanismo ao programa Polis Litoral - Norte – Gaiurb, para a **reestruturação da Marginal da Vila de Caminha, 2005.**
http://www.gaiurb.pt/gaiurb_caminha_viana.ht, 2010, p. 331.

Fig. 223 – Obras de requalificação no edifício dos **Bombeiros Voluntários de Caminha, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 334.

Fig. 224 – **Estudo cartográfico da Vila de Caminha e do edificado, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 335.

Fig. 225 – Imagem da **Vila de Caminha** desde a freguesia de Vilarelho, 2010. Pelo Autor, 2010, p. 336.

Fig. 226 – **Estudo da Rede Viária da Vila de Caminha, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 338.

Fig. 227/228 – **Ponto de chegada Norte/Sul à Vila de Caminha, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 339.

Fig. 229 – **Estudo dos principais Pontos e Nós de Convergência na Vila de Caminha, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 340.

Fig. 230 – **Vista do Parque do Parque da Feira, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 341.

Fig. 231 – Estudo dos **Largos e Praças na Vila de Caminha, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 342.

Fig. 232/233 – Vista do **Parque do Parque 25 de Abril, 2010;** Arranjo da **área envolvente à Muralha e Miradouro** (rua de acesso a Vilarelho), 2010. Pelo Autor, 2010, p. 343.

Fig. 234 – Estudo cartográfico e localização dos **Equipamentos da Vila de Caminha, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 344.

Fig. 235 – Estudo cartográfico e implantação do **edificado na Vila de Caminha, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 345.

Fig. 236 – **Estudo cartográfico com a localização das novas edificações na Vila de Caminha, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 346.

Fig. 237 – Estudo do edificado e das **cérceas da Vila de Caminha, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 347.

Fig. 238 – Análise do estado de conservação dos edifícios **da Vila de Caminha, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 348.

Fig. 239 – **Estudo dos materiais de construção do edificado da Vila de Caminha, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 349.

Fig. 240 – **Estudo da utilização dos edifícios da Vila de Caminha, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 350.

Fig. 241 – **Análise e identificação dos Imóveis classificados e protegidos da Vila de Caminha, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 351.

Fig. 242 – **Imóveis classificados como Património Arqueológico da Vila de Caminha e a delimitação das áreas de protecção, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 352.

Fig. 243 – **Identificação do Património Eclesiástico na Vila de Caminha, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 353.

Fig. 244 – Imagem dos edifícios que surgem na Marginal **da Vila de Caminha, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 354.

Fig. 245 – **Estudo do crescimento da Vila de Caminha, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 355.

Fig. 246 – **Estudo da Matriz de Crescimento da Vila de Caminha, 2010.** Pelo Autor, 2010, p. 356.

Fig. 247 – Imagem da paisagem urbana da **Vila de Caminha, 2009**. Pelo Autor, 2010, p. 358.

11. – ANEXOS



Plano da Vila de Caminha (2010). Identificação base de levantamento de todas as edificações da Vila.

Levantamento das edificações da Vila de Caminha

QUARTERÃO	EDIFÍCIO	PUB/PRIV	EST. CONSERVAÇÃO				MATERIAIS				TIPO UTILIZAÇÃO				N.º PISOS	OBSERVAÇÕES
			R	D	R	B	AT	BA	AG	M	C	H	M	EQ		
Q1	1	PRIV			X		X					X			3	
	2	PRIV			X		X					X			4	
	3	PRIV			X		X					X			4	
	4	PRIV			X		X					X			3	
	5	PRIV			X		X					X			3	
	6	PRIV			X		X					X			3	
	7	PRIV			X		X					X			3	
	8	PRIV			X		X					X			3	
	9	PRIV			X		X					X			2	
	10	PRIV			X		X					X			6	
	11	PRIV			X		X					X			5	
	12	PRIV			X		X					X			6	
	13	PRIV			X		X					X			6	
	14	PRIV			X		X					X			5	
	15	PRIV			X		X					X			5	
	16	PRIV			X		X					X			6	
	17	PRIV			X		X					X			5	
	18	PRIV			X		X					X			5	
	19	PRIV			X		X					X			7	
	20	PRIV			X		X					X			5	
	21	PRIV			X		X					X			4	
	22	PRIV			X		X					X			2	
	23	PRIV			X		X					X			2	
	24	PRIV			X		X					X			3	
CAPELA N.ª S.ª DA AGONIA		PUB.				X			X					X	1	RELIGIOSO
	25	PRIV		X			X					X			2	REV. AZULEJO
	26	PRIV		X			X					X			1	REV. AZULEJO
	27	PRIV		X			X					X			1	REV. AZULEJO
	28	PRIV		X			X					X			1	REV. AZULEJO
	29	PRIV		X			X		X			X			1	REV. AZULEJO
	30	PRIV		X			X					X			2	REV. AZULEJO
	31	PRIV		X			X					X			2	REV. AZULEJO
	32	PRIV		X			X					X			2	REV. AZULEJO
	33	PRIV		X			X					X			2	REV. AZULEJO
	34	PRIV		X			X					X			2	REV. AZULEJO
	35	PRIV		X			X					X			3	REV. AZULEJO
	36	PRIV		X			X		X			X			3	REV. AZULEJO
	37	PRIV		X			X					X			3	REV. AZULEJO
	38	PRIV		X			X		X			X			3	REV. AZULEJO
	39	PRIV		X			X					X			3	REV. AZULEJO
	40	PRIV		X			X		X		X	X			2	REV. AZULEJO
	41	PRIV		X			X		X			X			2	REV. AZULEJO
	42	PRIV		X			X		X			X			2	REV. AZULEJO

QUARTEIRÃO	EDIFÍCIO	PUB/PRIV	EST. CONSERVAÇÃO				MATERIAIS			TIPO UTILIZAÇÃO					N.º PISOS	OBSERVAÇÕES	
			R	D	R	B	AT	AG	M	C	H	M	EQ				
Q1	43	PRIV.			X			X				X				2	REV. AZULEJO
	44	PRIV.			X			X								1	REV. AZULEJO
	45	PRIV.			X				X			X				1	
	46	PRIV.			X			X				X				1	REV. AZULEJO
	47	PRIV.			X				X			X				2	
	48	PRIV.			X				X			X				2	
	49	PRIV.			X			X				X				1	
	50	PRIV.			X			X				X				1	REV. AZULEJO
	51	PRIV.			X			X				X				1	
	52	PRIV.			X				X			X				1	
	53	PRIV.		X					X			X				2	REV. AZULEJO
	54	PRIV.			X		1.º PISO	PISO 0				X				2	REV. AZULEJO
	55	PRIV.			X											1	
	56	PRIV.			X					X			X			1	
	57	PRIV.			X					X						1	
	58	PRIV.			X				X				X			1	REV. AZULEJO
	59	PRIV.			X				X				X			1	
	60	PRIV.			X				X				X			1	REV. AZULEJO
	61	PRIV.			X				X				X			2	
	62	PRIV.			X				X				X			1	REV. AZULEJO
	63	PRIV.			X				X				X			1	REV. AZULEJO
	64	PRIV.			X				X				X			1	REV. AZULEJO
	65	PRIV.			X				X				X			2	REV. AZULEJO
	66	PRIV.			X				X				X			1	
	67	PRIV.			X				X				X			2	REV. AZULEJO
	68	PRIV.			X					X						1	REV. AZULEJO
	69	PRIV.			X					X			X			1	
	70	PRIV.			X					X						1	
	71	PRIV.			X				X				X			1	
	72	PRIV.			X				X				X			1	
	73	PRIV.			X				X				X			1	REV. AZULEJO
	74	PRIV.			X				X				X			1	REV. AZULEJO
	75	PRIV.			X				X				X			1	REV. AZULEJO
	76	PRIV.			X				X				X			2	
	77	PRIV.			X				X				X			1	REV. AZULEJO
78	PRIV.			X				X				X			1		
79	PRIV.		X					X				X			1		
80	PRIV.		X					X				X			1	REV. AZULEJO	
81	PRIV.			X				X				X			1	REV. AZULEJO	
82	PRIV.			X				X				X			1	REV. AZULEJO	
83	PRIV.			X				X				X			1		
84	PRIV.			X				X				X			1	REV. AZULEJO	
85	PRIV.			X				X				X			1		

QUARTEIRÃO	EDIFÍCIO	PUB/PRIV	EST. CONSERVAÇÃO				MATERIAIS			TIPO UTILIZAÇÃO					N.º PISOS	OBSERVAÇÕES
			R	D	R	B	AT	AG	M	C	H	M	EQ			
Q1	86	PRIV.			X				X				X		2	
	87	PRIV.			X				X				X		1	REV. AZULEJO
	88	PRIV.		X					X				X		1	EM CONSTRUÇÃO
	89	PRIV.			X				X				X		2	REV. AZULEJO
	90	PRIV.		X					X				X		1	REV. AZULEJO
	91	PRIV.			X				X				X		1	REV. AZULEJO
	92	PRIV.		X					X				X		1	REV. AZULEJO
	93	PRIV.			X				X				X		1	REV. AZULEJO
	94	PRIV.		X					X				X		1	REV. AZULEJO
	95	PRIV.			X				X				X		1	REV. AZULEJO
	96	PRIV.			X				X				X		1	REV. AZULEJO
	97	PRIV.		X					X				X		2	ETAP
	98	PUB.							X						2	ETAP
	99	PUB.							X						2	ETAP
	100	PRIV.				X				X			X		2	REV. AZULEJO
	101	PRIV.		X						X			X		2	REV. AZULEJO
	102	PRIV.	X						X				X		2	REV. AZULEJO
	103	PRIV.		X					X				X		2	REV. AZULEJO
	104	PRIV.		X					X				X		2	REV. AZULEJO
	105	PRIV.							X				X		3	REV. AZULEJO
	106	PRIV.		X					X				X		2	REV. AZULEJO
	107	PRIV.			X				X		X				1	REV. AZULEJO
	108	PRIV.		X				X				X			2	REV. AZULEJO
	109	PRIV.			X			X				X			3	REV. AZULEJO
	110	PRIV.		X				X				X			3	REV. AZULEJO
	111	PRIV.			X			X							3	REV. AZULEJO
	112	PRIV.		X					X				X		2	REV. AZULEJO
	113	PRIV.			X			X					X		2	REV. AZULEJO
	114	PRIV.		X				X					X		2	REV. AZULEJO
	115	PRIV.			X			X					X		2	REV. AZULEJO
	116	PRIV.		X				X					X		2	REV. AZULEJO
		117	PRIV.		X				X					X		1
118		PRIV.							X				X		2	REV. AZULEJO
119		PRIV.		X				X				X			3	REV. AZULEJO
120		PRIV.			X			X					X		2	REV. AZULEJO
121		PRIV.		X				X					X		2	REV. AZULEJO
122		PRIV.			X			X						X	2	REV. AZULEJO
123		PRIV.		X					X			X			2	REV. AZULEJO
124		PRIV.	X									X			2	REV. AZULEJO
125		PRIV.		X					X			X			2	REV. AZULEJO
126		PRIV.		X					X			X			2	REV. AZULEJO
127		PRIV.			X				X			X			2	REV. AZULEJO
128		PRIV.		X				X					X		2	REV. AZULEJO

QUARTEIRÃO	EDIFÍCIO	PUB/PRIV	EST. CONSERVAÇÃO				MATERIAIS			TIPO UTILIZAÇÃO					N.º PISOS	OBSERVAÇÕES	
			R	D	R	B	AT	AG	M	C	H	M	EQ				
Q1	86	PRIV.			X				X				X			2	
	87	PRIV.		X					X							1	EM CONSTRUÇÃO
	88	PRIV.		X					X				X			1	REV. AZULEJO
	89	PRIV.		X					X							1	REV. AZULEJO
	90	PRIV.		X					X				X			1	
	91	PRIV.			X				X							1	
	92	PRIV.		X					X				X			1	REV. AZULEJO
	93	PRIV.		X					X				X			1	REV. AZULEJO
	94	PRIV.		X					X							1	
	95	PRIV.			X				X				X			1	
	96	PRIV.			X				X							1	
	97	PRIV.			X				X				X			2	
	98	PUB.				X				X						2	ETAP
	99	PUB.				X				X						2	
	100	PRIV.			X					X						2	
	101	PRIV.			X					X				X		2	
	102	PRIV.	X		X					X				X		2	
	103	PRIV.		X						X				X		2	
	104	PRIV.		X						X				X		2	
	105	PRIV.		X						X				X		3	
	106	PRIV.			X					X				X		2	
	107	PRIV.			X					X				X		1	
	108	PRIV.			X				X					X		2	
	109	PRIV.			X				X							3	
	110	PRIV.			X				X					X		3	
	111	PRIV.			X					X						3	
	112	PRIV.			X					X				X		2	
	113	PRIV.			X				X					X		2	
114	PRIV.			X				X					X		2		
115	PRIV.			X				X					X		2		
116	PRIV.			X				X					X		2		
117	PRIV.			X				X					X		1		
118	PRIV.			X	X			X					X		2		
119	PRIV.			X				X					X		3		
120	PRIV.			X				X					X		2		
121	PRIV.			X				X					X		2		
122	PRIV.			X				X						X	2		
123	PRIV.			X					X				X		2		
124	PRIV.	X							X						2		
125	PRIV.			X					X				X		2	REV. AZULEJO	
126	PRIV.			X					X				X		2	REV. AZULEJO	
127	PRIV.			X					X				X	X	2		
128	PRIV.			X				X						X	2		

QUARTERÃO	EDIFÍCIO	PUB/PRIV	EST. CONSERVAÇÃO				MATERIAIS				TIPO UTILIZAÇÃO					N.º PISOS	OBSERVAÇÕES
			R	D	R	B	AT	AG	M	C	H	M	EQ				
Q1	129	PRIV.			X		X									2	
	130	PRIV	X						X				X			1	
	131	PRIV.			X				X				X			1	
	132	PRIV			X				X				X			1	
	133	PRIV.			X				X				X			2	
	134	PRIV.			X				X				X			1	
	135	PRIV.			X				X				X			1	
	136	PRIV.			X				X				X			2	
	137	PRIV.			X				X				X			1	REV. AZULEJO
	138	PRIV.			X				X				X			1	
	139	PRIV.			X				X				X			1	
	140	PRIV.			X				X				X			1	REV. AZULEJO
	141	PRIV.			X				X				X			1	REV. AZULEJO
	142	PRIV.			X				X				X			1	
	143	PRIV			X				X				X			2	
	144	PRIV.			X				X				X			2	
	145	PRIV			X				X				X			1	CENTRO DE SAUDE
146	PRIV.			X				X				X			2		
147	PRIV.			X				X				X			1		
148	PRIV.			X				X				X			2	REV. AZULEJO	
149	PRIV.			X				X				X			1		
150	PRIV.			X				X				X			2		
151	PRIV.	X							X			X			2		
152	PRIV			X					X			X			2		
153	PRIV.			X					X			X			3	REV. AZULEJO	
154	PRIV			X					X			X			2		
155	PRIV.			X					X			X			2		
156	PRIV			X					X			X			2		
157	PRIV.			X					X			X			2	REV. AZULEJO	
158	PRIV			X					X			X			2	REV. AZULEJO	
159	PRIV.			X					X			X			2		
160	PRIV.			X					X			X			2		
161	PRIV.			X					X			X			2		
162	PRIV.			X					X			X			2		
163	PRIV.			X					X			X			2		
164	PRIV.			X					X			X			2	REV. AZULEJO	
165	PRIV	X							X			X			2		
166	PRIV.			X					X			X			2		
167	PRIV.			X					X			X			2		
168	PRIV.			X					X			X			2		
169	PRIV			X					X			X			2		
170	PRIV.			X					X			X			2		
171	PRIV.			X					X			X			2		

QUARTEIRÃO	EDIFÍCIO	PUB/PRIV	EST. CONSERVAÇÃO				MATERIAIS			TIPO UTILIZAÇÃO					N.º PISOS	OBSERVAÇÕES
			R	D	R	B	AT	AG	M	C	H	M	EQ			
Q1	172	PRIV.			X				X			X			2	
	173	PRIV.			X				X			X			2	
	174	PRIV.			X				X			X			2	
	175	PRIV.			X				X			X			2	
	176	PRIV.			X				X			X			2	
	177	PRIV.			X				X			X			2	
	178	PRIV.			X		X		X			X			2	
	179	PRIV.			X		X		X			X			2	
	180	PRIV.			X		X		X			X			2	
	181	PRIV.			X		X		X			X			2	
	182	PRIV.			X		X		X			X			2	

QUARTERÃO	EDIFÍCIO	PUB/PRIV	EST. CONSERVAÇÃO				MATERIAIS				TIPO UTILIZAÇÃO				N.º PISOS	OBSERVAÇÕES
			R	D	R	B	AT	BA	AG	M	C	H	M	EQ		
Q2	1	PRIV.				X	X	X					X		4	
	2	PRIV.				X			X					X	2	
	3	PRIV.	X						X			X			2	
	4	PRIV.	X						X						2	
	5	PRIV.			X				X			X			2	
	6	PRIV.			X				X			X			2	
	7	PRIV.			X				X			X			2	
	8	PRIV.			X				X			X			4	
	9	PRIV.			X		X					X			4	
	10	PRIV.			X		X					X			2	
	11	PRIV.			X		X								3	BOMBREIOS
	12	PUB.			X		X							X	3	
	13	PRIV.			X		X				X				2	MECANISMO DE
	14	PRIV.			X		X								2	MECANISMO DE
	15	PRIV.			X		X							X	2	CORREIOS
	16	PUB.			X		X		X						1	SANITÁRIOS MUNICIPAIS
	17	PRIV.			X		X		X			X			2	
	18	PRIV.			X		X		X				X		3	
	19	PRIV.			X		X		X				X		3	
	20	PRIV.			X		X		X				X		3	
	21	PRIV.			X		X		X			X			2	
	22	PRIV.	X		X		X		X				X		2	
	23	PRIV.			X		X		X				X		2	REV. AZULEJO
	24	PRIV.			X		X		X				X		3	REV. AZULEJO
	25	PRIV.			X		X		X				X		3	REV. AZULEJO
	26	PRIV.			X		X		X				X		3	REV. AZULEJO
	27	PRIV.			X		X		X				X		3	REV. AZULEJO
	28	PRIV.			X		X		X				X		3	REV. AZULEJO
	29	PRIV.			X		X		X				X		2	REV. AZULEJO
	30	PRIV.			X		X		X				X		2	REV. AZULEJO
	31	PRIV.			X		X		X				X		3	

Núcleo Histórico de Caminha

QUARTERÃO	EDIFÍCIO	PUB/PRIV	EST. CONSERVAÇÃO				MATERIAIS					TIPO UTILIZAÇÃO					N.º PISOS	OBSERVAÇÕES
			R	D	R	B	AT	BA	AG	M	C	H	M	EQ				
Q3/4	1	PRIV.				X			X	X				X		2		
	2	PRIV.														3		
	3	PRIV.			X				X	X				X		2		
	4	PRIV.														2		
	5	PRIV.			X				X	X				X		3		
	6	PRIV.			X				X	X				X		3		
	7	PRIV.		X					X	X				X		2		
	8	PRIV.			X				X	X				X		2		
	9	PRIV.			X				X	X				X		3		
	10	PRIV.			X				X	X				X		3		
	11	PRIV.			X				X	X				X		3		
	12	PRIV.			X				X	X				X		3		
	13	PRIV.			X				X	X				X		2		
	14	PRIV.	X				X									2		
	15	PRIV.			X				X	X				X		2		
	16	PUB.	X						X	X				X		3	TEATRO VALADARES	
	17	PUB.			X				X	X				X		2		
	18	PUB.			X				X	X				X		2		
	19	PRIV.			X				X	X				X		2		
	20	PRIV.			X				X	X				X		2		
	21	PRIV.			X				X	X				X		2		
	22	PRIV.			X				X	X				X		2		
	23	PRIV.			X				X	X				X		2		
	24	PRIV.	X						X	X				X		2		
	25	PRIV.			X				X	X				X		1		
	26	PRIV.			X				X	X				X		2		
	27	PRIV.			X				X	X				X		2		
	28	PRIV.			X				X	X				X		2		
	29	PRIV.			X				X	X				X		2		
	30	PRIV.			X				X	X				X		2		
	31	PRIV.			X				X	X				X		2		
	32	PRIV.			X				X	X				X		2		
	33	PRIV.			X				X	X				X		1	CENTRO COMERCIAL	
	34	PRIV.			X				X	X				X		3	CENTRO COMERCIAL	
	35	PRIV.			X				X	X				X		5		
	36	PRIV.			X				X	X				X		3		
	37	PRIV.	X						X	X				X		2		
	38	PRIV.			X				X	X				X		2		
	39	PRIV.	X						X	X				X		2		

QUARTERÃO	EDIFÍCIO	PUB/PRIV	EST. CONSERVAÇÃO				MATERIAS				TIPO UTILIZAÇÃO				N.º PISOS	OBSERVAÇÕES
			R	D	R	B	AT	BA	AG	M	C	H	M	EQ		
Q3/A	45	PRIV.			X				X			X			2	
	46	PRIV.			X				X			X			1	
	47	PRIV.			X		X					X			2	
	48	PRIV.			X				X			X			2	
	49	PRIV.			X				X			X			2	
	50	PRIV.	X						X			X			2	
	51	PRIV.			X				X			X			2	
	52	PRIV.			X				X			X			2	
	53	PRIV.			X				X			X			2	REV. AZULEJO
	54	PRIV.			X				X			X			2	
	55	PRIV.			X				X			X			2	REV. AZULEJO
	56	PRIV.	X						X			X			1	
	57	PRIV.			X				X			X			2	
	58	PRIV.			X				X			X			2	CAIXA GERAL DE DEPOSITOS
	59	PUB.			X				X			X			2	JUNTA DE FREGUESIA
	60	PRIV.			X				X			X			3	
	61	PRIV.			X				X			X			3	
	62	PRIV.			X				X			X			2	
	63	PRIV.			X				X			X			2	
	64	PRIV.			X		X		X			X			1	
	65	PRIV.			X				X			X			1	
	66	PRIV.			X				X			X			2	
	67	PUB.			X				X			X			2	CÂMARA MUNICIPAL
	68	PRIV.			X				X			X			2	
	69	PRIV.			X				X			X			2	
	70	PUB.			X				X			X			2	EDIFÍCIO PACOS DO CONCELHO
	71	PRIV.			X				X			X			2	IGREJA DA MISERICORDIA
	72	PRIV.			X		X					X			2	
	73	PRIV.			X				X			X			2	REV. AZULEJO
	74	PRIV.			X				X			X			2	
	75	PRIV.			X				X			X			2	
	76	PRIV.			X				X			X			2	
	77	PRIV.	X						X			X			1	
	78	PRIV.			X				X			X			2	
	79	PRIV.			X				X			X			2	
	80	PRIV.			X				X			X			2	
	81	PRIV.			X				X			X			1	
	82	PRIV.			X		X		X			X			2	
	83	PRIV.			X				X			X			2	
	84	PRIV.			X				X			X			2	

QUARTERÃO	EDIFÍCIO	PUB/PRIV	EST. CONSERVAÇÃO				MATERIAIS				TIPO UTILIZAÇÃO				N.º PISOS	OBSERVAÇÕES
			R	D	R	B	AT	BA	AG	M	C	H	M	EQ		
03/A	84	PRIV.			X				X				X		2	
	85	PRIV.			X				X						2	
	86	PRIV.			X				X			X			2	
	87	PRIV.			X				X				X		2	
	88	PRIV.				X			X			X			2	
	89	PRIV.				X			X			X			2	
	90	PRIV.			X				X						2	
	91	PUB.			X				X						2	CAPELA DE S. JOÃO
	92	PUB.		X					X			X			2	
	93	PUB.			X				X			X			2	
	94	PUB.			X				X			X			2	
	95	PUB.			X				X			X			2	
	96	PUB.			X		X					X			2	
	97	PUB.			X		X		X			X			2	
	98	PUB.			X		X					X			2	
	99	PUB.			X				X			X			2	
	100	PUB.			X		X					X			2	
	101	PUB.			X				X			X			2	
	102	PUB.			X				X			X			2	
	103	PUB.			X				X			X			2	
	104	PUB.	X						X			X			2	
	105	PRIV.			X				X			X			4	
	106	PRIV.			X				X			X			2	
	107	PRIV.			X				X			X			2	
	108	PRIV.			X				X			X			2	
	109	PRIV.			X				X			X			2	
	110	PRIV.		X					X	X		X			3	
	111	PRIV.		X					X			X			2	
	112	PRIV.		X					X			X			2	
	113	PRIV.			X				X			X			2	
	114	PRIV.			X				X			X			2	
	115	PUB.				X			X				X		3	IGREJA MATRIZ
	116	PUB.			X				X			X			2	
	117	PUB.			X				X			X			2	
	118	PUB.			X				X			X			2	
	119	PUB.	X						X			X			2	
	120	PUB.	X						X			X			3	
	121	PUB.				X			X						2	BIBLIOTECA MUNICIPAL
	122	PRIV.			X				X						2	
	123	PRIV.			X				X			X			2	

QUARTERÃO	EDIFÍCIO	PUB/PRIV	EST. CONSERVAÇÃO				MATERIAIS				TIPO UTILIZAÇÃO				N.º PISOS	OBSERVAÇÕES
			R	D	R	B	AT	BA	AG	M	C	H	M	EQ		
Q3/A	128	PRIV			X					X			X		2	
	129	PRIV			X					X			X		2	
	130	PRIV			X					X			X		2	
	131	PRIV			X					X			X		2	
	132	PRIV			X					X			X		2	
	133	PRIV			X					X			X		2	
	134	PRIV			X					X			X		2	
	135	PRIV			X					X			X		2	
	136	PRIV			X					X			X		1	
	137	PRIV			X					X			X		2	
	138	PRIV			X					X			X		2	
	139	PRIV			X					X			X		2	
	140	PRIV			X					X			X		2	
	141	PRIV			X					X			X		2	REV AZULEJO
	142	PRIV			X					X			X		1	REV AZULEJO
	143	PRIV			X					X			X		2	REV AZULEJO
	144	PRIV			X					X			X		2	REV AZULEJO
	145	PRIV			X					X			X		2	REV AZULEJO
	146	PRIV			X					X			X		2	REV AZULEJO
	147	PRIV			X					X			X		1	REV AZULEJO
	148	PRIV			X					X			X		1	REV AZULEJO
	149	PRIV			X					X			X		1	REV AZULEJO
	150	PRIV			X					X			X		1	REV AZULEJO
	151	PRIV			X					X			X		1	REV AZULEJO
	152	PRIV			X					X			X		1	REV AZULEJO
	153	PRIV			X					X			X		1	REV AZULEJO
	154	PRIV			X					X			X		1	REV AZULEJO
	155	PRIV			X					X			X		2	REV AZULEJO
	156	PRIV			X					X			X		2	REV AZULEJO
	157	PRIV			X					X			X		2	REV AZULEJO
	158	PRIV			X					X			X		2	REV AZULEJO
	159	PRIV			X					X			X		2	REV AZULEJO
	160	PRIV			X					X			X		2	REV AZULEJO
	161	PRIV			X					X			X		2	REV AZULEJO
	162	PRIV			X					X			X		1	REV AZULEJO
	163	PRIV			X					X			X		1	REV AZULEJO
	164	PRIV			X					X			X		1	REV AZULEJO
	165	PRIV			X					X			X		2	REV AZULEJO
	166	PRIV			X					X			X		2	REV AZULEJO
	167	PRIV			X					X			X		2	REV AZULEJO
	168	PRIV			X					X			X		2	REV AZULEJO
	169	PRIV			X					X			X		2	REV AZULEJO
	170	PRIV			X					X			X		1	REV AZULEJO
	171	PRIV			X					X			X		2	REV AZULEJO

[illegible]

QUARTEIRÃO	EDIFÍCIO	PUB/PRIV	EST. CONSERVAÇÃO				MATERIAIS			TIPO UTILIZAÇÃO					N.º PISOS	OBSERVAÇÕES	
			R	D	R	B	AT	AG	M	C	H	M	EQ				
Q5	1	PRIV			X		X							X		2	
	2	PRIV.				X	X						X			1	
	3	PRIV.			X		X						X			3	
	4	PRIV	X					X		X						3	
	5	PRIV.	X					X		X						2	
	6	PRIV			X		X					X				2	
	7	PRIV.			X			X				X				2	
	8	PRIV.	X		X		X					X				3	
	9	PRIV.				X			X			X				1	
	10	PRIV.				X		X		X		X				3	

QUARTERÃO	EDIFÍCIO	PUB/PRIV	EST. CONSERVAÇÃO				MATERIAIS			TIPO UTILIZAÇÃO					N.º PISOS	OBSERVAÇÕES
			R	D	B	X	AT	AG	M	C	H	M	EQ			
Q6	1	PRIV.				X	X								2	REV. AZULEJO
	2	PRIV.				X	X								2	
	3	PRIV.				X	X								1	
	4	PRIV.				X	X								1	
	5	PRIV.				X	X								1	REV. AZULEJO
	6	PRIV.				X	X								1	
	7	PRIV.				X	X								1	
	8	PRIV.				X	X								1	
	9	PRIV.				X	X								1	REV. AZULEJO
	10	PRIV.				X	X								3	
	11	PRIV.				X	X								3	
	12	PRIV.				X	X								1	
	13	PRIV.				X	X								1	REV. AZULEJO
	14	PRIV.				X	X								3	
	15	PRIV.				X	X								3	
	16	PRIV.				X	X								3	
	17	PRIV.				X	X								3	REV. AZULEJO
	18	PRIV.				X	X								3	
	19	PRIV.				X	X								1	
	20	PRIV.				X	X								4	
	21	PRIV.				X	X								2	REV. AZULEJO
	22	PRIV.				X	X								2	
	23	PRIV.				X	X								1	
	24	PRIV.				X	X								2	
	25	PRIV.				X	X								2	REV. AZULEJO
	26	PRIV.				X	X								2	
	27	PRIV.				X	X								2	
	28	PRIV.				X	X								2	
	29	PRIV.				X	X								3	REV. AZULEJO
	30	PRIV.				X	X								3	
	31	PRIV.				X	X								3	
	32	PRIV.				X	X								2	
	33	PRIV.				X	X								2	REV. AZULEJO
	34	PRIV.				X	X								2	
	35	PRIV.				X	X								2	
	36	PRIV.				X	X								2	
	37	PRIV.				X	X								2	REV. AZULEJO
	38	PRIV.				X	X								2	
	39	PRIV.				X	X								2	
	40	PRIV.				X	X								2	
	41	PRIV.				X	X								1	REV. AZULEJO
	42	PRIV.				X	X								2	
	43	PUB.				X	X								1	REV. AZULEJO

QUARTERÃO	EDIFÍCIO	PUB/PRIV	EST. CONSERVAÇÃO				MATERIAIS			TIPO UTILIZAÇÃO					N.º PISOS	OBSERVAÇÕES
			R	D	R	B	AT	AG	M	C	H	M	EQ			
Q7	1	PRIV.			X		X						X		2	
	2	PRIV.			X		X		X				X		2	
	3	PRIV.			X		X		X				X		2	REV. AZULEJO
	4	PRIV.			X		X		X				X		2	ESTACAO DE CAMINHA
	5	PRIV.		X				X					X		1	
	6	PRIV.														
	7	PRIV.		X				X					X		1	
	8	PRIV.													2	
	9	PRIV.			X		X		X				X		2	
	10	PRIV.			X		X		X				X		2	
	11	PRIV.			X		X		X				X		2	
	12	PRIV.			X		X		X				X		6	
	13	PRIV.			X		X		X				X		6	
	14	PRIV.			X		X		X				X		6	
	15	PRIV.			X		X		X				X		6	
	16	PRIV.			X		X		X				X		6	
	17	PUB.				X		X		X				X	2	
	18	PRIV.													5	
	19	PRIV.			X		X		X					X	3	
	20	PRIV.			X		X		X					X	3	
	21	PRIV.			X		X		X					X	2	
	22	PUB.			X		X		X		X				1	PISCINA MUNICIPAL
	23	PUB.			X		X		X					X	2	
	24	PUB.			X		X		X						2	JARDIM DE INFÂNCIA
	25	PRIV.			X		X		X		X			X	1	CINEMA/AUDITÓRIO
	26	PRIV.			X		X		X		X			X	2	SEGURANÇA SOCIAL
	27	PRIV.			X		X		X		X			X	2	

QUARTERÃO	EDIFÍCIO	PUB/PRIV	EST. CONSERVAÇÃO				MATERIAIS			TIPO UTILIZAÇÃO					N.º PISOS	OSERVAÇÕES
			R	D	R	B	AT	AG	M	C	H	M	EQ			
Q8	1	PRIV.	X						X			X			1	
	2	PRIV.		X				X			X				2	
	3	PRIV.			X			X				X			4	
	4	PRIV.				X		X					X		5	
	5	PRIV.				X		X					X		5	
	6	PRIV.				X		X					X		4	
	7	PRIV.			X										1	
	8	PRIV.			X			X				X			2	
	9	PRIV.			X							X			2	
	10	PRIV.			X			X			X				2	
	11	PRIV.			X			X				X			2	REV. AZULEJO
	12	PRIV.			X			X				X			2	REV. AZULEJO
	13	PRIV.			X			X			X				2	REV. AZULEJO
	14	PRIV.		X											2	REV. AZULEJO
	15	PRIV.			X			X				X			2	
	16	PRIV.			X			X			X				2	
	17	PRIV.			X			X			X				1	
	18	PRIV.			X			X				X			2	
	19	PRIV.		X				X			X				3	REV. AZULEJO
	20	PRIV.			X			X			X				4	
	21	PRIV.			X			X			X				3	
	22	PRIV.			X			X			X				3	
	23	PRIV.			X			X			X				3	
	24	PRIV.	X					X				X			2	
	25	PRIV.			X			X				X			2	
	26	PRIV.			X			X		X			X		2	
	27	PRIV.			X			X			X		X		2	
	28	PRIV.			X			X		X					2	
	29	PRIV.			X			X				X			2	
	30	PRIV.			X			X			X				3	
	31	PRIV.			X			X				X			3	
	32	PRIV.			X			X			X				2	
	33	PRIV.			X			X			X				2	
	34	PRIV.			X			X		X					1	REV. AZULEJO
	35	PRIV.			X			X							2	REV. AZULEJO
	36	PRIV.			X			X			X				2	
	37	PRIV.			X			X			X				2	
	38	PRIV.			X			X			X				2	REV. AZULEJO
	39	PRIV.			X			X			X				2	REV. AZULEJO
	40	PRIV.			X			X				X			2	
	41	PRIV.			X			X				X			2	
	42	PRIV.			X			X				X			2	
	43	PRIV.			X			X				X			2	
	44	PRIV.				X		X				X			2	

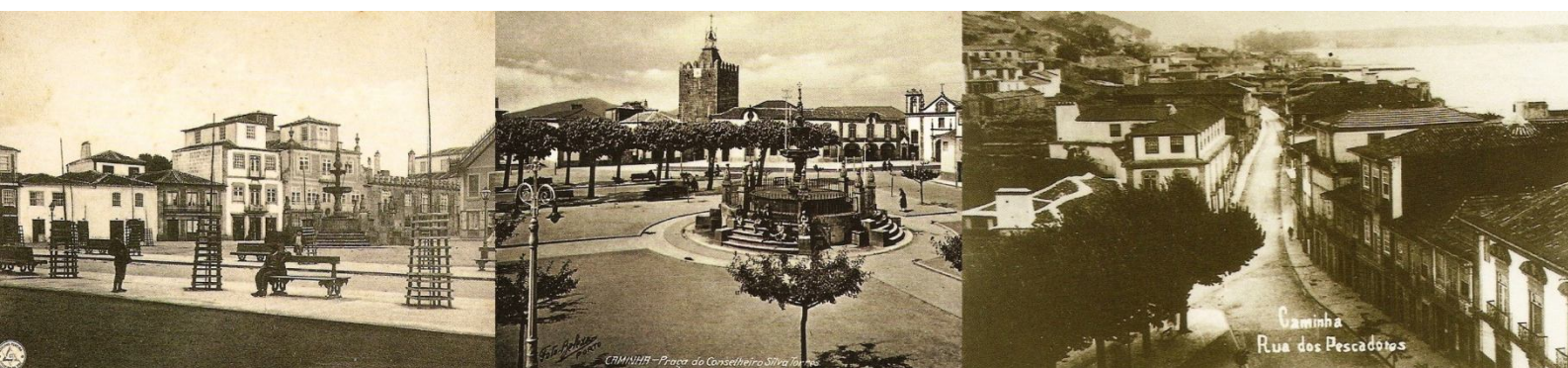
QUARTERÃO	EDIFÍCIO	PUB/PRIV	EST. CONSERVAÇÃO				MATERIAIS				TIPO UTILIZAÇÃO					N.º PISOS	OBSERVAÇÕES
			R	D	R	B	AT	BA	AG	M	C	H	M	EQ			
Q8	45	PRIV.			X				X				X			2	
	46	PRIV.			X				X				X			3	
	47	PRIV.			X				X				X			1	
	48	PRIV.			X				X				X			1	
	49	PRIV.			X				X				X			1	
	50	PRIV.			X				X				X			2	
	51	PRIV.			X				X				X			2	
	52	PRIV.	X		X				X				X			1	
	53	PRIV.			X				X				X			3	
	54	PRIV.			X				X				X			2	
	55	PRIV.			X				X				X			1	
	56	PRIV.			X				X				X			2	REV. AZULEJO
	57	PRIV.		X					X				X			2	
	58	PRIV.			X				X				X			2	
	59	PRIV.		X					X				X			1	
	60	PRIV.			X				X				X			2	REV. AZULEJO
	61	PRIV.			X				X				X			2	REV. AZULEJO
	62	PRIV.			X				X				X			3	
	63	PRIV.			X				X				X			3	REV. AZULEJO
	64	PRIV.			X				X				X			2	
	65	PRIV.			X				X				X			1	
	66	PRIV.			X				X				X			1	
	67	PRIV.		X					X				X			1	
	68	PRIV.			X				X				X			1	
	69	PRIV.				X			X				X			1	
	70	PRIV.			X				X				X			1	
	71	PRIV.		X				X					X			2	
	72	PRIV.			X				X				X			2	
	73	PRIV.		X					X				X			2	
	74	PRIV.			X			X					X			3	
	75	PRIV.			X				X				X			2	
	76	PRIV.			X				X				X			1	
	77	PRIV.			X				X				X			1	
	78	PRIV.			X				X				X			2	
	79	PRIV.			X				X				X			2	
	80	PRIV.			X				X				X			2	
	81	PRIV.			X				X				X			1	
	82	PRIV.	X						X				X			1	CONVENTO
	83	PRIV.			X				X				X			1	
	84	PRIV.			X			X					X			3	
	85	PRIV.		X					X				X			2	REV. AZULEJO
	86	PRIV.			X				X				X			2	
	87	PRIV.		X					X				X			2	
	88	PRIV.			X				X				X			2	

QUARTERÃO	EDIFÍCIO	PUB/PRIV	EST. CONSERVAÇÃO				MATERIAIS			TIPO UTILIZAÇÃO				N.º PISOS	OBSERVAÇÕES
			R	D	S	B	AT	AG	M	C	H	M	EQ		
Q8	89	PRIV.		X				X			X			2	
	90	PRIV.			X			X			X			1	
	91	PRIV.			X		X				X			1	
	92	PRIV.			X			X			X			2	
	93	PRIV.			X			X			X			2	
	94	PRIV.		X				X			X			2	
	95	PRIV.		X				X			X			2	
	96	PRIV.		X				X			X			2	
	97	PRIV.			X		X					X		4	
	98	PRIV.		X				X				X		2	
	99	PRIV.			X			X				X		2	
	100	PRIV.				X		X			X			2	
	101	PRIV.						X			X			1	
	102	PRIV.		X				X			X			2	REV. AZULEJO
	103	PRIV.			X			X			X			2	
	104	PRIV.			X			X			X			2	
	105	PRIV.			X			X			X			2	
	106	PRIV.			X			X			X			1	
	107	PRIV.			X			X			X			1	
	108	PRIV.			X			X			X			2	
	109	PRIV.			X			X			X			2	

QUARTERÃO	EDIFÍCIO	PUB/PRIV	EST. CONSERVAÇÃO				MATERIAIS				TIPO UTILIZAÇÃO					N.º PISOS	OBSERVAÇÕES
			R	D	R	B	AT	BA	AG	M	C	H	M	EQ			
Q9	1	PUB.				X			X						X	2	PAISAGENS
	2	PUB.				X	X	X							X	2	TRIBUNAL DE CAMINHA
	3	PRIV.			X				X					X		3	REV. AZULEJO
	4	PRIV.			X				X				X			2	REV. AZULEJO
	5	PRIV.			X				X				X			1	REV. AZULEJO
	6	PRIV.			X				X				X			2	
	7	PRIV.			X				X				X			3	REV. AZULEJO
	8	PRIV.			X				X				X			2	REV. AZULEJO
	9	PRIV.			X				X				X			3	
	10	PRIV.			X				X				X			2	REV. AZULEJO
	11	PRIV.			X				X				X			2	REV. AZULEJO
	12	PRIV.			X				X				X			2	REV. AZULEJO
	13	PRIV.			X				X				X			3	REV. AZULEJO
	14	PRIV.			X				X				X			3	REV. AZULEJO
	15	PRIV.			X				X				X			3	REV. AZULEJO
	16	PRIV.			X				X				X			2	
	17	PRIV.			X				X				X			2	
	18	PRIV.			X				X				X			3	REV. AZULEJO
	19	PRIV.			X				X				X			2	
	20	PRIV.			X				X				X			2	
	21	PRIV.			X				X				X			3	
	22	PRIV.			X				X				X			3	
	23	PRIV.			X				X				X			2	
	24	PRIV.			X				X				X			2	
	25	PRIV.			X				X				X			2	
	26	PRIV.			X				X				X			3	REV. AZULEJO
	27	PRIV.			X				X				X			3	REV. AZULEJO
	28	PRIV.			X				X				X			2	
	29	PRIV.			X				X				X			3	
	30	PRIV.			X				X				X			2	
	31	PRIV.			X				X				X			2	
	32	PRIV.			X				X				X			2	
	33	PRIV.			X				X				X			4	
	34	PRIV.			X				X				X			4	
	35	PRIV.			X				X				X			2	
	36	PRIV.			X				X				X			2	
	37	PRIV.			X				X				X			2	
	38	PRIV.			X				X				X			2	
	39	PRIV.			X				X				X			2	
	40	PRIV.			X				X				X			2	

QUARTEIÃO	EDIFÍCIO	PUB/PRIV	EST. CONSERVAÇÃO				MATERIAIS			TIPO UTILIZAÇÃO					N.º PISOS	OBSERVAÇÕES
			R	D	R	B	AT	AG	M	C	H	M	EQ			
Q10	1	PRIV.		X					X				X		2	
	2	PRIV.			X										1	
	3	PRIV.		X				X				X			2	
	4	PRIV.			X			X					X		2	
	5	PRIV.		X					X			X			2	
	6	PRIV.			X				X			X			3	
	7	PRIV.			X			X				X			3	
	8	PRIV.			X			X				X			3	
	9	PRIV.			X			X					X		3	
	10	PRIV.			X			X					X		3	
	11	PRIV.		X						X					2	
	12	PRIV.			X			X		X			X		3	REV. AZULEJO
	13	PRIV.			X										2	
	14	PRIV.			X			X		X			X		2	
	15	PRIV.			X			X		X			X		2	
	16	PRIV.		X						X			X		2	REV. AZULEJO
	17	PRIV.			X					X			X		2	
	18	PRIV.			X			X		X			X		2	
	19	PRIV.			X			X		X			X		3	
	20	PRIV.			X			X		X					3	
	21	PRIV.			X			X					X		2	
	22	PRIV.			X			X		X			X		2	
	23	PRIV.			X			X		X			X		2	REV. AZULEJO
	24	PRIV.			X			X						X	2	
	25	PRIV.			X			X		X				X	2	
	26	PRIV.			X			X		X			X		3	
	27	PRIV.		X						X				X	2	
	28	PRIV.			X			X					X		2	
	29	PRIV.			X			X		X			X		1	
	30	PRIV.		X				X		X			X		1	
	31	PRIV.			X			X		X			X		2	
	32	PRIV.			X			X		X					1	
	33	PRIV.			X			X		X			X		6	
	34	PRIV.			X			X		X				X	3	
	35	PRIV.			X			X		X				X	3	
	36	PRIV.		X						X			X		2	
	37	PRIV.		X						X			X		1	
	38	PRIV.			X			X		X				X	5	
	39	PRIV.			X			X		X			X		1	
	40	PRIV.		X						X			X		1	
	41	PRIV.			X			X		X			X		4	REV. AZULEJO
	42	PRIV.			X			X		X			X		4	
	43	PRIV.			X			X		X			X		3	

QUARTEIRÃO	EDIFÍCIO	PUB/PRIV	EST. CONSERVAÇÃO				MATERIAIS			TIPO UTILIZAÇÃO					N.º PISOS	OBSERVAÇÕES
			R	D	R	B	AT	AG	M	C	H	M	EQ			
Q10	44	PRIV.				X		X				X			2	
	45	PRIV.				X		X				X			3	
	46	PRIV.				X		X				X			3	
	47	PRIV				X		X				X			2	
	48	PRIV.				X		X				X			2	
49	PRIV.				X		X				X			1		



escola superior  galicia

lago das oliveiras, s/n | 4820-276 Vila Nova das Cereixas
t: (+351) 261 784 064 | www.esg.pt | dirosga@esg.pt